

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Lisiane Pinto dos Santos

RELAÇÕES DE TRABALHO EM *TERRAS DO SEM FIM*, *GAIBÉUS* E *TERRA MORTA*:  
UNIVERSOS QUE SE TOCAM

Porto Alegre  
2008

LISIANE PINTO DOS SANTOS

RELAÇÕES DE TRABALHO EM *TERRAS DO SEM FIM*, *GAIBÉUS* E *TERRA MORTA*:  
UNIVERSOS QUE SE TOCAM

Tese apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Letras.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jane Fraga Tutikian**

Porto Alegre  
2008

Tese de Doutorado  
Programa de Pós-graduação em Letras  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Relações de trabalho em *Terras do Sem Fim*, *Gaibéus* e *Terra Morta*: universos que se tocam

Esta tese tem por objetivo examinar as relações de trabalho em contextos específicos, através de três obras representativas, à luz das questões estético-ideológicas do Romance de 30 brasileiro, do Neo-Realismo português e do Neo-Realismo angolano. Para tanto foram escolhidos os romances *Terras do Sem Fim*, de Jorge Amado; *Gaibéus*, de Alves Redol; e *Terra Morta*, de Castro Soromenho, enfocando a representação do trabalho e do trabalhador. A investigação, essencialmente bibliográfica, foi norteada por uma recuperação do pensamento ideológico que moldou a sociedade até o presente da produção das obras em estudo. Para isso foram recuperados os estudos de Platão, Aristóteles, Augusto Comte, Karl Marx, Georg Lukács e Lucien Goldman. A questão da ideologia direcionou a leitura realizada das obras. A tese foi dividida em duas partes, sendo que a primeira tem dois capítulos e compreende a fundamentação teórica; e a segunda parte possuiu três capítulos, que se referem ao estudo das obras brasileira, portuguesa e angolana, respectivamente. No primeiro capítulo, realizou-se uma recuperação da evolução ideológica da sociedade que se refletiram nas produções literárias. Já o segundo capítulo abordou a questão da ideologia dos períodos literários Romance de 30 brasileiro e o Neo-Realismo português e angolano. O primeiro capítulo da segunda parte apresenta a leitura feita do romance *Terras do Sem Fim*, no qual Jorge Amado procurou representar a sociedade cacauzeira do Sul da Bahia. A leitura da obra portuguesa, *Gaibéus*, coloca em cena os trabalhadores colhedores de arroz da região do Ribatejo. Finalmente, o terceiro capítulo, examina a obra *Terra Morta*, na qual Castro Soromenho critica o colonialismo português. Enfim, ratificando a importância da temática estudada, entende-se que a investigação empreendida contribuiu sobremaneira para a comprovação do objetivo proposto, isto é, a exclusão de classe que vitimiza os trabalhadores numa sociedade capitalista é similar nas três obras em estudo.

Palavras-chave: Jorge Amado. Alves Redol. Castro Soromenho. Romance de 30. Neo-Realismo português e angolano. Trabalho.

Dissertation of Doctor  
Program of Pós-graduation of Letras  
University Federal of Rio Grande do Sul

Workmanship questions in *Lands Without End*, *Gaibéus* and *Dead Earth*: Universes that are touching

This dissertation aims to investigate the relationship of work in specific contexts, through three representative books, in light of aesthetic-ideological questions of Brazilian Romance of 30, of the Portuguese Neo-Realism and of the Angolan Neo-Realism. For both were chosen the novels of *Lands Without End*, by Jorge Amado; *Gaibéus*, Alves Redol; and *Dead Earth*, Castro Soromenho, focusing on the representation of workmanship and worker. The investigation, essentially bibliographical, was guided by a recovery of the ideological idea that shaped the society until the present of production of the books in study. For that were recovered the studies of Plato, Aristotle, August Comte, Karl Marx, György Lukács and Lucien Goldman. The ideological question directed the performed reading of the books. The dissertation was divided into two parts, and the first has two chapters and includes the theoretical fundamentation; the second part has three chapters, which refer to the study of the Brazilian, Portuguese and Angolan books, respectively. In the first chapter, a recovery of the ideological evolution of the society that were reflected in the literary productions. Once the second chapter approached the ideological questions of the literary periods of Romance of 30 and the Portuguese and Angolan Neo-Realism. The first chapter of the second part shows the reading of the novel *Lands Without End*, in which Jorge Amado tried to represent the cocoa society from South of Bahia. The reading of the Portuguese book, *Gaibéus*, puts into play the workers harvesters of rice in the region of Ribatejo. Finally, the third chapter examines the book *Dead Earth*, in which Castro Soromenho criticizes the Portuguese colonialism. At last, confirming the importance of the studied topic, it is understood that the undertaken investigation contributed considerably to the attestation of the proposed objective, namely the exclusion of class that victimizes workers in a Capitalist society is similar in the three books under study.

**Keywords:** Jorge Amado. Alves Redol. Castro Soromenho. Romance of 30. Portuguese and Angolan Neo-Realism. Workmanship.

*Dedico minha tese a minha família:*

*José e Dilma, que me deram a vida;*

*Mara, Rosane, Rosangela e Lenise, que me mostraram o que  
fazer com ela;*

*Joel e Carlos, que se assumiram pais; e*

*Junior e Rodolpho, que me ensinaram a amar.*

## AGRADECIMENTOS

Ao final deste trabalho, alguns agradecimentos precisam ser feitos. Devo registrar a importante colaboração da agência CAPES, que concedeu a bolsa de doutorado sanduíche, realizado na Universidade de Lisboa-Pt, a qual me permitiu estar em Lisboa, podendo, assim, entrar em contato com a comunidade europeia e conviver com seu povo.

Agradeço a Prof. Dr<sup>a</sup> Jane Tutikian, minha orientadora, pela luz que representou nesse túnel de incertezas e de dúvidas e, sobretudo, pela paciência em ter sido guia de alguém que andava à esmo.

Agradeço às pessoas maravilhosas que conheci em Lisboa e com quem pude conhecer a portuguesa que há em mim e o Brasil que há neles. Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vania Chaves, por ter orientado minha pesquisa em Lisboa; Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Beatriz Weigert, por ter sido a amiga que foi; Prof. Dr. Alberto Carvalho, por ter me mostrado que não se pode falar besteiras sobre África; Professora e escritora, Ana Paula Tavares, por ter conversado, muito gentilmente, sobre Angola; Dona Eulália, por ter me acolhido com afeto em sua casa; Maria Manuel, por ter me mostrado como lidar com as singularidades da vida portuguesa.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Letras pelas aulas que ministraram e pelas sugestões de leitura que forneceram nas disciplinas cursadas. Agradeço imensamente ao funcionário Canísio por toda a assessoria prestada a mim ao longo do curso.

Neste momento preciso, também, agradecer à paciência, à amizade e ao amor em forma de amizade, isto é, as pílulas diárias para o bem viver: Marcia Lopes, Francine, Cristiani, Cibele, distância geográfica que não diminuiu o afeto e manteve a certeza da compreensão; Juliana Klein e Edimara, bússolas literárias; Fernanda e Aline, doses de alegria e riso em dias conturbados; Marcia Godoy, companhia alegre e errante; colega de trabalho e amigo Paulo, pelos superiores saberes; Neuci e Catia, amigas que viraram irmandade; Virginia, presença constante, leal e paciente.

Enfim, agradeço a todos que entenderam a importância desse renascer.

*A arte não reproduz o visível,  
mas torna visível.  
Paul Klee, 2001*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	9
<b>2 PRIMEIRA PARTE – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS</b>	15
<b>1 O PERCURSO IDEOLÓGICO DO ROMANCE</b>	16
1.1 A IDEOLOGIA DO ROMANCE DE 30	30
1.2 A IDEOLOGIA NEO-REALISTA	35
1.3 PROPOSIÇÕES ESTÉTICO-IDEOLÓGICAS DO NEO-REALISMO ANGOLANO	41
<b>2 EVOLUÇÃO E DESAFIO DO TRABALHO</b>	48
2.1 O OLHAR CRÍTICO DE KARL MARX SOBRE O TRABALHO	57
2.2 BRASIL, TRABALHO E TRABALHADORES	65
2.3 A QUESTÃO DO TRABALHO EM PORTUGAL	71
2.4 O TRABALHO NA COLÔNIA ANGOLANA	77
<b>3 SEGUNDA PARTE- ANÁLISE DE OBRAS</b>	84
<b>1 PROJETO SOCIAL E COSTUMES: JORGE AMADO</b>	85
1.1 O UNIVERSO DRAMÁTICO DE <i>TERRAS DO SEM FIM</i>	91
1.2 OS TRABALHADORES AMADIANOS	96
<b>2 O NEO-REALISMO DE ALVES REDOL</b>	116
2.1 PERCURSO LITERÁRIO	125
2.2 POLÊMICA NEO-REALISTA	132
2.3 ALVES REDOL E <i>GAIBÉUS</i> : PRECURSORES DO NEO-REALISMO	138
2.4 O TRABALHO NARRATIVO EM <i>GAIBÉUS</i>	141
2.5 PERSONAGENS QUE SE INDIVIDUALIZAM NO TRABALHO	145
2.6 A LEITURA DO TRABALHO EM <i>GAIBÉUS</i>	157
<b>3 O NEO-REALISMO DE CASTRO SOROMENHO</b>	166
3.1 O ASPECTO DIEGÉTICO DE <i>TERRA MORTA</i>	176
3.2 A REPRESENTAÇÃO DO TRABALHO EM <i>TERRA MORTA</i>	180
<b>4 CONCLUSÃO</b>	196
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	203
<b>ANEXO A – PALESTRA ARTE DE ALVES REDOL</b>	214

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo primeiro da Literatura é comunicar. E o objeto comunicado passa necessariamente pela intenção do autor, que, nessa travessia entre o desconhecido e o conhecido, serve como guia do leitor para que esse encontre o tesouro escondido, às vezes, muito bem escondido, outras nem tanto. Nesse jogo de esconde-esconde, a arte assume o papel de porta-voz daqueles que estão escondidos socialmente e que precisam ser descobertos, os excluídos. Essa exclusão é de ordem étnica, sexual, social e cultural. Então, entende-se que os negros, os homossexuais, os pobres formam grupos que sofrem com a discriminação e com a exclusão social. Seguindo essa linha de raciocínio, acredita-se que os trabalhadores também fazem parte de um grupo de excluídos.

Os trabalhadores têm sua existência ligada à forma como a sociedade produz seus meios de sobrevivência material. Nos primórdios da civilização, as pessoas realizavam atividades que objetivavam a manutenção direta da vida - caça, pesca, agricultura - o que não era comumente denominado de trabalho. Uma evolução natural, na forma de vida dos indivíduos, tomou forma e esses aprimoraram as técnicas de produção, incrementaram a agricultura, abandonaram o nomadismo e sua sociedade conheceu a noção de mercadoria, a qual assumiu valor de uso. Entretanto, as mercadorias ganharam vulto e se acumularam, pois não havia uma população suficiente para dar conta da demanda da produção. Dessa forma, o excedente de produção passou a fazer parte da sociedade e determinou sobremaneira as relações sociais. As mercadorias passaram a ter valor de troca, o dinheiro adquiriu importância, e o leque das necessidades básicas da população foi expandido. Nessa evolução, o capitalismo, como sistema econômico, solidificou-se e determinou a criação de outras formas de produção. Surgiram, então, as fábricas, as indústrias. E o trabalho mudou seu perfil de mantenedor da sobrevivência para ser o fim único do ser humano.

Nesse devir histórico, o trabalhador assumiu uma condição de servo, de escravo, de trabalhador livre, mas sempre produtor de riqueza. Todavia, poucas vezes avançou para a condição de proprietário dos meios de produção, cabendo esse papel ao grande capitalista, o patrão e senhor absoluto do trabalho. A relação entre patrão e trabalhador sempre foi pautada pela sujeição sob o outro, isto é, a relação mantida por esses dois segmentos do trabalho esteve na maioria das vezes baseada no enfrentamento e na dependência. A importância do trabalho é tanta que não se pode desvinculá-lo do trabalhador, ou seja, é impossível dissociar um do outro, já que falar em trabalho significa falar em trabalhador.

Isso posto, percebe-se que a temática do trabalho permanece pouco privilegiada nos estudos literários. Dessa maneira, compreendê-lo e entender o trabalhador torna-se importante para compreender a organização de determinada sociedade, bem como o nível de exclusão que um indivíduo sofre perante o outro. Por isso, esta tese tem o objetivo de examinar as relações de trabalho em contextos específicos, através de três obras representativas, à luz das questões estético-ideológicas do Romance de 30 brasileiro, do Neo-Realismo português e do Neo-Realismo angolano. Para tanto, definiu-se um *corpus*, não distanciado no tempo e igualmente próximo na temática, que caracteriza o movimento de 30 no Brasil e o Neo-Realismo de Portugal e de Angola, ou seja, as sociedades brasileira, portuguesa e angolana no período histórico entre as décadas de 30 e 40.

Escolheu-se *Terras do Sem Fim*, do escritor brasileiro Jorge Amado; *Gaibéus*, do português Alves Redol; e *Terra Morta*, do escritor moçambicano, mas assumido como angolano, Castro Soromenho. Jorge Amado pretendeu, com *Terras do Sem Fim*, fazer um mapeamento das terras do cacau, baseado na luta, na violência e no abuso de poder dos coronéis. Alves Redol, tendo em mente a problemática do trabalho, o qual afetava a sociedade portuguesa, sofreu forte influência das idéias brasileiras, por isso publicou *Gaibéus* em 1939, dando voz aos trabalhadores do Ribatejo. E Castro Soromenho publicou *Terra Morta* em 1949, período no qual Angola ainda estava sob o domínio de Portugal, sendo que a colônia representava uma fonte de riquezas para a metrópole.

A escolha de um *corpus* que abranja Brasil, Portugal e Angola justifica-se em função da similaridade de eventos que caracterizam suas literaturas e sociedades. O Brasil da década de 30, cujo momento político e histórico era marcado pelo autoritarismo praticado pelo Estado Novo, foi governado por uma ditadura civil; situação semelhante atingiu Portugal, que esteve sob o comando do governo de força de António Salazar. Angola, por sua vez, vivenciou quatro séculos de colonização portuguesa, o que deixou marcas indeléveis em sua história. Nas três obras estudadas, o trabalho vitimiza os trabalhadores, os quais são os personagens principais da trama ficcional.

O mundo, de uma forma geral, atravessava, na época em que as três obras foram publicadas, um período no qual o *status quo* estava sendo posto em questionamento, em que governos autoritários faziam uso da força para firmarem suas ideologias de manutenção do poder, manipulando a opinião pública, massacrando o povo. Pode-se afirmar que o mundo passava por uma troca de mando, ou seja, o domínio do imperialismo inglês, do qual o Brasil também era colônia, cedia lugar ao jugo imperialista americano, a quem o Brasil e os outros países igualmente se renderam. E percebe-se que, nesse contexto, a ideologia de esquerda não

avançou além de seus próprios muros porque a consciência das más condições de vida do povo por si só não se mostrou suficiente para reverter o quadro de exploração social da qual a camada mais pobre se tornou refém. Tendo esses eventos políticos - associados aos econômicos e sociais - como norte, os intelectuais investiram-se de consciência social e passaram a questionar e refletir sobre a forma como suas pátrias estavam sendo atingidas pela efervescência mundial. O movimento literário brasileiro que compreendeu tal preocupação foi o Romance de 30, produção elaborada pela chamada Segunda Geração Modernista, que teve em Jorge Amado um dos seus integrantes mais representativos, escritor que privilegiou a região da Bahia e seus trabalhadores do cacau.

A produção dos brasileiros influenciou diretamente a dos portugueses, que se manifestaram por meio do Neo-Realismo português. O escritor Alves Redol, quando tomou contato com a obra de Jorge Amado e a representação que o romancista havia feito dos trabalhadores da Bahia, percebeu muitas semelhanças entre o povo baiano e o povo ribatejano. O mesmo ocorreu com os angolanos, que realizaram analogias entre realidades geograficamente muito distantes. Nesse intercâmbio cultural, o esperado seria que a metrópole influenciasse as colônias, todavia, conforme observado, o processo foi inverso, pois foi a produção brasileira que incentivou e direcionou, nesse período, a produção na metrópole.

Assim, a justificativa para a escolha dessas obras é encontrada na temática abordada pelos escritores brasileiros, portugueses e angolanos, que optaram pela busca do retrato fiel das mazelas sociais que o povo humilde vivenciava. Reitera-se ainda que, nas sociedades em análise, o trabalho está presente de diversas formas, campo ou cidade, e é executado tanto por trabalhadores quanto por patrões. Essa postura dos intelectuais objetivava que o público-leitor ficasse a par do grave problema sócioeconômico do cacau, do arroz e do colonialismo.

O aspecto que une o ideário dos referidos movimentos literários refere-se à representação social no que ela tem de espoliativo para o povo, focalizando e intensificando as questões do trabalho com o intuito de fazer um chamamento da opinião pública para realidade social. Nessa clara busca pela reflexão, a discussão sobre o papel da Literatura passou a ocupar as mentes dos artistas, uma vez que alguns questionavam a permanência da literatura no espaço estético e outros, entretanto, buscavam uma produção engajada e preocupada com as questões sociais. Enfim trazer à cena romanesca tais personagens objetivava incitar a discussão para questões que vitimavam uma minoria, bem como redimensionar o papel social da literatura.

Para atingir o objetivo proposto e sistematizar a análise feita, o presente estudo está dividido em duas partes. Na primeira parte, composta por dois capítulos, busca-se desenvolver

os pressupostos teóricos que determinaram a leitura das produções literárias. Nesse fazer investigativo, o primeiro capítulo apresenta o pensamento ideológico que ditou os rumos que a sociedade deveria seguir e, conseqüentemente, influenciou suas produções literárias. Para isso, busca-se traçar a evolução do gênero Romance em relação com a ideologia que fomentou os principais momentos da sociedade, por meio de uma investigação dos princípios norteadores das reflexões dos autores Platão, Aristóteles, Augusto Comte, Karl Marx, Georg Lukács e Lucien Goldman.

Fez-se necessário, também, entender como se evidenciou o pensamento ideológico dos movimentos literários nos quais estão inseridas as obras estudadas. Tem-se claro que a literatura muda juntamente com as sociedades e produz obras que estão diretamente relacionadas com o meio onde foram produzidas. Logo, entender o pensamento ideológico norteador do ideário dos movimentos literários, do Romance de 30 e do Neo-Realismo, é de suma importância para a leitura das obras ficcionais.

O segundo capítulo dessa primeira parte compreende um estudo do trabalho, fazendo uma breve revisão de sua história, privilegiando suas primeiras manifestações e sua conseqüente evolução. Esse percurso histórico possibilita um maior entendimento de que forma a história do trabalho repercutiu na população, independente de momento histórico, determinando todo o modo de organização da sociedade. Além disso, busca-se localizar esse fato social nas sociedades das obras ficcionais que se tornaram alvo desta pesquisa. Então, a apresentação da evolução do trabalho e a minuciosa interpretação organizada por Karl Marx possibilitam entender a maneira como essa atividade produtiva, a partir de seus atores é refratada pelas produções ficcionais. Compreender o desenvolvimento do trabalho no Brasil, Portugal e Angola objetiva mapear esse fato social dentro de realidades singulares e semelhantes. Cada um desses países apresenta uma forma ímpar de dimensionar o trabalho. Portugal, obedecendo a um espírito aventureiro e desbravador, encontrou nas colônias Brasil e Angola, os meios para sustentar a sua condição de potência mundial. No entanto, tal procedimento marcou profundamente as duas nações, tornando seus povos intimamente ligados pela realidade da colonização. Importante ressaltar que a ligação se deu entre os três, ou seja, entre colonizados e colonizadores. Claro está que a leitura do trabalho e subseqüente relação com os romances está baseada na questão da representação e da verossimilhança, conceitos fundamentais para se entender as produções ficcionais.

Na segunda parte deste trabalho, procede-se à análise estrutural das obras em estudo, organizada em torno dos personagens, uma leitura social da produção dos romancistas. No primeiro capítulo, focaliza-se a obra brasileira *Terras do Sem Fim*, produção contextualizada

no Brasil da década de 30, quando os reflexos da Revolução de 30 se faziam perceber, um movimento francamente apoiado pelas massas, sendo o primeiro movimento armado em nossa história, o qual evoluiu para um golpe de estado quando os militares resolveram tomar o comando. Em função disso, o país vivia uma grande agitação social, que resultou na subida ao poder de Getúlio Vargas em 1930. Esse fato, por si só, foi o responsável por grandes mudanças na nação brasileira, pois se estabeleceu o enfraquecimento das antigas oligarquias rurais. Cientes da avalanche social que assolava o país, a segunda fase modernista, representada principalmente pela produção literária denominada de Romance de 30, buscava um retrato quase fiel da realidade. Jorge Amado não ficou indiferente e, com sua obra, redimensionou o papel do escritor na sociedade, integrando-se na luta por uma literatura engajada ao projeto de construção de uma nova sociedade.

No segundo capítulo, examina-se o romance português *Gaibéus*, que é o vocábulo equivalente a bóia-fria - nomenclatura conhecida e rotulada pejorativamente para apontar um tipo de trabalhador brasileiro. Alves Redol coloca seus personagens como colhedores de arroz, imigrantes que saem de sua terra natal e rumam para o distante Ribatejo, onde buscam melhores condições de vida. Esse romance inaugurou o movimento literário neo-realista. Em função disso, realizou-se uma análise extensa sobre o Neo-Realismo português por se acreditar que o movimento representou um marco divisório na literatura portuguesa, uma vez que as produções anteriores tinham a preocupação exclusiva com a questão estética, sendo a Presença a principal representante dessa forma de pensar, para depois a leitura e crítica social ganharem mais espaço. Nesse sentido, que o ideário do movimento neo-realista não se limitou ao seu tempo e permanece ainda nas letras portuguesas.

Finalmente, o terceiro capítulo compreende a análise de *Terra Morta*, romance que foi publicado no Brasil, em 1949, porque seu escritor acreditava que a verdade do que estava sendo representado seria chocante demais para sociedade portuguesa. Seu autor é Fernando Monteiro de Castro Soromenho, que apresentou, em sua obra, o colonialismo português em sua face mais cruel, visto que vitimizou de forma definitiva a sociedade angolana. *Terra Morta* é uma obra neo-realista que também tem como personagens principais um grupo de trabalhadores que vivenciam a transição do Ciclo da Borracha para o Ciclo do Diamante. É o romance que inicia a trilogia de Camaxilo, denominação essa cunhada por Alexandre Pinheiro Torres, para quem o exercício desse agrupamento de obras se efetiva quando o “branco irrompe o espaço do branco e utiliza da força física e cultural para exercer o seu poder.”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> TORRES, Alexandre Pinheiro. Propedêutica à trilogia de Camaxilo de Castro Soromenho. In: *Ensaios escolhidos I. Estudos sobre as literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989. p.293

A representação da problemática do trabalho e do trabalhador, nas três obras analisadas, é conduzida pelos narradores, que se colocam ao lado dos trabalhadores e do povo, os quais são constantemente humilhados nessas narrativas, apesar de serem os responsáveis pela manutenção e aquisição da riqueza. O narrador é entendido a partir da tipologia elaborada por Jean Pouillon<sup>2</sup>, que se refere ao narrador com visão por trás, ou seja, o ponto de vista pertence a uma entidade que se mantém distante, uma vez que é profunda conhecedora de todas as situações que compõem a diegese. A escolha dos romancistas por um narrador onisciente explica-se pelo forte caráter social que emerge das obras, nas quais o foco narrativo se coloca francamente contrário à realidade que apresenta e, repete-se, ao lado dos que estão sendo explorados.

A leitura realizada nas obras literárias partiu de um olhar social sobre os fatos que estavam sendo apresentados, olhar esse que paira ora sobre os trabalhadores ora sobre o trabalho. Compreende-se que o trabalhador é motivado pela realização de desejos materiais, entretanto, numa sociedade capitalista voltada para o consumo e para a troca, essa realização não acontece porque o sofrimento passa para o primeiro plano.

É importante destacar que o desenvolvimento dessa pesquisa foi facilitado pela concessão de bolsa sanduíche, na cidade de Lisboa, Portugal, onde foi realizada a pesquisa bibliográfica que fundamenta essa investigação. O financiamento da agência CAPES, que possibilitou a viagem e o ingresso como pesquisadora na Universidade de Lisboa e na sociedade portuguesa, foi de suma importância para o entendimento daquela sociedade e de sua relação com suas ex-colônias.

Além disso, pretende-se que essa pesquisa contribua para futuras leituras das obras *Terras do Sem Fim*, *Gaibéus* e *Terra Morta*, bem como a análise do trabalho apresentada possibilite a outros pesquisadores uma reflexão sobre os rumos da sociedade, incentivando, assim, o desejo por mudança.

---

<sup>2</sup> POUILLON, Jean. *Tempo e romance*. São Paulo: Cultrix, 1974.

## 2 PRIMEIRA PARTE – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

## 1 O PERCURSO IDEOLÓGICO DO ROMANCE

Sabe-se que era prática habitual dos indivíduos pertencentes às sociedades primitivas sentarem-se à volta de fogueiras ou simplesmente reunirem-se em torno de alguém para ouvirem histórias. As narrativas aconteciam porque havia um narrador, em geral a pessoa mais sábia e/ou mais velha, que se dedicava à arte de contar histórias. Essa prática possibilitava a manutenção da tradição de determinado povo, tradição essa que passava de geração a geração. O fator mais importante, nessa relação entre membros de mesma sociedade, unidos para ouvirem histórias, é a integração entre esses indivíduos, dando-lhes a noção do coletivo. Então, pode-se afirmar que o uso da palavra é fundamental, visto que, independente do momento histórico e da sociedade, transforma-se numa arma poderosa para atingir os objetivos de quem a usa. O poder da palavra é incontestável e, conforme se sabe, pode tanto desencaminhar quanto seduzir. Sobre isso, Christian Ruby apresenta a opinião de mestres da retórica, para quem o sopro da palavra:

atiga o ódio da multidão, reconhece o mestre de retórica Górgias (de Leontim, 483-385 a.C.), põe a convicção irrefletida na alma dos ouvintes, confessa Sócrates (469-399 a.C.) apavorado, encoraja as confusões tornando-se o refúgio das habilidades e dos preconceitos, insiste Platão. Aristóteles, abordando o problema de maneira diferente, dá-lhe crédito de ajudar, em certos casos, a elevar a alma enunciando o melhor, a caminhar para o verossímil, graças à refutação da opinião, no rigor de um diálogo vivificado por perguntas e objeções.<sup>3</sup>

O uso da palavra acompanhou a evolução das sociedades, que, ao progredirem, modificaram também a atividade de contar e ouvir histórias e, por conseguinte, igualmente foi modificado o ato de narrar. O teórico Walter Benjamin analisa que tal modificação foi crucial para a desintegração da sociedade e para o fim da narrativa. O crítico coloca ainda o romance como vilão indiscutível desse processo, uma vez que o ato de ler um livro ocasionou o isolamento das pessoas. A organização, com o romance, não se dava mais em torno de um narrador e sim diante de uma obra escrita, um livro, o que fez o leitor permanecer sozinho em sua leitura. Logo, o teórico estabelece uma diferenciação entre romance e narrativa e pontua que o que separa o “romance da narrativa (e do gênero épico em sentido mais estrito) é sua

---

<sup>3</sup> RUBY, Christian. *Introdução à filosofia política*. Trad. Maria Leonor F. R. Loureiro. São Paulo: UNESP, 1998. p.15

dependência essencial do livro.<sup>4</sup> Percebe-se, então, que a literatura evolui juntamente com a sociedade, pois de uma sociedade ágrafa, como eram as primitivas, que tinha suas histórias divulgadas oralmente, evoluiu para uma sociedade cuja palavra escrita transformou-se na principal forma de comunicação.

Para Madame de Staël, a literatura muda com as sociedades e com os progressos da 'liberdade'. Ela se amolda à evolução da ciência, do pensamento, das forças sociais. A literatura é sempre crítica e ao mesmo tempo convite a alguma coisa. A literatura da Corte estava limitada à sátira e à amargura porque o horizonte histórico era fechado. Mas tudo mudou a partir de 1789: uma literatura da fraternidade tornou-se possível e necessária.<sup>5</sup>

Como o objetivo primeiro da literatura é comunicar, e o faz principalmente por meio da palavra escrita, Arte e Ideologia se interpenetram, já que a literatura é uma forma de apreensão do real. Com relação a esse aspecto, Fernando Guimarães ratifica que a significação, por exemplo, “de um texto literário derivaria do facto de ele ser o veículo de uma ideologia”.<sup>6</sup> Tem-se claro que o real é entendido como uma representação teórica da realidade, portanto, a literatura é ideológica. Segundo Eugénio Ferreira, “as ideologias comportam um sistema coerente de idéias e explicações que encerra em termos globais uma concepção do mundo”.<sup>7</sup> A ideologia é um assunto amplo e complexo, mas pode ser entendida como um conjunto de idéias, valores, maneira de sentir e pensar de pessoas e grupos. Além disso, pode remeter a idéias erradas, incompletas, distorcidas, falsas sobre fatos e a realidade. Não se deve esquecer que a ideologia é uma produção humana e que por isso mesmo está voltada a fins práticos. De acordo com Marilena Chauí, ideologia é o ocultamento da realidade social.

[...] os homens produzem idéias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas idéias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia.<sup>8</sup>

---

<sup>4</sup> BENJAMIN, Walter. O narrador. In: *Textos escolhidos: Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno e Jürgen Habermas*. Trad. José L. Grunnewald [et al.]. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Col. Os Pensadores. p.60

<sup>5</sup> BERGEZ, Daniel et al. *Métodos críticos para análise literária*. Trad. Olinda Maria Rodrigues Prata. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p.153

<sup>6</sup> GUIMARÃES, Fernando. *Linguagem e ideologia*. Uma abordagem desde Almeida Garrett a Jorge de Sena. Porto: Lello Editores, 1996. p. 159

<sup>7</sup> FERREIRA, Eugénio. *Espiral literária*. Porto: Edições Asa (União dos escritores angolanos), 1989. p.15

<sup>8</sup> CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. 34.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. p.21

Conforme o pensamento de Terry Eagleton, ideologia é apenas uma maneira “conveniente de classificar em uma única categoria uma porção de coisas diferentes que fazemos com signos. A expressão ‘ideologia burguesa’, por exemplo, é simplesmente uma abreviatura para um leque imenso de discursos espalhados no tempo e no espaço”.<sup>9</sup> Logo, a obra literária comunica a ideologia de seu autor. Em função disso, entende-se que as narrativas orais tinham um forte caráter moralizante e pedagógico. Portanto, não é falso afirmar que o discurso ideológico está carregado de intenções que buscam a legitimação de interesses de quem os profere, que pode ser de maneira falseada ou não. De acordo com Althusser, a ideologia é o próprio processo de visualização e entendimento do mundo. Num artigo intitulado “Ciência e História – No Marxismo de Louis Althusser I”, Tito Cardoso Cunha cita o conceito de ideologia elaborado por Althusser:

A ideologia é fundamentalmente, podemos dizê-lo, uma visão do mundo, mas uma visão do mundo falseada por natureza. É a relação imaginária (não real) que os homens mantêm com as condições reais da sua existência. Ela tem pois uma função social que é precisamente a de ocultar essas condições reais da existência a fim de permitir a sua subsistência e a sua reprodução que seriam postas em perigo pelo desvendamento à consciência da sua existência.<sup>10</sup>

Ao lançar o olhar para a Antiguidade, ao pensamento dos filósofos que balisam o pensamento ocidental, Platão e Aristóteles, nota-se que havia uma predominância do discurso poético. As manifestações do discurso apresentavam-se basicamente na epopéia e na tragédia, sendo que os escritores deveriam observar o rigor estrutural nessas produções. O uso da mitologia, para explicar a forma como entendiam o mundo, tinha o objetivo de orientar o povo, mantendo-o domesticado - se assim é possível referir - e, desse modo, passivo em relação aos seus governantes e suas formas de governar. Os textos de Platão, por exemplo, eram organizados em forma de diálogos para manifestar as opiniões, por vezes divergentes, de vários personagens sobre um mesmo tema.

É possível perceber uma dissonância na forma de entender a importância da poesia no pensamento desses dois filósofos. Para Platão, a poesia poderia ser descartada, uma vez que numa sociedade ideal não haveria lugar para duplicações, ou seja, cópias da realidade. No entendimento do filósofo grego, a poesia não era uma criação e, portanto, não havia necessidade de se duplicar o que já existia. Aristóteles, no entanto, compreendia que a poesia era uma imitação das ações humanas. Para esse pensador, “aqueles que imitam, imitam

---

<sup>9</sup> EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Trad. Luís Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Editora Boitempo, 1997. p.171

<sup>10</sup> CUNHA, Tito Cardoso. *Ciência e História - No Marxismo de Louis Althusser I*. *Vértice*, Coimbra, nº 386-7, vol. XXXVI, p.147-168, mar.\abr.,1976.

peças em ação, essas são necessariamente ou boas ou más”.<sup>11</sup> Platão relacionava o papel da poesia com uma fuga da realidade, pois teria a principal função de abstrair o indivíduo do mundo real.

– [...] ao lembrarmos de novo a poesia, por, justificadamente, excluirmos da cidade uma arte desta espécie. Era a razão a que isso nos impedia. Acrescentemos ainda, para ela não nos acusar de uma tal ou qual dureza e rusticidade, que é antiga a diferença entre a filosofia e a poesia. [...] Mesmo assim, diga-se que a poesia imitativa voltada para provar que deve estar presente numa cidade bem governada, a receberemos com gosto, pois temos consciência do encantamento que sobre nós exerce; mas seria impiedade traír o que julgamos ser verdadeiro.<sup>12</sup>

Deslocando-se da Antiguidade para a Idade Média, depara-se com uma época de trevas. Esse período histórico foi assim considerado por alguns autores devido à mobilidade social à qual o povo estava preso e à forte influência da igreja no pensamento das pessoas. O rápido enriquecimento dos burgueses causou descontentamento nessa instituição, que iniciou um período de crítica voraz aos novos ricos, sob a alegação de que sua fortuna deveu-se à exploração do povo e, em função disso, deveriam ser considerados pecadores. Assim, a igreja, de heroína do povo, passou à vilã. Entre críticas e acusações, uma nova concepção de mundo entrava em vigor: o homem passava a ser o centro das atenções, deslocando-se da escuridão que a devoção a Deus o colocava.

Ao final da Idade Média, o mundo já obedecia a uma nova organização. Houve a formação das nações européias, assim como hoje são conhecidas, e, para que isso ocorresse, foi necessário encerrar o período feudalista, em que o poder estava nas mãos dos senhores feudais, e restituir o poder aos reis. Os filhos dos senhores feudais começaram a frequentar as universidades, e esse fato fez o pensamento se organizar em torno de outros interesses, visto que o pensamento que norteava o mundo feudal já não mais cabia naquele espaço. As fronteiras dos feudos foram alargadas e o pensamento divulgado para além de suas fronteiras.

A partir do final do século XVIII e começo do século XIX, nas origens remotas do Romantismo, o mundo passou a vivenciar uma Revolução Industrial, que alterou em muito as relações sociais. O trabalho artesanal deu lugar ao trabalho industrial. Isso por si só, modificou as relações entre trabalho, trabalhador e classe burguesa. Na França, ideais de liberdade, fraternidade e igualdade ganharam eco e construíram os alicerces para a Revolução Francesa, que proclamava uma mudança de hábitos e atitudes e uma maior valorização dos

---

<sup>11</sup> ARISTÓTELES. Poética. In: *Aristóteles, Horácio, Longino. A poética clássica*. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1981. p. 20

<sup>12</sup> PLATÃO. *A república*. São Paulo: Martin Claret, 2000. p.306-7

indivíduos. Diante de tanta efervescência econômica, política e cultural, à sociedade não restava outra opção senão refletir sobre sua própria condição. Os trabalhadores eram tratados como escravos e, quando manifestavam seu descontentamento, eram mandados embora destituídos de seus direitos. O empobrecimento das áreas rurais fazia ocorrer uma demanda considerável de pessoas que estavam dispostas a viver indignamente em troca de sua sobrevivência. Diante de tal realidade, restou aos operários reivindicar seus direitos como cidadãos e trabalhadores.

Os artistas, dessa forma, então tiveram um papel importantíssimo nessa fase porque foram chamados a expressar essa nova ideologia, de modo que fosse manifestada tal ânsia por mudanças, ou seja, esse desejo por liberdade. A intenção era provocar no indivíduo a manifestação de suas angústias interiores e esse intento vinha ao encontro do ideal do Romantismo, já que os românticos buscavam uma valorização do que o artista estava vivendo no momento. Esses intelectuais pregavam uma liberdade maior do artista. Esse devia, portanto, seguir sua inspiração e produzir de acordo com sua subjetividade. Os valores clássicos foram, então, considerados ultrapassados, uma vez que o rigor formal que caracterizava a epopéia e a tragédia deveria ser abolido. O escritor, nesse momento, era um artista independente e tal independência passava necessariamente pela ruptura com os padrões clássicos.

No Brasil, a realidade da escravatura e o desejo pela abolição das letras brasileiras do padrão europeu fazia com que das páginas dos românticos fosse possível perceber os discursos abolicionista, amoroso e político. É certo que o Brasil não vivia ainda uma realidade industrial, era uma nação recém saída do domínio português e seus intelectuais ainda eram os filhos das classes mais abastadas, que ao estudarem, adquiriam o discurso coincidente com a ideologia européia da época.

Carente do binômio indústria-operário durante quase todo o século XIX, a sociedade brasileira contou, para a formação da sua inteligência, com os filhos de famílias abastadas do campo, que iam receber instrução jurídica (raramente médica) em São Paulo, Recife e Rio (Macedo, Alencar, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Pedro Luís), ou com filhos de comerciantes luso-brasileiros e de profissionais liberais, que definiam, *grosso modo*, a alta classe média do país (Pereira da Silva, Gonçalves Dias, Joaquim Norberto, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Sílvio Romero). Raros os casos de extração humilde da fase romântica, como Teixeira e Sousa e Manuel Antônio de Almeida, o primeiro narrador de folhetim, o segundo picaresco; ou do trovador semipopular Laurindo Rabelo).

Nesse esquema [...] ressalte-se o caráter seletivo da educação Brasil-Império e, o que mais importa, a absorção pelos melhores talentos de padrões culturais europeus refletidos na Corte e nas capitais provincianas.<sup>13</sup>

No caso brasileiro, o discurso dos românticos era basicamente nacionalista, pois mencionava uma descoberta do que, de fato, significava ser brasileiro e, como se sabe, a literatura era fundamental para esse intento, já que possuiu forte caráter de formação identitária. Os intelectuais buscaram, na própria realidade brasileira, os aspectos que identificariam o povo como brasileiro, fato esse que pode ser exemplificado pelo autor José de Alencar, o qual buscou construir um retrato do Brasil por intermédio da exploração regional de temas e personagens em suas obras *O Gaúcho*, *O Sertanejo*, *Senhora*, entre outros.

Para os portugueses românticos, importava uma reestruturação de sua sociedade e economia, uma vez que o regresso da família real, a independência do Brasil e a diminuição das exportações para a agora ex-colônia fizeram o país luso se obrigar a um repensar de atitudes. Logo, a literatura surge como uma forma revolucionária para resolver esses problemas. Salienta-se que a mudança literária e a ruptura com os clássicos estava relacionada com a mudança de público: nova burguesia formada por proprietários rurais. Os romancistas Alexandre Herculano e Almeida Garret estavam em lados opostos, pois, enquanto o primeiro era liberal, antidemocrático; Garret estava ligado à esquerda. Ideologicamente, a literatura passava a ser compromisso e de protesto.<sup>14</sup>

Já na segunda metade do século XIX, o discurso mudou. E tal mudança se processou em função da valorização mundial do cientificismo, que invadiu igualmente as páginas literárias, as quais deveriam se tornar mais realistas. O caráter subjetivo das obras de arte foi perdendo o seu lugar, já que a ordem do momento era priorizar as questões sociais. Os artistas que insistissem numa abordagem sentimentalista e subjetiva eram rotulados como seres individualistas e indiferentes aos problemas que atingiam a sociedade como um todo. A crítica entendia que não era mais cabível um escritor entreter os leitores com romances que falsificavam a realidade, ‘açucarados’, visto que havia a necessidade de conquistar o leitor para que esse se juntasse à luta reformista que se pretendia fazer. Nesse período, fins do século XIX, a sociedade passou a ser entendida à luz dos pressupostos teóricos filosóficos, científicos e sociológicos. A Filosofia deu sua contribuição com Taine e Augusto Comte.

Taine passou a explicar a sociedade a partir do meio, da raça e do momento histórico, logo, as atitudes dos indivíduos seriam condicionadas por esses três fatores. Para tanto, os

---

<sup>13</sup> BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 39.ed. São Paulo: Cultrix, 2001. p.9

<sup>14</sup> SARAIVA, António José e LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. 17.ed. Edição, corrigida e atualizada. Porto: Editora Porto, 2001. p.666

personagens dos romances apareciam como seres cujas atitudes eram determinadas pelo meio onde estavam inseridos, ou seja, pelo espaço geográfico e pela sua hereditariedade, fatores que seriam os responsáveis pelo seu sucesso ou pela falta dele. Também deveria ser considerado o momento histórico, que era forte influenciador na vida do indivíduo, uma vez que esse agia de acordo com a realidade do momento que estava vivendo. Sendo assim, os personagens dos romances não conseguiam escapar de fatores externos a sua vontade.

Augusto Comte formulou a teoria filosófica do Positivismo. Tal teoria era baseada numa visão do mundo na qual o homem era resultado de um processo evolutivo, que se realizaria a partir de três estágios específicos:

a fase fetichista ou teológica, na qual os homens explicam a realidade através de ações divinas; a fase metafísica, na qual os homens explicam a realidade por meio de princípios gerais e abstratos; e a fase positiva ou científica, na qual os homens observam efetivamente a realidade, analisam os fatos, encontram as leis gerais e necessárias dos fenômenos naturais e humanos e elaboram uma ciência da sociedade, a física social ou sociologia, que serve de fundamento positivo ou científico para a ação individual (moral) e para a ação coletiva (política). É a etapa final do progresso humano.<sup>15</sup>

O homem, ao atravessar essas três fases evolutivas, criou, para cada uma delas, uma teoria que explicasse a totalidade dos fenômenos naturais e humanos. Para tanto, foi criada uma ideologia para cada fase, a qual passaria a comandar as práticas humanas. Marilena Chauí observa que a ideologia, a partir do pensamento positivista de Augusto Comte, adquiriu dois novos significados:

por um lado, a ideologia continua sendo aquela atividade filosófica-científica que estuda a formação das idéias a partir da observação das relações entre o corpo humano e o meio ambiente, tornando como ponto de partida as sensações; por outro lado, ideologia passa a significar também o conjunto de idéias de uma época, tanto como 'opinião geral' quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época.<sup>16</sup>

No pensamento positivista, o conhecimento teórico tinha como objetivo delimitar a organização da sociedade com regras e normas, o que possibilitaria a dominação e o controle da realidade natural e social. Claro está que as pessoas detentoras do poder, naquela sociedade, divulgariam uma ideologia que estivesse de acordo com os seus próprios interesses. Segundo Chauí, o positivismo declara que uma “sociedade ordenada e progressista

---

<sup>15</sup> CHAUI, Marilena de Souza, op. cit. nota 8, p. 26

<sup>16</sup> Id-*Ibidem*. p. 26-7

deve ser dirigida pelos que possuem o espírito científico, de sorte que a política é um direito dos sábios, e sua aplicação, uma tarefa de técnicos ou administradores competentes.”<sup>17</sup>

O Socialismo surgiu, nesse período, como uma forma de entender a sociedade que procurava observar o mundo não mais pela ótica religiosa. Seu foco de ação estava na classe trabalhadora, nos operários. Os socialistas entendiam que a luta era a única forma possível de fazer a classe operária lograr vitória e adquirir, além de respeito, melhores condições de vida. Estipulavam também que o capitalismo se autodestruiria porque, em seu interior, coabitavam forças divergentes, que almejavam o lucro sempre.

Mais uma vez, o mundo das letras não ficou indiferente a essas mudanças. Os escritores passaram a entender o mundo por meio da ótica positivista, empreendendo uma linguagem mais ao alcance do público. Essa mudança lingüística buscava facilitar o entendimento da sociedade por intermédio das obras. O livro *Germinal* de Émile Zola, por exemplo, apresentou o drama que era a vida dos trabalhadores das minas de carvão da França no início do século passado. A forma como foi apresentada a união dos operários e o seu sofrimento diante da perda de seus entes queridos, vítimas de maus tratos e de doenças que o trabalho nas minas os obrigava, demonstra uma preocupação do escritor em fazer com que aquela sociedade percebesse o que estava de fato acontecendo. A tônica do momento era produzir literatura que fizesse o público se colocar numa posição de reflexão e de futura quebra do comodismo.

Os anos 20, 30 e 40 do século passado foram determinantes para a mudança na forma de pensar da humanidade. Tal mudança estava relacionada com as guerras que assolaram o mundo e modificaram o quadro sócio-político-econômico mundial. Entre 1914 e 1918, o mundo sofreu com a Primeira Grande Guerra; em 1917, a Rússia realizou sua revolução, a qual foi responsável por colocar o mundo a par do pensamento marxista-leninista; em 1929, o centro do mundo econômico entrou em colapso porque caiu a bolsa de valores de Nova York; em 1930, o Brasil passou por uma revolução; em 1936, iniciou-se a revolução espanhola, que se estendeu até 1939. O resultado de tantos acontecimentos, todos com causas ou conseqüências violentas, foi o estopim para a Segunda Grande Guerra Mundial. Os anos 30 e 40 conheceram governos totalitários, que faziam do uso da força e conseqüente violência os meios para obrigarem os indivíduos a obedecerem sem direito a questionamentos. O Nazismo alemão, o Fascismo italiano, o Franquismo espanhol, o Salazarismo português e o Estado Novo brasileiro são exemplos desses governos. Enfim, diante de tantos acontecimentos, a

---

<sup>17</sup> CHAUI, Marilena de Souza, op. cit. nota 8, p. 28-9

sociedade e seus intelectuais não tinham como ficar indiferentes e engessados aos seus antigos pensares.

Como se sabe, a questão econômica fez parte dos estudos de Karl Marx, os quais se tornaram basilares para uma nova interpretação do mundo e da sociedade capitalista. O estudioso procurou sistematizar as idéias sobre o mundo capitalista, assim como a repercussão desse sistema na vida dos sujeitos, tendo, como objeto de estudo, as relações estabelecidas na Idade Moderna. Tal período histórico é entendido como um período de transição entre o mundo feudal e o mundo capitalista e, portanto, uma negação do mundo medieval. Constatase que, no mundo moderno, consolidaram-se os ideais de progresso e de desenvolvimento, reforçando o pensamento individualista e racionalista.

A teoria cunhada por Karl Marx e Engels, o Marxismo, deve ser entendida como uma teoria econômica de cunho social, a qual propõe que as diferenças entre as classes sociais acarretam opressão de uma sobre outra, e isso influencia a questão cultural da sociedade. Para os teóricos, a produção das idéias,

das representações e da consciência está, antes de tudo, directamente ligada à actividade material e ao comércio material dos homens, é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como emanação directa do seu comportamento material.<sup>18</sup>

A opção por privilegiar os trabalhadores explorados relacionava-se com uma visão utópica, ou melhor, um desejo de tornar a utopia realizável. Mario Sacramento entende que cabia aos intelectuais a responsabilidade de atingir o público para chegarem juntos à sociedade (utópica?) que ambos almejavam, consciente (intelectual) ou inconscientemente (trabalhadores). Logo, as relações arte x ideologia começaram a fazer parte das discussões dos teóricos da literatura. E o entendimento marxista do mundo serviu como base para olhar as sociedades.

Os romancistas produziam suas obras veiculando sua ideologia direcionada a um público leitor. Entretanto, a população trabalhadora, que sofria na sociedade capitalista, não tinha acesso à escola e, portanto, era, em sua grande maioria, analfabeta. Ao examinar o Neo-Realismo português, o crítico Francisco Ferreira de Lima questionou quem de fato lia as obras neo-realistas. Essa indagação é pertinente, uma vez que, segundo o autor, não se sabe o número de analfabetos que existiam em Portugal à época da produção neo-realista. Então, como os camponeses - vítimas defendidas pelos escritores neo-realistas - teriam consciência

---

<sup>18</sup> EAGLETON, Terry. *Marxismo e Crítica Literária*. Afrontamento: Porto, 1978, p.16

de seu papel de vítimas? Além disso, haveria um grupo de intelectuais preocupados com a sua sorte? Nesse sentido, outra questão se coloca: a quem de fato se destinavam as obras neo-realistas? São essas as palavras de Francisco Ferreira de Lima:

É evidente que havia uma grande distância entre as possibilidades efetivas dos camponeses e do desejo desses escritores. Há ainda outros aspectos que mereciam vastos comentários, porém o mais interessante deles é a questão da arte educadora. Não temos estatísticas precisas sobre o índice de analfabetismo na década de 40 em Portugal. É de supor, contudo, que ele não fosse baixo, pois 30 anos antes quase 70% dos portugueses eram analfabetos. Uma pergunta inquietante é a de quem *efetivamente* lia os neo-realistas.<sup>19</sup>

Levando em conta o analfabetismo dos camponeses e estando esses inseridos numa sociedade de consumo, capitalista, o livro não deixa de assumir sua condição de bem de consumo, mas que não pode ser por eles adquiridos: “Vê-se logo que lhes faltava uma discussão e uma visão mais profundas do processo (capitalista) de produção do objeto ‘livro’ enquanto mercadoria sujeita, como todas as outras, às leis do mercado.”<sup>20</sup> Se o seu valor era muitas vezes inacessível ao povo, dois problemas se colocavam: o analfabetismo do povo e o preço da obra literária. Pode-se afirmar, então, que o Neo-Realismo ficava impedido, por condições externas, de atingir seu público e provocar a revolução, a mudança no *status quo*.

Novamente a ligação entre a economia e a forma como a sociedade se organiza é fator determinante na expressão cultural das sociedades. Dessa forma, parece óbvio afirmar que, numa sociedade dividida em classes sociais, uma estabelecendo opressão sobre a outra, tal como se percebe em sociedades capitalistas, sua literatura apresenta tal realidade. Todavia, ao mesmo tempo que retrata tal realidade espera-se que ela conteste esse *status quo*, para atingir “a sociedade sem classes a que toda a literatura de todos os tempos sempre aspirou”.<sup>21</sup> Fernando Guimarães, em seu texto *A arte e a sociedade*<sup>22</sup>, analisa que, para Marx, assim como para Freud, o texto literário é um conjunto de indícios, “de uma infra-estrutura econômico-social, isto é, de uma situação histórica.”

Relacionar sociedade e literatura foi o foco do estudo de Georg Lukács entre as décadas de 20 e 40 do século passado. Vinculado ao pensamento marxista, o húngaro entendia que a percepção do mundo por parte do indivíduo seria facilitada pela literatura, ou seja, o texto literário traduziria o mundo social para o indivíduo. Então, partindo desse pressuposto, cada momento histórico teria uma produção artística representativa de sua importância e

---

<sup>19</sup> SACRAMENTO, Mário. *Há uma estética neo-realista?* 2.ed. Lisboa: Vega, 1985. p.22

<sup>20</sup> *Id-Ibidem*, p.22

<sup>21</sup> *Id-Ibidem*, p.36

<sup>22</sup> GUIMARÃES, Fernando, op.cit. nota 6, p.160

grandiosidade. Conclusão óbvia, é que a sociedade ao evoluir faz com que a literatura, representada pelos gêneros literários, evolua também, fazendo com que a obra de arte se torne reflexo da realidade histórica, tornando-se com isso basicamente mimética. Logo, o Realismo seria a categorização que melhor representaria o ideário luckasiano.

De forma a comprovar sua teoria, Lukács partindo de estudos anteriores, principalmente os de Hegel<sup>23</sup>, apresentou uma progressão dialética dos gêneros literários. O próprio autor, no prefácio de seu *A teoria do romance*, manifesta que

buscava uma dialética universal dos gêneros fundada historicamente, baseada na essência das categorias estéticas, na essência das formas literárias – dialética esta que aspira a uma vinculação entre categoria e história ainda mais estreita do que aquela por ele encontrada em Hegel; buscava apreender intelectualmente uma permanência na mudança, uma transformação interna dentro da validade da essência.<sup>24</sup>

Lukács estudou a tragédia, o drama e o romance. Para o autor, o trágico seria a tese, o drama seria a antítese e o romance seria a síntese. A concepção evolutiva da história da sociedade fez com que o teórico colocasse a tragédia no início dessa evolução porque a vida e o mundo dos deuses não estava separada, então as atitudes dos homens obedeceria a um destino previamente traçado. Já o drama representaria o período em que o homem se daria conta da presença da divindade em sua vida e, de uma forma madura, preparar-se-ia para a fase seguinte. Logo, a fase de maturidade do homem teria como gênero representativo o romance.

O romance é o gênero da sociedade burguesa que, como anteriormente referido por Walter Benjamin, transformou-se num produto da sociedade capitalista, portanto focado no lucro. Então, de acordo com Lukács, estabelece-se uma dissonância entre os valores buscados pelo herói romanesco e a realidade social na qual ele está inserido. Nesse período histórico, o indivíduo encontra-se solitário, abandonado pelos deuses e perdido dentro de sua realidade, enfim, um herói problemático. E o romance é o gênero literário que melhor retrata o estado de confusão do herói.

O legado de Lukács consiste numa leitura política e social da sociedade, estabelecendo uma ligação entre época histórica e gênero literário, colocando a arte como retrato da

---

<sup>23</sup> A produção de *A teoria do romance* sofreu influências de Wilhelm Dilthey. O teórico alemão entendeu de forma dialética os gêneros literários: tese, antítese e síntese. O esquema dialético de Hegel coloca a epopéia como tese, a poesia lírica como antítese e o drama como a síntese. Basicamente, essa tipologia diferencia poesia e prosa. A epopéia, produção poética, período de heróis, diferencia-se da prosa, drama, pela ausência de contradição entre o indivíduo e a sociedade, pois a prosa seria característica da evolução burguesa.

<sup>24</sup> LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. Um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. Tradução, prefácio e notas José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2000. p.13

sociedade. Ora, se arte reflete a sociedade, logo ela é realista, sendo assim o teórico, que se ligou à corrente marxista, percebia na obra literária a possibilidade de desmascarar o social para que houvesse uma tomada de consciência do leitor. Ciente então da realidade, o leitor procederia a uma mudança na sociedade, tornando-a mais justa e mais humana. Para tanto, o herói romanesco, representando individualmente um drama que é coletivo, assumiria uma condição problemática na narrativa, pois, abandonado pelos deuses, teria que sozinho se encontrar na realidade.

A transposição de fatores históricos para o plano ficcional motivaram também os estudos de Lucien Goldman, sucessor de Lukács, a partir da Sociologia da Literatura. Tal sistematização do teórico francês relaciona o fazer literário a partir de dois pontos: visão do mundo e consciência do autor. A visão do mundo refere-se à uma leitura do mundo realizada por um grupo de pessoas, geralmente pertencentes a classes sociais idênticas. Apesar de pertencer a uma produção individualizada, o produtor pertence a um grupo social, logo, ou em função de sua origem ou posição social, mas “sempre pela significação objetiva de sua obra, e nele ocupa um lugar que, sem dúvida, não sendo decisivo é, não obstante, privilegiado”.<sup>25</sup>

Entretanto, o escritor quando procede a tal leitura, o faz de forma individualizada e esse aspecto pode representar uma distorção de interpretação, afinal o social passa necessariamente pelo filtro individual. As deformações de interpretações podem comprometer a questão estética da produção artística. Sobre essa teorização, Regina Zilberman entende que com a capacidade de ler a sociedade, o artista pode suplantar sua condição de classe, assumindo a sua posição de intelectual consciente o autor se torna um tradutor social da realidade.<sup>26</sup>

Nesse âmbito que se inscreve o aspecto da consciência do escritor. Ao entender o mundo e buscar sua representação, ele contraria sua classe no que ela tem de inaceitável e coloca-se ao lado da menos favorecida. De forma paradoxal, o autor assume a condição de porta-voz da visão de mundo fornecida pela classe a que pertence, todavia pode suplantar os seus valores estabelecidos porque possui condições de realmente entender o que acontece ao seu redor. Segundo Lucien Goldman, o “romancista se opõe a uma sociedade e a um grupo social que negam, necessariamente, na prática os valores que eles explicitamente afirmam”.<sup>27</sup>

A teoria de Goldman apresenta uma homologia entre a sociedade e a produção literária, ou seja, numa sociedade de consumo as relações que se estabelecem estão baseadas

---

<sup>25</sup> GOLDMANN, Lucien. *A sociologia do romance*. Trad: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 4

<sup>26</sup> ZILBERMAN, Regina. *Aspectos da interpretação literária*. Rio Grande do Sul. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, vol.16, nº 51, p. 91-122.

<sup>27</sup> *Id-ibidem*, p.22

numa relação de troca e a representação da vida cotidiana passa a ser voltada para o mercado e as pessoas estão ocupadas com os valores de troca, que obviamente estão distorcidos, degradados. Portanto, os indivíduos que se preocupam com os valores de uso, numa sociedade que vivencia valores contrários, está obviamente em conflito. Para Goldman, os indivíduos “que se conservam orientados em todos os domínios para os valores de uso e, que, por isso mesmo, situam-se à margem da sociedade e se convertem em indivíduos problemáticos”.<sup>28</sup> Na sociedade de consumo, os bens quando assumem o valor de troca passam a importar enquanto valor quantitativo e não qualitativo.

A literatura é produzida num espaço e num tempo específico. Assim, o contexto social e histórico estão imbricados na obra de arte. Entretanto, a ficção não se apresenta como uma duplicação da realidade, mas como situações e fatos que se assemelham a ela. Na verdade, o escritor necessita convencer o leitor de que o fato que está sendo apresentado é real. A isso se chama verossimilhança. Levando tal fator em conta, pode-se inferir que, se os escritores precisam convencer seus leitores da veracidade de suas obras, é certo que a literatura evolui juntamente com a sociedade e, de certa forma, a refrata.

Indo mais além, pode-se afirmar que é possível compreender o mundo por meio da leitura de uma obra literária, pois os escritores se apresentam como produtores de sua época. Dessa forma, é possível entender as obras de arte como testemunhas das idéias que os homens fazem do mundo no qual estão inseridos, justificando-se seu estudo estar dividido em períodos ou movimentos literários, os quais privilegiam cada época de forma diferente. No Romantismo brasileiro, como havia uma preocupação com a construção de uma identidade nacional, a literatura seria uma forma de fazer os brasileiros se sentirem identificados nas páginas dos folhetins, já que a literatura é produtora de cultura e, como tal, é também produtora de identidades.

Os intelectuais em geral e os escritores em particular foram conduzidos pela história a se posicionarem e privilegiarem a temática social em suas produções. A literatura então direciona seu foco no entretenimento para assumir o papel de chamar a atenção da opinião pública para os problemas sociais. Nesse sentido, não era permitida a postura indiferente dos intelectuais. José Rodrigues de Paiva assim resume:

André Malraux escreve *A condição humana* e *A esperança*; Ernest Hemingway publica *Por quem os sinos dobram* e *Adeus às armas*; Máximo Gorki e Iliá Ehreburg traçam um retrato do sofrido povo russo; Alberto Morávia e Vasco Pratolini escrevem romances sobre aspectos do fascismo italiano e as greves de

---

<sup>28</sup> ZILBERMAN, Regina, op. cit. nota 26, p.17

Turim transformam-se em temas literários; John Steinbeck escreve *As vinhas da ira*; Faulkner, Caldwell, John dos Passos, Sinclair Lewis e Scott Fitzgerald são outros romancistas americanos que retratam a depressão econômica dos Estados Unidos. No Brasil surgem os escritores regionalistas [...] Em Portugal, nesta mesma década, alguns escritores já abordam uma temática social. É particularmente significativo que Ferreira de Castro, um dos mais importantes precursores do Neo-Realismo, publicasse em 1930 o seu romance mais famoso, o romance das suas próprias esperanças no Brasil: *A Selva*.<sup>29</sup>

O discurso histórico está presente na produção literária, cumprindo muitas vezes o papel direcionador das obras. As questões sociais também ocuparam e ocupam as páginas dos grandes romances. Sendo assim, não se pode dizer que um romance é refratário às manifestações externas. No entanto, superestimar o caráter social e histórico de uma época, representando-os fielmente em suas obras, fez com que alguns autores fossem criticados e tivessem suas obras rotuladas como documentais. Então, quanto mais fiel à realidade a obra se tornava, mais marcadas ideologicamente elas ficavam. Ao examinar obras pertencentes ao Romance de 30 brasileiro e ao Neo-Realismo português percebe-se sua forte ligação com o pensamento marxista e a crença de que o comunismo seria a melhor saída para a melhoria na realidade dos sujeitos. Claro está que obras que defendessem tal pensamento seriam taxadas de documentais, panfletárias e subversivas. A justificativa para tal interpretação é encontrada em sociedades com governos absolutamente autoritários, cuja população de analfabetos é grandiosa. Logo, qualquer discurso que questionasse o *status quo* seria profundamente rechaçado.

De tudo isso que foi observado, nota-se que o momento histórico de uma sociedade é fator determinante para que formas de pensar e entender o mundo ganhem corpo e direcionem ações e atitudes dos indivíduos, ou seja, os sujeitos sociais são comandados pela ordem de pensamento vigente. Da retórica, arte da palavra, na Antiguidade, ao romance social da contemporaneidade tal evolução se processa, já que a literatura, que é uma produção social, surge sempre como elemento de divulgação de ideologias. Assim se afirma porque os escritores, em determinadas épocas históricas, partiram em busca de uma temática social a qual se tornaria o mote para a literatura.

O Romance de 30 brasileiro e os Neo-Realismo português e angolano exemplificam o que foi anteriormente referido, isto é, os fatos sociais direcionam a produção literária. Tanto a segunda geração modernista brasileira quanto os neo-realistas portugueses - e na esteira o Neo-Realismo angolano - buscaram denunciar a exploração que sofriam os trabalhadores da região rural. Como forma de intensificarem sua denúncia, colocaram esse grupo social

---

<sup>29</sup> DE PAIVA, José Rodrigues. *As surpresas do mágico & outros ensaios*. Recife: Encontro, 1985. p. 70-1

flagelados como personagens principais de suas tramas. O pioneirismo coube aos modernistas brasileiros, que voltaram o seu olhar para as camadas desfavorecidas e optaram por não ficarem indiferentes aos fatos. Nesse processo de divulgação da realidade, acabaram por influenciar os modernistas portugueses, os quais também sentiram a necessidade de desvendar o verdadeiro Portugal para os portugueses. Quanto aos angolanos, não foi diferente, entretanto, percebe-se que a produção literária africana estava mais voltada para os próprios portugueses do que para os africanos, isto é, o público-alvo das obras africanas eram os portugueses. Todavia, a influência é tanta que pouca diferença se encontra entre os trabalhadores do cacau, os sofridos gaibéus e os explorados africanos.

Nessa rede de indícios, é interessante constatar que, se em tempos remotos a intelectualidade brasileira procurou se libertar da influência européia-portuguesa, na contemporaneidade de 30, os brasileiros acabaram por motivar os intelectuais de além mar a fazer uma literatura voltada à realidade social de seu povo. A semelhança de eventos, dramas pessoais e flagelo econômico fizeram com que tanto brasileiros quanto portugueses dirigissem seus olhares para a camada sofrida da população brasileira e lusa. Nesse sentido, faz-se necessário delimitar alguns elementos principais de cada um dos movimentos literários, o Romance de 30 e o Neo-Realismo português e angolano, com o objetivo de conhecer a ideologia que norteou seus fazeres literários, pensamento esse que se inflamou em torno de uma concepção do mundo baseada no poder de uma classe que se insurgia como dominante: o operariado.

## 1.2 A IDEOLOGIA DO ROMANCE DE 30

Em 1929, o panorama histórico mundial foi marcado por uma crise capitalista, pela queda da Bolsa de Nova York<sup>30</sup>, a Guerra Civil Espanhola<sup>31</sup>, o New Deal<sup>32</sup> e, como consequência, a Segunda Grande Guerra. Em função desses acontecimentos, surgiu uma nova

---

<sup>30</sup> Início da grande depressão, recessão econômica, na qual milhares de acionistas perderam grandes somas de dinheiro de uma hora para outra. Cf. FONTANA, Josep. *Introdução ao Estudo da História Geral*. Trad. Heloísa Reichel. Bauru, SP:EDUSC, 2000.

<sup>31</sup> Aconteceu de 1936-39, iniciada por Franco que lutou contra as contradições internas no país espanhol.

<sup>32</sup> Uma série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 37, sob o governo Roosevelt, com a intenção de recuperar a economia norte-americana e assistir aos prejudicados pela grande depressão. Com isso, houve um crescimento dos gastos públicos, bem como um deslocamento de atribuições dos Estados para a União Norte-Americana.

forma de encarar a arte, fazendo ganhar vulto um grupo de intelectuais, no mundo todo, que se sentiram na responsabilidade de fazer de sua produção um grito de alerta para a população.

A crise econômica que o mundo enfrentava atingiu também o Brasil, já que havia uma dependência do mercado exterior para a venda de café, ou seja, a economia brasileira dependia da exportação. Nesse panorama, aconteceu a Revolução de 30, que pretendeu derrubar o *status quo* político e que teve conseqüências na economia, na cultura, na política, enfim, na sociedade brasileira como um todo. Nelson Werneck Sodré entende que a etapa histórica iniciada com a Revolução de 30 é a da “aceleração no desenvolvimento das relações capitalistas e, conseqüentemente, o crescimento quantitativo e qualitativo da burguesia e do proletariado. Só no campo tais relações desenvolvem-se muito desigualmente e com lentidão pelo menos nas décadas dos trinta aos cinquenta”.<sup>33</sup>

A principal característica política desse período foi a alternância no governo do país, o qual foi apelidado República do Café-com-Leite. O rodízio foi efetivado no governo de Campos Sales (1898-1902), que estreitou laços entre Minas Gerais, que era o estado mais populoso, e São Paulo, o estado mais rico, acentuando, com isso, a influência das elites rurais. Essa denominação foi assumida porque subiam ao poder os representantes das oligarquias cafeicultoras de São Paulo e da pecuária de Minas Gerais, as quais dominavam a cena política nacional da Primeira República.<sup>34</sup> Para Nelson Werneck Sodré, o início do século XX reflete a crise dos fins do século XIX, que culminou com a Abolição e o fim da República. O Brasil dependia essencialmente da produção escrava e quando passou a organizar a sua produção material em torno da realidade capitalista, viu-se na obrigação de fazer mudanças. Sodré argumenta que a crise

dos fins do século assinala, assim, uma etapa inicial da ascensão burguesa no Brasil. Uma etapa que, evidentemente, deve ser apreciada na relatividade histórica e inserida no longo período em que a ascensão burguesa permaneceu compatível com a presença dominante das formações pré-capitalistas, que vinham de um passado escravista prolongado e do alastramento de relações feudais de extrema resistência à mudança.<sup>35</sup>

Verificava-se que o processo histórico do regime republicano representou um esforço para adequar uma expansão capitalista imatura com uma expansão capitalista em seu apogeu.<sup>36</sup> Por isso, há uma manutenção de estruturas econômicas que se assemelham ao

---

<sup>33</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p.59.

<sup>34</sup> Id-*Ibidem*, p.270.

<sup>35</sup> Idem, *Literatura e História no Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p.8-9

<sup>36</sup> Idem, *Evolução social e econômica do Brasil*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Da Universidade\UFRGS, 1996, p.79

Feudalismo, já que os latifundiários eram os responsáveis pelo comando da nação, e o povo a eles estava sujeito- fato esse ainda vivenciado pelo povo brasileiro. Estabelece-se uma relação entre as pessoas e instituições, na qual a população com menos poder aquisitivo está subjugada à que tem mais posses. Claro está que o discurso dominante coaduna com o pensar da elite que está no poder.

Ao opor-se aos preceitos da República Velha, a Revolução de 30 trouxe junto uma onda de esperança para a população. Sobre isso, o crítico Nelson Werneck Sodré faz uma avaliação, tendo como base a fase de 1930-45, a qual se caracterizou por ter uma grande efervescência política e por uma luta ideológica.

Começa em ambiente de relativa liberdade, para desembocar, em 1935, em medidas de exceção, e culminar, em 1937, com o estabelecimento do Estado Novo; essa evolução assinala o clima das controvérsias.(...) É, pois uma fase em que os intelectuais são chamados a assumir posições políticas e a levar para suas criações tudo o que essa participação revela ou impõe.<sup>37</sup>

O interesse dos escritores com o grupo de trabalhadores e a exploração que sofriam justifica-se, segundo Eduardo de Assis Duarte, porque, no Brasil, História e Política sempre andaram de mãos dadas e, como é de conhecimento de todos, a sociedade organiza-se em função da sua história. As primeiras décadas do século vinte foram marcadas por intensos levantes populares e militares, que mudaram o retrato mundial. No mundo todo, ecoavam os agitos causados pela Revolução Russa de 1917, o que fez os intelectuais brasileiros clamarem por semelhantes atitudes no Brasil. A revolução cultural de 1922, que se tornou historicamente conhecida pelo título de Semana de Arte Moderna, fez os pilares da arte brasileira se desestruturarem. O apelo por um redescobrir nacional abriu caminho para o Romance de 30 e seu grupo regionalista, que tomou para si a tarefa de descortinar as nuances sociais brasileiras.

Modernismo, tenentismo e comunismo superam a condição de meros acontecimentos circunscritos ao ano de 1922 e constituem-se como balizas muito claras para a literatura que irá surgir a partir de 1930. O chamado romance de 30, a par de seus vínculos com a tradição regionalista do século XIX, muito deve à revolução estética iniciada em 22. Basta lembrar a preocupação com a identidade nacional (e com as diferenças regionais), com a renovação da linguagem literária e a pesquisa das formas populares de expressão. Trinta vai herdar, como é sabido, boa parte deste sentido de modernidade bafejado na literatura brasileira a partir de 22.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> SODRÉ, Nelson Werneck, op.cit. nota 35, p. 64-5

<sup>38</sup> DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro\São Paulo: Record, 1996. p.20

Esse grupo de escritores buscou desvelar os olhos da sociedade brasileira para a situação precária que vitimava alguns brasileiros. Devido a isso, os artistas privilegiaram uma temática que buscasse retratar fielmente as mazelas sociais que o povo humilde vivenciava, chamando, assim, a atenção para o problema socioeconômico das secas e a luta de classes que giravam em torno do açúcar e do cacau. Enfim, ao trazer tais personagens à cena romanesca, os escritores buscaram discutir o papel social da literatura. A mudança de postura dos intelectuais tencionava uma tomada de consciência por parte da população, o que acarretaria em uma ruptura com a realidade social que protagonizavam, repercutindo de forma favorável em outros países. Segundo já referido, os intelectuais portugueses identificaram, nas páginas dos romances brasileiros, muitas situações semelhantes à realidade portuguesa.

O Romance de 30, que tinha como foco principal a realidade gaúcha e nordestina, nasceu quando um grupo de escritores reuniu-se em defesa de uma mesma idéia, qual seja a de realizar uma literatura que tivesse um papel social definido e, portanto, que estivesse voltada ao desmascaramento da realidade brasileira. Esse grupo queria realizar o sonho de uma sociedade irmanada nos interesses do coletivo. Esse era o ideário que motivava a produção literária dos anos 30 no Brasil e, observando-se a realidade brasileira da época, é possível entender porque se estabelecia o desejo utópico por uma sociedade livre e igualitária. Para os intelectuais engajados, a força que motivaria tal mudança se originaria na união do operariado, o qual ganhava nuances de heroicidade, assim como analisa Eduardo de Assis Duarte, para quem o “proletariado insurgente faz reaparecer o heroísmo perdido na literatura burguesa desde o período realista; a prosa e a poesia reencontram motivações épicas, encarnadas agora no combatente operário ou camponês, no agitador e no dirigente partidário.”<sup>39</sup>

No entendimento de Jorge Amado – escritor que integrou o grupo dos intelectuais engajados ideologicamente nesse projeto social - foram os romancistas de 30 que estrearam o romance brasileiro, cheios de esperança e profundamente tocados pelo sofrimento do povo. Eles “tentaram resolver a grande contradição que caracterizava a nossa cultura, ou seja, a oposição entre as estruturas civilizadas do litoral e as camadas humanas que povoam o interior.”<sup>40</sup> Levando em conta essa análise do escritor, compreende-se que, de certa forma, a ficção nordestina assumiu ares de documento, pois optou por realizar uma literatura de cunho social, colocando em cena os oprimidos por uma classe social com *status* de superior.

---

<sup>39</sup> DUARTE, Eduardo de Assis, op. cit. nota 38, p.18

<sup>40</sup> RAILLARD, Alice. *Conversando com Jorge Amado*. Trad. Annie Dymetman. Rio de Janeiro: Record: 1990. p.62

É possível observar ainda que a origem dos escritores poderia apontar para uma postura ambígua frente à realidade, uma vez que escreviam contrariando os interesses de sua classe. Podem ser caracterizados, então como solidários os escritores que romperam as fronteiras sociais e assumiram o compromisso de desmascarar a realidade de opressão que os outros desfavorecidos sofriam. Exemplos do espírito solidário dos romancistas são encontrados no Romantismo e no movimento modernista de 22. Esse, apesar de todo caráter revolucionário e proposta libertária que possuía, não foi senão um movimento da classe mais abastada que voltava os olhos para o flagelo da menos favorecida. O povo – o que não se surpreende – foi e é figura coadjuvante no processo histórico e cultural brasileiro. Jorge Amado comentou esse aspecto com Alice Raillard a respeito dos intelectuais que engrossavam os grupos que debatiam as questões de cunho social e que eram, na sua maioria, indivíduos pertencentes à elite brasileira.

Foi toda a riqueza do café que patrocinou o modernismo, abrindo-lhe inclusive as páginas de seus jornais *Correio Paulistano*, órgão do *Partido Republicano Paulista*, dos grandes latifundiários, o *Diário de São Paulo*, que publicou a famosa *Revista de Antropofagia*, tudo isto acontece nos grandes jornais da burguesia paulista. São pessoas que tinham grande desconhecimento do povo; [...] Em minha opinião o modernismo como fenômeno é historicamente limitado, tem um começo e um fim. Mas, ao mesmo tempo, tinha uma enorme efervescência que ultrapassava o modernismo e que levava consigo o tenentismo.<sup>41</sup>

O espírito transgressor dos escritores de 30 pode ser resumido por meio das palavras de Jorge Amado, pela epígrafe do romance *Cacau*: “*Tentei contar com um mínimo de literatura para um máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Bahia. Será um romance proletário?*”<sup>42</sup> É a assinatura do autor que ratifica o seu compromisso em realizar uma literatura-testemunho de sua época, desejo esse compartilhado por Raquel de Queirós, Graciliano Ramos, Erico Verissimo, entre outros. Esses escritores buscaram fazer de suas obras literárias uma forma de protesto contra um sistema social e econômico, que, ao mesmo tempo que beneficiava uns, empobrecia muitos outros.

Todavia, a referência ao levante do proletariado pode causar um certo estranhamento quando se tem o Brasil como foco. O termo refere-se a um tipo de trabalhador que atua diretamente na linha de produção de fábricas e indústrias, fomentando a economia industrial. Entretanto, no Brasil de 30, a indústria era insipiente, sendo o trabalho ainda realizado de forma manual, em grandes propriedades rurais e centrado na figura do grande latifundiário.

---

<sup>41</sup> RAILLARD, Alice, op. cit., nota 40, p.58

<sup>42</sup> AMADO, Jorge. *Cacau*. 46.ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

Jorge Amado caracteriza como pretensiosa sua intenção de produzir um romance proletário com a obra *Cacau*.

A consciência proletária ainda estava em formação num país que apenas começava a se industrializar e onde não existia, propriamente, uma classe operária; o que havia era o trabalhador manual – e, neste ponto, a descrição da vida dos trabalhadores rurais é o que torna *Cacau* muito real; embora seja absolutamente idealista, do ponto de vista ideológico, a tentativa de aproximação entre os intelectuais e os proletariado ao qual corresponde o herói do livro.<sup>43</sup>

O caráter ideológico dessas obras ditas documentais consistia na exploração de temas que colocavam a camada mais pobre, objeto estético dos romancistas de 30, como sofredora de todos os males que a sociedade capitalista e toda sua indiferença perante os dramas sociais impunham. A ligação com o partido comunista ratifica tal forma de pensar, entretanto, o que se entende como mais importante é o fato de que houve uma preocupação, no registro, na busca real dos fatos sociais que vitimavam os indivíduos. E a literatura refratou tais fatos para suas páginas, fazendo arte com a realidade.

## 1.2 A IDEOLOGIA NEO-REALISTA

O Neo-Realismo pode ser considerado um movimento profundamente ideológico porque apresenta a forma de pensar de um grupo que procurava modificar, por meio de suas publicações, a realidade na qual estavam inseridos. Sendo assim, entra em discussão o aspecto utópico do movimento. Portanto, uma análise do Neo-Realismo passa necessariamente pelo entendimento dos conceitos de ideologia, de utopia e a forma como foram entendidos pelos opositores do arte-pela-arte.

Ideologia, por ser um tema controverso, está sujeita a interpretações de toda ordem. Pode ser entendida, grosso modo, como a forma de pensar o mundo de qualquer ser humano, e a simultânea interpretação desse, relacionada com a tomada de consciência dos indivíduos de seus atos. Já a utopia<sup>44</sup> representa uma relação ou situação ideal, que se torna irrealizável, sendo sua intenção primeira a de modificar o que está posto. A obra mais conhecida de Tomás

---

<sup>43</sup> RAILLARD, Alice, op. cit. nota 40, p.55

<sup>44</sup> MORUS, Tomás. *Utopia*. 14. ed. Trad. José Marinho. Lisboa, Guimarães Editores, 2005. É uma obra que fica na história do Socialismo como a primeira tentativa teórica da edificação de uma sociedade baseada na comunidade de bens.

Morus (ou Thomas More) versa sobre essa sociedade ideal, sem propriedade privada, com comunhão total, perfeita união entre a cidade e o campo, sem trabalho assalariado, tendo como gestor o próprio Estado, mas fundamentada no aspecto religioso. Ideologia e utopia são conceitos que compreendem algumas diferenças. A ideologia é uma forma de legitimar uma ordem existente, enquanto que a utopia fragmenta essa ordem; se a ideologia se opõe ao real, a utopia é o próprio irreal ou não-científico; e a existência da utopia é uma certeza de que a sociedade se manterá viva, pois qualquer sociedade precisa ter projetos e ideais, buscar o inatingível.

A diferença entre ideologia e utopia, para Paul Ricouer, tende a desaparecer quando o foco é o pensamento marxista empregado pelo Neo-Realismo. Isso acontece porque ambas estão no plano do imaginário, da irrealidade. O ideário desse novo Humanismo, que, em linhas gerais, diferente do primeiro, voltava o seu olhar para o futuro e, entre outras coisas, era a transformação da realidade pela arte. Sendo assim, os neo-realistas pretendiam romper com a alienação que impedia o povo de verificar sua verdadeira condição na sociedade. A ideologia marxista, então, busca estabelecer um contato próximo entre a vida espiritual com a realidade material.

O crítico brasileiro Francisco Ferreira de Lima analisa a ojeriza (termo do autor) que os neo-realistas tinham pela geração de 70, que se justifica pelo tipo de produção que essa realizava, bastante diferente da almejada pelo grupo neo-realista. O crítico explica ainda que “o novo objetivismo seria assim, a integração entre objetividade e subjetividade, como queria Marx. Segundo ele, só a partir dessa integração é que seria possível interferir na realidade, desmontando suas estruturas e revelando-lhe suas contradições.”<sup>45</sup> Entre ideologia e utopia, na literatura, está o público que assimila as obras literárias, o fim último da produção dos escritores.

Em *Há uma estética neo-realista?*, Mário Sacramento observa que com o Neo-Realismo “abria-se o aprendizado dum novo tipo de escritor e a criação duma nova consciência de homem.”<sup>46</sup> Sacramento discute a relação entre o número de operários com o número de obras literárias, mas contesta a impossibilidade de tal fato. Além disso, o autor entende que definir o Neo-Realismo, a partir do potencial do intelectual, seria uma redução, pois seria

---

<sup>45</sup> LIMA, Francisco Ferreira de. *Do inventário à invenção. Redol e o Neo-Realismo*. Feira de Santana: UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2002, p.19.

<sup>46</sup> SACRAMENTO, Mário, op. cit. nota 19, p.32

esquecer que o problema básico é o de uma consciência de intelectual (seja ele de origem popular ou burguesa) que vê na aliança com o proletariado o único meio válido (e confirmado) de chegar, a curto ou a longo prazo, não importa (mas já houve quem dissesse que sim!) à sociedade sem classes a que a literatura de todos os tempos sempre aspirou.<sup>47</sup>

O Neo-Realismo preocupava-se, sobretudo, com a alienação social dos indivíduos, tanto que sua produção artística procurava alertar os leitores sobre a realidade social da qual eram vítimas milhares de pessoas, querendo desse modo, a elevação de seu nível de consciência. Os autores neo-realistas, ligados portanto ao marxismo, trazem à cena, como personagens principais, aqueles que são vítimas da realidade ultrajante e discriminatória: os trabalhadores. São personagens que, às vezes, sucumbem diante da realidade, outras vezes lutam contra ela. Mas esse autores apresentam também os algozes de um sistema econômico que flagela uns e beneficia outros: os grandes proprietários. Para os neo-realistas, retirar os homens dessa alienação, por meio de uma tomada de consciência, era sua tarefa primeira. Posto isso, entende-se por que a preocupação dos escritores neo-realistas centrava-se na alienação profunda de uma realidade social – a opressão de uma classe sobre a outra – na qual eram vítimas os que pertenciam à classe inferior, de menor poder aquisitivo.

O pensamento que dominava aquele grupo de pessoas estava ligado à ideologia, entendida como os referenciais mentais que são adotados pelas diferentes classes e grupos sociais para tornar intelegível o funcionamento da sociedade. Na concepção de Inara Rodrigues, o Neo-Realismo teve como desafio “equilibrar-se entre a defesa da autonomia de toda criação artística e a certeza de que seu papel estava a propiciar, de forma efetiva, a transformação social.”<sup>48</sup> Em função da preocupação em apresentar as mazelas sociais, o movimento literário foi acusado muitas vezes de estar mais ligado ao jornalismo, uma vez que fazia mais uma apresentação de fatos sociais do que a literatura, porque entendiam os críticos que o estético estava sendo deixado em segundo plano. Benjamin Abdala Junior argumenta que “no combate à concepção da *arte pela arte* da *Presença*, viu-se reduzido à identificação da arte social com o jornalismo, quando os jovens escritores do movimento procuravam afirmar-se mais pela ideologia, já que a práxis artística ainda era incipiente.”<sup>49</sup>

A relação entre o sonho utópico dos neo-realistas e a arte relacionava-se com a possibilidade de cada indivíduo de desnudar a realidade, por meio da leitura da obra de arte.

---

<sup>47</sup> SACRAMENTO, Mário, op. cit. nota 19, p. 35-6

<sup>48</sup> RODRIGUES, Inara de Oliveira. *Entre a história e a ficção: diálogo de várias vozes no resgate da utopia*. 2000. Doutorado (Doutorado em Teoria da Literatura). Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre - PUCRS, Porto Alegre, 1985, p.213.

<sup>49</sup> ABDALA JUNIOR, Benjamin. *A escrita neo-realista*. São Paulo: Ática, 1981, p.6.

Rodrigues explica que “a impossibilidade de utopia, de acordo com o ideário neo-realista embasado no materialismo histórico dialético, acabou constituindo-se na equivocada tentativa de fazer a arte possível, ainda que se reconheça o amadurecimento paulatino do movimento.”<sup>50</sup>

As obras neo-realistas apresentavam o mundo do trabalho perfeitamente inserido na ótica capitalista, com a economia voltada para o mercado e a alienação do trabalhador expostas em suas páginas. Então, por isso a ligação entre Neo-Realismo e Marxismo se justifica pela similaridade de ideário, já que ambos propunham uma mudança na realidade de uma sociedade cuja economia estava baseada nos bens de produção. Entretanto, as idéias marxistas, que entendiam os problemas sociais a partir de uma análise detalhada dos meios de produção, não podem ser relacionadas apenas com o movimento modernista. O movimento romântico, por exemplo, igualmente apresentava uma visão social da realidade, apesar de seu forte caráter individualista. Em Portugal, o Romantismo desenvolveu-se a partir de uma valorização da sua própria história nacional, diferente não foi no Brasil, onde a busca por uma literatura própria se deu por intermédio das obras dos escritores românticos. Enfim, a questão do coletivo, da sociedade não é prerrogativa apenas dos neo-realistas, os românticos também desejaram uma literatura que privilegiasse a todos, porém, enquanto os românticos valorizavam o aspecto subjetivo, os neo-realistas focavam o caráter coletivo em suas produções. Tendo isso como norte, João Camilo considera que “o neo-realismo não pode se reduzir ao marxismo (que nem é uma corrente literária, ao passo que o neo-realismo pretende sê-lo e não pode, por isso mesmo, deixar de referir-se à literatura que o precede)”.<sup>51</sup>

Independentemente desse entendimento, a ligação entre o ideário de Marx e a produção empreendida pelos neo-realistas é indiscutível. Sendo assim, na ficção é possível perceber o interesse pela discussão a respeito da consciência e luta de classes. Em cena, são colocados conflitos sociais, cujos agentes são camponeses, operários, patrões e senhores da terra. Os melhores textos neo-realistas analisam, de maneira objetiva, as diversas facetas dessas entidades.

De acordo com Ferreira Lima, um dos maiores dilemas em que se debatia o primeiro Neo-Realismo era a distinção entre estética materialista e poética neo-realista. “O sucesso da distinção reside no fato de que a poética neo-realista tem como suporte uma estética materialista. Portanto, o que une a produção (diversa e heterogênea) do neo-realismo é o fato

---

<sup>50</sup> RODRIGUES, Inara de Oliveira, op. cit. nota 48, p.215.

<sup>51</sup> CAMILO, João. *Breves reflexões sobre o neo-realismo de Carlos de Oliveira: A influência da Antiguidade Grega e a Herança de Ibsen*. Lisboa-Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. (Arquivos do Centro Cultural Português XXII Separata) p. 427.

de essa ter por base uma teoria materialista do objeto estético.”<sup>52</sup> O crítico argumenta que só haverá arte revolucionária se houver uma visão materialista do objeto estético,

não é necessário ter apenas uma concepção materialista da história e a visão da dinâmica do organismo social para fazer-se uma arte neo-realista. Mais que isso, é fundamental uma concepção materialista do próprio objeto estético, sem a qual não haverá arte revolucionária em seu sentido pleno.<sup>53</sup>

Portanto, reafirma-se que os escritores, porta-vozes da sociedade, procuraram representar, em suas produções literárias, os elementos sociais que provocassem uma reação nos leitores, fato esse que culminaria com a mudança de tal realidade. Alexandre Pinheiro Torres defende que o movimento literário da década de 40 tencionava “conhecer a verdadeira *situação* do homem no mundo do seu tempo, não a situação do homem excepcional, privilegiado, instalado ou desocupado, mas do homem mergulhado na luta pela libertação de estatutos sócio-políticos da Desigualdade e da Injustiça.”<sup>54</sup> Nesse movimento, há a restauração de Literatura Social, de ação reformadora, consciente, literatura *engagée*, a serviço da redenção do homem do campo ou da cidade, injustiçado ou humilhado por estruturas sociais envelhecidas.

Conforme afirmado, o ideário neo-realista começou a ser desenhado, assim como o próprio nascimento do movimento, a partir da veiculação da Palestra *Arte*, proferida por Alves Redol, em Vila Franca de Xira. As primeiras linhas dessa trazem o seguinte texto:

Pórtico  
A natureza modelou o homem.  
O homem modelou a sociedade com elementos da Natureza.  
O pensamento resulta da ação da Natureza sobre o sôma (corpo inteiro).  
A necessidade resulta da ação do meio sobre o pensamento.  
A indústria humana é a reação do pensamento em face da necessidade.  
A Arte é a transmissão sucessiva das sensações em sentimentos e de estes em imagens.<sup>55</sup>

Com essas palavras, o autor deixa claro o seu conceito de arte e o porquê de sua dedicação para fazê-la, complementando ainda que arte é a transformação de matéria, que ultrapassa os limites do audível e do visível para penetrar no homem pelo corpo inteiro, “cria-lhe sentimentos, e volta ao visível ou audível pela obra que o artista realiza.”<sup>56</sup> No

---

<sup>52</sup> LIMA, Francisco Ferreira de, op. cit. nota 45, p.25.

<sup>53</sup> *Id-Ibidem*, p.25

<sup>54</sup> TORRES, Alexandre Pinheiro. *Romance: o mundo em equação*. Lisboa: Portugal, s.d. p.200

<sup>55</sup> REDOL, Alves. *Arte*. Palestra proferida em Vila Franca de Xira, no dia 17\6\36. Cópia adquirida no Museu do Neo-Realismo visitado em novembro de 2006. Texto datilografado, não paginado. Vide anexo.

<sup>56</sup> *Id-Ibidem*

entendimento de Redol, o artista perde a independência e a liberdade que muitos entendem que ele poderia ter, pois se torna infinitamente responsável pelo destinatário da sua produção, ou seja, o homem. Tal postura do escritor português se deve em muito às influências que sofreu de vários autores intimamente ligados à visão marxista da realidade. Dentre essas influências, é possível destacar Plekanov, cujo texto *A arte e a vida social* serviu-lhe como inspiração.

Eduardo Lourenço sublinha que o Neo-Realismo, enquanto significativa realidade literária, nasceu

após a sua teorização, como vestimenta de uma Ideologia cuja força histórica, sugestão e potencial universalidade a exigiam. Pode dizer-se que toda a dialética e o drama interno do neo-realismo português decorrerá desta singular relação entre teoria ideológica e prática literária, entre a antecipação constituída por um horizonte ideológico, funcionando à maneira do Ideal regulador kantiano, embora em contradição consigo mesmo, e a necessidade e a vontade de lhe oferecer o corpo correspondente.<sup>57</sup>

Lourenço ressalta que a dicotomia teoria x prática, no Neo-Realismo, fica mais evidenciada, uma vez que os problemas representados eram reais, mas as soluções não poderiam ser colocadas em prática. Retorna-se, portanto, à questão da ideologia enquanto representação e não enquanto *práxis*. Inara Rodrigues argumenta que “por essa oposição entre ideologia e *práxis* é que se encontra, também, a base para uma leitura humanista do marxismo, tal como procedida pelos neo-realistas.”<sup>58</sup> Segundo já dito, o Neo-Realismo foi também conhecido como Novo Humanismo em tempos de ditadura salazarista.

Mário Sacramento entende que o maior problema do Neo-Realismo foi ter que assumir uma responsabilidade que não lhe cabia, ou seja, colocar-se como porta-voz de uma sociedade dividida, como são todas as sociedades capitalistas, em explorados e exploradores, e cumprir o papel que cabia a outras áreas, o de fazer essa denúncia. Nas palavras do autor, o Neo-Realismo “foi colhido ou tolhido, com efeito, por uma adversidade a que não conseguiu eximir-se: a de a literatura ser a única expressão viável de aspectos da vida social que, noutras circunstâncias, teriam cabido ao jornalismo, à política e ao livro doutrinário.”<sup>59</sup>

O objeto estético, no caso dos Neo-Realismo, são os trabalhadores, que são alienados e assim são representados na obra literária. Alienados no sentido de não serem capazes de perceber a relação de poder que se estabelece no modo de produção do qual fazem parte. O

---

<sup>57</sup> LOURENÇO, Eduardo. *Sentido e Forma da poesia neo-realista*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1968, p.11.

<sup>58</sup> RODRIGUES, Inara, op. cit. nota 48, p.64

<sup>59</sup> SACRAMENTO, Mário, op. cit. nota 19, p.22.

desejo dos neo-realistas era romper com essa alienação e rumarem juntos, trabalhadores e intelectuais, para alcançarem o lugar do sonho, a sua utopia, uma sociedade sem classes, logo sem opressão, logo sem alienação. De tudo isso, pode-se inferir que o próprio marxismo é uma utopia. O marxismo pretendia o fim das classes sociais, configurando, com isso, uma vida mais digna para todos. Entretanto, é impossível pensar uma sociedade na qual não exista a propriedade privada, característica que pressupõe uma divisão de classes.

A literatura, alicerçada pela ideologia neo-realista, buscava a apresentação da realidade tal como ela era, desnudando ao público leitor sua real condição. Ao fazer esse desnudamento, pretendia uma tomada de consciência, gerando uma manifestação popular e, conseqüentemente, uma mudança da realidade. Sendo assim, o que fica é o comprometimento ético da literatura e dos seus atores. Inara Rodrigues comenta que “a elevação à consciência das massas era o ideal que, a ser alcançado, significa para o Neo-Realismo a conciliação da ética com a estética”<sup>60</sup>.

### 1.3 PROPOSIÇÕES ESTÉTICO-IDEOLÓGICAS DO NEO-REALISMO ANGOLANO

No momento da colonização, Angola - cuja capital Luanda foi fundada por Paulo Dias de Novais, entre 1850 e 1875 e teve sua independência apenas em 1975 - tinha seu território habitado por grupos étnicos, com línguas e culturas diferentes, os quais foram divididos em várias nações distintas, até mesmo com povos inimigos sendo obrigados a coabitar no mesmo território, isto é, a ordem natural e já estabelecida não fora respeitada pelo conquistador. Sabe-se que, em Angola, hoje ainda, há cerca de onze grupos dialéticos, os quais podem ser divididos em outros tantos. Diante de tanta heterogeneidade, a língua do colonizador, a língua portuguesa, passou a ser a forma mais fácil de comunicação entre os povos e, principalmente, um forte elemento de conversão ideológica.<sup>61</sup> E a literatura<sup>62</sup>, como se sabe, assumiu um papel

---

<sup>60</sup> RODRIGUES, Inara, op. cit. nota 48, p.62

<sup>61</sup> “O uso do português, até pela impossibilidade de utilização de qualquer outro instrumento linguístico [...] era o veículo próprio que essa burguesia consciencializada à formação da unidade nacional, e a única classe capaz, então, de a consubstanciar, o português era o veículo possível e desejável de expressão.” Cf: FRANÇA, Arnaldo. A literatura cabo-verdiana no contexto das literaturas africanas de língua portuguesa. In: CRISTÓVÃO, Fernando, FERRAZ, Maria de Lourdes & CARVALHO, Alberto. *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas*. Lisboa: Cosmos, 1997. p. 47. Sublinha-se que a língua portuguesa foi um forte fator de conversão ideológica imposta pelos portugueses.

<sup>62</sup> Segundo José Carlos Venâncio a formação da literatura angolana está diretamente relacionada ao colonialismo. Citando o autor: “É impossível conceber a formação do que geralmente designamos de literatura africana (i.e., literatura africana em línguas europeias) desligada do fenómeno do colonialismo”. Cf:

fundamental nessa construção, pois interferiu na forma como o país é visto e se via no período colonial e fora dele.

Por tudo isso, o papel do intelectual, na construção da identidade angolana, foi de suma importância, uma vez que se assumiu como agente desse processo. Para Alfredo Margarido “as responsabilidades do intelectual não se limitam a uma obra escrita, pintada, esculpida, cinematografada, há algo que ultrapassa esses elementos, e que vem a ser o exercício da liberdade, conseqüentemente aquilo que podemos chamar de moral da acção”.<sup>63</sup> Mais uma vez a literatura está a frente de um processo de descoberta nacional e de formação do pensamento.

O nascimento da imprensa, em Angola, teve grande importância para o desenvolvimento da literatura porque, de acordo com Fernando Salinas Portugal, coube aos jornalistas a missão de desvendar os ditames do poder colonial. Além disso, os jornais representaram um veículo que possibilitou entender não só a

recepção da literatura produzida por angolanos ou que a Angola diz respeito, como também são eles o melhor repositório dos valores estéticos e das personalidades literárias que, por razões de ordem econômica, cultural ou social, encontram na imprensa periódica a via, freqüentemente única, de virem à luz.<sup>64</sup>

Os intelectuais angolanos tinham, em sua grande maioria, um perfil assimilado<sup>65</sup>, pois, como eram pertencentes à camada superior economicamente da sociedade, logo tinham acesso à educação.<sup>66</sup> Todavia, essa educação obedecia aos moldes da metrópole lusa. Um aspecto que deve ser ressaltado é a baixa qualidade do sistema educacional, uma vez que, além de não ter professores muito qualificados, dedicava especial atenção ao ensino com fins

---

VENÂNCIO, José Carlos. *Literatura e poder na África Lusófona*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação. Lisboa: 1992. p.11

<sup>63</sup> MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. A regra do jogo: Lisboa, 1980.

<sup>64</sup> PORTUGAL, Fernando Salinas. *Entre próspero e caliban. Literaturas africanas de língua portuguesa*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 1999. p.58

<sup>65</sup> “Oficialmente, era possível a qualquer africano ou mestiço ser reconhecido como assimilado (não-indígena) e, assim, atingir o mesmo *status* legal que um europeu. No entanto, para se habilitar a tal classificação, o indivíduo tinha de ter 18 anos de idade, demonstrar que sabia ler, escrever e falar português fluentemente, ser trabalhador assalariado, comer, vestir e ter a mesma religião que os portugueses, manter um padrão de vida e de costumes semelhante ao estilo de vida do europeu e não ter cadastro na polícia. Cf: BENDER, Gerald J. Angola sob o domínio português. Mito e realidade. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980. p. 216

<sup>66</sup> “O segundo liceu de Angola (Angola só teve dois liceus, até 1960) se não intencionado, foi um liceu quase só freqüentado pelos descendentes de colonos do Sul de Angola. Deles resultaram alguns escritores, poetas principalmente, que viriam a integrar a literatura angolana, dos quais, por ordem cronológica, Alexandre Dáskalos, Aires de Almeida Santos, António neto, Alda Lara e Ernesto Lara Filho, todos estudantes em Portugal nos decênios de 40 e 50.” Cf. OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. *A formação da literatura angolana: 1851-1950*. 1985. Tese de Doutorado (Faculdade de Ciências Sociais). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1985. p. 410-11

profissionalizantes. Já que o ensino na colônia não correspondia às exigências da elite africana, os filhos da população privilegiada eram obrigados a deslocar-se para a metrópole. Nesse processo, recebiam o conhecimento em igualdade de condições com os europeus. José Carlos Venâncio analisa que estes dois grupos de africanos letrados

motivados pela ascensão nas sociedades colonial e metropolitana, esforçaram-se, num primeiro momento, por identificar-se com o invasor, com o colonialista. Alienaram-se *culturalmente* (grifo do autor), constituindo então o que geralmente se designa de elites coloniais. Contudo, olhados com desconfiança pelos africanos das sociedades tradicionais e sem serem aceites na sua plenitude de homens livres e pensantes pelas sociedades colonial e metropolitana, apercebem-se num segundo momento, da inautenticidade cultural e humana em que tinham caído.<sup>67</sup>

Desse grupo intelectualizado, destacam-se os escritores<sup>68</sup> que, de fato, tornam-se os porta-vozes de qualquer sociedade. A partir dos anos 20 deste século, começaram a acontecer concursos que buscavam premiar as produções literárias, configurando, com isso, a literatura colonial.<sup>69</sup> Os romances eram de cunho racial, nos quais ganhavam destaque as figuras brancas enquanto que as negras apareciam inferiorizadas. No entanto, o início da literatura se deu após o Ato Colonial de 1930<sup>70</sup>, com o surgimento de uma série de autores, cuja produção concorreu com a colonial. Autores como Tomás Vieira da Cruz<sup>71</sup>, António de Assis Júnior e Cordeiro da Mata ganharam vulto. Esse último tinha uma postura mais questionadora entre os intelectuais e enfatizava que esses deveriam dedicar seu tempo a pensar sobre Angola e fazer literatura.<sup>72</sup>

Por volta de 1947-48, surgiu um grupo de estudantes, naturais de Angola, que, ao terminarem seus estudos, permaneceram em Luanda e se uniram em torno do objetivo já expresso no nome dado ao movimento: *Vamos descobrir Angola*. Se por um lado o descobrimento clamado por meio da nomenclatura remetia a uma recuperação das raízes, das

---

<sup>67</sup> VENÂNCIO, José Carlos, op. cit. nota 62, p. 11-2

<sup>68</sup> Interessante observar o que pensa Salvato Trigo a respeito do interesse em aprender a língua do colonizador por parte dos escritores, citando-se como exemplo o escritor Luandino Vieira: “O colonizado vai, portanto, à escola aprender a língua do colonizador, não para respeitá-la, mas para violá-la. Ele sabe que, se falar bem o português, será aceite pela sociedade colonial, ao mesmo tempo em que desenvolve o seu conhecimento da estrutura mental e simbólica do colonizador, o que lhe permitirá fazer um trabalho clandestino de destruição, por meio duma *escrita* aparentemente ingénuo mas profundamente envenenada.” cf: TRIGO, Salvato. Escola e prisão na escrita africana lusófona. In: *Ensaios de literatura comparada afro-luso-brasileira*. Lisboa: Vega [D.L.1986]. p.150

<sup>69</sup> KANDJIMBO, Luis. *Agostinho Neto e a geração literária de 40*. [http://www.nexus.ao/kandjimbo\\_net](http://www.nexus.ao/kandjimbo_net)

<sup>70</sup> Esse ato foi tomado como referente histórico de mudanças na política colonial portuguesa. É o decreto de número 18570, que após algumas alterações realizadas no entre 1935 e 1945 foi incluído na Constituição do Estado Novo. Cf. PORTUGAL, Fernando Salinas, op. cit. nota 64, p.59

<sup>71</sup> Escreveu *Quissange, saudade negra* de 1932. Nascido no Ribatejo, viveu em Angola desde 1922 e veio a falecer em 1960. cf: TAVARES, Ana Paula. *Cinquenta anos de literatura angolana*. In: [http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via03\\_10.pdf](http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via03_10.pdf)

<sup>72</sup> PORTUGAL, Fernando Salinas, op. cit. nota 64, p.58

origens culturais do país, por outro, buscava descobrir a idéia da nação Angola, já que o país era formado por uma multiplicidade étnica inquestionável, conforme já referido. A proposta dos jovens era retomar o elementos que caracterizassem e revelassem Angola em toda a sua grandiosidade e essência. As metas principais desse grupo eram retomar a riqueza das línguas africanas, fazendo florescer a literatura oral: mitos e lendas, contos, provérbios, enigmas, poemas; e incentivar a preocupação dos literatos em fazer uma literatura autenticamente negra, retomando assim o orgulho de ser negro. Carlos Ervedosa ratifica que os estudantes pretendiam “estudar a terra angolana em todos os seus aspectos, desde a geografia física à humana, estudar a terra-mãe que eles, afinal, tanto amavam e tão mal conheciam. Eram, na sua maioria, jovens intelectuais que posteriormente se revelariam como poetas, contistas e ensaístas de mérito.”<sup>73</sup>

Faz-se necessário sublinhar que o movimento *Vamos descobrir Angola*, além do aspecto literário, tinha sua grande importância focada no aspecto político, pois o movimento apontava para uma Angola futura, transformando-se no ponto de articulação da moderna literatura angolana. Para esses jovens alunos do Liceu Nacional de Salvador Correia, a cultura era um tema de grande seriedade e que poderia representar a transformação da sociedade. O objetivo inicial do movimento jovem foi atingido, uma vez que a literatura característica desse momento foi pautada por uma recuperação de mitos e lendas, contos, provérbios, enigmas, poemas. Entretanto, o tema desenvolvido e discutido era a opressão do povo angolano orquestrada pelo colonialismo.

Outra página relevante para o desenvolvimento da literatura angolana refere-se à Casa dos Estudantes de Angola, que logo foi rebatizada como Casa dos Estudantes do Império. Devido à ausência de universidades em terra africanas, vários estudantes, findo o ensino nos liceus, deslocaram-se para Lisboa a fim de buscarem uma formação universitária. Essa associação, que teve uma vida produtiva de vinte anos, estabeleceu-se como um espaço de diálogo, caracterizado pela troca e difusão de idéias de jovens intelectuais oriundos de diversos territórios portugueses (África, Ásia, Oceania). Além do aspecto cultural que os unia, as reuniões serviam também para amenizar a saudade da terra natal. Esses jovens tinham, em suas produções, um forte caráter saudosista. Elas eram marcadas por uma “ansiedade que só encontramos nos exilados que longe da terra natal sonham com a hora venturosa do regresso.”<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> ERVEDOSA, Carlos. *Breve resenha histórica da literatura angolana*. Luanda: Universidade de Luanda, 1973. p. 29

<sup>74</sup> *Id-Ibidem*, p. 23

Além das produções intelectuais, as ideais nacionalistas e de libertação povoavam as discussões dos poetas e romancistas que buscavam uma literatura de resistência. Duas grandes publicações literárias marcaram esse ciclo de descobrimento, *Meridiano* - publicado em Coimbra - e *Mensagem*<sup>75</sup>, publicado em 1951, sob responsabilidade do departamento cultural da Anangola, Associação dos Naturais de Angola, que possibilitava à nova geração de literatos publicar suas produções.

O projeto literário angolano, que foi pautado por eventos os quais marcaram a exploração colonialista empreendida pelo governo português, baseada na violência e na desvalorização sistemática dos que fugiam aos seus interesses comerciais, fez muitos africanos serem explorados. Então, à medida que os jovens intelectuais angolanos se tornavam cientes do flagelo social que acometia alguns africanos, esses intelectuais reconheciam similaridades nas obras brasileiras e por elas eram influenciados. Os jovens reuniam-se em centros universitários para se dedicarem ao fazer literário, francamente estimulados pela produção artística de Jorge de Lima, Manuel Bandeira, Jorge Amado, entre outros. Carlos Ervedosa comenta que a importância desses escritores consistia no

despertar da nova poesia e ficção angolanas, mas não podemos esquecer que um fenômeno de convergência cultural está na base da receptividade dos escritores de Angola em relação às obras de seus irmãos brasileiros. A mesma amálgama humana, frente a frente nas duas margens do Atlântico tropical, em presença de condições ecológicas quase idênticas, teria de conhecer reações e comportamentos muito semelhantes.<sup>76</sup>

O afastamento geográfico não impediu que a semelhança entre os eventos da colonização portuguesa, da qual Brasil e Angola foram alvos, os distanciasse. Houve uma identificação proporcionada pelo profundo caráter crítico e ideológico da literatura brasileira, a qual fez com que os angolanos descobrirem na trama brasileira, elementos que se encaixavam em sua própria realidade, segundo tão bem referiu Ervedosa.

A produção literária africana, como todas as outras do mundo, quando ultrapassou suas fronteiras geográficas, acabou servindo como objeto de análise de pesquisadores e estudiosos da literatura. E, em sua grande maioria, os críticos eram europeus e, por vezes, americanos. Em função disso, a crítica européia muitas vezes foi acusada de fazer vistas

---

<sup>75</sup> *Mensagem* (de Angola, diferentemente da de Lisboa) teve apenas duas publicações. Foi realizado um concurso literário e foi elaborada uma pequena antologia em folhas copiografadas, “o grupo dissolveu-se mas daria lugar, alguns anos volvidos, em 1957, a uma nova camada juvenil que aceitando a orientação literária dos ‘mensageiros’, iria fielmente retomar os seus temas, nas páginas de ‘Cultura’, órgão da Sociedade Cultural de Angola.” Cf: ERVEDOSA, Carlos, op. cit. nota 73, p. 41

<sup>76</sup> *Id-Ibidem*, p.31

grossas no momento de examinar as produções africanas, ou seja, os europeus foram criticados por estarem bajulando o escritor africano e deixando em segundo plano as questões estéticas, comprometendo, desse modo, o aspecto literário das obras.<sup>77</sup> De acordo com José Carlos Venâncio, crítico que aborda essa questão, o olhar dos europeus aponta para um bajulamento porque sua crítica pertence ao estrangeiro. Já quando o foco é a literatura europeia, ou americana, o crítico está no mesmo espaço físico, e esse pertencimento possibilita uma interpretação na qual o aspecto social fica num segundo plano.

Claro está que a referida polêmica aconteceu na contemporaneidade. Entretanto, o tema discutido apresenta uma relevância para o período colonial, no qual os escritores produziam muito influenciados pelo seu contexto social. Por isso, Venâncio reitera que o contexto histórico cultural cumpre especial papel quando se trata das obras africanas e enfatiza que é “em função dos seus contextos que essas literaturas (literaturas do Terceiro Mundo) revelam o seu valor estético e a sua originalidade.”<sup>78</sup> No espaço africano, a população é, em sua maioria, não-letrada, não tendo, muitas vezes, acesso à informação, cabendo, então, aos intelectuais, legitimados por “razões históricas e revolucionárias”<sup>79</sup>, falar em seu nome. Portanto, ao proceder-se a uma crítica pontual dos textos literários, é preciso que se evidenciem e se relacionem as marcas do contexto social, o qual é permeado pelo discurso ideológico do grupo que detém o poder da fala e da escrita.

O contexto molda também o discurso do romancista. A título de exemplificação, cita-se Alves Redol, romancista português que, aos dezesseis anos, partiu para África. O período em que permaneceu em Angola fez Redol entrar em contato com uma realidade até então desconhecida para ele: o drama do africano. Tal realidade possibilitou um repensar sobre sua própria condição de branco, ou seja, de acordo com suas próprias palavras: a condição do negro é que me abriu os olhos para a condição do branco na Metrópole.”<sup>80</sup> A desigualdade, a escravização dos negros (mesmo num período não escravocrata) ocasionou, no autor português, uma reflexão de caráter ideológico, já que sua sensibilidade havia sido ferida. Ele, depois dessa experiência não poderia ficar indiferente aos males daquela terra nem de sua própria nação.

---

<sup>77</sup> Refere-se à polêmica que aconteceu entre o professor Pires Laranjeira e o jornalista e escritor Eduardo Agualusa, que aconteceu numa mesa-redonda sobre a produção literária dos Países Africanos de Língua Portuguesa, na Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, VI Semana de Cultura Africana, em maio de 1968. cf: VENÂNCIO, José Carlos. *Literatura versus Sociedade*. Uma visão antropológica do destino angolano. Lisboa: Vega, 1992. p.25

<sup>78</sup> Id- *Ibidem*, p.26

<sup>79</sup> Id-*Ibidem*, p.26

<sup>80</sup> DA SILVA, Garcez. *A experiência africana de Alves Redol*. Lisboa: Caminho, 1993. p.107

Esse novo olhar fez Redol entrar em contato com a obra de Castro Soromenho e, por ela, nutrir grande estima. Tal simpatia justificava-se porque Soromenho foi o romancista que transpôs para suas páginas toda sua indignação perante o sofrimento da raça humana, sentimento esse compartilhado igualmente por Redol. O olhar incrédulo do português sobre a realidade africana comprova o desconhecimento por parte de alguns portugueses a respeito da vida em Angola.

Enfim, esse pequeno parêntese cumpre o papel de ratificar que os contextos histórico social, cultural e político influenciam nas produções literárias. A manifestação literária então apresenta um discurso ideológico baseado nos desejos dos romancistas e poetas que se viram diante da tarefa de descortinar a realidade. Angola, país que sofreu por quatro séculos a dominação portuguesa, encontrou, na produção literária de seus intelectuais, uma forma de reivindicar a dignidade perdida de seu povo colonizado.

## 2 EVOLUÇÃO E DESAFIO DO TRABALHO

O que é, o que é...  
Não existe sem fazer,  
Quem faz às vezes vai fundo,  
Demora de vez em quando,  
transforma a vida e mundo.  
Trabalho

Quando se fala em trabalho, a força produtiva que motiva pessoas e que é responsável pela sobrevivência de todos, tem-se em mente sentimentos de prazer e de certo sofrimento. O estudioso do trabalho Pierre Jaccard<sup>81</sup> comprovou que tais sensações estão intimamente relacionadas à origem etimológica do termo. Para Jaccard, as palavras *besogne* (trabalho), a qual se origina de *besoin* (necessidade) e labor – em latim, *labare* significava “cambaleiar sob uma carga muito pesada” e *laborare*, “penar, fazer esforço” – o que se relacionava à idéia de constrangimento em função de um sofrimento imposto.<sup>82</sup> A partir do século XV, esses termos foram substituídos por *travail* (trabalho), “que servia, então, para designar tanto a peça de madeira que amarrava os animais, como o aparelho de três estacas com que se torturavam os condenados.”<sup>83</sup> Na língua portuguesa, a origem está no latim *tripalium* e compreende dois significados, sendo o primeiro um instrumento utilizado nas lidas da agricultura e o segundo, proveniente do latim vulgar, que se refere a uma pena ou servidão do homem à natureza.

Vale lembrar também que, na maioria dos dicionários latinos, há o registro de *tripalium* como um instrumento de tortura. Com o passar dos séculos, houve um aumento nas denominações que estavam relacionadas com o aspecto pejorativo do termo trabalho. Nas palavras de Jaccard, “conforme os lugares, os tempos e as circunstâncias, o trabalho tem sido dignificado ou desprezado, mas a maioria das vezes, amado e detestado simultaneamente.”<sup>84</sup> É possível entender essa atividade produtiva por meio da distinção entre trabalho manual e intelectual. Entretanto, tal diferença não é contemplada lingüisticamente pelos dicionários de língua portuguesa.

Ao longo da história do trabalho, é possível notar uma clara discriminação à atividade realizada manualmente, o que gera uma falta de prestígio na sociedade. Jaccard afirma que os trabalhadores inclusive não vêm com bons olhos aqueles que executam atividades diferentes

---

<sup>81</sup> Dentre a obra desse autor, destaca-se um livro sobre a história social do trabalho, em que aborda tal atividade dentro de uma perspectiva histórica e social.

<sup>82</sup> JACCARD, Pierre. *História social do trabalho das origens aos nossos dias*. Lisboa: Editorial Gleba, 1960. p.12

<sup>83</sup> Id-*Ibidem*, p.12

<sup>84</sup> Id-*Ibidem*, p.23

das suas, no caso a manual, a exemplo dos “povos nômades, caçadores ou pastores ridicularizavam - por orgulho, despeito ou secreta inveja - o trabalho agrícola que fazia a riqueza dos povos sedentários”.<sup>85</sup> O autor de *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda, observa que o trabalho realizado com as mãos representa uma atividade degradante e humilhante justamente por estar associado à tarefa exercida por escravos e pelas camadas inferiores da população brasileira. Nesse sentido, diferencia-se da atividade intelectual que sempre esteve ligada à classe dos senhores, dos donos da terra, dos membros do poder, dos detentores do capital.<sup>86</sup>

O trabalho, independente da forma como ele se organiza, seja ele manual ou intelectual, está presente na vida das pessoas de todas as sociedades, desde as mais antigas até a contemporânea. Todavia, a noção que se tem hoje em dia do trabalho, na existência dos indivíduos, remete à inclusão do artesanato e da agricultura no modo de vida de certos povos. A atividade realizada pelos antigos caçadores era considerada ocasional, irregular e descontínua, no entanto, era “trabalho no primeiro sentido que damos a esta palavra, ou seja, função econômica com o fim de assegurar a subsistência do grupo humano.”<sup>87</sup> Todavia, a noção de trabalho realmente se efetivou quando o sentido da continuidade e regularidade estabeleceu-se na comunidade.

A Pré-história foi um período amplamente caracterizado pela existência de comunidades primitivas, sendo possível constatar que o trabalho naquelas sociedades esteve sempre ligado à sobrevivência do homem. Carlos Roberto de Oliveira<sup>88</sup> pontua que tais comunidades representavam a última etapa da sociedade sem classes, organizadas em torno de formas primitivas de economia, tais como caça, pesca, criação de animais e ainda uma agricultura incipiente. Observa-se que o homem tinha uma relação de dependência com a natureza, tirava-lhe os frutos e não se preocupava com sua produção. Nomadismo e sedentarismo são momentos que determinam a forma como aquela sociedade organizava sua sobrevivência.

A falta de conhecimento da agricultura obrigava os povos a adotarem uma vida nômade, pois, ao tirar da natureza o suficiente para a sua sobrevivência, exploravam-na até a exaustão, o que fatalmente os obrigaria a procurar outro lugar para explorar. Nesse tipo de sociedade, não existiam os excedentes, portanto não havia a acumulação de riquezas e o que sobrava era devolvido à natureza. A mudança na forma de vida dos povos primitivos ocorreu

---

<sup>85</sup> JACCARD, Pierre. op. cit. nota 82, p.23

<sup>86</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971. p. 73-92

<sup>87</sup> JACCARD, Pierre, op. cit. nota 82, p.24

<sup>88</sup> OLIVEIRA, Carlos Roberto de. *História do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. p.11

com o desenvolvimento da agricultura, aumentando assim os produtos alimentícios. O homem de usuário passou a produtor. Em decorrência disso, ocorreram o aumento populacional - as condições de vida melhoraram - e o aumento territorial, já que os homens necessitavam de mais espaço para a agricultura e o pastoreio de animais. A relação entre eles igualmente se modificou, uma vez que se estabeleceu o regime de trocas. Em suma, o homem abandonou sua condição de parasita da natureza e passou a produzir os gêneros de que necessitava, deixando de ser apenas coletor e caçador “para produtor de seus próprios alimentos. Com a domesticação de animais e plantas, a pecuária e a agricultura, o homem inicia seu triunfo sobre a natureza, conquistando-a e tornando-a, em certa medida, independente do acaso e dos caprichos do destino.”<sup>89</sup>

A chamada revolução neolítica, caracterizada, principalmente, pela mudança da realidade nômade para a sedentária, fez com que as noções de propriedade e de excedente passassem a fazer parte da vida daquelas comunidades. Suzana Albornoz entende que, em função dessas novas realidades, as condições para a sedimentação de uma classe ociosa foram estabelecidas.<sup>90</sup> A autora analisa que, a partir de um aumento da produção, as trocas de alimentos excedentes passaram a ocorrer entre vizinhos, e o pensamento se organizava em torno da troca, ou seja, eles passaram a pensar: “minha sobra de milho por sua sobra de trigo ou leite de cabra. Mas se o vizinho domina um território mais vasto, e as suas sobras superam as de toda a vizinhança, as nossas trocas se tornam desiguais e geram um novo excedente, de onde nossas relações se instalam na desigualdade.”<sup>91</sup>

Avançando um pouco mais na história da civilização, encontra-se a realidade do trabalho na Grécia, de forte conotação escravista. Interessante constatar que a escravização do trabalhador era uma fator natural para os gregos, uma vez que a elite grega dependia dos escravos para sua sobrevivência. Como o direito à cidadania era restrito a uma parcela de privilegiados, o Estado constituía o principal instrumento de poder do grupo favorecido. A sociedade grega estava dividida entre o cidadão – classe dirigente com direito a voto nas assembleias e a participação na vida política; e os demais estratos sociais: escravos, mulheres. Os escravos eram os encarregados dos trabalhos servis e humilhantes, ou como já referido, do trabalho manual; à elite cabia a preocupação com os prazeres do corpo, da contemplação e da investigação das coisas do espírito. Essa forma de pensar legitimava a ociosidade de filósofos e políticos, homens livres que se dedicavam ao trabalho intelectual e, devido a essa

---

<sup>89</sup> HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. Trad. Álvaro Cabral. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p.10

<sup>90</sup> ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.18

<sup>91</sup> *Id-ibidem*, p.18

diferenciação, parece óbvio constatar que os ociosos recebiam alto prestígio, ao passo que os trabalhadores eram desvalorizados.

Os dois maiores filósofos da Antigüidade, Platão e Aristóteles, ratificavam a importância da escravatura para a civilização grega. Nos pensamentos de Platão, em *A República*, sua tese sobre a sociedade ideal, os homens, diferentes uns dos outros, tinham seu lugar, que deveriam ocupar de acordo com suas habilidades particulares. Assim, ao escravo não restava outra alternativa senão a de ser escravo, permanecendo nessa condição até sua morte.<sup>92</sup> Essa idéia é confirmada por Aristóteles, que entendia que a natureza, em favor da conservação da espécie, deu a um homem a possibilidade do comando e a outro impôs a condição de submissão frente à superioridade do outro, “há homens feitos pela liberdade e outros para a servidão, os quais tanto por justiça quanto por interesse convém que sirvam”.<sup>93</sup>

Para Aristóteles, era inconcebível a sobrevivência da sociedade sem escravos, porque se os homens livres se ocupavam com afazeres superiores – como a política e a filosofia - os pequenos serviços deveriam ser destinados aos outros. Na concepção do filósofo, num Estado bem governado, nenhum cidadão poderia exercer atividades ligadas às artes manuais, pois isso o impediria de dedicar mais tempo a sua obrigação para com o Estado. O exercício da cidadania demandava grande parcela de tempo, exigindo do cidadão liberação total de outras tarefas.

Vale lembrar que eram consideradas escravas aquelas pessoas que perdiam as batalhas e eram apanhadas pelos povos vencedores para serem vendidas como mercadorias, sendo que tal destino poderia atingir tanto príncipes quanto os súditos do povo vencido. Os escravos, na sociedade grega, muitas vezes possuíam melhores condições de vida do que os cidadãos livres, por exemplo, porque seus donos tinham a obrigação de alimentá-los, enquanto que os camponeses, artesãos e trabalhadores manuais eram responsáveis pelo seu próprio sustento. A dificuldade de sobrevivência do cidadão livre tornava sua existência, por vezes, pior que a dos escravos.<sup>94</sup>

A desvalorização do trabalho escravo, no mundo grego, consistia em ele ser realizado para a satisfação de outra pessoa. Jaccard explica que

nesse tempo não era o trabalho desacreditado; era a dependência, a obrigação de servir [...] que era considerada indigna do homem. É por isso que o cultivador pobre, pensando sobre seu árido campo, alimentando-se com custo, mas independente, será glorificado por muito tempo, na Grécia, mais do que o artesão, o

---

<sup>92</sup> PLATÃO. *A república*. São Paulo: Martin Claret, 2000.

<sup>93</sup> ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Roberto Leal Pereira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.14

<sup>94</sup> JACCARD, Pierre, op. cit. nota 82, p.57

poeta ou o artista cuja subsistência depende de um mestre ou de um cliente generoso.<sup>95</sup>

Suzana Albornoz apresenta uma distinção entre o trabalho na lavoura e o artesanato com as atividades do homem livre na Grécia<sup>96</sup>. Sabe-se que a atividade executada na lavoura, quando deixou de ser realizada pelos proprietários das terras e passou a ser feita por escravos, perdeu o valor social que tinha, prestígio igualado ao destinado aos guerreiros. Já os artesãos, apesar de não serem escravos, não eram considerados livres visto que executavam um trabalho alheio a sua vontade, uma vez que as determinações de como seriam construídos os objetos, assim como o seu uso, eram estipulados pelo futuro usuário. Logo, o seu trabalho não advinha de uma livre criação, tendo como objetivo final a sobrevivência.<sup>97</sup>

O trabalho entra em crise no mundo romano, devido, de acordo com Jaccard, à falta de originalidade do povo de Roma. Eles se limitavam a copiar os povos que dominavam “não só nada inventaram, como também não souberam tirar partido das múltiplas descobertas que os gregos haviam feito.”<sup>98</sup> Esse fator foi negativo porque não permitiu um progresso da civilização romana, deixando-a confinada aos inventos gregos. A sociedade romana, no período monárquico, era dividida em patrícios, plebeus e escravos, esses últimos considerados instrumentos de trabalho, sem direito político. O trabalho passou a ser organizado pelo patriciado - que se dividia em grupos familiares, dirigidos pelo *pater familias*<sup>99</sup> - que institucionalizou “a unidade de parentesco como mecanismo de apropriação e controle do poder de Estado.”<sup>100</sup> A urbe antiga era composta por uma população de plebeus expropriados e alguns escravos, responsáveis por um trabalho complementar. Em sua origem, a plebe romana é agricultora e os patrícios, pecuaristas.

Os homens livres eram os responsáveis por fazer a terra produzir, sendo produtores imediatos e vendedores da força de trabalho ao cidadão aristocrata. Esse, como proprietário da terra, ficava com o excedente da produção e do trabalho, fazendo uso do direito exclusivo da

---

<sup>95</sup> JACCARD, Pierre, op. cit. nota 82, p.58

<sup>96</sup> Ao observar as obras *Iliada* e *Odisséia*, do poeta Homero, percebe-se que há uma valorização do trabalho, independente da forma como era realizado. Os heróis dessas epopéias eram representados trabalhando, não sendo diminuídos, por exemplo, por serem eles próprios quem preparavam suas refeições e as serviam aos seus hóspedes. Na Grécia representada por Homero, a agricultura e os ofícios não eram desprezados, uma vez que havia a participação direta dos senhores nas lidas do campo. Para Pierre Jaccard, “sem dúvida, é a habilidade, o talento que suscitam a emulação entre os príncipes gregos, mais do que a aplicação zelosa no trabalho. Esta é, no entanto, inseparável do êxito e os homens dessa altura sabiam-no bem: por isso não consideravam indigno servirem-se das mãos”. Cf. JACCARD, Pierre, op.cit nota 82, p. 56

<sup>97</sup> ALBORNOZ, Suzana, op. cit. nota 90, p.45

<sup>98</sup> JACCARD, Pierre, op. cit. nota 82, p.88

<sup>99</sup> *Idem-Ibidem*, p.88

<sup>100</sup> OLIVEIRA, Carlos Roberto de, op. cit. nota 88, p.26-7

cidadania. A relação cidadania-trabalho altera-se com a expansão/colonização, o que resulta na inversão das funções do produtor imediato, convertido em apropriador.<sup>101</sup>

Na Idade Média, o pensamento do filósofo Aristóteles ainda prevalece porque a classe aristocrática considerava o trabalho uma atividade indigna para o homem de qualidade. As atividades consideradas ideais eram as dedicadas ao pensamento, à direção dos negócios políticos e religiosos, à gestão de bens e, eventualmente, a transações financeiras. Essas atividades não eram consideradas trabalho. É certo que a visão que se tem hoje em dia do trabalho não é a mesma da Idade Média, pois, por exemplo, o ritmo não era acelerado e as pessoas raramente trabalhavam mais do que a metade dos dias do ano. Na Idade Média, o trabalho era organizado em torno das condições climáticas, ou seja, de jornada longa no verão e curta no inverno. Havia uma sincronia entre o ritmo das rudimentares máquinas e o movimento do corpo que as fazia funcionar.

Nesse período, predominava o feudalismo, fenômeno típico da Europa Ocidental, que era auto-suficiente e tinha como estrutura básica a economia agrária, que não utilizava moeda, não sendo, portanto, comercial. A propriedade feudal pertencia a uma camada privilegiada da sociedade, a qual era composta pelos senhores feudais, pelo clero e pela nobreza. Logo, essa sociedade era dividida entre servos e senhores, sendo estamental, na qual os senhores eram os detentores das riquezas, que provinham da posse da terra e do trabalho servil.

O trabalho, nessa época, era encarado como uma forma de garantir a sobrevivência da família, e, principalmente, uma espécie de tributo devido ao senhor feudal. Era de baixa produtividade, uma vez que não havia uma economia de mercado que comportasse excedentes. A unidade econômica era o feudo, que se dividia em manso senhorial, manso servil e manso comunal. O manso senhorial tinha um castelo fortificado em seu interior, o manso servil era formado por uma porção de terras divididas em lotes, arrendadas pelos camponeses. E, finalmente, o manso comunal era constituído por terras coletivas, usadas tanto pelos servos quanto pelos senhores.

O regime da servidão era predominante, tendo o servo como figura dependente do senhor feudal e devedora de obrigações. O servo estava ligado à terra, não podendo ser dela retirado – fator esse que o diferenciava do escravo – e tinha toda a sua produção destinada ao seu senhor. De fato cabia ao servo o sustento daquela sociedade, já que nem clero nem nobreza trabalhavam. Leo Hubermann analisa que a diferença entre servo e escravo consistia no fato de um poder ser vendido e o outro não, isto é,

---

<sup>101</sup> OLIVEIRA, Carlos Roberto de, op. cit. nota 88, p.30

o escravo era parte da propriedade e podia ser comprado ou vendido em qualquer parte, a qualquer tempo, o servo, ao contrário, não podia ser vendido fora de sua terra. Se o senhor poderia transferir a posse do feudo a outro, mas isso significava apenas que o servo teria novo senhor; ele próprio, porém, permanecia em seu pedaço de terra.<sup>102</sup>

Nesse período, nota-se o choque ideológico entre católicos e protestantes. Os primeiros entendiam o trabalho como uma penitência por causa das faltas cometidas pelos homens, representando, então, uma oportunidade de redenção divina. Os segundos consideravam tal atividade como uma forma de obter riqueza e de servir a Deus, contrariando, dessa forma, os dogmas católicos, pois enfatizavam a importância do trabalho. Sabe-se que a Bíblia sempre valorizou o trabalho como maneira de manter a subsistência do homem, porém, quando o cristianismo se tornou a religião dominante, houve uma má interpretação do pensamento religioso. Enquanto os textos bíblicos dignificavam quem trabalhava com as mãos, a Igreja relacionava o trabalho a uma mortificação. Jaccard explica que houve uma

deformação [...] do pensamento bíblico, fez do trabalho manual uma desgraça e uma desonra. Essa idéia não aparece nunca nos escritos da Igreja antiga. Para os cristãos dos primeiros séculos, habituados a trabalhar com as mãos, os textos da Bíblia que dignificam o trabalho, falavam uma linguagem clara. Não aconteceu o mesmo quando o cristianismo se tornou religião do Estado e as classes abastadas da sociedade antiga, aderindo a ela, lhe introduziram as suas conjecturas.<sup>103</sup>

Ao valorizar o trabalho, o protestantismo criou o sentimento de orgulho pela atividade exercida. O trabalhador era incentivado a trabalhar, seja qual fosse a hora do dia, já que a doutrina religiosa condenava tudo aquilo que era ocioso. Enfim, como não era permitido perder tempo, trabalhar passou a ser a própria finalidade da vida.

Com a peste negra, a falta de um poder centralizador e as fugas dos camponeses para as cidades, a queda do mundo feudal se tornou iminente. Nesse período, consolidaram-se os ideais de progresso e de desenvolvimento, reforçando o pensamento individualista e racionalista. Dentro de tal panorama, havia uma nobreza, que procurava manter seu poder, tendo sua posição social garantida pelos títulos e propriedades rurais, e uma burguesia. Essa era composta pelos habitantes das cidades, ou seja, dos burgos, os chamados burgueses começaram a ascender econômica e socialmente, passando a comandar os rumos dos acontecimentos. Apesar de seu crescimento econômico, a burguesia não podia ser chamada de classe dominante.

---

<sup>102</sup> HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 21. ed. rev. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p.6

<sup>103</sup> JACCARD, Pierre, op. cit. nota 82, p.124-5

Quem era a burguesia? Eram os escritores, os doutores, os professores, os advogados, os juizes, os funcionários – as classes educadas; eram os mercadores, os fabricantes, os banqueiros – as classes abastadas, que já tinham direitos e queriam mais. Acima de tudo queriam, - ou melhor, *precisavam* - lançar fora o jugo da lei feudal numa sociedade que realmente já não era feudal.<sup>104</sup>

A burguesia era uma classe que tinha tudo o que precisava para comandar, porém não tinha *status* para isso. Huberman assim resume a situação dessa classe: “a burguesia [...] tinha o talento. Tinha a cultura. Tinha o dinheiro. Mas não tinha na sociedade a situação legal que tudo isso lhe devia conferir”.<sup>105</sup> Com a mudança do mundo europeu no século XV, no qual o fato de possuir terras não era mais sinônimo de poder, o valor do dinheiro ganhou projeção, impulsionando o surgimento do comércio. Conforme Huberman, o “desenvolvimento do comércio trouxe consigo a reforma da antiga economia natural, na qual a vida econômica se processava praticamente sem a utilização do dinheiro.”<sup>106</sup> Diante desse panorama, notam-se os primeiros passos, em função da desintegração do feudalismo, de um novo sistema econômico, político e social, denominado de capitalismo, cuja característica essencial refere-se ao trabalho, que deixa de ser servil para ser assalariado. A era moderna é entendida como um período de transição entre o mundo feudal e o capitalismo.

Para Huberman, a realidade existente na Idade Média, ou seja, do trabalho executado por artesãos, sofre modificações, uma vez que, do século XVI ao XVIII, os “artesãos independentes da Idade Média tendem a desaparecer, e em seu lugar surgem os assalariados, que cada vez dependem mais do capitalista – mercador – intermediário – empreendedor.”<sup>107</sup> É a era do produtivismo, em que fatores como indolência e ócio perderam o seu prestígio e o trabalho passou a ser visto como fonte de riqueza. Ratifica-se, então, a forma de encarar a atividade produtiva como uma valorização do trabalho humano.

Quando o capital deixa de lado apenas a circulação de mercadorias e passa para o campo da produção, o capitalismo se torna manufatureiro. A fim de que houvesse, uma ascensão rápida do capitalismo, era necessária uma mão-de-obra numerosa, que produzisse, em grande escala. Sobre isso, Paul Singer comenta:

O capitalismo manufatureiro foi capaz de explorar, em certa medida, a possibilidade de aumentar a produtividade mediante a produção em grande escala. Reunindo numerosos trabalhadores sob o mesmo teto, o capitalista manufatureiro

---

<sup>104</sup> HUBERMAN, Leo, op. cit. nota 102, p.149

<sup>105</sup> Id-*Ibidem*, p.149

<sup>106</sup> Id-*Ibidem*, p.25

<sup>107</sup> Id-*Ibidem*, p.114

pôde criar uma divisão técnica de trabalho dentro da manufatura, o que lhe permitiu alcançar maior produtividade de trabalho. Em lugar de cada trabalhador realizar todas as operações, cada operação passava a ser tarefa de um grupo específico de trabalhadores.<sup>108</sup>

Com essa estratégia, os grandes capitalistas conseguiram economizar o tempo da produção, especializar um trabalhador em apenas uma tarefa e introduzir ferramentas específicas para cada tipo de atividade. Porém, tudo isso se tornava problemático porque os trabalhadores, na verdade, eram os camponeses e artesãos que haviam sido expulsos de suas terras em função de suas ruínas econômicas, e que se viram diante da necessidade de sobrevivência por meio do trabalho.

O capitalismo surgiu graças à expansão comercial e financeira e teve sua culminância no século XVIII. O artesão perdeu seu lugar para as máquinas, e seu atelier se deslocou para dentro de indústrias, isto é, anteriormente o trabalho era realizado no domínio familiar do artesão, sendo esse o proprietário das ferramentas e da matéria-prima, já no século XVIII, o trabalho passou a ser executado em fábricas, com a adesão de mulheres e crianças. O trabalho passou a ser sinônimo de fadiga, pois os trabalhadores ficavam muitas horas exercendo suas atividades, bem como ficavam expostos ao sol, à chuva, ao frio, ao calor. Os artesãos tiveram sua vida modificada porque, nesse momento, deveriam se adequar à nova demanda econômica, que era diferente da estática economia feudal. O trabalhador perdeu seu caráter individual e passou a ser mais um dentre os empregados numa grande fábrica. Tal fato era muito penoso. Devido à dificuldade de o artesão trabalhar espontaneamente, foram criadas leis que o obrigavam a exercer alguma função, estipulando como crime o ócio e a vadiagem.<sup>109</sup>

Com a produção voltada unicamente para o mercado capitalista a realidade dos trabalhadores modificou-se, uma vez que eles deixaram de ser os responsáveis pelo seu próprio sustento quando supriam suas carências com o que a natureza lhes dava; deixaram de ser donos de sua força de trabalho, da matéria-prima, do produto final e passaram a ser os elementos principais de uma sociedade voltada ao trabalho. Antes, o trabalhador era o responsável pela produção, passando a ser o operador das máquinas que se destinavam à produção. Logo, a máquina tornou-se mais importante e necessária que o trabalhador.

A máquina é mais 'produtiva' do que o homem porque supera facilmente os limites físicos do organismo humano. Movida por força hidráulica e pouco depois pela energia do vapor, a máquina pode dar conta de trabalhos para os quais o homem é

---

<sup>108</sup> SINGER, Paul. *O capitalismo, sua evolução sua lógica e dinâmica*. São Paulo: Moderna, 1984. p.16

<sup>109</sup> HUBERMAN, Leo, op. cit. nota 102, p.108

fraco demais. O movimento da máquina é muito mais uniforme do que o do corpo humano, para o qual a monotonia aumenta a fadiga. Na produção, em grande escala, de objetos iguais, a máquina é muito superior ao homem. Além disso, ela pode ser acelerada, atingindo velocidades de movimento inalcançáveis para o homem.

Posto isso, tem-se claro que a substituição do homem pela máquina representa um ganho real na produção das indústrias. Entretanto, saindo do aspecto econômico e partindo para um olhar social, nota-se que o trabalhador perdeu muito do seu potencial e, posteriormente, sua valorização, fazendo ser ratificada a máxima de que o trabalho, tal como organizado na sociedade capitalista industrial, desumaniza o trabalhador. Nessa linha de raciocínio, a teoria da alienação estipulada por Marx – o que será abordado no próximo subcapítulo deste estudo - ganha eco, pois o capitalismo separou trabalhador de seus meios de produção (ferramentas, matérias-primas, terra, máquinas), que passaram a ser propriedade do capitalista.

O capitalismo industrial foi responsável pela supremacia burguesa na ordem econômica. Essa política econômica resultou no êxodo rural, na formação da classe operária e, conseqüentemente, no desemprego, pela exploração do trabalhador e do trabalho. É inegável que o progresso adquirido com todo esse desenvolvimento teve alguma repercussão positiva na sociedade. No entanto, as conseqüências apontadas anteriormente colaboraram para um empobrecimento dessa civilização, a qual se tornou escrava do trabalho.

Karl Marx foi um estudioso que escreveu diversas obras de caráter sociológico. Observador astuto da sociedade, o teórico alemão escrevia com o grande intuito de provocar uma modificação política, social e econômica. Sua principal obra é *O capital*, que reúne as doutrinas principais sobre o Socialismo. No próximo item, procurar-se-á apresentar alguns elementos da teoria de Karl Marx com o objetivo de entender o funcionamento da sociedade do trabalho.

## 2.1 O OLHAR CRÍTICO DE KARL MARX SOBRE O TRABALHO

O marxismo, cujo maior vulto intelectual foi Karl Marx, é uma teoria sociológica de cunho político e econômico, a qual propõe que as diferenças entre as classes sociais acarretam opressão de uma sobre outra. No capitalismo tal interpretação de fato se efetiva, uma vez que a sociedade fica dividida entre os donos do capital e os não-proprietários, que eram os

responsáveis pelos meios de produção. Karl Marx, por intermédio de sua análise detalhada sobre a sociedade industrial, forneceu aos seus estudiosos uma compreensão sobre o que representaria o trabalho para o desenvolvimento do homem na sociedade capitalista. Isso o transformaria em um dos maiores críticos do sistema capitalista.

Para Suzana Albornoz, é nos textos de Karl Marx que se “encontra a análise detalhada do significado concreto do trabalho para o desenvolvimento do homem e de suas distorções na sociedade capitalista”.<sup>110</sup> Norberto Etges afirma que Marx entendia o trabalho como um processo de objetivação do homem “pelo qual entra em intercâmbio com a natureza, que ele molda de acordo com os fins, que ele tem em vista, para atender os mais diversos carecimentos.”<sup>111</sup> A mediação entre homem e natureza faz com que, ao modificá-la, o homem seja modificado também. Por isso, o homem trabalhando é considerado força de trabalho, ou seja, a energia que é colocada nessa atividade, objetivando como fim último um produto, que se transformará em riqueza. Logo é essa atividade que atribuirá ao produto um valor.

Conforme Karl Marx, o produtor dessa riqueza é o trabalhador, todavia, ironicamente, quem a produz não tem acesso a ela. No entendimento do crítico, uma diminuição na quantidade de trabalho seria muito saudável. Segundo Marx, as pessoas deveriam trabalhar apenas o suficiente para a sobrevivência. Ele reitera ainda que “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa acumulação de mercadorias, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza.”<sup>112</sup>

Como forma de enfatizar sua crítica, Marx observou a atividade produtiva realizada pelos homens e pelos animais. A título de exemplificação, esse estudioso comparou o trabalho realizado por uma abelha e por um arquiteto, objetivando a comprovação da superioridade do homem. Sabe-se que a raça humana é dotada de inteligência, organiza suas atividades e as imagina concluídas, diferente da atividade realizada pelas abelhas, por exemplo, que é movida pelo seu instinto de sobrevivência. O homem planeja suas ações, e antes de o resultado do trabalho aparecer, ele já é conhecido do homem, uma vez que já o imaginara. Para Marx, o homem “não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui como a lei determinante do seu modo de operar ao qual tem de subordinar a sua vontade.”<sup>113</sup> Então, de posse dessa análise, Marx se volta para o trabalho industrial, seu objeto de pesquisa, e percebe que esse processo

---

<sup>110</sup> ALBORNOS, Suzana, op. cit. nota 90, 69

<sup>111</sup> Karl Marx *apud* ETGES, Norberto. *Conceito de Trabalho, construção do conceito e Trabalho do conceito*. Florianópolis-SC. **Revista Perspectiva**, nº 17, p. 79-96, 1992. p.81-2.

<sup>112</sup> MARX, Karl. *O capital*. Trad: Reginaldo Sant'Anna. 12. ed. vol. I. cap. V. Rio de Janeiro, 1988. p.41

<sup>113</sup> Id-*Ibidem*, p.202

não se realiza. Esse crítico entende que o homem não antevê o resultado de sua atividade, pois nesse momento ele não está mais sozinho, na sua casa, fabricando algum utensílio, agora ele está na linha de produção de alguma fábrica. Dificilmente ele reconhecerá, por exemplo, o carro para o qual montou o trinco da porta. Logo, o homem não domina mais o processo de construção de seu produto.

A análise da mercadoria, a teoria da alienação, o conceito de classes sociais e sua repercussão na sociedade foram teses elaboradas por Karl Marx para entender a dinâmica do trabalho. A mercadoria pode ser entendida a partir de dois aspectos: o valor de uso e o valor de troca. O valor de uso, segundo Marx, realiza-se quando há uma utilização ou consumo direto do produto pelos homens, isto é, o homem produz o suficiente que será utilizado. A mercadoria com valor de troca refere-se ao excedente de produção que se destinará à troca, logo, ao lucro, o que é a base do sistema capitalista. Portanto, a produção da mais valia e o lucro serão do proprietário dos meios de produção.<sup>114</sup>

Ainda sobre mercadoria, em seu texto *Fetichismo e reificação*, o crítico busca dar conta do mistério que o mundo das mercadorias possui. Num primeiro momento, a mercadoria pode passar como um elemento trivial, que não dificulta a compreensão, todavia, em seguida, “vê-se que ela é algo muito estranho, cheia de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas.”<sup>115</sup> Isso quer dizer que, ao ter valor de uso, capaz de suprir as necessidades dos homens, a mercadoria não é nada misteriosa, pois, quando os homens trabalham uns para os outros, independente do modo como o fazem, dão ao trabalho uma forma social. Isso muda no momento em que a igualdade dos trabalhos humanos fica distorcida sob a forma de igualdade dos produtos do trabalho, “como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho.”<sup>116</sup>

É nesse ponto justamente que a mercadoria se torna misteriosa, porque encobre as características sociais da própria atividade dos homens. Quando tal fato ocorre, as relações sociais assumem características materiais e propriedades sociais, as quais fazem parte do resultado do trabalho, ou seja, os produtos. Somado a isso, a mercadoria quando misteriosa oculta a relação social existente entre as atividades individuais dos produtores e o trabalho total, além de refletir como relação social existente entre os produtos de seu próprio trabalho.

Em função desse entendimento, Marx relaciona o termo fetichismo com mercadoria. Ele defende o fetichismo como o que “está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando

---

<sup>114</sup> MARX, Karl, op. cit. nota 112, p. 42-43

<sup>115</sup> Id-*Ibidem*, p. 79

<sup>116</sup> Id-*Ibidem*, p.80

são gerados como mercadorias.”<sup>117</sup> Desse modo, caracteriza-se por ser uma transposição para o objeto da relação que ele representa. É um fetichismo decorrente do trabalho social que produz mercadorias. De acordo com Marx, a forma mercadoria é a mais geral e elementar da produção burguesa “razão por que surgiu nos primórdios, embora não assumisse a maneira dominante e característica de hoje em dia. Pela mesma razão, parece ainda relativamente fácil penetrar em seus atributos fetichistas.”<sup>118</sup>

A reificação é o processo referente à confusão entre trabalhador e mercadoria, caracterizando a relação social que se estabelece como uma relação entre objetos. Tal desumanização do homem o transforma num ser coisificado, que passa a ter o seu valor relacionado ao de um objeto e não de um homem. Resumindo: no processo de trabalho, mercadoria e trabalhador tornam-se a mesma coisa. Logo, numa sociedade de consumo, o ser humano e todas as relações que se estabelecem passam a ter valor de troca. Marx explica que as relações sociais entre “seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos.”<sup>119</sup>

Friedrich Engels vai mais longe e atesta que essa falta de distinção entre homem e mercadoria é causa direta da escravidão. Com a modificação na força de trabalho do homem, que teve como consequência a produção de excedentes, estabeleceu-se a divisão do trabalho e a troca entre os homens. Segundo Engels, relacionar homem com a mercadoria fez com que houvesse uma confusão entre eles, fazendo o homem passar a ser tratado como se mercadoria fosse e “de que a força de trabalho do homem podia chegar a ser objeto de troca e consumo, desde que o homem se transformasse em escravo.”<sup>120</sup> Uma sociedade marcada pela escravidão está dividida entre aqueles que exploram e aqueles que são explorados. Tal exploração pode ser detectada por intermédio da escravidão na Antiguidade, da servidão na Idade Média e do trabalho assalariado nos tempos modernos.<sup>121</sup>

A teoria da alienação<sup>122</sup> relaciona-se com as consequências do trabalho sobre o trabalhador, e, conforme Engels, pode significar tanto separação quanto estranhamento. O trabalhador sofre cinco tipos de alienação, quais sejam: a alienação do ser genérico do

---

<sup>117</sup> MARX, Karl. *O capital*. Trad: Reginaldo Sant’Anna. 12. ed. vol. I. cap. V. Rio de Janeiro, 1988. p.81

<sup>118</sup> Id- *Ibidem*, p. 92

<sup>119</sup> Id- *Ibidem*, p.81-82

<sup>120</sup> ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. In: **Marx e Engels, obras escolhidas**. Vol.3. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1963. p. 140

<sup>121</sup> Id- *Ibidem*, p.140

<sup>122</sup> A teoria da alienação foi escrita numa fase anterior ao aprofundamento dos estudos históricos e econômicos de Karl Marx, no entanto essa teoria jamais foi abandonada por ele.

homem; a alienação do objeto; a alienação de si; a alienação do homem e a alienação do trabalho.<sup>123</sup>

A alienação do ser genérico do homem refere-se ao fato de o homem fazer parte de um todo, “Marx via os indivíduos como partes orgânicas de um todo supra-individual”.<sup>124</sup> O homem tem a característica da onisciência, pois qualquer indivíduo que está fixado em algum lugar tem acesso a qualquer informação de um lugar em que haja outro indivíduo. No entanto, numa sociedade onde existe a comunidade privada, os homens ficam separados em classes com interesses distintos, assim “o ser genérico fica fragmentado em grupos que procuram monopolizar o conhecimento, a riqueza, etc. Isto é a alienação do ser genérico do homem”.<sup>125</sup>

O segundo tipo de alienação, a do objeto, refere-se à entrega total do homem na produção, uma vez que, ao trabalhar, coloca no produto muito de si, suas emoções, seu esforço físico, exteriorizando assim alguma parte de si. Então, quando ele mesmo aproveita o fruto de seu trabalho o ciclo se fecha, pois “reintegra a sua vida aquilo que havia exteriorizado”.<sup>126</sup> Porém, quando isso não ocorre, o homem é alienado da sua produção, não fecha o ciclo de repor o que havia colocado de esforço no produto.

Um pouco similar à alienação de si é o terceiro tipo de alienação, que se refere à perda de controle do trabalhador sobre sua obra. Após a produção, a mercadoria é encaminhada ao mercado, mantendo uma condição de anonimato e podendo voltar às mãos de quem a produziu. Todavia, o trabalhador não a reconhece como um objeto produzido por ele, causando, desse modo, um estranhamento que o oprime. Esse modo de trabalho é diferente, portanto, da forma como o trabalho era organizado quando os artesãos estavam em suas oficinas, estabelecidas muitas vezes nas suas próprias casas, fazendo e refazendo os objetos e depois os observando em uso.

Já a quarta forma, a alienação do homem, relaciona-se à apropriação do trabalho de um homem por outro homem. Nesse sentido, o indivíduo passa a ser um trabalhador que aproveita os frutos de seu trabalho. A sociedade fragmenta-se, então, em duas partes: exploradores e explorados. É o que se percebe na relação entre patrão e empregado, na qual o dono dos bens de produção assume uma postura de exploração frente àquele que é responsável pela produção, não o valorizando como peça importante no processo produtivo.

A quinta e última forma de alienação é a do trabalho, que se refere à capacidade que somente o homem possui de modificar o seu ambiente, natural ou social, e o faz de forma

---

<sup>123</sup> BINS, Milton. *Introdução à sociologia geral*. 5. ed. Porto Alegre: Edições Mundo Jovem. 1989. p.76

<sup>124</sup> Id- *Ibidem*, p.76

<sup>125</sup> Id- *Ibidem*, p.76

<sup>126</sup> Id- *Ibidem*, p.77

diferente da executada pelos animais. Numa sociedade alienada, esse fato social deixa de ser um meio pelo qual o homem se humaniza para se tornar apenas um meio de sobrevivência. De acordo com essa teoria, o trabalho brutaliza o ser humano, pois o trabalhador não o escolhe conforme suas aptidões e seu gosto.

A teoria específica sobre classes sociais deve-se a Marx, que elaborou “o primeiro tratado explícito sobre o fenômeno e a primeira elaboração teórica do conceito.” De acordo com Marx, as classes sociais refletem o modo de produção de uma sociedade, sendo que o próprio modo de produção se define pelas relações que permeiam as classes, e tais

relações dependem da relação das Classes com os instrumentos de produção. Numa sociedade em que o modo de produção capitalista domine, sem contrastes, em estado puro, as Classes se reduzirão fundamentalmente a duas: a burguesia composta pelos proprietários dos meios de produção, e o proletariado, composto por aqueles que, não dispondo dos meios de produção, têm de vender ao mercado sua força de trabalho.<sup>127</sup>

Para o crítico Marx, a produção econômica de uma sociedade é fator determinante para a divulgação e fomentação dessas mesmas idéias. Isso quer dizer que a classe social que possui os meios de produção material possui, conseqüentemente, os meios de produção intelectual. O teórico explica que os indivíduos que compõe uma sociedade possuem uma consciência, e, portanto,

uma vez que dominam como classe e determinam uma época histórica, em toda a sua extensão, é evidente que dominam e regulamentam, completamente, como seres pensantes, como produtores de idéias, a produção e a distribuição dos pensamentos de sua época; suas idéias, são, portanto, as idéias dominantes de sua época.<sup>128</sup>

O raciocínio é simples: a classe dominante, dona dos meios de produção, os quais geram riqueza, é também a responsável pela forma de pensar de determinada sociedade, logo, são os donos do capital que comandam o pensamento e a história da sociedade. Indo mais além, conforme Marx, entender a organização e o funcionamento da sociedade prescinde de um estudo do modo como a sociedade produz. Essa premissa materialista é o que representa, para Stuart Hall, a forma clássica do marxismo, ou seja, “as idéias surgem das condições

---

<sup>127</sup> BINS, Milton, op. cit. nota 123, p.77

<sup>128</sup> Id- *Ibidem*, p. 145-158.

materiais e refletem as circunstâncias nas quais foram geradas. Elas expressam as relações sociais e suas contradições no pensamento.”<sup>129</sup>

Sobre esse tema, Engels observa que a

concepção materialista da história parte do princípio que a produção, e com ela a troca dos produtos, é o fundamento de qualquer regime social, que em todas as sociedades que apareçam na história, a repartição dos produtos, e com ela, a divisão social dos homens em classes e camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e segundo a maneira como produz e pelo modo de troca das coisas produzidas. Por conseguinte, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as perturbações políticas não devem ser procuradas na cabeça dos homens, nem na sua compreensão da verdade eterna ou da justiça absoluta, mas nas modificações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas na filosofia, mas na economia do período que se analisa.<sup>130</sup>

Dessa maneira, pode-se concluir que a história do homem relaciona-se com a história do desenvolvimento e fracasso dos meios de produção e que a existência de classes sociais pressupõe exploração. Marx entende as diferenças existentes entre as classes sociais como responsáveis por uma relação de opressão de uma classe sobre a outra. Porém, não existe a consciência por parte da classe dominada. Friedrich Engels argumenta que a opressão de classes sociais ocorre num processo de constante contradição, ou seja, à medida que a produção progride, há um retrocesso na condição “classe oprimida, isto é, da imensa maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros; cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um novo elemento de opressão para a outra.”<sup>131</sup> Engels reitera ainda que, como é a classe dominante que determina o que é conveniente ou não para a sociedade, qualquer reação contrária a esse domínio, efetuado pela classe oprimida, seria interpretada como uma ingratidão sem precedentes.<sup>132</sup>

Posto isso, explica-se porque, no entendimento desses dois críticos, o proletariado não conseguiria sair sozinho da situação de opressão que vive, uma vez que a realidade, quando se torna opressora, o grupo da classe inferiorizada é de natureza basicamente oprimida. Isso ratifica a máxima: os indivíduos são produto da sociedade na qual estão inseridos. Alfredo Margarido, em seu estudo sobre a introdução do marxismo em Portugal, aborda a dificuldade da introdução do ideário marxista, buscando entender de que forma as idéias e teses elaboradas por Karl Marx e Engels foram introduzidas no seio da sociedade, transformando,

---

<sup>129</sup> HALL, Stuart. O problema da ideologia. O marxismo sem garantias. In: *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardia Resende...[et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p.270

<sup>130</sup> ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Editorial Estampa, 1971.p.76 APUD DEMO, Pedro. Sociologia. Uma introdução crítica. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989. p.72.

<sup>131</sup> ENGELS, Friedrich, op. cit. nota 120, p. 141

<sup>132</sup> Id-*Ibidem*, p.142

com isso, o marxismo numa corrente autônoma e única motivadora da mudança de postura. Margarido analisa que a

expansão dessas idéias, através dos livros, mas também das organizações operárias e intelectuais, teve de vencer a resistência das forças retrógradas, mas deve também dizer-se que ela foi dificultada pela resistência de outras correntes de pensamento e da prática socialista da época: prudonianos, fourieristas, blanquistas, anarquistas, mazzinistas, bakuninistas, etc.<sup>133</sup>

Alfredo Margarido, quando lançou um olhar especificamente sobre a classe operária, entendeu que tanto o campesinato quanto o operariado já estavam cientes da opressão que sofriam e se organizavam. No entanto, tal mobilização ocorreu independente do conhecimento da teoria de Marx, e a classe operária portuguesa conseguiu elaborar sua defesa de forma satisfatória.

O proletariado, assim como o campesinato, dispunham de organizações autônomas antes de Marx e de Engels, e tais organizações tinham permitido o combate, com vitórias importantes do proletariado. Constatase facilmente que a classe operária não esperou Marx para se organizar, nem para estruturar os princípios teóricos que lhe permitiram concentrar-se e mobilizar-se para o combate.<sup>134</sup>

A leitura da sociedade empreendida por Marx sofreu interpretações e releituras<sup>135</sup>, que, por vezes deturparam-na, modificaram e tencionaram uma rejeição total, colaborando para que os estudiosos da sociedade entendessem a existência de vários marxismos. É certo que alterações fizeram-se necessárias, já que a sociedade motivadora de seus estudos estava ainda dando os primeiros passos na industrialização, cujos defensores faziam apologia à dedicação total e execução do trabalho. Entretanto, hoje em dia, na contemporaneidade deste estudo, é possível ouvir anúncios do fim do trabalho. Posto isso, faz-se necessário reiterar que, apesar de angariar muitas oposições e críticas, o pensamento marxista ainda é de suma importância para o entendimento da sociedade pelo viés econômico, estabelecendo relação entre a forma como a produção dos bens de consumo acontece e como os homens mantêm a sua sobrevivência material.

---

<sup>133</sup> MARGARIDO, Alfredo. *Introdução do marxismo em Portugal-1850-1930*. Lisboa: Guimarães Editores, 1975. p.7

<sup>134</sup> *Id-Ibidem*, p.8

<sup>135</sup> A título de exemplo, cita-se a observação de Fredric Jameson: “Ele (Lenin) estabeleceu o exemplo de identificação de um novo estágio do capitalismo que não havia sido explicitamente previsto por Marx: o chamado estágio do monopólio ou o momento clássico do imperialismo. Isso pode nos levar a crer tanto que a nova mutação foi nomeada e formulada de uma vez por todas quanto que estamos autorizados a inventar, em face de outras circunstâncias, ainda um outro estágio. Cf: JAMESON, Fredric. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo*. Trad. Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p.67

As sociedades do trabalho, que serão posteriormente analisadas, estão contextualizadas num período cronológico muito além do foco do estudo de Karl Marx, porém são todas elas sociedades estruturadas em torno da aquisição do lucro, que não valorizavam o seu produtor direto, que é o trabalhador. Brasil, Portugal e Angola são países que possuem muitas similaridades com relação à forma como produziram e administraram sua produção nas décadas de 30 e 40 do século XX e tiveram, no colonialismo empreendido pela nação portuguesa, normas impostas que determinaram consideravelmente sua organização social e econômica. Esses elementos que ora se assemelham ora se diferenciam, serão estudados no próximo subcapítulo.

## 2.2 BRASIL, TRABALHO E TRABALHADORES

O caso brasileiro é singular quando comparado a outras sociedades do trabalho. De economia voltada ao trabalho escravocrata, o Brasil tinha sua produção fazendária direcionada ao mercado externo. Para o crítico Roberto Schwarz, o Brasil era um país agrário e independente

dividido em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado, e por outro do mercado externo.[...] Era inevitável, por exemplo, a presença entre nós do raciocínio econômico burguês – a prioridade do lucro, com seus corolários sociais – uma vez que dominava no comércio internacional, para onde a nossa economia era voltada.<sup>136</sup>

Sempre, em sua história, o Brasil foi governado por uma minoria, logo, toda sua estrutura social estava organizada em torno dos interesses dessa minoria. Sérgio Buarque de Holanda entende esse processo como a herança rural do povo brasileiro, baseada no latifúndio e na escravidão da população, pois, segundo o autor, “toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos.”<sup>137</sup> Com a queda do prestígio dos senhores de engenho, houve uma migração do meio rural para o meio político e social do país. Para a manutenção do *status quo* da classe dominante, os filhos dos senhores se tornaram bacharéis de direito, burocratas e políticos. Holanda argumenta que tais ocupações destinavam-se a

---

<sup>136</sup> SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000. p.13

<sup>137</sup> Id- *Ibidem*, p.73

lavradores e donos de engenhos e que “transportada de súbito para as cidades, essa gente carregue consigo a mentalidade, os preconceitos e, tanto quanto possível, o teor de vida que tinham sido atributos específicos de sua primitiva condição.”<sup>138</sup>

A conseqüência dessa migração foi que o Estado brasileiro viu-se invadido pelos sentimentos familiares, o que repercutiu até na formação dos partidos políticos, visto que esses apresentavam essa herança patriarcal/rural/familiar. Nota-se que é prática, no Brasil, independente do período histórico, a migração de dinheiro particular dos políticos para a resolução de problemas pessoais de seus eleitores, uma forma de prêmio pela lealdade destes com aqueles. Em função disso, José de Souza Martins comenta ser evidente que

nesse trânsito de riqueza por canais que passam pelo exercício de funções públicas, fica difícil distinguir o que é dinheiro público e o que é dinheiro particular. No comportamento do político do povo, mesmo de eleitores, ao longo da história política brasileira, essa distinção parece ter sido irrelevante. A política do favor, base e fundamento do Estado brasileiro, não permite nem comporta a distinção entre o público e o privado.<sup>139</sup>

Logo, um olhar atento sobre a sociedade brasileira possibilita a verificação de que há uma falta de diferenciação entre público e privado, de tal forma que é possível observar comportamentos e posturas de uns que deveriam estar em outros e vice-versa. Para Holanda, o quadro familiar

torna-se, tão poderoso e tão exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades.[...] O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.<sup>140</sup>

Como forma de exemplificar tal relação, ou seja, a dificuldade que o brasileiro tem em separar o meio político do familiar, Holanda atesta que “a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o homem cordial”.<sup>141</sup> No pensamento do brasileiro, as relações impessoais têm um quê de desagradável e estranho. Com o caráter doméstico e familiar impregnado na formação do caráter brasileiro, é possível afirmar que a

---

<sup>138</sup> SCHWARZ, Roberto, op. cit. nota 136, p.82

<sup>139</sup> MARTINS, José de Souza. Clientelismo e Corrupção no Brasil Contemporâneo. In: *O poder do atraso. Ensaio de sociologia da justiça lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994. p.20

<sup>140</sup> SCHWARZ, Roberto, op. cit. nota 136, p.82

<sup>141</sup> Id- *Ibidem*, p.146

demora no processo de modernização do Brasil tem sua gênese na falta da separação do público e do privado.<sup>142</sup>

Ao avançar em sua análise, Sérgio Buarque de Holanda observa, na realidade brasileira, muito da colonização européia, recuperando os muitos traços culturais característicos, especialmente, do povo português, que, de certa forma, repercutem no povo brasileiro. Para o autor,

a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma.<sup>143</sup>

Em relação a essa descendência, o autor supõe uma tese de formação brasileira baseada nos princípios do trabalho e da aventura. Holanda considera que uma sociedade pautada por ideais próprios do trabalho em muito se diferencia daquela que se relaciona à aventura. O trabalho diz respeito aos desafios e obstáculos encontrados no momento de realização de alguma atividade, motivando as pessoas a se preocuparem mais com os meios do que com os fins. Já a aventura, abrangeria projetos audaciosos, vastos, nos quais os obstáculos serviriam como impulso para alcançar uma recompensa imediata. Há uma ética do trabalhador e uma ética da aventura.

Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, característica desse tipo.<sup>144</sup>

Analisando essa teoria na prática, o português assumiria o espírito do aventureiro, pois teria mais facilidade de adaptação, diferente do espanhol, por exemplo, que se encaixaria mais no perfil do trabalhador. Por conseguinte, o brasileiro descenderia desse espírito aventureiro do português, não herdando, portanto, a ética do trabalho, sugerindo que o português, ao aportar em terras brasileiras, vinha buscar riqueza “que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho.”<sup>145</sup>

---

<sup>142</sup> SCHWARZ, Roberto, op. cit. nota 136, p. 139-151

<sup>143</sup> Id-*Ibidem*, p.40

<sup>144</sup> Id-*Ibidem*, p.44

<sup>145</sup> Id-*Ibidem*, p.49

Indiferente às questões trabalho x aventura, quem de fato trabalhava eram os escravos. A escravidão foi igual em todo o mundo, mas para alguns críticos a escravatura brasileira foi pintada com tons mais suaves. É o caso de Gilberto Freyre<sup>146</sup>, que na década de 30, produziu um ensaio de interpretação do Brasil voltado para o passado. Ao analisar a influência dos africanos na formação da cultura brasileira, que está de tal forma inserida nessa cultura, o autor constatou que todo brasileiro, independente do tom de sua pele, traz a marca do negro em sua formação. Um dos pontos de análise do autor é a comparação entre a escravidão americana com a brasileira. Ao constatar que a americana foi muito mais violenta que a brasileira, o crítico é acusado de amenizar a realidade do período escravocrata em nosso país. Para Freyre, a escravidão brasileira pode ser caracterizada como um escravismo cooperativo entre escravo e senhor.

Freyre procura recuperar o lugar do negro na sociedade, anulando as fronteiras e o tencionamento entre o senhor e o negro, enaltecendo os aspectos positivos da miscigenação. Segundo alguns críticos, é uma visão paternalista, a qual em nada contribui para a melhora na questão da exploração do negro.<sup>147</sup> Sabe-se que, na sociedade brasileira, os negros foram, ao contrário dos índios, considerados como párias da sociedade. E, apesar da existência de teses que defendem o suposto fator benigno da escravidão no Brasil, a população negra foi tratada como “o último dos descasos no que diz respeito à sua formação moral e intelectual, e preparação para a sociedade em que à força o incluíram”.<sup>148</sup> Sua inclusão na sociedade limitou-se ao batismo e ao fornecimento de algumas noções rudimentares de religião.

Outro intérprete do Brasil foi Caio Prado Júnior. Tendo em vista que o fenômeno da escravidão abrangeu todos os setores da economia colonial, o autor dividiu os escravos em domésticos e rurais. O escravo rural era aquele que estava diretamente ligado às atividades produtivas da sociedade, trabalhador braçal no sentido real do termo. Já os escravos das lidas domésticas eram bastante numerosos e possuíam grande prestígio por parte dos senhores e de suas famílias. Inclusive cabia a eles, de acordo com Gilberto Freyre, a formação educacional dos filhos e filhas dos senhores. Desde o nascimento até a idade adulta, os filhos da casa-

---

<sup>146</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal*. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

<sup>147</sup> Porém, de acordo com Roberto Ventura, Freyre passou a ser valorizado pela sua colaboração na virada antropológica e psicológica dos estudos históricos que se “dava a partir da década de 1970 com a terceira geração da escola das *Annales* e os representantes da “nova história” francesa como Fernand Braudel, Georges Duby e Philippe Ariès. Passou a ser elogiado como pioneiro por seu foco nos “novos objetos” e em figuras até então marginais, como o escravo, a mulher, a criança, a arquitetura e os artefatos, os hábitos culturais e as tradições culinárias e alimentares.”cf. VENTURA, Roberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Publifolha, 2000. p.15

<sup>148</sup> JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil contemporâneo colônia*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.p.276

grande eram influenciados pela cultura negra, que foi apresentada pelo autor nos diversos aspectos da vida brasileira.

Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolegando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem do muleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo.<sup>149</sup>

A escravidão que atingiu a raça negra é uma mancha que estigmatizou todos os seus descendentes e é possível perceber, na sociedade brasileira, essas marcas profundas deixadas pelo período escravocrata. O mulato e o mestiço receberam, como herança, a realidade do passado sofrido de seus antepassados, o que fez a sombra da escravidão se manter mesmo num período em que ela era só lembrança. Entre as características da escravidão, pode-se destacar: a formação de uma classe ociosa, de uma classe de desocupados e de uma discriminação do trabalho.

Tendo todo o trabalho realizado por escravos e tendo sua subsistência garantida, à classe dominante sobrava tempo livre, o que, ato contínuo, tornava-a ociosa. Prado Júnior entende que a formação da classe ociosa fez com houvesse uma falta de atitude para a realização das tarefas, ou seja, uma indolência, uma moleza mesmo. Então, segundo o crítico, na sociedade colonial, há uma classe ociosa e outra que trabalha, e a produção recairá “exclusivamente no trabalho forçado e não consentido imposto pela servidão.”<sup>150</sup>

Enquanto a classe abastada não precisava trabalhar, os homens livres não trabalhavam porque para eles não havia trabalho. Os homens livres acabaram por formar uma classe de desocupados porque todas as atividades eram realizadas por negros, o que em muito desprestigiava o trabalho. Portanto, para os homens livres não havia empregos. Desse modo, eles formaram uma classe de desocupados. Entregues à vadiagem e colocados naturalmente à margem dos acontecimentos, aos homens livres faltavam ocupações normais e estáveis, que lhes dessem condições financeiras ou um lugar melhor no meio social. Há registros de que esse grupo de pessoas muitas vezes entregava-se à prática de crimes. Caio Prado Júnior observa que os homens livres estavam colocados entre os extremos da escala social da colônia, sendo que os senhores eram a minoria, e os escravos, a grande maioria:

---

<sup>149</sup> JÚNIOR, Caio Prado, op. cit. nota 148, p. 395

<sup>150</sup> Id- *Ibidem*, p.347

os primeiros serão os dirigentes da colonização nos seus vários setores; os outros, a massa trabalhadora. Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número[...] dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupação mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma.<sup>151</sup>

Outro fator oriundo do período escravocrata é a discriminação do trabalho. Prado Júnior analisa que a “utilização universal do escravo nos vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito do trabalho, que se torna ocupação pejorativa e desabonadora”.<sup>152</sup> É nesse ponto que se encaixa a diferenciação entre o trabalho manual e o intelectual proposta por Sérgio Buarque de Holanda, o qual defende que o prestígio de um sobre o outro está relacionado ao fato de o trabalho manual ter sido exercido por escravos e o intelectual ter sido de domínio das classes mais abastadas.

Por isso, justifica-se a busca pelo título de bacharel, já que representa a supervalorização da atividade intelectual em detrimento da manual. Logo, o apego do brasileiro ao mundo das idéias seria uma característica da herança rural e conseqüência da cordialidade brasileira. De acordo com Holanda, “o trabalho mental, que não suja as mãos e não fatiga o corpo, pode constituir, com efeito, ocupação, em todos os sentidos, digna de antigos senhores de escravos e dos seus herdeiros.”<sup>153</sup> Sendo assim, ao valorizar o mundo das idéias, o trabalho intelectual, o título de bacharel, o povo brasileiro estaria colocando em segundo plano os valores que envolvem a coletividade.

Percebe-se, no Brasil não-escravocrata, uma continuidade de práticas autoritárias, as quais permanecem as mesmas, independente da mudança de regime político.<sup>154</sup> A sociedade brasileira é mantenedora de uma realidade na qual a força de quem está no poder prevalece sobre os que não estão. Tal permanência impede a ruptura com o regime absolutista colonial. Para Florestan Fernandes, as relações de classe estão na ordem estamental, em que se reproduz o passado no presente a tal ponto que o

horizonte cultural inerente à consciência conservadora de nossos dias, em seu mandonismo, exclusivismo e particularismo agrestes, lembra mais a simetria “colonizador” versus “colonizado” que a “empresário capitalista” versus “assalariado”. Isso evidencia o quanto a ordem civil ainda não atingiu mesmo grupos incorporados ao mercado capitalista de trabalho e ao sistema de relações de classes, demonstrando que a distância social entre as classes nem sempre é uma mera questão quantitativa.<sup>155</sup>

---

<sup>151</sup> JÚNIOR, Caio Prado, op. cit. nota 148, p.281

<sup>152</sup> Id- *Ibidem*, p.278

<sup>153</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, op. cit. nota 86, p.50

<sup>154</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Autoritarismo e transição*. Revista da USP, São Paulo, 1991.p.52

<sup>155</sup> FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1974. p. 35

Um tipo de poder exercido no Brasil foi adotado por um grupo de homens oriundos da Guarda Nacional, corporação civil criada na Regência de Feijó. Resumidamente, o que essa regência fez “foi simplesmente ampliar a estrutura das companhias de ordenanças, que eram corporações civis, dando-lhes uma hierarquia militar completa e submetendo-se ao controle do Ministério da Justiça.”<sup>156</sup> Martins pontua ainda que, com a criação dessa Guarda Nacional, o que de fato aconteceu foi uma captura do poder central pelos municípios, já que o território onde agiam os integrantes da guarda era o município. Investidos de uma autoridade militar, esses homens receberam o título de coronéis e iniciaram um período no Brasil de intensa visibilidade política, decidindo por vezes questões importantes para nosso país. Gerenciando suas propriedades rurais escravizavam os trabalhadores e suas famílias numa relação de troca de favores políticos, econômicos e sociais, nos quais, tem-se claro, os coronéis eram os únicos beneficiados.

Práticas como a escravidão, a servidão e o trabalho assalariado são realidades sociais que fazem parte da história dessa atividade e repercutem na sociedade. Somado a isso, cumpre situar o trabalhador assalariado dentro desse panorama. Ele realiza uma atividade braçal, é marginalizado e sofre, muitas vezes, práticas escravistas. Tudo isso numa realidade de trabalho livre.

### 2.3 A QUESTÃO DO TRABALHO EM PORTUGAL

Portugal é um país que se limita à Galiza ao norte, com a Espanha a leste, e com o Oceano Atlântico ao sul e a oeste. Essas características geográficas fazem com que o país esteja voltado para o mar e, de certa forma, justificam o caráter desbravador e aventureiro do povo português. O desprendimento, o desejo por riquezas e o caráter aventureiro renderam a Portugal, no passado, o posto de potência mundial, lugar esse dividido com Espanha. De acordo com Jacques Georgel “a economia portuguesa é largamente tributária das condições geográficas da Península Ibérica.”<sup>157</sup>

Brasil e Angola foram alguns dos países conquistados por Portugal e, graças a esse fato, cada uma dessas nações protagonizou um período de quatro séculos de subordinação à

---

<sup>156</sup> MARTINS, José de Souza, op. cit. nota 140, p.26

<sup>157</sup> GEORGEL, Jacques. A economia. In: *O salazarismo*. Lisboa: Editions Cujas, 1981. p.105

metrópole. A política colonizadora de Portugal se caracterizou basicamente por uma prática de exploração da colônia recém-descoberta, uma política expansionista que não previa, e igualmente não permitia, uma preparação da colônia para um futuro independente. O único objetivo era suprir as necessidades da metrópole, por isso, numa figuração não metafórica, os navios aportavam e lapidavam a colônia.

Era esse comércio (com o Brasil) que produzia a maior parte dos rendimentos da Coroa, que determinava a vinda de embarcações estrangeiras a Lisboa e a outros portos em número avultado, que causava a existência de uma rede florescente de ligações internacionais, que tornava a moeda abundante e estável, que permitia o registo de saldos positivos na balança comercial e que dava ensejo a investimentos consideráveis em propriedade, actividades construtoras e manifestações de arte e de cultura.<sup>158</sup>

Então, nos séculos XVI, XVII e XVIII, estabeleceu-se o capitalismo mercantil, o qual se caracterizava pelo intenso comércio entre as metrópoles europeias e suas respectivas colônias.<sup>159</sup> Com a descoberta do caminho para a Índia, o poder centrou-se nas mãos do rei, política e economicamente. Entretanto, apesar de todos os progressos obtidos pela burguesia rural, desde o século XIV, ela não conseguiu evitar que

as novas expansões económicas fossem na maior parte absorvidas como renda feudal, sob formas variadas (rendas da colonização insular e brasileira, monopólios dos ‘resgates’ e tratos ultramarinos, monopólios de produção interna sujeita a direitos ‘banais’, e, finalmente, administração da Coroa a favor de uma oligarquia), o que dificultou a acumulação do capital propriamente dito e seu posterior investimento na agricultura e, em geral, na produção interna.<sup>160</sup>

A realidade de grande potência ultramarina logo foi alterada, porque Portugal se mostrou inábil para suprir as necessidades do reino e da colônia. A abertura dos portos brasileiros a todas as nações, seguido pelo tratado comercial com a Inglaterra, foram, dentre outros, fatores que contribuíram para a ruína da economia portuguesa. Oliveira Marques constata que em 1820

a balança de comércio acusava um déficit de 21 milhões de cruzados. Com a proclamação da independência do Brasil, novo golpe foi infligido na situação precária das fontes de receitas nacionais. Ao desvanecerem-se os sonhos burgueses de recuperar a colônia perdida, houve que encarar de frente a necessidade de criar para o País uma nova feição económica.<sup>161</sup>

---

<sup>158</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. 6.ed. Lisboa: Presença, 2006. p. 353

<sup>159</sup> BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico e brasileiro*. 22. ed. Ijuí: Vozes, 2000. p. 30

<sup>160</sup> SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, op. cit. nota 14, p. 171

<sup>161</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira, op. cit. nota 158, p. 485

Somado a isso, a colônia mais produtiva de Portugal, o Brasil, proclamou-se independente. Dessa forma, a agora ex-metrópole, desprovida dos lucros da colônia, viu-se obrigada a criar estratégias para melhorar sua situação econômica. Uma das tentativas de reação foi acabar com os ranços feudais que ainda permaneciam na sociedade portuguesa, já que a economia rural portuguesa era basicamente de auto-subsistência, organizada em torno de castelos, de vilas e de cidades povoadas por burgueses. Oliveira Marques defende que o desenvolvimento da agricultura passava exatamente por essa reestruturação, ou seja, adequar a realidade rural portuguesa com as novas práticas que modernizariam a agricultura. O objetivo era, não só em Portugal como em toda a Europa, libertar o trabalhador rural e permitir um ressurgimento agrícola.<sup>162</sup>

Outra forma de revitalização da economia foi a transformação dos bens da Coroa em bens nacionais. Oliveira Marques observa que essa medida foi importante porque retirou o monopólio das terras da igreja e da nobreza, fazendo ocorrer a

extinção das Ordens Religiosas, com o resultado de que todos os seus bens foram desamortizados e vendidos em hasta pública. O Estado desfez-se também de grande parte da propriedade pertencente à Coroa. Nestes termos, uma percentagem considerável de terra baldia ou imperfeitamente aproveitada começou a pouco e pouco a tornar-se produtiva graças ao interesse directo dos seus novos proprietários. A extinção total dos vínculos (1863) deu à propriedade uma estrutura moderna e contribuiu ainda mais para o surto da agricultura. Organizou-se também o crédito rural. Por último, o desenvolvimento dos transportes e das comunicações, a partir de 1840, trouxe consigo os fundamentos de uma infra-estrutura apropriada ao progresso geral.<sup>163</sup>

Logo, o capitalismo, sistema econômico que se baseia na supremacia do capital sobre o trabalho, passou a fazer parte da história de Portugal assim como dos outros países. Os novos acontecimentos também afetaram os trabalhadores, pois os portugueses tiveram suas condições de vida em muito pioradas no século XIX. Oliveira Marques ratifica que “baixaram os salários reais, sobretudo a partir de 1880, correspondendo à concentração do capital e da indústria. O padrão de vida, o tipo de alimentação e de alojamento, etc. pioraram também”.<sup>164</sup> Os lusitanos trabalhavam, em média, dez horas por dia, havendo registros de trabalhadores que excediam essa média.

Diante da tal realidade, os trabalhadores se mobilizaram e procuraram modificar o *status quo*. A forma encontrada de reivindicação igualmente não diferia dos trabalhadores de outros países, isto é, optaram pela realização de greves como saída para modificarem a

---

<sup>162</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira, op. cit. nota 158, p. 485

<sup>163</sup> Id- *Ibidem*, p. 486

<sup>164</sup> Id- *Ibidem*, p. 507

realidade social altamente espoliativa na qual estavam inseridos. No ano de 1853, surgiu, em Lisboa, o Centro Promotor de Melhoramento de Classe Laboriosa. E, já no ano de 1889, havia um total de 392 associações de trabalhadores, divididos, na maioria, entre Lisboa e Porto. Todavia, apesar de toda essa organização, na verdade a mobilização da classe trabalhadora não assustava a classe burguesa.

[...] o Portugal proletário dos começos do século XX estava longe de representar qualquer ameaça para a chefia burguesa. Escasso em número, analfabeto na maioria, o proletariado urbano mostrava-se presa fácil para políticos e filósofos, tanto da burguesia como até da aristocracia. Quer nas cidades quer no campo, o operário funcionava, regra geral, como clientela humilde de comerciantes, industriais e proprietários, para não falar da forte influência clerical que o distraía de quaisquer propósitos de rebelião organizada.<sup>165</sup>

O levante da classe trabalhadora, orquestrado pelos textos de Karl Marx e Friedrich Engels, mobilizou os trabalhadores de todo o mundo. Entretanto, em Portugal, o marxismo tardou a evoluir visto que havia uma dificuldade na divulgação dos textos básicos dessa doutrina. Para Garcez da Silva, o marxismo português se organizou a partir de uma “interpretação sistemática e determinista do marxismo expressa em obras como a de Nicolau Bukharine, Teoria do Materialismo Histórico- Manual Popular da Sociologia Marxista e a de José Staline, O Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico.”<sup>166</sup> A observação de Garcez se torna relevante, porque datam apenas de 1971 as primeiras edições de obras marxistas em língua portuguesa. Assim, anterior a essa data, o povo tinha acesso apenas a releituras, e interpretações parciais. Logo, o sucesso da repressão fascista pode ser explicado.

Em Abril de 1928, Oliveira Salazar - homem que figurou por muito tempo nas páginas da história portuguesa, por ter o seu governo relacionado a uma ditadura cruel, violenta e empobrecedora para o país - assumiu a pasta das finanças do governo português. O professor de economia da Universidade de Coimbra manifestou que aceitaria assumir o ministério caso tivesse total liberdade de veto sobre os orçamentos dos outros Ministérios. Financeiramente, o Estado português saiu ganhando porque, ao final do seu primeiro ano de atividades, Portugal saíra do vermelho e conseguira manter um saldo positivo. O rótulo de salvador da nação não tardou a chegar, enchendo de esperanças o povo sofrido e empobrecido. Na verdade, o primeiro passo para a instauração do Estado Novo estava sendo dado.

O Estado Novo, em Portugal, veio ao encontro de interesses dos donos do capital, que, com o pulso firme do governo, não se viam diante do fantasma das disputas trabalhistas e das

---

<sup>165</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira, op. cit. nota 158, p. 508

<sup>166</sup> DA SILVA, Garcez da, op. cit. nota 80, p. 19

discussões em torno dos direitos dos cidadãos. O povo, muitas vezes por ignorância, não se manifestava discordante com o regime.

No decorrer de 1932 e 1933, deram-se os últimos passos para a modelação do Estado autoritário e corporativo. O ex-rei D. Manuel falecera em Inglaterra sem herdeiros directos, e Salazar tornou bem claro que considerava a questão monárquica encerrada. Rejeitou todo e qualquer acordo ou plataforma de entendimento com os grupos oposicionistas e apelou para uma congregação política do País em torno da União Nacional, de que se tornou o chefe. Em fevereiro de 1933, foi publicado o texto da nova Constituição, sujeita a plebiscito em 19 de Março seguinte e aprovada por grande maioria, onde se contavam as próprias abstenções.<sup>167</sup>

Com a implantação do Estado Novo, em 1933, foi publicada a nova Constituição – que passou por plebiscito em 19 de março do ano corrente – e, logo após, foi criado o Estatuto do Trabalho Nacional. Dentre as novas leis, destacava-se a proibição de associações sindicais. Tais decisões provocaram a revolta dos trabalhadores, os quais reagiram e organizaram, em 1934, uma greve geral de carácter revolucionário. Porém, todas as manifestações realizadas pelos operários não conseguiram pôr fim ao regime já ditatorial de Salazar.

Apesar do descontentamento geral e do prejuízo das relações com os investidores estrangeiros, Portugal tentava manter suas relações com os países que ditavam as novas regras do viver no mundo. A Europa estava às voltas com o nazismo alemão, o fascismo italiano e o franquismo na Espanha, e a política de Salazar privilegiava manter boas relações com esses países. Diante de tanta efervescência mundial, ressalta-se que a ‘diplomacia’ do líder português apresentou um aspecto positivo, que foi o de fazer Portugal se livrar do domínio inglês.

A vida portuguesa ainda era organizada em torno dos lucros obtidos pela exploração das colônias, ou seja, Portugal dependia quase que exclusivamente das riquezas provindas das terras conquistadas. Os portugueses, com a aventura em sua formação genética, acrescida da incerteza da vida na metrópole, emigraram em massa.

No princípio do século, vinte mil portugueses deixam anualmente o País – sem falar dos clandestinos que se não registraram e de quem se não sabe com precisão qual a percentagem que representam. Em 1910 o número de partidas eleva-se a quarenta mil, dois anos mais tarde a oitenta e oito mil novecentas e vinte e nove, em virtude das ‘impossíveis’ condições da greve geral em Lisboa, das greves rurais no Alentejo, da forte subida do custo de vida. O número dos emigrantes baixa um pouco no ano seguinte e em 1914 volta ao normal (vinte e cinco mil setecentos e trinta). Nos quatro anos seguintes ao estabelecimento da República, o país perde quatro por cento da sua população total, o que é considerável.<sup>168</sup>

---

<sup>167</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira, op. cit. nota 158, p. 627-8

<sup>168</sup> GEORGEL, Jacques, op. cit. nota 157, p.107

O povo emigrante dirige-se em especial para o Brasil e Estados Unidos. À época de Salazar, estabeleceu-se uma política de incentivo do governo salazarista aos portugueses para que eles partissem para terras africanas. Como consequência, houve uma saída em massa de portugueses rumo ao continente negro. Saída e fuga, nesse caso, podem ser consideradas palavras sinônimas.

A maciça emigração de Portugal para Angola nesse período deveu-se por um lado aos incentivos do governo de Salazar e, por outro lado, à própria busca de saída por parte dos camponeses e cidadãos portugueses pobres 'na caça' por um lugar melhor para viver. Tratou-se, portanto, de um misto de conquista e fuga, porém patrocinadas pelos recursos oficiais da ditadura portuguesa.<sup>169</sup>

O governo salazarista não motivou um crescimento industrial, visto que estava preocupado com o crescimento do operariado. Com isso, colaborou em muito para o atraso do estado português, que relegou ao passado toda sua glória desenvolvimentista, provocando um empobrecimento de sua população. Os trabalhadores rurais, por exemplo, vivenciavam condições de pobreza e estavam bastante despreparados para exercerem suas atividades. Georgel cita o estudo de Friedrich Sieburg para comprovar o atraso do povo português.

Da parede pende toda a espécie de pequenos sacos de pano e recipientes de cortiça, que contêm as magras provisões de cada um dos trabalhadores, este um punhado de ervilhas, aquele um pouco de sal, um terceiro tem mesmo um pouco de aveia. [...] O camponês, é certo, põe, à sua disposição a cozinha, o fogão e a madeira, mas não lhes dá de comer. Comem a uma mesa de tábuas, muito perto uns dos outros, uma bilha de água no chão, donde cada um se vai servindo com o seu recipiente. As paredes da cozinha são caiadas, o chão é de terra batida, a lareira e o banco em frente do fogo tingem-se de uma tonalidade amarelo-ocre. Não se compreende como tamanha pobreza possa ser tão pura e semelhante parcimónia tão comovedora.<sup>170</sup>

Portugal, de potência marítima, transformou-se num país desprestigiado por sua realidade social e econômica, apesar de ainda ser enaltecido por muitos em função de sua localização geográfica, já que Europa é sempre Europa. As palavras de Agostinho da Silva resumem o passado português e colocam uma meta para as novas gerações:

[...] Portugal não teve apenas um papel histórico num certo século, para mostrar ao mundo o que era o mundo, que foi o que Portugal fez, mas precisa continuar essa

---

<sup>169</sup> CAMPOS, Marilúcia Mendes. Do Salazarismo à Revolução dos Cravos: a História na literatura angolana. Revista do centro de estudos portugueses. v.1.n-1 (jun. 1979). Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1979. p.28-29

<sup>170</sup> GEORGEL, Jacques, op. cit. nota 157, p.109

obra e passar agora a outro descobrimento muito mais importante, que é o descobrimento da natureza humana e da sua realização plena. Que Portugal apenas descobriu ao mundo o mundo material, descobriu os outros continentes, mas que precisa agora que as pessoas descubram, não apenas o mundo que têm fora de si, mas o mundo que dentro de si têm.<sup>171</sup>

Dos portugueses, os brasileiros herdaram uma postura distanciada da prática do trabalho. Postura essa adotada pela classe abastada, é preciso que se ressalte. A classe dominante portuguesa afastava-se do trabalho como forma de se manter incólume, isto é, não queria ser desprestigiada na sociedade pelo fato de estar trabalhando. Eduardo Lourenço afirma que: “o povo português é um povo *trabalhador* e foi durante séculos um povo literalmente *morto de trabalho*. Mas a classe historicamente privilegiada é herdeira de uma tradição guerreira de *não-trabalho* e parasitária dessa atroz e maciça ‘morte do trabalho’ dos outros. Não trabalhar foi sempre, em Portugal, sinal de nobreza [...]”(grifos do autor).<sup>172</sup> E, com a profusão na Europa das idéias protestantes que valorizavam o trabalho e o trabalhador, os portugueses viram-se obrigados a delegar aos pretos a função do trabalho. Em função disso, a forma de pensar o trabalho em Angola encontra algumas explicações.

## 2.4 O TRABALHO NA COLÔNIA ANGOLANA

Com o intuito de se entender o trabalho em Angola, antes faz-se necessário compreender o momento da colonização portuguesa. Nesse sentido, concorda-se com Basil Davidson, para quem a história dos africanos sob o sistema colonial é a história das leis e das práticas do trabalho

Muitas outras influências têm moldado a consciência dos angolanos durante o passado século; o seu próprio temperamento e o dos seus senhores colonialistas, o atrito lento do trato entre comunidades em solidões distantes, a sobreposição íntima e tortuosa de interesses e motivações das duas partes. Mas nada contou, nem a décima parte, como as leis e as práticas do trabalho.<sup>173</sup>

Na visão de Fernando Barciela Santos, ao proceder à colonização, as metrópoles se tornavam responsáveis pelas áreas colonizadas e, portanto, sentiam-se no direito de proceder a

---

<sup>171</sup> DA SILVA, Agostinho. Entrevista a Antónia de Sousa, publicada em Diário de Notícias, 6\10\94

<sup>172</sup> LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. Psicanálise mítica do destino português. 4.ed. Lisboa: Gradiva, 2005. p. 128

<sup>173</sup> Basil Davidson *apud* SANTOS, Fernando Barciela. O africano e o trabalho na sociedade colonial. In:\_\_\_\_\_. *Angola. Na hora da descolonização*. Lisboa: Prelo, 1975. p.23.

tal exploração. A mão-de-obra branca se tornou mais cara em função das despesas com transporte (Europa-África) e moradia. Somado a isso, o europeu não manifestava vontade de enfrentar o clima angolano.<sup>174</sup> Então, tornou-se necessário colocar os negros no trabalho. A esses, não restou outro destino: foram colonizados.

Os africanos eram recrutados em seu próprio habitat, à força, pois muitos não queriam ser trabalhadores dos brancos. Fernando Barciela Santos observa que havia duas formas de obrigar o negro a trabalhar, uma direta e outra indireta. A direta consistia na seleção pelo administrador das pessoas para o trabalho, tarefa essa que foi depois destinada aos Sobas, chefes tribais africanos que tinham poder e gerência sobre todos os acontecimentos das tribos.

Chegava o recrutador de mão-de-obra e pedia ao administrador civil certo número de trabalhadores voluntários. Se estes se não apresentavam por seu livre arbítrio, o administrador selecionava-os ele próprio. Nos últimos anos, para maior comodidade, essa tarefa era deixada ao próprio chefe tribal (soba), que assim atingia o seu último degrau de humilhação.<sup>175</sup>

O imposto “que propositadamente não podia ser pago em espécie, sim em efetivo, era transformável em trabalho.”<sup>176</sup> Era, desse modo, uma obrigatoriedade para o negro, a chamada forma indireta entendida por Santos. O angolanos eram obrigados a pagar para utilizar suas terras e, caso não tivessem bens suficientes para efetuar-lo, “o africano ia trabalhar voluntariamente nas empresas coloniais para conseguir meios de pagar o tributo”<sup>177</sup>. Assim, deveriam prestar serviços para o governo colonial, na minas, nas plantações ou ainda eram recrutados para o trabalho público.<sup>178</sup> Caso fugissem dessa obrigação, a dívida passava para um familiar, geralmente suas esposas.

O reforço ideológico, para a obrigatoriedade do trabalho, foi encontrado na organização da sociedade africana, a própria tribo, já que, nessa sociedade, o trabalho agrícola

---

<sup>174</sup> “Luanda e seu interior próximo inserem-se numa região semidesértica, onde a vida humana só é possível graças às chuvas torrenciais, benéficas e desastrosas ao mesmo tempo, pela sua irregularidade, que caem entre os meses de Novembro e Abril, durante as estações da chuvas.” Cf. VENÂNCIO, José Carlos, op. cit. nota 77, p.11

<sup>175</sup> SANTOS, Fernando Barciela, op. cit. nota 173, p.26

<sup>176</sup> Id- *Ibidem*, p.26

<sup>177</sup> Id- *Ibidem*, p.27

<sup>178</sup> Havia, em Angola, o trabalho por Contrato, que assim foi comentado por Costa Andrade, em entrevista a Michel Laban: “iam (cipaios) a aldeias e arrebanhavam jovens e homens com saúde para levá-los para o trabalho de contrato. As rusgas, porém, facilitavam também as fugas. Então, das rusgas evoluíram para os angariadores que enriqueceram – recebiam por cada homem que eles convenciam, e convenciam-nos com meia dúzia de bagatelas: um bocado de roupa, de vinho, algumas missangas para as mulheres, convenciam-nos a ir para um contrato que, nominalmente e inicialmente, era de seis meses, mas as condições do contrato eram de tal ordem que nunca eram seis meses, eram muito mais...O homem que chegava ao contrato recebia um sítio para dormir, uma farda, um cobertor, por vezes sandálias, que lhe eram anotadas, apontadas como sua dívida, e, ao fim de seis meses, ainda estava a dever o que tinha recebido para o trabalho.”cf: LABAN, Michel. *Angola- entrevista com escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1991. p.467-68

cabia à mulher, que raramente era ajudada pelo homem. Os homens se preocupavam com o “tempo para o exercício das atividades tribais tradicionais – administração da justiça tribal, cerimônias de iniciação, discussão de questões tribais.”<sup>179</sup> Outro fator que foi usado a favor dos colonizadores foi o critério racial, uma vez que ao chegar em Angola, os portugueses proclamavam a superioridade branca em detrimento à inferioridade indígena e legitimavam a violência.

Barciela Santos defende que a potência colonizadora teve sua consciência acalmada porque o africano começou a trabalhar em função de um preceito moral e civilizador, de acordo com o artigo 1º do Regulamento do Trabalho Indígena de 1899, que diz o seguinte:

Todos os indígenas das províncias ultramarinas portuguesas são sujeitos à obrigação, moral e legal, de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltem de subsistir e de melhorar a sua própria condição social. Têm plena liberdade para escolher o modo de cumprir essa obrigação, mas se a não cumprem de modo algum a autoridade pública pode impor-lhes o seu cumprimento.<sup>180</sup>

Avançando cronologicamente na história da África, nota-se que, antes da revolução industrial, o continente africano pouco era lembrado pelas potências europeias. Todavia, com o crescimento da indústria, houve uma necessidade maior de matéria-prima, logo, os olhos europeus se voltaram para a África<sup>181</sup>, para o que lá tinha de cobre, borracha, algodão, ferro, etc., enfim, houve uma busca intensa pelas riquezas naturais do continente negro. O papel das colônias era importantíssimo porque, além de alimentarem o mercado externo, tornaram-se compradoras dos produtos portugueses, os quais não eram tão procurados pela comunidade europeia. É importante lembrar ainda que o interesse de Portugal pela exploração nas colônias tinha o intuito de ajudar esse país a se manter entre as potências europeias, pois a industrialização portuguesa não atingira o êxito pretendido. Eduardo de Sousa Ferreira assim resume:

o fracasso de Portugal na industrialização tornou-o incapaz de competir com as outras potências coloniais. A sua presença em África não se explicava pela sua necessidade de expansão (como o caso das outras potências coloniais); era, pelo

---

<sup>179</sup> SANTOS, Fernando Barciela, op. cit. nota 173, p.25

<sup>180</sup> Idem- *Ibidem*, p.25

<sup>181</sup> Apesar de o povo buscar constantemente a sua libertação, os interesses internacionais eram muito fortes. Jonas Savimbi assim explica: “Angola está a tornar-se, numa extensão sempre crescente, um domínio de Portugueses e do Imperialismo mundial à medida que mais riquezas naturais são detectadas. O capital e o investimento estrangeiro são francamente encorajados e são conseguidos grandes lucros através do trabalho forçado. O governo português a fim de manter estas ‘províncias coloniais’, apesar da luta pela libertação do povo indígena, tem-nas deixado numa dependência colonial. São os países com interesses financeiros em Angola que fornecem armas e dinheiro para a repressão usada contra o povo Angolano.” cf: SAVIMBI, Jonas. *Angola: a resistência em busca de uma nova nação*. Lisboa: Edição da Agência Portuguesa de Revistas, 1979. p.155

contrário, o resultado da sua economia subdesenvolvida, que necessitava dos lucros coloniais para manter sua posição.<sup>182</sup>

É necessário lembrar que Portugal, inimigo direto do povo colonizado, pode ser colocado no lado mais fraco de toda a máquina econômica mundial. Indiferente a essa realidade, o africano entendia que o português era o seu principal algoz, já que era o colono português que se apresentava, deixando na obscuridade a máquina mundial, a qual se beneficiava do sistema colonial. Apesar desses elementos, claro está que a posição inferiorizada diante dos outros países europeus não exime o país lusitano da responsabilidade pela realidade da colonização.

O crescimento da procura por matéria-prima buscava atender a um mercado que se formava na Europa e que era conseqüência direta do advento da industrialização, que modificaria o mundo de forma incontestável. Fernando Barciela Santos ratifica que a grande exploração na África começou com a

Revolução Industrial, que provocou a partilha de África. Antes de as fábricas européias começarem a exigir, quais monstros insaciáveis, quantidades crescentes de cobre, borracha, algodão, ferro, etc., as potências do velho continente mal suspeitavam da existência da África. A partilha, com efeito, não teve outro fim senão dividir o continente negro em autênticas quintas, onde todos esses recursos pudessem ser explorados.<sup>183</sup>

A colonização portuguesa em África, especialmente em Angola, trouxe modificações consideráveis no modo de viver daquela população. A forma como a sociedade tribal estava organizada fora modificada para dar lugar a uma estrutura econômica mais compatível com os interesses da metrópole, a qual deveria suprir a carência de mão-de-obra que a Europa vivenciava. Conforme já referido, a sociedade tribal tinha no Soba a figura mais representativa, sua autoridade máxima. Essa, no entanto, perdeu *status* e poder para o administrador do governo colonial. O colonizador impôs sua língua oral e modificou o comportamento cultural dos africanos, fazendo com que noções como posse e valor de compra, assim como troca e propriedade, ganhassem relevância na vida dos pretos. Isso porque o negro era obrigado a usar o armazém, gerenciado por um colono branco.

Interessante constatar que foram os comerciantes que divulgaram a idéia do sucesso econômico, da fortuna fácil nas colônias africanas. Elemento-chave na máquina colonial, o

---

<sup>182</sup> FERREIRA, Eduardo de Sousa. *O fim de uma era. O colonialismo português em África*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1974. p.31

<sup>183</sup> SANTOS, Fernando Barciela, op. cit. nota 173, p.23

colono português rivaliza em importância com o administrador uma vez que a colonização é uma empresa para exploração econômica. Para Agostinho Neto,

o mesmo camponês pobre, miserável, oprimido e explorado na sua terra, é alvo de atenções especiais quando se fixa, numa das 'suas' colônias. Ele não é só imbuído de muitos patrioteiros, como também começa a gozar de privilégios econômicos e sociais de que nunca pode dispor antes. Assim, entra no sistema. O colonialismo começa a servir-lhe o apetite e passa a ser o cão de guarda dos interesses da oligarquia fascista.<sup>184</sup>

Com a obrigatoriedade do trabalho dos africanos, coube aos funcionários administrativos a missão de cobrar impostos e aplicar-lhes castigos físicos caso não obedecessem. Havia também a Companhia de Diamantes, Diamang, que recrutava os homens para o trabalho, sendo que muitos voltavam, após um período de trabalho nela, fisicamente destruídos. “Nessa zona fixa, a superfície está quieta, a palmeria agita-se frente às nuvens, as ondas do mar rebentam sobre os rochedos, as matérias-primas vão e vêm, legitimando a presença do colono, enquanto que escondido, mais morto que vivo, o colonizado se eterniza num sonho sempre igual.”<sup>185</sup> De acordo com Felipe Antonio Soares é possível verificar a organização econômica da sociedade na leitura da obra ficcional *Terra Morta*, de Castro Soromenho.

*Terra Morta* denuncia a exploração do negro feita pelos funcionários administrativos (cobram impostos, prendem e castigam com palmatoadas); pelos colonos (Manuel Pancário, comerciante do após guerra de ocupação, rouba nos pesos e medidas ) e pela Companhia de Diamantes do Nordeste (exige muitos homens para o trabalho das minas, com prejuízos para o desenvolvimento e progresso locais).<sup>186</sup>

Outro aspecto relevante do trabalho nas colônias - e em Angola não foi diferente - era a supervalorização do colono em detrimento do africano. As instituições privadas eram repletas de brancos que trabalhavam e logo obtiam mais prestígio por isso. Em contrapartida, os negros não dispunham de espaço e prestígio. Barciela Santos analisa que havia uma política de favorecimento de dar emprego aos brancos por parte de empresas privadas, sendo “simplesmente esmagadora a presença dos colonos. Em todos os lados – nas lojas, nos bancos, nos escritórios – o número de negros ocupando lugares de responsabilidade era quase

---

<sup>184</sup> NETO, Agostinho. *Alguns aspectos da luta de libertação nacional na fase atual*. Lisboa: União dos escritores angolanos, 1974. p.15

<sup>185</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Lisboa: Ulisseia, 1961. p.46-7

<sup>186</sup> SOARES, Antonio Filipe. Temática colonial. Contexto sócio-cultural. In: *Literatura angolana de expressão portuguesa*. Poa: Instituto Cultural Português, 1983. p.66-7

nulo.”<sup>187</sup> Nesse sentido, pode-se remeter ao pensamento de Frantz Fanon para quem o colonialismo foi um “acidente infeliz, execrável, cujo único significado é ter retardado de maneira indesculpável a evolução coerente da sociedade [...]”<sup>188</sup> É corrente a idéia de que a colonização africana organizada pelo governo português obedeceu a uma política de exploração e não de construção.

Analisar o trabalho africano, a partir de uma perspectiva marxista, pode se tornar problemática. Dentre os pontos ressaltados pelo marxismo, destaca-se que, em uma sociedade dividida em classes, pressupõe-se sempre a dominação de uma classe sobre a outra, sendo que a proprietária dos meios de produção e, portanto, do poder econômico, como se sabe, é também a detentora da produção intelectual. Nas colônias africanas, os senhores não são os seres autóctones e sim homens que vieram de outros países para governar\colonizar aquele local. As noções de superestrutura e infraestrutura abarcam outros exemplos, pois, segundo Frantz Fanon, nas colônias, a infraestrutura é, ao mesmo tempo, superestrutura, ou seja, os ricos o são porque são brancos e vice-versa. Fanon reitera que o conceito de

sociedade pré-capitalista, bem estudado por Marx, teria que ser de novo reformulado. O servo é de uma essência diferente da do cavalheiro, mas é necessária uma referência ao direito divino para legitimar essa diferença de classes. Nas colônias, o estrangeiro se impôs com a ajuda dos seus canhões e das suas máquinas. Apesar da domesticação empreendida e da apropriação, o colono continua a ser sempre um estrangeiro. Não são as fábricas, as propriedades nem a conta no banco que caracterizam principalmente a ‘classe dirigente’. A espécie dirigente é, antes de mais, a que vem de fora, a que não se parece aos autóctones, aos outros.<sup>189</sup>

Há uma diferença importante, entretanto, entre o capitalismo e o colonialismo, que é a ausência de produção mercantil. Renate Zahar atesta que “não há produção mercantil desenvolvida, nem relações de troca perfeitas, susceptíveis de integrar os homens na sociedade.”<sup>190</sup> As trocas que ocorrem na sociedade colonial não se efetivam no mercado local, estão voltadas, sim, para o mercado externo. Por tudo isso, Zahar analisa que a alienação que vitima o trabalhador se duplica quando ele é colonizado, já que o trabalhador é explorado pelo capital “na esfera da produção, ao fazer-se as trocas sob uma pretensa equivalência. Em

---

<sup>187</sup> SANTOS, Fernando Barciela, op. cit. nota 173, p. 28

<sup>188</sup> Frantz Fanon *apud* CHAVES, Rita. *Formação do romance angolano. Entre intenções e gestos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. p.310

<sup>189</sup> FANON, Frantz, op. cit. nota 186, p.36

<sup>190</sup> ZAHAR, Renate. *Colonialismo e alienação: Contribuição para a teoria política de Frantz Fanon*. Lisboa: Ulmeiro, 1976. p.46

contrapartida, o colonizado é duplamente explorado: nas suas relações de produção com os padrões coloniais e, ainda, nas suas relações de troca com a metrópole.”<sup>191</sup>

Então, aparentemente, entender o trabalho na África, sob a tônica marxista, pode causar algum estranhamento, uma vez que a sociedade tribal em muito se diferenciava da sociedade industrial. Entretanto, transpor tais análises para a realidade angolana se justifica porque a política de exploração empreendida pela metrópole portuguesa tinha a preocupação de atender uma demanda capitalista. Henrique Abranches assim ratifica: “a escravatura, que caracterizara a fase anterior, tornara-se reacionária aos olhos de todo o Mundo e desaparecia rapidamente, pois o imperialismo concebera já um outro plano para a ocupação da África, um plano verdadeiramente capitalista.”<sup>192</sup> Percebe-se que, nos países de passado colonial, não houve uma evolução natural do trabalho não-assalariado para o assalariado. O que aconteceu foi que a metrópole estabeleceu a prática do trabalho forçado, o qual era, muitas vezes, remunerado em espécie.

Tem-se claro que o colonialismo colocou as colônias à mercê da exploração do capital estrangeiro e, para obter isso, desconstruiu toda a estrutura social da colônia, isto é, o trabalho em Angola teve uma reorganização obrigatória em função da colonização portuguesa, que buscou as riquezas naturais - as matérias-primas para as grandes indústrias - do continente para atender a demanda do mercado internacional. A força produtiva africana, que era o trabalhador, era formada por um indivíduo acostumado com uma sociedade tribal, o qual se viu diante de uma realidade de opressão e que teve, de um momento para outro, de sujeitar-se às ordens do estrangeiro. Nesse panorama, estabeleceu-se uma realidade de separação entre colonos e colonizados. Essa separação atingiu tanto brancos quanto negros, pois o africano queria se rebelar e via no branco o seu algoz; já o branco via, na terra africana, o seu fracasso, uma vez que não atingira o seu sonho de enriquecimento fácil. O olhar de Rita Chaves detecta que: “[...] a vida sob o sol do colonialismo semeava contrastes e barrava qualquer hipótese de aproximação entre os diferentes, tudo assentado num sistema complexo, que convertia a diferença em desigualdade e fortalecia o peso hierárquico de qualquer relação.”<sup>193</sup>

---

<sup>191</sup> ZAHAR, Renate, op. cit. nota 190, p.47

<sup>192</sup> ABRANCHES, Henrique. *Reflexões sobre cultura nacional*. Lisboa: Edições 70, 1980. p.45

<sup>193</sup> CHAVES, Rita. Angola e Moçambique: O lugar das diferenças nas identidades de processo. In: *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. Cotia, SP: Ateliê Editorial., 2005. p. 247

### **3 SEGUNDA PARTE- ANÁLISE DE OBRAS**

## 1 PROJETO SOCIAL E COSTUMES: JORGE AMADO

*A feição autoritária do poder, entre nós, alicerçada no seu prolongado uso e no seu abuso continuado, aparece com clareza nos atos mais comuns e na maneira como se aceita o traço, passivamente.*  
Nelson Werneck Sodré

De acordo com Nelson Werneck Sodré, um dos momentos de liberdade que o Brasil viveu foi o ocorrido entre 1930, com a derrota da oligarquia dominante, e 1935, quando “os movimentos políticos assumiram a feição popular, surgindo formas inéditas de organização, dotadas de capacidade para durar e para mobilizar a opinião pública.”<sup>194</sup> Sodré assim resume o retrato do Brasil ainda atual:

A superação do passado colonial é processo longo e difícil. No Brasil, como por vezes acontece em países que tiveram aquele passado, sofremos do atraso e sofremos do avanço. Não temos, na verdade, tradição democrática e não foi impunemente que conhecemos quatro séculos de escravismo. Ao longo de uma história muito mais tormentosa do que às vezes se proclama, conhecemos fases de relativa liberdade de raro em raro, e são essas fases, separadas por longos períodos de arbítrio, sempre de curta duração e encaradas como mazelas pela historiografia oficial. Esses breves intervalos de liberdade – sempre relativa, é claro – são, via de regra, acusados como negativos, como vinculados pela “agitação” e interrompidos, quase sempre, por atos de força desencadeados pelas classes dominantes.<sup>195</sup>

A Revolução de 30, conforme José de Souza Martins, representou uma guerra entre oligarquias e militares. Todavia, durou tempo suficiente para realizar uma troca de poder apenas. Martins entende que a Revolução de 30, nos seus primeiros meses, organizou-se em torno de uma disputa entre os governantes locais, entretanto, logo após a conquista, eles abandonaram a luta. Então, militares foram colocados no lugar dos antigos chefes políticos regionais, muitos deles investidos de grande poder. Logo, as oligarquias mantinham suas relações de clientelismo e poder sobre seus comandados.<sup>196</sup> Nesse panorama, entende-se porque houve uma falta de regulamentação do trabalho rural se comparado aos avanços e benefícios destinados ao trabalho urbano. O Governo Vargas interessava-se por uma relação

---

<sup>194</sup> SODRÉ, Nelson Werneck, op. cit. nota 33, p. 48.

<sup>195</sup> Id- *Ibidem*, p. 47-8.

<sup>196</sup> MARTINS, José de Souza, op. cit. nota 139, p.31

de boa vizinhança com as oligarquias rurais, uma espécie de pacto político que Getúlio manteve com os coronéis do Nordeste.

No campo literário, percebe-se que houve uma aproximação intensa entre a sociedade e a literatura, sendo que os intelectuais modernistas foram incentivados pelos acontecimentos a fazer denúncias em suas obras. A primeira fase modernista caracterizou-se pelo sentimento de ruptura com o ideário parnasiano e realista\naturalista e pelo forte apelo revolucionário. Seus expoentes máximos foram Mario de Andrade e Oswald de Andrade e teve, na Semana de 22, o seu maior evento, o que significou para Alfredo Bosi, “uma declaração de fé na arte moderna.”<sup>197</sup>

A geração madura do Modernismo, ou segunda geração modernista, a do Romance de 30, não estava totalmente afastada das propostas da geração da Semana de Arte Moderna, ou seja, apresentação dos falares particulares de cada região, a preocupação com a sociedade e a denúncia política, todavia buscava um aprofundamento ideológico e uma nova configuração da ordem estética. Nesse momento, a principal preocupação dos escritores era apresentar o sofrimento do povo brasileiro em suas obras. Entendiam que a voz de uma parcela da população foi esquecida pela intelectualidade brasileira e, para reverter esse quadro, colocaram o povo como seu principal personagem. Com a terceira geração modernista há um aprofundamento das questões psicológicas em romances e contos.<sup>198</sup>

A segunda geração modernista, da qual fizeram parte Graciliano Ramos, Raquel de Queirós, José Lins do Rego, Erico Verissimo, Jorge Amado, entre outros, procurou, na esteira da efervescência mundial, retratar em suas produções literárias o Brasil tal qual o viam, conforme já referido. Na análise de Fábio Lucas, os artistas “atacam o cenário do Nordeste sob o ângulo da crise social e da peculiaridade das relações humanas ante as condições ecológicas e políticas desfavoráveis, adotando uma linguagem em que o oralismo e o coloquialismo elevam no texto a presença da camada popular.”<sup>199</sup> É possível resumir da seguinte forma: perceberam um povo sofrido e tomaram para si a obrigação de desmascarar essa realidade.

Jorge Amado, conhecido por sua solidariedade com o povo humilde baiano, teve uma atuação política intensa nesse período, sendo inclusive membro do Partido Comunista, entidade que lutava por melhores condições de vida do povo e dos trabalhadores. Sua adesão

---

<sup>197</sup> BOSI, Alfredo, op. cit. nota 13, p. 383

<sup>198</sup> Id- *Ibidem*, p. 383

<sup>199</sup> LUCAS, Fábio. Estética do riso e do sonho em Jorge Amado. In: *Um grapiúna no país do carnaval*. Atas do I Simpósio Internacional de Estudos sobre Jorge Amado. FCJA\EDUFBA, 2000. p.63.

ao Partido<sup>200</sup> e sua produção artística, marcada ideologicamente, causaram-lhe muitas críticas. Num trecho esclarecedor sobre ele, Eduardo Portella assim se manifesta:

Jorge Amado, servidor da liberdade, se não conseguiu, como era o seu sonho mais enraizado, fazer de todos os homens, seres livres, conseguiu ser, ele mesmo, um cidadão livre, no saudável exercício da contaminação libertária, imune a qualquer tipo ou forma de fundamentalismo. Só o abala o afeto e o seu modo mais comunitário: a solidariedade. Na obra de Jorge Amado, o que predomina, se queremos ainda recorrer a uma combinatória em desuso, são antes as produções de relações que as relações de produções. Jorge Amado apostou no Brasil.<sup>201</sup>

É possível dividir a obra de Jorge Amado em duas fases. A primeira delas foi a mais engajada ideologicamente, com forte apelo revolucionário e profunda exposição dos problemas da sociedade brasileira. De acordo com Eduardo de Assis Duarte, os “primeiros livros, produzidos sob o impacto de importantes transformações históricas no Brasil e no mundo, dão a impressão de estarem envoltos numa certa cortina de silêncio por parte da crítica, talvez por exporem em demasia o ardor militante que os atravessa.”<sup>202</sup> Já em sua segunda fase, o autor abriu mão do desmascaramento social por uma explícita crônica de costumes, ainda com o povo em primeiro plano, explorando questões como liberdade, romantismo sentimental.

Jorge Amado trouxe a classe trabalhadora às páginas dos romances, seja na função de personagens ou de narradores sendo, fiel, portanto ao ideário dos romancistas de 30. Seu objetivo era mostrar o sofrimento a que os trabalhadores estavam submetidos e, somado a isso, ganhar os leitores para a causa social em que acreditava. Ao escrever *Cacau*, o autor demonstra essa intenção

como forma de assumir uma posição frente aos dilemas políticos de seu tempo. Com isto, põe em prática uma aliança tácita, em primeiro lugar com os jovens escritores de origem pequeno-burguesa (e mesmo burguesa, como Oswald) simpáticos ao comunismo: Graciliano Ramos, Raquel de Queirós, [...]. Em segundo lugar, esta aliança se dá com os segmentos populares (proletários da cidade e do campo, lumpens), visando a representá-los de forma humana, digna e até mesmo heróica.<sup>203</sup>

Amado coloca suas personagens da forma mais verossímil possível, numa apresentação quase descritiva dos seus pesares. Há, então, um desmascaramento da realidade

---

<sup>200</sup> Denominação pela qual é conhecido o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

<sup>201</sup> PORTELLA, Eduardo. Sessão de abertura que deu origem ao livro *Um grapiúna no país do carnaval*. Salvador: EDUFBA, 2000.

<sup>202</sup> DUARTE, Eduardo de Assis. Jorge Amado e o Bildungsroman proletário. In: *Um grapiúna no país do carnaval*. Salvador: EDUFBA, 2000, p.71

<sup>203</sup> Id- *Ibidem*, p.29-30

ao público leitor, organizado por um narrador que tudo sabe a seu respeito, onisciente. Antonio Candido entende que um romance se constrói a partir de três elementos principais: o enredo, os personagens e as idéias. O ideário modernista, ou neo-realista, ou neomodernista, apresenta personagens absolutamente verossímeis, protagonizando um enredo bastante crível. Para Candido, não causa estranhamento que o personagem seja o mais real possível, porque o leitor precisa aceitar tanto a história quanto o personagem como se reais fossem. É comum o leitor perdoar os mais graves defeitos de enredo e de idéia aos grandes criadores de personagens.<sup>204</sup>

Todavia, o autor ratifica que malgrado a sua verossimilhança, o personagem nunca abandona a sua condição de ser fictício, pois seria, nas palavras do crítico, “a morte do romance.”<sup>205</sup> Os personagens desse romance de Amado estão na categoria de heróis do trabalho. Trabalhadores e coronéis buscam, de forma simetricamente distinta, a realização de seus objetivos. O trabalhador busca uma vida mais digna, enquanto que o coronel pretende aumentar seu capital.

A região evidenciada por Jorge Amado, em suas obras, foi o Nordeste brasileiro, forte produtor de cacau. O cacau é uma planta nativa da Amazônia, cuja principal zona de produção foi o Nordeste brasileiro, no sul da Bahia, especialmente na cidade de Ilhéus.<sup>206</sup> A produção desse cacau ganhou expressão nas primeiras quatro décadas do século XX, visto que, como é a matéria-prima na fabricação do chocolate, passou a ter grande procura no mercado mundial, com preços atrativos. De acordo com Argemiro Brum, o cacau não chegou a ser um ciclo econômico do Brasil, uma vez que teve sua importância limitada a uma área restrita. Ele “provocou violenta disputa pela posse das terras – o que não é novidade – e deu origem a uma sociedade com características bem específicas, que tem no romancista Jorge Amado seu grande retratista e intérprete literário.”<sup>207</sup> Referindo-se à disputa de terras e ao romancista, o historiador comenta que desse duo nasceu o romance *Cacau*, que é a história da disputa de terras para o cultivo do cacau.

---

<sup>204</sup> CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: CANDIDO, Antonio, ROSENFELD, Anatol, PRADO, Decio Almeida e GOMES, Paulo Emilio Sales. *A personagem de ficção*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1970. p.54

<sup>205</sup> Id- *Ibidem*, p.69

<sup>206</sup> A capitania de São Jorge de Ilhéus evoluiu economicamente graças à produção do cacau, a qual de 25 toneladas que eram exportadas em 1825 passaram para 811 toneladas em 1865. Foi um avanço muito grande, que motivou o interesse pelo domínio de terras produtoras do fruto, estimulando um fluxo migratório muito intenso da população oriunda do interior da Bahia, do Sergipe, de Alagoas. Essa busca intensa fez com que se travasse uma luta entre homem e natureza, tornando-os desbravadores. Cf. SOUSA, Antônio Pereira. *Tensões do tempo: a saga do cacau na ficção de Jorge Amado*. Ilhéus: Editus, 2001. p.20

<sup>207</sup> BRUM, Argemiro J., op. cit. nota 159, p. 139

Jorge Amado privilegiou a região da Bahia e a produção de cacau para apresentar sua indignação com o modelo econômico que vigorava no país, o qual prejudicava os mais pobres. Suas narrativas cumpriam o papel de denunciarem o subdesenvolvimento da região e a desigualdade social. Para Carlos Nelson Coutinho

em seus primeiros romances, particularmente nos dedicados à região cacauzeira, ele nos mostra – sempre através de destinos humanos típicos – como a introdução de valores capitalistas no universo social, através sobretudo do acirramento do individualismo, faz-se em estreita combinação com a permanência do *ethos* autoritário da velha ordem.<sup>208</sup>

Nesse sentido, há uma retomada do pensamento de Karl Marx, cuja análise social constatou que o maior produtor de riqueza, o trabalhador, dela não usufrui. Os trabalhadores do cacau produziam e rendiam farto lucro para os coronéis de Ilhéus, mas viviam em condições de miséria. O irônico disso tudo é que Jorge Amado admitiu nunca ter lido Marx. Jean Roche, crítico francês, que escreveu, entre outros títulos, *Jorge bem/mal Amado*, enfatiza que a ausência desse tipo de leitura não era exclusiva de Jorge Amado.

Ele não estava zombando quando disse isso. Nosso romancista, como também outros escritores de sua geração, brasileiros ou franceses (e, desses últimos, temos testemunhos), desconhecera a doutrina marxista, mesmo porque os próprios partidos comunistas não se empenhavam muito em divulgá-la. E é a ideologia comunista que atraiu por um tempo Jorge Amado, bem como muitos outros escritores, no Brasil e no resto do mundo.<sup>209</sup>

Por isso, torna-se importante salientar que, independentemente da formação do intelectual, o que interessava para a intelectualidade engajada era a capacidade de o romancista de se colocar no lugar do outro – o povo – e tentar mudar essa realidade por intermédio de sua literatura. O propósito era tornar a arte possível. O escritor tencionava fazer uma literatura para o povo. Em função disso, optou por uma linguagem acessível a todas as pessoas, fugindo do rebuscamento da língua, tão ao gosto da elite dominante da época. A linguagem marcada pela oralidade e o uso do coloquial, além de terem se tornado

---

<sup>208</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. O povo na obra de Jorge Amado. In: *Um grapiúna no país do carnaval*. Salvador: EDUFBA, 2000, p.59.

<sup>209</sup> ROCHE, Jean. *Jorge bem/mal Amado*. Trad. Liliane Barthod. Editora Cultrix. São Paulo, 1987, p.16.

características da obra amadiana, firmaram o compromisso do escritor em ser um escritor para o povo.<sup>210</sup>

Segundo Tania Pellegrini, a primeira fase do romancista Jorge Amado é caracterizada por narrativas de forte cunho social e político, histórias essas que foram colocadas como documentos da desigualdade social no país, ratificando a posição de Jorge Amado ao lado dos trabalhadores.<sup>211</sup> Apesar desse forte apelo político e social, para a autora, já é possível vislumbrar, em suas primeiras obras o Jorge Amado do segundo momento. O escritor muda o tom e opta por uma literatura mais leve, sensual, mostrando o exotismo e a sensualidade da Bahia.

Todavia, a despeito do seu engajamento numa política de esquerda, os textos dessa fase já contêm o embrião de várias proposições ideológicas e de diferentes reivindicações sociais dialogando entre si, numa multiplicidade de vozes. A interpretação do conteúdo dessas vozes fica para os especialistas no assunto. Mas talvez seja esse “plurilinguismo”, essa “polifonia”, crescendo e se desobrando em várias direções, um dentre os muitos elementos que permitiriam as mudanças substanciais no conteúdo dos romances da chamada segunda fase.<sup>212</sup>

*Terras do Sem Fim* pode ser entendida como uma transição entre uma produção literária focada num projeto social, para uma baseada na apresentação dos costumes do povo da Bahia. Nessa obra, o romancista desloca dos papéis principais o povo injustiçado e passa a focalizar os coronéis como personagens norteadores das ações nas narrativas. Tal estratégia intensifica a condição de explorado do povo trabalhador, seja ele representado pelo personagem que executa o trabalho braçal ou aquele que pertence a uma classe social trabalhadora mais privilegiada.

De qualquer forma, os trabalhadores aparecem no romance vitimados pelo flagelo social operado nas fazendas cacauceiras do sul da Bahia, ratificando *Terras do Sem Fim* como um documento de denúncia da exploração sofrida pelos trabalhadores das roças e por aqueles que estão submetidos ao cacau. Independente de tal proposta, o romance não pode ser rotulado como panfletário, porque Jorge Amado não abandona a questão estética em prol da crítica social, ou seja, o autor não abandona o aspecto revolucionário e documental de *Cacau*<sup>213</sup>, por exemplo, mas aponta para o seu futuro como intérprete social do povo baiano.

---

<sup>210</sup> Assis Duarte entende que escrever “para o povo constitui-se em meta primordial e ponto de partida para a adoção de uma linguagem marcada pela oralidade, com o uso do coloquial configurando-se como grande traço distintivo da expressão amadiana”. DUARTE, Eduardo de Assis, op. cit. nota 202, p.34

<sup>211</sup> PELLEGRINI, Tania. O povo como adereço: o carnaval de Jorge Amado. In: Segatto, José Antonio & Baldan, Ude (orgs.). *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p.124.

<sup>212</sup> Id- *Ibidem*, p.124-5

<sup>213</sup> AMADO, Jorge. *Cacau*. 46. ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

Nessa perspectiva, encontra-se no estudo do teórico Lucien Goldman alguns pontos que podem ser aplicados na leitura da obra de Amado. O estudo do francês buscou sistematizar a apresentação das questões sociais na obra literária. Claro está que uma obra que siga exatamente essa indicação tornar-se-ia panfletária e documental, o que não acontece com esse romance de Jorge Amado. Esse autor preocupou-se em fazer uma leitura da sociedade, ou seja, sua visão de mundo, manifestada pela obra literária. É o conceito de homologia entre o romance, a forma literária e a sociedade.

Isso posto, buscar-se-á organizar a análise de *Terras do Sem Fim* a partir da relação que se estabelece entre a obra e a sociedade na qual foi produzida, uma sociedade capitalista, baseada no lucro, na produção de bens de consumo e na analogia entre homens e objetos.

## 2.2 O UNIVERSO DRAMÁTICO DE *TERRAS DO SEM FIM*<sup>214</sup>

O grande enredo de *Terras do Sem Fim* é a disputa de terras pelos coronéis do cacau. Porém, a trama é organizada em subenredos que dão ritmo e dinamismo à narrativa. São histórias de amor, de perda, de dor. Resumidamente, pode-se afirmar que o núcleo ideológico do romance se resume nas palavras: terra, cacau, dinheiro e morte. A grande disputa que norteia a narrativa refere-se à posse da mata do Sequeiro Grande, cujo solo era fértil e possivelmente muito lucrativo. Logo, a terra representaria para o seu proprietário muito dinheiro e poder, isto é, o adjetivo *fértil* determinando o substantivo *terra* significava lucro imediato, privilégios e prestígio social.

Na disputa, enfrentam-se dois grandes coronéis da região: os Badarós e Horácio da Silveira. A família Badaró pertencia ao partido que governava o Estado e pretendia aumentar sua produção, entretanto tinha como grande empecilho uma pequena propriedade, que pertencia ao aliado de Horácio, Firmo. Essa propriedade justamente era a mata do Sequeiro Grande, de solo fértil. Em função da inimizade que Horácio nutria pelos Badarós, obviamente havia uma incitação para que a venda não se realizasse.

O primeiro capítulo da narrativa de Amado inicia com a inscrição *Terra adubada com sangue*, um subtítulo sugestivo, o qual antecipa a trama e o desfecho da narrativa. O romance *Terras do Sem Fim* está dividido em seis capítulos, “O Navio”, “A Mata”, “Gestação de

---

<sup>214</sup> AMADO, Jorge. *Terras dos Sem Fim*. 64.ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. Esta será a edição utilizada para a pesquisa.

Cidades”, “O Mar”, “A Luta”, “O Progresso” – e esses divididos em subcapítulos. A trama tem início com a saída de um navio do porto de Salvador para a cidade de Ilhéus. Nele partiram personagens que buscavam o mesmo destino de vencerem na vida por meio do cacau. Para isso seguiam o seu destino que era Tabocas, um município de Ilhéus.

É representativa a forma como a despedida no porto e posterior viagem são narrados. O tom que predomina é o melancólico, “a canção é triste como um presságio de desgraça. O vento que corre sobre o mar e arrasta consigo e a espalha em sons musicais que parecem não terminar”.(p.25) Ao partirem em busca do sucesso, os aventureiros tiveram que se desenraizar. Então, o tom do lamento refere-se também à despedida do espaço conhecido: “outras terras ficaram distantes, visões de outros mares e de outras praias ou de um agreste sertão batido pela seca [...]”.(p.26)

O capítulo que inicia a trama do romance, *Navio*, apresenta alguns personagens e anuncia dramas que serão aprofundados ao longo da narrativa, todos relacionados com o trabalho e o trabalhador. E, sobretudo, relata uma viagem carregada de emoção, pois levava a promessa do sucesso nas terras do cacau, bem como a incerteza da realização: “buscar o ouro que compra a felicidade. Esse ouro que nasce nas terras de Ilhéus, da árvore de cacau. Uma canção diz que jamais voltarão, que nessas terras a morte os espera atrás de cada árvore.”(p.26). Os personagens, que eram os passageiros do navio, assumiam papéis sociais diferenciados: enquanto uns eram coronéis (título que conferia uma autoridade similar a do padre e a do juiz nas terras do cacau), outros eram trabalhadores. Havia também os aventureiros e as mulheres que trabalhavam com a prostituição. Dentre os passageiros, estava o coronel Juca Badaró, dono da fazenda Sant’Anna, cuja localização assumiu grande importância para a narrativa amadiana, uma vez que motivou as disputas pelo poder. A meta da viagem do coronel era buscar os homens que haviam sido contratados para trabalhar em suas terras produtoras de cacau.

No capítulo *A Luta*, depois de muito sangue derramado, o poder trocou de mãos, ocorrendo a ascensão da oposição e a conseqüente queda da situação, representadas, respectivamente, por Horácio da Silveira e Sinhô Badaró. Ajudado pela intervenção do governo no estado da Bahia, Horácio venceu a disputa e tomou posse da tão disputada mata, tornando-se o proprietário das terras de Sequeiro Grande. Já o destino dos Badarós foi chorar a morte de Juca, morto em tocaia durante essa guerra.

Com o poder reorganizado e os ânimos acalmados, quando tudo se encaminhava para um período de tranqüilidade na terra do cacau, Horácio descobriu a traição de sua mulher – por intermédio da leitura de antigas cartas - com o seu advogado. Decidiu, com isso, fazer

justiça, não fugindo do método tradicional do lugar para resolver pendências: tocaia. A morte do advogado configura-se como uma das passagens mais bonitas da narrativa, pois é representativa do desejo da liberdade que todos naquela terra nutriam. No delírio final do bacharel, homem e mulher aparecem juntos e livres para viverem com liberdade o amor que o cacau impediu que acontecesse. O narrador amadiano assim simboliza a libertação do casal:

Ester vai na garupa do seu cavalo, de onde veio ela? Virgílio solta a rédea, deixa que o cavalo corra. O vento corta seu rosto, Ester vai segura na sua cintura. Uma história de espantar. Irão para o fim do mundo, os pés livres do visgo de cacau mole que os prende ali. (p.298)

*O Progresso* é o capítulo que finaliza a trama na narrativa e a absolvição do coronel Horácio pela morte de Juca Badaró. A chegada de um bispo em Ilhéus aponta para algumas mudanças, na ordem social do lugar. Além disso, uma história passa a ser construída no imaginário de um menino.

A narrativa se desenvolve principalmente nas cidades de Tabocas, que fica no distrito de Ilhéus; de Ferradas, que é o núcleo político do coronel Horácio; e, finalmente, na cidade de Ilhéus, considerada o centro econômico e a própria capital baiana para os seus habitantes. A representação espacial nessa narrativa reproduz a divisão de classes sociais, fato esse já percebido no início do romance, no navio, que estava dividido igualmente em setores de acordo com a posição social dos passageiros. O navio tinha a primeira, a segunda e a terceira classes. A sociedade do cacau também assim se dividia, ou seja, os coronéis formavam a primeira classe; os juízes, advogados e delegados pertenciam à segunda; e os trabalhadores ficavam na última classe. Tal separação apresenta-se durante toda a narrativa.

Ao descrever o espaço físico destinado aos patrões e aos trabalhadores, o narrador aponta para um contraste que ratifica a superioridade de uma classe sobre a outra. Os coronéis moravam em casas espaçosas, confortáveis, semelhantes às casas-grandes da época da escravidão, reproduzindo seu poder, sua imponência e de sua família sobre o povo. No outro extremo, estavam os trabalhadores os quais habitavam casebres desprovidos do conforto mínimo, um espaço indigno para quem era a ferramenta indispensável para a obtenção do lucro para os patrões: “a casa não tinha mais que uma peça, as paredes de barro, o teto de zinco, o chão de terra. Ali era sala, quarto e cozinha, a latrina era o campo, as roças, a mata”(p.99). O espaço da casa-grande às vezes era ocupado também por trabalhadores. Entretanto, isso se justifica por uma situação de favorecimento, de apadrinhamento, enfim, uma generosidade que não objetiva a ajuda, mas, antes disso, a humilhação do trabalhador.

O romance de Jorge Amado apresenta características épicas. Lígia Militz da Costa entende que, devido à forma como a narrativa foi elaborada, em função da grandiosidade de suas ações, isto é, as lutas pelas terras do cacau, pode ser relacionada com a epopéia. A autora então analisa o romance de Amado a partir da estrutura da epopéia:

uma proposição em que se enuncia o tema (“terras, dinheiro, cacau e morte”- primeira parte); uma quase ‘invocação’ no endeusamento da mata, da natureza primitiva (segunda parte); a ‘narração’ que é a estória das lutas, e o ‘epílogo’ que é a parte final, fecho da ação, com a vitória do herói mais forte poderoso.<sup>215</sup>

Diante de tal categorização, é difícil precisar a quem caberia a tipologia de heróis. De acordo com Militz da Costa, seria o coronel que venceu a disputa pela terra, tal como acontece no epílogo da epopéia, em que o herói chega triunfante. Horácio é o coronel que venceu a disputa e por isso seria o herói da epopéia amadiana. Todavia, acredita-se que são os trabalhadores mais pobres do lugar os que melhor encerram as qualidades superiores. Eles vivem toda a problemática que a prática do trabalho manual encerra, somada aos infortúnios de serem vítimas de uma sociedade injusta, o qual não lhes assegura uma existência digna.

Outra leitura possível refere-se à generalização da heroicidade na narrativa, ou seja, o estatuto de herói passaria a ser dividido entre todos os personagens, porque são os heróis do trabalho, os quais buscavam, por meio da cultura do cacau, altamente valorizada no meio internacional, realizar os grandes feitos da sobrevivência e do lucro. Apesar de ser possível antever a queda do valor do produto e a perda de poder dos coronéis para os exportadores, o narrador amadiano coloca esse sempre como o fruto do sucesso, uma vez que se faz a rima cacau, poder e dinheiro. Logo, nesse espaço do cacau, todos são perdedores.

Nesse romance, o trabalho, como força produtiva, está presente a partir de dois grupos de personagens: o dos patrões e o dos trabalhadores. Os patrões são os coronéis, que manipulavam pessoas e espaços, enfim, todos ao seu redor. Já aqueles que pelos coronéis são comandados formam o grupo dos trabalhadores. Eles se dividiam entre o trabalho nas lavouras de cacau; nas tocaias; na prostituição; nas casas dos coronéis e no trabalho autônomo. Nesse último grupo estão os médicos, advogados e integrantes da igreja. Na verdade eles se formam como um grupo em função do patrão que têm em comum. E todos, patrões e trabalhadores, nessa sociedade, estão à mercê do cacau.

Além da família Badaró e de Horácio, havia outro grupo de coronéis importantes para o desenrolar da narrativa, outros proprietários de Tabocas, que viam, na localização

---

<sup>215</sup> COSTA, Lígia Militz da. *O condicionamento telúrico-ideológico do desejo em Terras do Sem Fim de Jorge Amado*. Porto Alegre: Movimento, Instituto Estadual do Livro: 1076, p.23

geográfica de suas terras, o fator determinante para se unirem na disputa pela terra. A aliança se formou entre os coronéis Horácio da Silveira, da Fazenda Bom Nome, localizada em um extremo do rio, e o coronel Maneca Dantas, da Fazenda dos Macacos, situada entre a propriedade dos Badarós e as de Horácio. Já o coronel Teodoro Martins, das Baraúnas, cuja fazenda estava localizada mais acima, perto das terras dos Badarós, inicialmente não tomou partido. Todavia acabou por apoiar os Badarós.

A impossibilidade da compra e o interesse econômico despertado pela posse da terra justificavam a conduta dos coronéis, isto é, diante da recusa de Firmo, sua morte começou a ser planejada. Sinhô – o patriarca da família - tentou encontrar outra forma para solucionar a questão, no entanto acabou se decidindo pelo método tradicional, ordenando a execução. Para realizá-la, escolheu o negro Damião, trabalhador da fazenda que executava esse tipo de serviço para a família. Percebe-se que nessa sociedade comandada pelos coronéis, eles, além de deterem os meios de produção, colocavam-se na condição de juízes e, investidos da autoridade que o cacau lhes proporcionava, decidiam a hora da morte de seus desafetos.

Em função da disputa pela terra que se estabeleceu, o capitão João Magalhães, o qual mentiu ser engenheiro, recebeu o convite de Juca Badaró para ajudá-lo a conquistar as terras de Sequeiro Grande. Ao longo da narrativa, o aventureiro primeiramente interessou-se pelos dotes financeiros de Don'Ana Badaró, a única filha de Sinhô, mas acabou apaixonando-se por ela. Assim como eles, alguns casais vão se formando, criando um universo paralelo às disputas, um universo de desejo erótico na narrativa de Amado. Dentre esses casais, a mulher de Horácio da Silveira, Ester, apaixona-se pelo Dr. Virgílio Cabral, porém a esposa do coronel morre, vítima de uma febre. Essa perda fragiliza a luta de Horácio durante algum tempo.

Dr. Virgílio Cabral foi o advogado enviado pelo partido para defender Horácio e ajudá-lo a tomar posse da terra em disputa. Para isso, utilizou-se de uma falsa medição de terras e subornou o escrivão Venâncio para que esse registrasse as matas de Sequeiro Grande em nome de Horácio. Com a descoberta da estratégia, o coronel Teodoro das Baraúnas mandou incendiar o cartório. Esse fato foi o estopim para a guerra que mobilizou as pessoas do lugar.

Ao término da narrativa, o povo do lugar demonstra certo assombro ao observar os cacauzeiros e constatar a rapidez do crescimento das mudas que foram plantadas nas terras disputadas. Geralmente, um cacauzeiro levaria em torno de cinco anos para atingir o ponto de colheita, contudo, daquela vez, quatro anos foram suficientes. A explicação logo é encontrada: “Nasciam frutos enormes, as árvores carregadas desde os troncos até os mais

altos galhos, cocos de tamanho nunca visto antes, a melhor terra do mundo para o plantio do cacau, aquela terra adubada com sangue. (p.304)

Enfim, essas são as histórias que compõem o romance *Terras do Sem Fim*, considerada a melhor obra da primeira fase de Jorge Amado. História de personagens que se enfrentaram para obtenção da terra que lhes daria poder e dinheiro. Nas páginas de Amado, depreende-se um retrato do Brasil antigo e atual que é palco de interesses de uma elite imoral e indiferente aos anseios do povo, o que “configura um universo ‘semifeudal’ ou de um ‘feudalismo brasileiro’ em pleno século XX.”<sup>216</sup>

## 2.2 OS TRABALHADORES AMADIANOS

O grupo que trabalha no romance de Amado é composto pelos coronéis, que executam o papel de patrões; as mulheres, cujas condutas estão diretamente ligadas ao trabalho; os jagunços, os trabalhadores especialistas; as prostitutas, que, para esse mundo, são empurradas pelo cacau; os advogados, médicos, delegados; enfim, os profissionais que não lidam com a roça diretamente, mas que dela também dependem. Nesse sentido, todos os trabalhadores estão presos ao cacau.

Os trabalhadores nas roças tinham o visgo do cacau mole preso aos pés, virava uma casca grossa que nenhuma água lavava jamais. E eles todos, trabalhadores, jagunços, coronéis, advogados, médicos, comerciantes, exportadores, tinham o visgo do cacau preso na alma, lá dentro, no mais profundo coração...(p.250)

O trabalho dos coronéis é indireto porque se realiza por meio da conquista e da posse de propriedades, do dinheiro, de objetos e também de pessoas. O principal atributo dos coronéis é o de serem os conquistadores, que se alimentam das roças como se fossem os próprios frutos do cacau. Em alguns momentos da narrativa, sua sede de expansão titubeia diante da conscientização social e moral que se anuncia, a qual se alterna entre um certo sentimentalismo e uma visão de grande capitalista. Na narrativa, a passagem que representa o receio de Sinhô Badaró em tocar Firmo apresenta-o como coronel consciente, que não fica indiferente diante da morte de um trabalhador. Entretanto, o que prevalece em seu pequeno drama de consciência, é a conquista da terra e sua posse, isto é, a manutenção do *status* e da

---

<sup>216</sup> DUARTE, Eduardo de Assis, op. cit. nota 202, p. 26

prosperidade da família. Mesmo que sua ordem contribuísse para a disputa armada entre sua família e a de Horácio pelas terras de Sequeiro Grande, ela precisava ser dada.

Os coronéis são os senhores absolutos do lugar. Quando necessário invadem terras, dotados de instinto desbravador e seguidos por uma legião de empregados. Os trabalhadores diretos, aqueles que carregam as ferramentas do trabalho – enxada, foice, pá, entre outros –, passam a ser entendidos como um prolongamento dos braços dos patrões, porque são eles que executam as derrubadas da vegetação, as plantações das mudas e fazem as colheitas. Na verdade, esse grupo forma uma massa de proletarizados, sem direitos e sem dignidade, refratários à exploração que sofrem, mas que alimentavam o sonho de roçar as plantações de cacau e se tornar coronéis.

Os coronéis Sinhô Badaró, Horácio da Silveira, que são os de maior vulto no romance de Amado, representam o poder estabelecido no Brasil, na República Velha, na qual as oligarquias rurais eram as detentoras do poder. O título de coronel provém da antiga Guarda Nacional<sup>217</sup>, título esse que, na sua maioria, era dado a proprietários rurais que concentravam o poder local. Efetivamente, os coronéis apoiavam o Governo Federal, e a posse de tal título representava poder e prestígio. Politicamente os coronéis exerciam o importante papel de conduzir os resultados eleitorais, ou seja, eles angariavam os votos dos eleitores que estavam em seu território e tabalhavam para que seus candidatos saíssem vencedores. Em troca, realizavam pequenos favores, que iam desde roupas e alimentação a empregos para os eleitores.

Tal prática política dos coronéis possui relação com fatos históricos brasileiros, porque na história do país, existiu (ou existe) uma prática denominada clientelismo, que significa, entre outras coisas, a compra de votos de eleitores pobres por políticos ricos. Para Martins, “não só os pobres, mas todos os que, de algum modo, dependem do Estado, são induzidos a uma relação de troca de favores com os políticos.”<sup>218</sup> Conforme já referido, os coronéis exerciam esse papel, compravam votos, negociavam favores e comandavam as candidaturas para prefeitos, deputados, por exemplo. Interessante anotar que não era apenas o povo que usufruía dos favores dados em troca de votos, a camada letrada da população também era sua beneficiária, tais como médicos, advogados, juízes. Logo, aos candidatos bastava se

---

<sup>217</sup> Foi criada após a abdicação de Dom Pedro I, na Regência de Feijó. O que se fez foi “ampliar a estrutura das companhias de ordenanças, que eram corporações civis, dando-lhes hierarquia militar completa e submetendo-as ao controle do Ministério da Justiça.” Com a criação dessa guarda, ocorreu a captura do poder central para os municípios. Cf. MARTINS, José de Souza, op. cit. nota 139, p.26.

<sup>218</sup> Id- *Ibidem*, p. 29

candidatar e aguardar o resultado, já que a eleição era tida como certa porque tinham o apoio do coronel.

O passado colonial brasileiro está representado na narrativa pela família Badaró, cuja figura de Sinhô Badaró está no topo, pois ele é o patriarca e chefe da família. A ele coube a responsabilidade de fazer e manter a fortuna da família. Outro integrante do clã Badaró é o irmão de Sinhô, Juca, que parece ter a impaciência da juventude e uma sede de sangue e poder que faz seu irmão mais velho o questionar. Esse fato pode ser percebido no diálogo entre os irmãos:

E nós dois é tão diferente um do outro como pode ser duas pessoas no mundo, tu gosta de resolver logo tudo com tiros e mortes. Eu queria que tu me dissesse: tu acha bom matar gente? Tu não sente nada? Nada por dentro? Aqui? e – Sinhô Badaró mostrava o lugar do coração. (p.67)

Em princípio, imagina-se que a indecisão do coronel provém de uma tomada de consciência de Sinhô. Todavia, sabe-se que o grande capitalista não toma suas decisões baseado em sentimentos referentes a pessoas, seu interesse é e sempre será o lucro. No momento de sua decisão, o patriarca da família contemplava um quadro com uma paisagem azul, o qual representava paz. O coronel tinha consciência de que sua ordem colocaria fim aos dias calmos da região, a tocaia desencadearia uma revolta e provocaria a reação do outro grupo. Indiferente à vida de Firmo, que era “um homem que nunca fez mal à gente”(p.66), Sinhô decidiu-se pela sua morte, colocando por terra todos os receios que momentaneamente tivera. O vento assobiava por entre as plantações de cacau as palavras que dominavam todos os personagens na narrativa: terras, dinheiro, cacau e morte.

No outro extremo pela disputa de poder, estava o coronel Horácio da Silveira, que pode ser entendido como o representante da pequena burguesia - porque construiu sua riqueza a partir de seu próprio esforço - e da oposição ao antigo regime colonial, representado pela família Badaró. Horácio pode ser relacionado ao trabalhador capitalista que ascende socialmente, pois não fora sempre um grande fazendeiro e tão pouco era filho de família rica, que havia ganho de herança o patrimônio que ostentava com orgulho e mantinha com mãos de ferro. De qualidades absolutamente individualistas, o coronel não tinha preocupação com a classe que outrora pertencera, afinal havia sido tropeiro e conseguira sua fortuna com trabalho e com condutas ilícitas e criminosas. O fato de ter sido pobre não significava que ele deveria ser o responsável – e tampouco tencionava isso – pela modificação do *status quo* político daquela sociedade. Na verdade seus objetivos eram iguais aos da família Badaró: a posse das terras de Sequeiro Grande.

O narrador dá atributos sobrenaturais a Horácio como forma de realçar sua figura de senhor poderoso, idéia essa compartilhada por sua esposa Ester: “Horácio era imortal, era o dono, o patrão, o coronel”(p.63). No imaginário do povo, o coronel fizera um pacto com uma entidade maléfica, o diabo, e por isso o conservava preso em uma garrafa.

As velhas beatas que rezavam a São Jorge na igreja de Ilhéus costumavam dizer que o coronel Horácio, de Ferradas, tinha debaixo da sua cama, o diabo preso numa garrafa. Como o prendera era uma história longa, que envolvia a venda da alma do coronel num dia de temporal. E o diabo, feito servo obediente, atendia a todos os desejos de Horácio, aumentava-lhe a fortuna, ajudava-o contra os seus inimigos. (p.51)

Figura sempre presente no seio da sociedade ocidental, o diabo é a personificação do mal. No imaginário cristão, o diabo estaria sempre à espreita dos homens, como um vigia atento e cruel, aguardando um momento de deslize. Quando isso acontecesse, os homens seriam gravemente punidos. Entretanto, na narrativa de Amado, o diabo é apresentado na condição de servo do coronel e, então, quem passa a assumir um caráter assustador é Horácio. De forma engenhosa, com o claro objetivo de aumentar a distância entre o povo e o dono das terras, o narrador apresenta a figura maléfica em cena. A população, crente diante de poderes que não entende e pressupõe ser incapaz de lutar, fica amedrontada, recua e evita qualquer embate, colaborando para que a lenda perdure e se prolifere. Horácio, por sua vez, comodamente não desfaz a crença e regala-se com seus poderes sobrenaturais: “dessa história o coronel Horácio sabia e ria dela, uma daquelas suas risadas curtas e secas, que amedrontavam mais que mesmo os seus gritos nas manhãs de raiva” (p.51). Essa passagem ratifica o compromisso de Jorge Amado em retratar, nas páginas de sua obra, o povo e suas crenças.

Assim, *Terras do Sem Fim* apresenta o coronel Horácio como uma figura poderosa, que usa sua influência junto ao povo como forma de manter seu poder político e econômico. Isso se comprova na falsa dedicação que manifestava aos eleitores; dedicação essa que não provinha de uma empatia face aos problemas dos desafortunados, e sim de uma forma de manter a relação de poder. Ao ser ajudado, o povo sentia-se na obrigação de retribuir, fosse por intermédio de votos, ou por meio da luta: “Horácio acompanhou o Dr. Jessé, ajudou a suspender o doente na cama enquanto o médico o examinava. Ofereceu seus préstimos à mulher, perguntou se ela não precisava de dinheiro. Dr. Jessé sabia que Horácio era amável com seus eleitores, com seus amigos” (p.254). Nessa passagem específica, a solidariedade exagerada do coronel se justificava porque ele havia dado a ordem de matar seu inimigo Juca

Badaró. Era um momento de felicidade, pois ele antevia a alegria que sentiria quando o inimigo morresse. Portanto, sua amabilidade estava a serviço dos seus próprios interesses.

A grande motivação dos coronéis era possuir terras com cacauzeiros frutíferos, visto que tal posse estava diretamente relacionada à posse do ouro e do poder. Pereira Sousa entende que a febre do ouro e do cacau incentivava os homens, “numa aventura desbragada, cheia de perigo, de morte, de sangue e de brutalidade. Um inferno para o trabalhador, uma parada de vida e morte para o fazendeiro, uns e outros atirados numa aventura de forte concorrência e de vitória do mais forte, do mais sagaz”.<sup>219</sup> Todos em busca de mais e mais riqueza. No entanto, a riqueza destinava-se aos coronéis e suas famílias, que ostentavam todo o brilho e comodidade que ela proporcionava. No excerto abaixo, nota-se tal fascínio:

Juca Badaró não via na sua frente a mata, o princípio do mundo. Seus olhos estavam cheios de outra visão. Via aquela terra negra, a melhor terra do mundo para o plantio do cacau. [...] Via o campo cultivado de cacauzeiros, as árvores dos frutos de ouro regularmente plantadas, os cocos maduros, amarelos. [...] Era belo. Nada mais belo no mundo que as roças de cacau. (p.49)

Esse fascínio era compartilhado também pelo Coronel Horácio:

Nessa manhã ele ia entre os cacauzeiros novos que davam os primeiros frutos. Acabara de preparar o cigarro com as grandes mãos calosas. Pitava vagarosamente e não pensava em nada.[...] Não pensava em nada, via apenas os frutos dos cacauzeiros, verdes ainda, pequeninos, os primeiros daquela roça. Com a mão tomou um deles, doce e voluptuosamente o acariciou. Doce e voluptuosamente como se acariciasse a carne jovem de Ester. Com amor. Com infinito amor. (p.54-5)

Nessas duas passagens, infere-se que o desejo econômico manifestado pelos coronéis assemelha-se ao desejo erótico e, muitas vezes, suplantava-o. No imaginário dos donos do lugar os dois tipos de desejos podem ser entendidos como elementos similares, pois a satisfação que proporcionam adquirem uma similaridade, ou seja, desejo erótico e econômico estão juntos. O que realmente importava para eles era a acumulação de capital que a posse da produção dos cacauzeiros representava. Dessa maneira, mais uma vez é possível estabelecer diálogo entre a obra e o ideário de Marx, que entendia como escravos do capital os que dele eram proprietários.

Percebe-se, então, que o jogo de interesses era marca registrada da região, isto é, as pessoas tornavam-se aliadas em função dos benefícios que obteriam e proporcionariam. Portanto, portanto, as relações se estabeleciam na base da propriedade e não das relações

---

<sup>219</sup> SOUSA, Antônio Pereira, op. cit. nota 206, p.78

humanas. Parece óbvio entender porque Tabocas estava dividida entre os aliados dos Badarós e de Horácio. Esse era o panorama político e social do mundo do cacau em Ilhéus.

Em Tabocas quem era amigo e eleitor de Horácio mantinha sempre uma atitude de hostilidade em relação aos amigos e eleitores dos Badarós. Nas eleições havia barulhos, tiros e mortes. Horácio ganhava sempre e sempre perdia porque as urnas eram fraudadas em Ilhéus. Votavam vivos e mortos, muitos votavam sob a ameaça dos cabras. (p.147-8)

E assim os fatos iam se sucedendo naquele mundo de conflitos e de lutas. Todavia, há um aspecto interessante, que deve ser salientado nessa obra, qual seja, a forma como as ações são narradas. Os coronéis são personagens que angariam alguns afetos ao longo da narrativa, causando certa admiração nos leitores que acompanham suas aventuras. Têm uma imagem positiva embora sejam os protagonistas das injustiças, das maldades, dos sonhos roubados e das mortes. Parece haver uma simpatia do narrador pelo poder emanado pelos coronéis. Logo, o coronel Horácio ganha *status* de herói, “e o júri foi apenas uma consagração do coronel” (p.283). O narrador da história presencia o julgamento de Horácio e sai do tribunal com o olhar magnetizado por aquela figura imponente. Com a negativa do coronel em sentar-se no banco dos réus, ele demonstra se negar a ser humilhado.

Mas Horácio se manteve em pé. Braz compreendeu, retirou o banco humilhante, trouxe uma cadeira. Ainda assim Horácio não se sentou. Foi uma sensação pela sala. Dr. Rui peticionou ao juiz para o acusado o direito de assistir ao julgamento de pé e não sentado naquele simbólico banco dos criminosos. (p.285)

Essa atitude demonstra sua altivez, a qual é admirada por um menino que “se levantara para vê-lo melhor e o encontrou soberbo, jamais o esqueceria” (p.285). O mesmo menino realiza o sorteio dos jurados e também é quem “anos depois iria escrever as histórias dessa terra”(p.283). Há uma nota autobiográfica nessa passagem do julgamento, uma vez que o menino, o qual se tornará o narrador do romance, é o próprio autor que, quando criança, vivenciara o julgamento de um coronel do cacau e com ele ficara impressionado.

Eu realmente assisti àquele processo. Ele me marcou muito. Vi o Horácio, que na realidade era Basílio de Oliveira, o coronel Basílio de Oliveira, um homenzarrão imenso, imponente. Ele não sentou. Nem ele nem Brás, Brasilino José dos Santos, meu compadre, o compadre Brás, compadre de meu pai, que aparece com seu próprio nome em *Terras do Sem Fim*, Brasilino. Nenhum dos dois quis sentar, assistiram de pé todo o processo; não quiseram sentar no banco dos réus. Isso me impressionou muito, achei magnífico.<sup>220</sup>

---

<sup>220</sup> RAILLARD, Alice, op. cit. nota 40, p.196

Outro personagem que saiu da realidade para a narrativa foi o coronel Teodoro das Baraúnas, que, na verdade, era um tio de Jorge Amado.

[...] outro tio meu casado com uma tia, irmã de minha mãe, que aparece em *Terras*, Manuel Inácio; no livro seu nome é Teodoro das Baraúnas, um aliado dos Badarós – é ele quem faz incendiar o cartório do tabelião e também quem, do alto de seu cavalo, “rega” a planta do cacau na praça de Tabocas, no dia da Festa da Árvore; este tio foi um homem intratável, onde estava jurado de morte; terminou dono de uma pensão no Espírito Santo.<sup>221</sup>

A transposição para o campo ficcional das histórias de indivíduos com existência real firma o compromisso do autor em tornar o mais fidedignas possíveis as tramas apresentadas na narrativa, confirmando seu compromisso realista.

Paralelo a esse compromisso, o romancista demonstrou ser um profundo conhecedor do ser humano. Em função disso, seu narrador colocou os coronéis em papéis de protagonistas, relativizando a postura maniqueísta de bom X mau, já que os coronéis desse romance são apresentados com características mais humanas, quase simpáticos, generosos, que beiram à sentimentalidade, fato não trabalhado pelo romancista anteriormente. Entretanto ainda são os típicos capitalistas dominados pelo lucro obtido com o cacau. Nesse sentido há uma valorização da obra *Terras do Sem Fim*, porque nas obras anteriores, os patrões-coronéis eram personagens absolutamente maléficos, preocupados apenas com o acúmulo de capital. Duas passagens na narrativa exemplificam o caráter humano dos coronéis. A primeira passagem é a que descreve o olhar contemplativo de Sinhô Badaró, que pára sobre um quadro pendurado em sua parede e questiona o sentido de mandar matar um homem. Esse olhar, assim como o sentimento de afeto que Horácio nutre por Ester, ou melhor, amor verdadeiro que tem pela esposa adúltera e morta, são elementos que humanizam os coronéis.

No caso do Coronel Horácio, o amor que sente pela esposa está ligado a um sentimento de posse que inevitavelmente nutre por ela. Para o coronel, a esposa representava mais um objeto, no entanto valioso, que fazia parte de sua coleção. Nota-se, nessa passagem, mais uma vez o desequilíbrio entre os desejos que comandam as relações pessoais. O desejo econômico de Horácio, satisfeito porque ganhara a disputa, não se realizou juntamente com o desejo erótico, já que a esposa apaixonara-se por outro homem e, paralelo a isso, nunca fora capaz de lhe retribuir o mesmo interesse. Então, o amor e o respeito pela esposa morta acabam no momento em que descobre a traição, desfazendo todo e qualquer traço de generosidade.

---

<sup>221</sup> RAILLARD, Alice, op. cit. nota 40, p.189

Nessa narrativa, há um lugar também para as personagens femininas que estão ligadas diretamente aos patrões, os coronéis, seja por laços de sangue ou por matrimônio. Don'Ana é a filha do Sinhô Badaró, mulher forte que nutria o mesmo amor pela terra que seu pai e tio, o que a diferenciava das outras jovens. No lado oposto pela disputa pelas terras, estava Ester, esposa insatisfeita do coronel Horácio, que não tem amor pela terra e se sente aprisionada a ela. Essas duas personagens representam, respectivamente, a aristocracia rural e a burguesia citadina da região de Ilhéus.

Don'Ana Badaró tinha uma figura que se assemelhava aos coronéis e era tratada por todos (inclusive pelo narrador amadiano) com o pronome que impunha respeito, um respeito destinado a sua classe social. Todavia, a deferência dos outros explicava-se mais em função da personalidade forte e combatível que possuía. Para alguns personagens da narrativa, a filha de Sinhô Badaró, na verdade, “deveria ter nascido homem” (p.209).

Em Ilhéus se falava de Don'Ana como de uma moça estranha, pouco chegada às conversas das comadres, pouco amiga das festas da igreja (apesar da mãe tão religiosa), pouco amiga de bailes e de namorados. Raras pessoas se lembravam de havê-la visto dançando e nenhuma delas saberia citar o nome de um namorado seu. Vivera sempre mais interessada em aprender a montar a cavalo, a atirar, a saber dos mistérios da terra e das plantações. (p.209)

Don'Ana é responsável literalmente pelo último tiro de defesa pela casa-grande. É ela quem se esconde dentro de casa, atirando, defendendo-se e protegendo a história de sua família contra Horácio e seus homens. Diz ao coronel invasor: “Agora mande me matar assassino” (p.281). Como o coronel não atirava em mulher, Don'Ana saiu imponente da casa-grande, montando seu cavalo pela “noite sem lua e sem estrelas” (p.282) resgatando, com esse ato, a dignidade da família.

Ter na terra sua origem e sua descendência representaria a continuidade da família Badaró e a manutenção do poder do qual era detentora. No entanto, o futuro da personagem é casar-se com o falso engenheiro, João Magalhães, um típico representante do aventureiro, que buscava tirar proveito de todas as situações e era desprovido de atributos morais: “Se arranjava de qualquer maneira com os instrumentos do agrônomo – com o teodolito, a trena, o goniômetro, a baliza -, instrumentos que ele nunca havia visto antes na sua vida de jogador de profissão”(p.208). Ele se juntou ao clã Badaró, inicialmente movido pelo interesse econômico, porém acabou se rendendo aos encantos singulares de Ana Badaró.

Amor e dinheiro não andam juntos nessa narrativa. O falso engenheiro casou-se com a filha dos Badarós motivado pelas posses da família, entretanto, ao se apaixonar, o foco de interesse desviou da questão econômica para a questão erótica. Então, percebe-se uma falta de

sintonia, porque sua esposa se tornou representante de uma família falida, o que fez não haver uma conciliação entre o desejo erótico e o desejo econômico. O final do romance entre o casal poderia ter sido anunciado com a falência da família, porém a separação não ocorreu, uma vez que João Magalhães não abriu mão do desejo econômico em função do desejo erótico. Lígia Militz da Costa analisa que “a negação do desejo econômico aparece compensada pela realização do desejo erótico, permanecendo, de qualquer forma o desequilíbrio”.<sup>222</sup>

A outra personagem feminina em destaque é Ester, filha da burguesia mercantil baiana, que acalentava sonhos de realização social e amorosa que a fazenda e o casamento com Horácio não comportavam. Sua imaginação era povoada por viagens, bailes, boa música, enfim elementos próprios da cultura européia, alimentados pela educação que recebera no espaço do colégio. Ester e as moças bem nascidas sonhavam os sonhos mais lindos, “liam romances franceses, histórias de princesas, de uma vida formosa. Todas tinham planos de futuro, ingênuos e ambiciosos: casamentos ricos e de amor, vestidos elegantes, viagens, o Rio de Janeiro e a Europa [...]” (p.56). Todavia seu desejo de um casamento por amor não se realizou e teve de enfrentar a natureza selvagem da fazenda, habitada por cobras que se alimentavam de rãs. Em seu pânico, a personagem via-se como presa da fúria dos répteis. Prisioneira de seus medos, Ester via sua casa

perdida entre as roças de cacau, o silvo das cobras nos charcos onde comiam rãs! E a mata...Por detrás da casa ela se estendia trancada nos troncos e nos cipós. Ester a temia como a um inimigo. Nunca se acostumaria, tinha certeza. E se desesperava porque sabia que toda a sua vida seria passada ali, na fazenda, naquele mundo estranho que a aterrorizava.(p.55-6)

Entretanto, ela fora alertada por uma freira de que seus sonhos não teriam lugar fora do colégio. A religiosa a advertira que: “Nenhum tempo é melhor que esse, Ester, em que o sonho é possível” (p.56). Contudo, seus dias de sofrimento e de planos de fuga ficaram esquecidos diante da felicidade gerada pela chegada do advogado do partido, Dr. Virgílio, com quem manteve uma intensa relação amorosa. Esse amor, vivido por ambos, representava a fuga daquela realidade de disputas, de cacau, de morte. No entanto, a fuga era ilusória porque as pessoas daquela terra pareciam ter o “visgo do cacau mole” (p.289) grudado em seus pés, o que lhes deixava bem presos ao mesmo lugar. Em função disso, o amor do casal não passou de fugazes momentos, que se findaram quando a febre provocada pelo Tifo - doença ainda não diagnosticada no presente da narrativa e que assustava a todos na região - vitimou Ester.

---

<sup>222</sup> COSTA, Lígia Militz da, op. cit. nota 215, p.19

O destino dessas duas mulheres está ligado aos destinos do cacau. Ester, mesmo vivendo e acreditando no seu amor, não conseguia abandonar Tabocas e Horácio, porque esse era o seu exílio. Se propor uma separação a condenaria à morte, morrer também representaria a libertação do coronel e do cacau. Nesse sentido, a morte natural representou uma redenção a sua condição não só de mulher, mas também de moradora de Tabocas. Já Don'Ana defendeu sua condição de filha de coronel e proprietária de terras, lutando para que sua família saísse vitoriosa naquela disputa. Era filha do lugar e tinha igualmente o cacau ligado a sua história pessoal, também estava presa à terra. No entanto, essa prisão a acalentava, enquanto que a perda de suas terras a assustava.

Ainda ligado à terra estava outro grupo de trabalhadores: os jagunços. Na verdade, eram trabalhadores especializados, os quais eram os mais valorizados quando comparados aos trabalhadores das roças, dentro da trama amadiana. São eles que, de fato, legitimam o poder dos coronéis, pois acabam com os seus desafetos e dimensionam violentamente o poder dos patrões. Os coronéis contavam com a lealdade dos jagunços, que, por vezes, eram os únicos depositários da confiança dos patrões. Em função dos serviços prestados, os capangas eram muito prestigiados e tinham seu trabalho muito valorizado na sociedade de Tabocas. O capanga de Juca Badaró, Antonio Vítor, iniciou sua vida de assassino por acaso, “baixara um homem – seu primeiro homem – para salvar Juca” (p.92) e ganhara o prestígio da família de Sinhô: “Juca o tirara do trabalho nas roças para o trabalho muito mais suave de capanga. O personagem acompanhava Juca Badaró na fiscalização do trabalho da fazenda nas viagens repetidas que ele fazia aos povoados e à cidade, trocara a foice pela repetição” (p.92). Todos os moradores do lugar diziam que “– Os capangas ainda passam melhor... – virou para o cearense – Se tu tem boa pontaria, tu tá feito na vida. Aqui só tem dinheiro quem sabe matar” (p.102).

Em razão das recompensas que recebiam, para alguns trabalhadores transformar-se em capanga assassino era um bom negócio, já que, quando o coronel ficava satisfeito com o serviço executado, o dinheiro pago poderia ser suficiente para comprar uma roça. Dessa forma, se os capangas dos coronéis eram bons, recebiam grandes recompensas e até podiam *botar roça*: “– Um cabra certo na pontaria tem regalias de rico... Vive pelos povoados, com as mulheres, tem dinheiro no bolso, nunca falta saldo para eles... Mas quem só serve para a roça... [...]” (p.102). Como já mencionado, a posse da roça significava subir de classe, passar a ser dono e, assim, deter o poder.

Desse grupo, destaca-se o jagunço Damião, sempre chamado para executar as mortes planejadas pelos Badarós. No entanto, a tocaia contra Firmo parecia ser diferente: “Damião

também estava se desconhecendo. Muitas vezes já fora para outras tocaias, esperar homens a quem matar. E hoje era como se fosse pela primeira vez” (p.71). O comportamento de Damião já anuncia mudanças na terra do cacau. O trabalhador de Sinhô Badaró entrou num processo de auto-análise e começou a questionar as atitudes que tivera ao longo de sua vida. Tal processo foi motivado pelo comentário do coronel, o qual perguntou ao irmão Juca se este não tinha nenhum tipo de sentimento diante da morte de uma pessoa. Essa conversa foi a responsável por uma rebelião interior no negro Damião, desencadeando um processo de auto-avaliação. “E hoje ele sente, as palavras do coronel estão sobre seu peito como um peso impossível de arrancar, mesmo por um negro forte como Damião” (p.73).

Seu passado retornava a sua mente em forma de *feedback* e, nesse momento, passava a entender o que antes nunca havia pensado: ele era um assassino, sua “profissão era matar” (p.71). E as pessoas tinham medo dele. Aliado a isso, a consciência de que todos aqueles que ele matara deixaram outros em sofrimento transformou o jagunço num ser culpado. Essa culpa determinou seu fim profissional e pessoal. Deixar de cumprir a ordem de Sinhô significaria um desrespeito pelo patrão e a conseqüente perda de sua confiança, já que ele deixaria de ser o assassino preferido do coronel.

Uma vez um caixeiro-viajante lhe perguntara se ele, Damião, não tinha remorsos. Ele pedira que lhe explicasse o que era. O viajante explicou e Damião apenas disse na maior inocência:

- Por quê?

O caixeiro-viajante saíra assombrado e até hoje narrava o caso nos cafés da Bahia. (p.73)

Nesse processo reflexivo, Damião não se sentiu mais encantado - e esse é o adjetivo escolhido pelo narrador - com o respeito que os outros lhe devotavam, fato esse comprovado com a reação de Damião a uma reportagem de um jornal da capital, no qual o jornalista anunciava que “não havia pontaria como a dele” (p.70). Isso não significava mais nada para o negro Damião. E a história dessa personagem se finda quando ele erra o tiro que acabaria com Firmo e perde com isso o prestígio angariado. Como não pode reverter o mal cometido, ou seja, todas as vidas ceifadas, e tão pouco mudar aquela realidade de violência, Damião acabou enlouquecendo, andando à deriva, falando com seus fantasmas, um dia aqui, outro ali.

Outro grupo de trabalho é formado pelos profissionais que não trabalhavam a terra, não matavam, mas acobertavam as ações dos donos do lugar. Diante de tantas injustiças e atos violentos, parecia não haver lei na terra do cacau. Na verdade, havia justiça, no entanto ela estava sob as ordens dos coronéis, pois os juízes e os advogados trabalhavam para eles: “o

prefeito, sempre atizado por Juca, nomeou outro delegado. Este era conhecido como valente, era Vicente Garangau, que fora muito tempo jagunço dos Badarós” (p.141). Como pode ser percebido, pela leitura do excerto, o coronel mandava no prefeito, o qual mandava no delegado, que era homem do coronel. Desenha-se, portanto, o ciclo vicioso da injustiça.

Nesse sentido, parece desnecessário observar que a lei era cumprida de acordo com os interesses dos donos das terras e também das pessoas. Aqueles que deveriam cumprir a lei eram temerosos da fúria dos coronéis. No episódio em que Horácio foi indiciado pela morte de Juca Badaró, Sinhô Badaró questionou a liberdade do réu. Então o delegado assim se defendeu: “quem se atreve a ir prender Horácio na sua fazenda? Para bem do respeito que a justiça deve merecer é melhor que Horácio só seja preso nos dias do júri. Virgílio prometeu que Horácio comparecerá ao julgamento” (p.276).

O trabalho realizado pela camada intelectualizada da população, os doutores, beneficiava a satisfação dos coronéis a quem diretamente respondiam. Os advogados, juízes, delegados, prefeitos, enfim, aqueles que poderiam, por meio de seu trabalho, modificar ou melhorar a realidade dos trabalhadores do lugar, não o faziam porque tal atitude não coincidiria com os interesses dos coronéis em mudar o *status quo*.

O Dr. Rui, quando bebia demasiado, gostava de lembrar a defesa que certa vez fizera do coronel num processo de há muitos anos passados. Acusavam Horácio de três mortes e de três mortes bárbaras. Dizia o processo que não contente de ter matado um dos homens, cortara-lhe as orelhas, a língua, o nariz, e os ovos. O promotor estava comprado, estava ali para impronunciar o coronel. (p.51)

O trecho comprova a estreita relação que a lei mantinha com os coronéis, no caso Horácio, e seus interesses. Os doutores, caso estivessem ao lado do poder, poderiam se eleger para cargos políticos, obter empregos públicos, comprar roças, plantar cacau e tornarem-se, talvez coronéis no Nordeste brasileiro. Pode-se inferir, desse modo, que os trabalhadores, independente da camada social na qual estão inseridos, compreendem uma mesma sorte: estão presos ao cacau. Essa forte ligação acontece em função do dinheiro que ele gera, mas, sobretudo, do poder que ele promete. O coronel representa esse poder e o trabalhador, de todos os grupos, está numa condição subordinada a esse poder. Não tem para onde ir, a não ser que plante uma roça e fique rico.

Aliada ao poder judiciário, outra instituição que assume uma postura de neutralidade discutível é a Igreja, que procura manter uma atitude de falsa neutralidade, pois seus representantes agem de forma a contentar os dois coronéis e suas famílias. Uma festa religiosa

na cidade de Ilhéus coloca à prova toda a diplomacia do frei, que era a autoridade religiosa do local.

O cônego Freitas buscara sempre passar por cima das divergências políticas dos grandes coronéis. Não se envolvia nelas, se dava com os Badarós e com Horácio, com o prefeito de Ilhéus e com o Dr. Jessé. Se fazia uma subscrição em benefício das obras do colégio das freiras, tirava duas cópias para que assim nem Sinhô Badaró nem Horácio tivesse que assinar em segundo lugar. Tanto um quanto o outro ficava satisfeito de receber um papel limpo de firmas, pensando cada um que era o primeiro a pôr o seu nome. Essa hábil política fazia com que em torno da Igreja, governo e oposição se encontrassem unidos. (p.220)

Nesse caso, entende-se que os valores morais religiosos adquirem também valor de troca na sociedade de mercado. No entendimento de Lucien Goldman, a vida econômica, que direciona a vida social, quando os valores de troca substituem os de uso faz ocorrer uma perda de qualidade nas relações. Os valores a serem levados em conta passam a ter o critério da quantidade.<sup>223</sup> Os advogados, os padres do mundo ficcional não estavam preocupados com a qualidade de seu trabalho e sim com o lucro obtido por meio da troca que com ele negociariam.

Outro grupo de trabalho em *Terras do Sem Fim* é constituído pelas prostitutas, dentre elas: “Antônia, Antonieta, Arlete, etc., todas mulheres seduzidas, profissão “rameiras”, essas “operárias do sexo”, segundo a expressão cruel e admirável de Jorge Amado, único descanso do trabalhador junto com a cachaça [...]”<sup>224</sup> Nesse romance de Jorge Amado, o universo feminino reafirma sua condição de submissão frente aos homens, inclusive Don’Ana Badaró, dotada de uma personalidade forte, mas que estava sempre sob as ordens da família. As prostitutas que serviam aos trabalhadores começavam sua vida com eles, todavia não sem antes passarem pelas mãos dos coronéis. As filhas e viúvas dos trabalhadores eram presas fáceis para os homens do lugar, os quais viam como seres inferiores, logo, não merecedoras de respeito e consideração. Ao seguirem o destino da prostituição, acabavam reunindo-se em espaços miseráveis, dividindo o ofício e seus destinos, “uma rua de canto no povoado de Ferradas. Casas pequenas, de barro batido, algumas cobertas de palha, duas ou três de telhas, a maioria de zinco. Ali viviam as rameiras, ali os trabalhadores das fazendas vinham nos dias de festa em busca do amor” (p.130). Essas mulheres carregavam consigo a triste sina de serem pobres, trabalhadoras e, sobretudo, mulheres. Porém, o quadro pioraria caso tivessem nascido negras. No imaginário dos personagens, as mulheres negras tinham já um destino certo: “– Negro tem filha mesmo é para cama de branco...”(p.136). As mulheres eram vítimas de dois

---

<sup>223</sup> GOLDMANN, Lucien, op. cit. nota 25, p.17

<sup>224</sup> ROCHE, Jean, op. cit. nota 209, p.148

tipos de escravidão: a do trabalho e a sexual. Jorge Amado, sobre as personagens mulheres de *Terras do Sem Fim*, assim sentencia: “Mulheres sofridas, todas elas, vítimas da própria situação da mulher brasileira na sociedade cacauzeira [...].”<sup>225</sup>

Dentre as prostitutas, destaca-se Margot, que tinha uma situação social um pouco melhor que as outras colegas que moravam na rua dos trabalhadores. Ela foi amante do Dr. Virgílio e ajudou-o em sua ascensão profissional, contribuindo financeiramente com seus estudos. Todavia, seu empenho em ajudá-lo não o impediu de se apaixonar pela mulher do coronel Horácio. Após a separação do jovem advogado, envolveu-se com o coronel Juca Badaró, que passou a mantê-la financeiramente. Independentemente da realidade distinta de Margot, ela não conseguiu angariar prestígio social, pois todos a viam como a rameira que de fato era.

Outra figura feminina que escapou da prostituição, porque ficou na casa dos coronéis, é Raimunda. Era afilhada de Don’Ana e Sinhô Badaró, mas, segundo alguns moradores mais antigos, era filha do coronel Marcelino, pai de Sinhô e de Juca. Companheira de Don’Ana, na infância, foi tratada como filha algumas vezes. Entretanto, a menina, quando cresceu, perdeu as regalias e passou a ser tratada como empregada, responsável pelo trabalho doméstico. Esse fato intensificou-se quando a “esposa de Sinhô morreu tísica, ficaram os padrinhos, Sinhô e Don’Ana, no entanto, ao poucos, Raimunda foi tendo uma vida igual à das demais criadas da casa: lavar, remendar roupa, buscar água no rio, fazer os doces” (p.95). Sinhô Badaró, como patriarca da família e padrinho da moça, dava-lhe dinheiro em datas especiais, como se fosse um brinde, porém não entendia as carências nem os desejos de Raimunda, pois o mundo dela era-lhe completamente estranho.

Zuenir Ventura, ao analisar a sociedade brasileira contemporânea, entende que há uma cultura da violência instituída. Em um dos pontos investigados, utiliza como exemplo um quadro de Debret no qual uma mulher rica, uma dama, está jantando e um menino negro, de quatro, no chão, serve-se das migalhas que são jogadas por ela, como se fosse um cachorrinho. Na compreensão do autor, essa cena familiar reproduz a imagem de que o negro é um animal. Nas palavras do autor, “o negro ou o pobre, ou o negro pobre pode perfeitamente introjetar a consciência de que é isso mesmo, ele é um animalzinho de estimação acolhido no seio de uma bondosa família, tanto quanto os donos da casa podem ver, a eles próprios e à situação, com estes olhos.”<sup>226</sup>

---

<sup>225</sup> RAILLARD, Alice, op. cit. nota 40, p.29.

<sup>226</sup> VENTURA, Zuenir. *A cultura da violência*. In: SOBRAL, Marisa e AGUIAR, Luiz Antonio (orgs.). *Para entender o Brasil*. 2.ed. São Paulo: Alegro, 2001, p.347

É possível relacionar a imagem retratada no quadro com o Brasil, cuja sociedade protagonizou cenas similares. Nessa linha de raciocínio, pode-se entender que Raimunda é um animalzinho de estimação dos Badarós, que os serve e tem sua vida organizada de acordo com os interesses deles. Isso não a faz feliz, o que pode ser comprovado com a caracterização realizada pelo narrador: “uma cara zangada e séria” (p.95). A descrição do narrador faz transparecer na face da menina todo o rancor que demonstra a consciência da sua condição. A mulata tinha sonhos que não eram realizados e que a família nem desconfiava que pudessem existir. “Raimunda não era de bom coração. Parecia não estimar ninguém, vivia sua vida calada, trabalhando como quatro, recebendo o que lhe davam com um agradecimento murmurado. Assim crescera e se fizera moça” (p.95). Raimunda trabalhava, porém não recebia salário, ou seja, “ela não tinha ordenado, para que precisava ela de dinheiro se tinha de um tudo na casa dos Badarós” (p.95), mas também não poderia ser considerada da família porque atendia às necessidades domésticas da família. Ganhava algumas regalias de Don’Ana, como “um corte de fazenda para um vestido melhor e Sinhô lhe dava um par de sapatos e um pouco de dinheiro” (p.95).

Diante disso, é possível colocar Raimunda dentro de um grupo que povou a sociedade brasileira principalmente nas regiões rurais: os agregados. Esse tipo de trabalhador usufruía da convivência social e física com alguém de prestígio e dinheiro, não era considerado da família, mas também não era um empregado qualquer. Maria Amélia Lozano Dias, ao analisar o Brasil da Primeira República, argumenta que a população rural vivia sob o domínio político e social dos senhores que eram os donos das terras, devotando-lhes obediência cega. O grande proprietário era visto como um protetor, condicionamento esse criado pelo próprio paternalismo da estrutura latifundiária.<sup>227</sup> O caso de Raimunda era um pouco diferente. Ela não estava junto com a família do coronel para obter favores políticos, mas sim para suprir seu próprio sustento e, aliado a isso, carregava certo prestígio por ser afilhada do coronel Sinhô Badaró. Não era por sua vontade que vivia naquela situação, porém, como ela era uma mulata pobre, não tinha outra opção senão sujeitar-se aos mandos da família e fingir-se agradecida com os mimos recebidos.

Em *Terras do Sem Fim*, o trabalhador que ara a terra, planta e colhe o cacau é força produtiva que produz, principalmente, riqueza. Entretanto, não usufrui dela, como Marx e Engels já haviam analisado. O sistema capitalista, proclamado como democrático, na produção do cacau deixa de o ser, uma vez que há a manutenção da escravidão nas fazendas

---

<sup>227</sup> DIAS, Maria Amélia Lozano. *A recepção crítica da obra de Lima Barreto: 1907-1987*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988, p.14.

de cacau, no interior da Bahia, tal como apresentada nas páginas ficcionais do romance de 30. Nessa obra, nota-se que o trabalho dos coronéis ratifica uma realidade de exploração que atinge tanto brancos quanto negros e tem, como principal característica, uma ambição que desconhece obstáculos.

Posto isso, entende-se por qual motivo o trabalhador nessa narrativa é apresentado sempre temeroso, pois o patrão decidia quem iria trabalhar e também quem iria viver ou morrer. De forma paradoxal os trabalhadores tinham medo do trabalho e também igualmente de o perderem, porque estavam presos à terra, tanto que o narrador utilizou a metáfora do visgo do cacau mole que grudava no pé para justificar a mobilidade dos funcionários do cacau. O narrador nos apresenta a seguinte interpretação sobre o cacau e seu fascínio.

Os trabalhadores nas roças tinham o visgo do cacau mole preso aos pés, virava uma casca grossa que nenhuma água lavava jamais. E eles todos, trabalhadores, jagunços, coronéis, advogados, médicos, comerciantes e exportadores tinham o visgo do cacau preso na alma, lá dentro, no mais profundo do coração... Não havia educação, cultura e sentimento que lavassem. Cacau era dinheiro, era poder, era a vida toda, estava dentro deles, não apenas plantado sobre a terra negra e poderosa de seiva. Nascia dentro de cada um, lançava sobre cada coração uma sombra má, apagava os sentimentos bons. (p.250-1)

A narrativa não inova ao apresentar a justificativa para a permanência dos trabalhadores na terra dos coronéis, visto que, independente de suas dívidas, o que também os mantinha presos à terra era o fato de nutrirem a esperança na realização de seus sonhos materiais com o cacau. Portanto, ser trabalhador, nas terras do cacau representava ser humilhado, ser tratado como objeto, mas também representava ser sonhador.

A escravização do trabalhador se explica por intermédio da noção de propriedade, porque por estar preso à terra e ao capital econômico, o trabalhador é propriedade de seu patrão. Um trabalho escravo, para ser definido como tal, precisa atender a alguns aspectos específicos, análogos à realidade da escravidão, tais como: moradia do trabalhador absolutamente precária, não atendendo às condições mínimas de higiene e conforto; a sujeição por dívida, que significa uma obrigação do trabalhador em só comprar em estabelecimentos estipulados pelo coronel, com preços supervalorizados (fazendo ocorrer o estabelecimento de uma dívida permanente, que obriga o trabalhador a ficar preso naquele lugar até saldar o que deve); alimentação cara e insuficiente, que não atende às necessidades mínimas de saúde para o trabalhador.

Os coronéis mantêm pequenos comércios em suas fazendas, situação essa que faz com os trabalhadores adquirirem dívidas para manterem sua sobrevivência. Paralelo a isso, são

tratados como objetos. Salienta-se que o período histórico da obra não permite classificá-los como escravos, porém a forma como trabalham e são tratados caracteriza-os como tal.

A leitura do excerto abaixo exemplifica o que foi analisado:

– Amanhã cedo o empregado do armazém chama por tu para fazer o *saco* da semana. Tu não tem instrumento pro trabalho, tem que comprar. Tu compra uma foice e machado, tu compra um facão, tu compra uma enxada... E isso tudo vai ficando por uns cem mil réis. Depois tu compra farinha, carne, cachaça, café pra semana toda. Tu vai gastar uns dez mil-réis pra comida. No fim de semana tu tem 15 mil-réis ganho do trabalho – o cearense fez as contas, seis dias a dois e quinhentos, e concordou. – Teu saldo é de cinco mil-réis, mas tu não recebe, fica lá pra ir descontando a dívida dos instrumentos...Tu leva um ano pra pagar os cem mil-réis sem ver nunca um tostão. Pode ser que no Natal o coronel mande te emprestar mais dez mil-réis pra tu gastar com as putas nas Ferradas. (p.102)

As necessidades básicas dos trabalhadores não eram supridas pelos coronéis, como comprova o caso exemplar de um velho trabalhador, cujas filhas eram prostitutas, e que fora acometido pelo tifo. O principal sintoma era uma febre alta, que, se não curada, levava à morte. E o destino desse trabalhador não foi diferente. Quando seus amigos estavam levando-o até suas filhas, pararam para descansar na fazenda do coronel Maneca Dantas. A narrativa amadiana apresenta a forma como foram recepcionados por Dona Auricídia, esposa do coronel, personagem que, ao falar, demonstra todo o preconceito e o descaso pela classe trabalhadora.

Dona Auricída afastou o filho, afastou-se ela mesma alguns passos. Ficou refletindo. O cadáver do homem magro, velho ele também, repousava na rede sobre a varanda.

- Levem para a casa de um trabalhador. Descansem lá... Aqui não. É só andar um pouco mais, encontrarão logo as casas. Digam que eu mandei. Aqui, não, por causa dos meninos...

Temia o contágio, aquela febre não conhecia remédio que servisse. [...]

-Lá ela não quis... Podia pegar nos filhos a febre... Mas para aqui não faz mal, não é? – e riu. [...]

- Não tem nada, meu velho. Pode entrar. Na gente a febre não pega mesmo. Trabalhador tem o couro curtido... (p.98-9).

Enfim, tais situações rompem com os limites do bem-estar físico e moral dos personagens trabalhadores. A partir disso, conclui-se que *Terras do Sem Fim* apresenta trabalhadores como vítimas e como escravos.<sup>228</sup> Na sociedade brasileira, a condição de escravo coube sempre aos negros, que executavam suas atividades de forma alienada. Esse fator fez Octávio Ianni observar que o negro, quando deixou de ser escravo e passou a ser

---

<sup>228</sup> SANTOS, Lisiane Pinto dos. *Isaías Caminha e Sergipano: trabalhadores explorados no contexto ficcional*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria, 2002.

trabalhador livre, mudou apenas a forma de alienação. Segundo Ianni, o negro, no período escravocrata, está alienado do produto do seu trabalho e também na sua condição de ser humano. Entretanto, na sociedade de classes, “o negro é alienado no produto de seu trabalho (quando assalariado) e na sua condição de cidadão: é negro ou mulato, ademais de assalariado.”<sup>229</sup> Portanto, a posição do trabalhador, independente da cor da pele ou do período histórico em que está inserido, é sempre de alienado.

As alienações que o trabalhador sofre, seja ele negro ou branco, do trabalho, de si mesmo, da sua condição de homem – anteriormente estudadas – encontram eco na teoria elaborada por Marx, para quem o trabalho de organização capitalista vitimiza o trabalhador. O romance de Amado apresenta tal alienação quando coloca todos os trabalhadores executando suas tarefas de forma alienada, indiferentes à exploração da qual eram reféns.

Os trabalhadores do romance não vêem saída para solucionar seus problemas, talvez porque em *Terras do Sem Fim*, não haja nenhuma personagem que apresente uma consciência de classe. Existe uma passagem na narrativa que poderia representar uma certa resistência, caso tivesse sido motivada pela solidariedade entre os trabalhadores. Um grupo de trabalhadores formado pelo preto Altino, o cunhado dele, Orlando, e um compadre deles, chamado Zacarias, colocou uma roça em contrato com o coronel. Prepararam a terra e esperaram por três anos até que essa começasse a produzir. Findo esse período, Altino foi procurar Horácio para entregar a roça e receber o dinheiro, “quinhentos réis por pé plantado e vingado de cacau. Com aquele dinheiro poderiam adquirir um terreno, um pedaço de mata qualquer e desbravá-la e plantar então uma roça para eles mesmos” (p.51-2).

Seria a realização de todas as aspirações daqueles trabalhadores, “o coronel não só o aprovou como, amavelmente, se dispôs a ajudá-los” (p.52). O desfecho da história mostra que Horácio manipulou de tal forma os três homens que esses buscaram outra roça, trabalharam nela, produziram a partir dela e aguardaram a escritura para considerá-la de fato sua. Entretanto, a postura do coronel era a de protelar a passagem da escritura. Quando Ramiro, amigo de Horácio, tomou posse da fazenda, o trabalhador Orlando foi até a casa-grande para resolver o caso e questionou Horácio:

- O coronel Ramiro apareceu lá pela roça, diz que a roça é dele, diz que comprô ao sinhô, coronel.
- Se o coronel Ramiro é que diz deve ser verdade. Ele não é homem pra mentira...
- [...]
- Vosmicê vendeu?
- Isso é negócio meu...

---

<sup>229</sup> IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1988, p.96

- Mas vosmicê não se arrecorda que nos vendeu esse pedaço de mata? Pelo dinheiro do contrato de cacau?  
- Vocês têm a escritura? - E Horácio voltou a comer.  
Orlando rodou na mão o chapéu enorme de palha. Tinha consciência de toda a desgraça que lhe havia acontecido, a ele e aos dois companheiros. [...] Um véu de sangue turvou-lhe o olhar, não media mais suas palavras:  
- Desgraça pouca é bobagem, coronel. Vosmicê fique avisado que no dia que o coronel Ramiro entrar na roça, nesse dia vosmicê paga por tudo. (p.54)

Na mesma noite, o coronel Horácio da Silveira entrou com seus homens na roça dos três amigos e fez sua justiça. Os trabalhadores que sonhavam com um futuro melhor, antevendo-se como futuros coronéis do cacau, foram mortos e cortados aos pedaços pelo próprio coronel Horácio. Num ritual simbólico de seu poder, Horácio pegou sua “faca de descascar frutas, cortou a língua de Orlando, suas orelhas, seu nariz, arrancou-lhes as calças e o capou” (p.54). Estava dado o exemplo para quem ousasse ir contra a lei imposta pelo coronel. A justiça dos coronéis havia sido feita.

Essa passagem atesta que qualquer tentativa de questionamento ou enfrentamento do poder dos coronéis era combatido imediatamente de forma violenta e irreversível. Por isso, que os trabalhadores tinham receio de cobrar seus direitos, uma vez que o mundo do cacau era povoado de histórias que intimidavam qualquer lampejo de coragem. Na narrativa, não havia espaço para uma consciência de classe porque a relação que se estabelecia, entre trabalho e trabalhador, transformava o trabalhador numa vítima oprimida daquele sistema.

Numa sociedade, quando os bens produzidos abandonam a sua condição de bens de consumo, como ocorria nas sociedades primitivas, e passam a ter valor de troca, o que acontece na sociedade capitalista, estabelece-se o que Marx denominou de reificação. A forma como a sociedade está organizada influencia diretamente o trabalhador, gerenciando até mesmo sua forma de pensar, tornando-se ele próprio reificado. Nesse caso, o trabalhador também passa a ter valor de troca. Logo, a reificação faz parte do contexto econômico e também do plano privado dos indivíduos.<sup>230</sup> Lucien Goldman entende que a reificação é produto direto de uma sociedade baseada numa economia de mercado, direcionada única e exclusivamente para o lucro e a obra literária possibilita a compreensão da sociedade na qual ocorreu a produção estética.<sup>231</sup>

Com os trabalhadores do cacau não foi diferente. Eles passaram a um estado de reificação, tornando-se objetos do trabalho, perdendo, com isso, suas condições de humanos.

---

<sup>230</sup> LAFETÁ, João Luiz. O mundo à revelia. In: RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 68. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999. p.207

<sup>231</sup> GOLDMANN, Lucien, op. cit. nota 25, p.17

Podendo ser alugados, desrespeitados e dispensados, por meio do desemprego ou da morte, como peças de uma engrenagem.

A narrativa de Amado criticou a sociedade capitalista e seu forte poder cumulativo, o qual, na verdade, é um gerador de pobreza e de desemprego. As raízes do subdesenvolvimento e da desigualdade social estavam na política latifundiária e no espírito do capitalismo. Aliando solidariedade e crítica social, o romancista criou um painel do trabalho da terra do cacau em *Terras do Sem Fim*, romance que juntamente com *Seara Vermelha* e *São Jorge dos Ilhéus* formam a trilogia do cacau. Em conformidade com a teoria elaborada por Goldman, a obra de Amado apresenta uma homologia entre a escrita literária e a sociedade na qual foi produzida, bem como o lugar do escritor.

Dessa forma, evidencia-se que as relações do trabalho apresentadas na obra de Amado privilegiam a relação de poder da classe dos coronéis sobre a dos trabalhadores. A sociedade do cacau não pode ser considerada como estamental, porque a realidade da mudança acontecia, desde que se plantasse cacau e tivesse apoio dos aliados certos. Os donos do lugar exerciam seu poder de mando e assim iam produzindo e prosperando, defendendo com armas sua prosperidade. Mas, no seu imaginário eles anteviam a possibilidade da mudança, que poderia acabar com uma possível mobilização da classe trabalhadora, sonho maior de Jorge Amado, ou com um presságio futurista: as bruxas e suas vassouras.<sup>232</sup>

---

<sup>232</sup> “Vassoura-de-bruxa” foi uma peste causada pelo fungo *Crinipellis pernicioso* que assolou as plantações de cacau e que relegou o cacau produzido no Brasil a uma condição inferior ao resto do mundo, pois fez com que o fluxo das exportações do produto diminuir.

## 2 NEO-REALISMO DE ALVES REDOL

*A arte pela arte é uma idéia tão extravagante em nossos tempos como a de riqueza pela riqueza, ou de ciência pela ciência”*  
*“Todos os assuntos devem servir um proveito do homem, se não querem ser uma vã e ociosa ocupação: a riqueza existe para que toda a humanidade goze; a ciência para guia do homem; a arte deve servir também para um algum proveito essencial e não deve-se apenas, um prazer estéril”;*  
*“A arte deve contribuir para o desenvolvimento da consciência e para melhorar a ordem social”.*  
Alves Redol

O termo *Neo-Realismo*, utilizado pela primeira vez por Joaquim Namorado, em 1938, no artigo *Do neo-realismo-Amando Fontes*, foi assim escolhido como forma de burlar a censura do período salazarista, já que termos como Socialismo e nomes como Karl Marx remetiam à resistência e ao combate à ditadura, logo, se houvesse tal nomeação, o governo sentir-se-ia no direito de retaliar. Joaquim Namorado argumenta que a escolha do neo justifica-se porque o grupo queria um realismo totalmente diferente, que não se limitasse a entender o mundo e a vida, mas que se apresentasse como um agente transformador. Além disso, havendo censura, “neo evitaria referências a um realismo socialista.”<sup>233</sup>

Já para Ana Paula Ferreira<sup>234</sup>, o termo *neo* não se refere basicamente a uma nova leitura de movimentos anteriores, ele remete, em última instância, “não para um movimento ou uma geração realista anterior, no entanto para todo um modo particular de sentir, de conhecer e de representar o real característico de períodos históricos nos quais a arte é chamada a intervir no destino da sociedade.”<sup>235</sup> Assim, não podemos levar *ipsis literis* o entendimento do movimento a partir da análise de seu prefixo, que remete a novo; pois, se assim fosse, o termo *Neo-Realismo* deveria, então, ser entendido como um novo Realismo. Esse movimento literário, datado da segunda metade do século XIX, relaciona-se com a busca por uma abordagem objetiva da realidade, privilegiando temas sociais. Na tentativa de atingir tal objetivo, parece natural que os escritores intensifiquem os fatos da realidade que querem combater, adquirindo, dessa forma, um caráter inevitavelmente maniqueísta da produção literária. Somado a isso, percebe-se também que a intensificação dos dramas sociais fez a produção artística desse período ser relacionada com uma literatura panfletária.

---

<sup>233</sup> NAMORADO, Joaquim. Staline só é problema para os anticomunistas. **Expresso**, 24 de abril de 1982, p.22-R

<sup>234</sup> FERREIRA, Ana Paula. *Alves Redol e o Neo-Realismo Português*. Lisboa: Caminho, 1992, p.65.

<sup>235</sup> Id- *Ibidem*, p.65

O Romantismo, movimento literário imediatamente anterior ao Realismo, valorizava a subjetividade do indivíduo. Já o Realismo foi um movimento que se colocou como reação ao subjetivismo romântico, interessando-se pela razão e pela objetividade, repudiando as manifestações subjetivas. Entretanto, seu objetivo não foi se tornar um movimento de tomada de consciência da sociedade frente a seus problemas, de modo a provocar uma ruptura e uma modificação. O Realismo oitocentista se

ligava, em termos globais, a um pensamento de tipo materialista (positivista, no caso do naturalismo, que foi sua extensão literária) ou genericamente anti-idealista, o neo-realismo baseia-se numa concepção marxista do fenômeno literário. Daí que o escritor comece por afirmar a sua condição de entidade socialmente posicionada e, por isso, sintonizada com os problemas sociais, políticos e econômicos do seu tempo; assim, encarando a literatura como uma forma de consciência social, o neo-realismo valoriza a dimensão ideológica da criação literária, bem como sua capacidade de intervenção sociopolítica, à luz dos princípios fundamentais do materialismo histórico.<sup>236</sup>

Em seu estudo sobre os textos teóricos do Neo-Realismo, Carlos Reis analisa o comentário do crítico Manuel Campos Lima sobre o romance de *Maria – Escada de serviço* de Afonso Rodrigues e aborda a forma como alguns pensadores lidam com a diferenciação entre Realismo e Neo-Realismo. Para ele, alguns críticos equivocam-se quando relacionam o Neo-Realismo com o Realismo do século passado, cuja principal crítica consiste no fato de ter sido um copista da realidade, ou seja, “tal realismo nada tem a ver com o neo-realismo; entre eles existe a diferença que vai de uma fotografia a um sistema de idéias.”<sup>237</sup>

Carlos Reis explicita que o Realismo é um método, enquanto o Neo-Realismo é uma interpretação, ou seja, o primeiro partia do pressuposto de que a realidade era um dado imediato dos sentidos; já para o Neo-Realismo, a verdadeira realidade é uma interpretação racional imposta a esses dados.<sup>238</sup> O Realismo se caracterizou por realizar uma crítica de costumes, o Neo-Realismo também realizou essa mesma crítica, porém sofreu uma intervenção sociopolítica, que foi o engajamento. Os escritores neo-realistas assumiram então a condição de revolucionários, lutaram junto ao povo, com as armas que possuíam: a Literatura.

O Neo-Realismo era interpretado de duas formas por alguns críticos: para uns, era uma “recriação ingênua do romantismo e do naturalismo e para outros, a expressão original de um

---

<sup>236</sup> Carlos Reis elaborou uma compilação crítica de textos teóricos do Neo-Realismo que se encontra na obra *Textos teóricos do Neo-Realismo Português*. Lisboa: Seara Nova, 1981. p.16

<sup>237</sup> LIMA, Manuel Campos. *Maria – Escada de Serviço*, Romance de Afonso Ribeiro. In: REIS, Carlos, op. cit. nota 4, p.188

<sup>238</sup> REIS, Carlos, op. cit., nota 238, p.68

novo modo de ver e pensar o mundo”.<sup>239</sup> Enfim, a caracterização do Neo-Realismo oscila entre escola literária, movimento literário ou ainda uma reunião de pessoas, ou seja, uma geração de literatos que tinha uma meta em comum. Para Ana Paula Ferreira, o Neo-Realismo é um “grito de alarme e combate perante uma situação histórica ameaçada” e, além disso, inscreve-se “na tendência mundial da arte revolucionária”.<sup>240</sup>

Saraiva e Lopes, historiadores da literatura portuguesa, entendem que o Neo-Realismo

apresenta como característica básica (e explícita no seu próprio nome, que se generaliza desde 1938) uma nova focagem da realidade portuguesa, de certo modo análoga à da Geração de 70<sup>241</sup>, mas que [...] critica o elitismo proudhoniano-anteriano<sup>242</sup> e dos democratas da *Seara Nova* dos anos 20, pois tem em vista a conscientização e dinamização de classes sociais mais amplas.<sup>243</sup>

Dessa maneira, o Neo-Realismo pode ser caracterizado como uma crítica da estrutura social portuguesa, o qual propõe uma postura de intervenção, tendo como meta a sua transformação, diferente então, como já referido, do movimento realista. Para os historiadores da literatura portuguesa, a prosa neo-realista realiza uma redescoberta da vida rural da população portuguesa, bem como a “decadência, proletarização de certa pequena burguesia”.<sup>244</sup> Segundo Heidrun Brückner, a estrutura social de Portugal é a grande explicação para a escolha dos personagens e temas das obras neo-realistas: “a estrutura social de Portugal, na primeira metade do nosso século, continua a ser marcada muito mais pelos trabalhadores agrícolas do que pelos artesãos e trabalhadores industriais, o que explica que o neo-realismo vá procurar preferencialmente os seus temas ao campo”.<sup>245</sup>

Na opinião de Egídio Namorado, o Neo-Realismo não apresentava uma receita para fazer literatura, mas se configurava como arma importante para a tomada de consciência do público leitor português. Para o autor, conforme o movimento

---

<sup>239</sup> FERREIRA, Ana Paula, op. cit., nota 234, p.11

<sup>240</sup> Id- *Ibidem*, p.11.

<sup>241</sup> “Geração de 70 é uma das plêiades intelectuais portuguesas de maior vulto na história da inteligência nacional. Dela fazem parte poetas, romancistas, críticos, historiadores, sociólogos, políticos, filósofos, homens das mais diversas origens e procedências, todos eles associados a um mesmo ideal, um ideal revolucionário então e ainda hoje: a integração de Portugal na cultura europeia”. Cf. SIMÕES, João Gaspar. *A geração de 70*. Editorial Inquérito Limitada: Lisboa, s/d., p.55

<sup>242</sup> Proudhon foi um crítico socialista que viveu de 1809 a 1865. O Humanismo Proudhoniano refere-se à possibilidade de empatia do homem, ou seja, a sua capacidade de se colocar no lugar do outro, de entender como sendo contra si próprio todas as injustiças e ofensas contra os seus semelhantes.

<sup>243</sup> SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, op. cit. nota 14, p.1032.

<sup>244</sup> Id- *Ibidem*, p.1036.

<sup>245</sup> BRÜCKNER, Heidrun. Os fundamentos materiais e intelectuais do neo-realismo-III. **Revista de Cultura e Arte Vértice**, vol.XXXVIII, n.398-399, p.474, jul.\ago. 1977.

pretendeu ser um movimento de consciencialização do fenómeno artístico que, partindo de uma teoria justa das ideologias, reflectisse com verdade a realidade nacional profunda, contribuísse pelos meios próprios da arte para a desmistificação das consciências, e, indirectamente, para a transformação da sociedade portuguesa. Não preconiza qualquer receita específica, qualquer maneira particular e necessária de construir um romance ou de escolher o seu tema, de pintar um quadro ou de realizar um poema.<sup>246</sup>

Logo, é possível afirmar que o Neo-Realismo surgiu como uma alternativa estética para o escritor ciente do seu papel na sociedade e angustiado com a falta de uma arte socialmente comprometida. Maria Luiza Ritzel Remédios sintetiza que

a geração que introduz o neo-realismo (1940) coloca-se a serviço da libertação e da igualdade concretas do homem, voltando-se para o futuro do grupo social e procurando responder com uma ideologia que possa superar o conformismo burguês do século XIX. Propunha, conseqüentemente, a literatura portuguesa dos anos 40 que a arte não era apenas um prazer estético, mas servia a um proveito essencial do homem, contribuindo para o desenvolvimento da consciência e melhoria da ordem social.<sup>247</sup>

Então, a arte neo-realista não se limitava apenas ao seu aspecto artístico, todavia apresentava uma preocupação política com os rumos da sociedade. No entendimento de Alexandre Pinheiro Torres<sup>248</sup>, para alguns defensores do Neo-Realismo, há uma certa incompatibilidade entre o binômio arte x engajamento. Segundo eles, o artista deve parecer um revolucionário, usando a arte como forma de empreender a sua revolução. No entanto, para outros teóricos, tal incompatibilidade não é verdadeira. Mando Martins, por exemplo, parece admitir a convivência do eu-social com eu-individual, porém o social predominando sobre o individual.

O movimento literário intitulado Neo-Realismo carrega consigo o espírito da revolução profetizado por Mário Sacramento.<sup>249</sup> Revolução porque num momento de crise, num país marcado pela ditadura, por uma realidade social que tornava seus cidadãos vítimas, principalmente aquela parcela mais humilde da população, coube ao Neo-Realismo tomar para si a possibilidade da mudança. Mudança, sim, porque a arte passou a ser um veículo da indignação de artistas, assim como uma forma de mobilização da sociedade. Para Mário

---

<sup>246</sup> NAMORADO, Egídio. Situação do Neo-Realismo em Portugal. **Revista de Cultura e Arte Vértice**, Lisboa, vol. XIX, n. 189, p.340, jun.1959.

<sup>247</sup> REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. *O romance português contemporâneo*. Santa Maria: Edições UFSM, 1986, p.14.

<sup>248</sup> TORRES, Alexandre Pinheiro. Da compatibilidade de (ou não) do Neo-Realismo com a Arte. In:\_\_\_\_\_. *O Neo-Realismo literário português*. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

<sup>249</sup> SACRAMENTO, Mário, op. cit. nota 19.

Sacramento, “o Neo-Realismo era a única expressão possível de ideários cuja realização pressupunha uma transformação social e política, e nela se empenhavam”.<sup>250</sup>

Em função dessa expectativa projetada no movimento, uma das grandes discussões dos artistas tinha como pauta a questão da arte.<sup>251</sup> Os excertos que abrem esse capítulo são de autoria do escritor neo-realista português Alves Redol e foram proferidos numa palestra intitulada *Arte*, em sua cidade natal, Vila Franca de Xira, Portugal. O discurso de Redol atesta sua preocupação com o real valor da arte, ou seja, se a produção artística deveria ultrapassar os limites do estético. De acordo com Alexandre Pinheiro Torres<sup>252</sup>, a conferência *Arte* foi uma das primeiras manifestações contra o Presencismo<sup>253</sup> e contra o seu dogma Arte-pela-Arte. Durante a Revolução Francesa, na célebre parada jacobina em *Champs du Mars*<sup>254</sup>, o criador literário passou a ser visto como subordinado a várias forças externas que o rodeavam, o que até então esse não entendia, pois imaginava-se não estar sujeito a nada. Assim, o seu trabalho de escritor passou a ser considerado como um produto das forças externas. Nesse sentido, o discurso de Alves Redol defendia que o artista não poderia querer um *status quo* que não fosse o de subalternidade em relação aos interesses da massa. Para Alves Redol, a arte-pela-arte é uma idéia extravagante, uma vez que a arte precisa ter alguma utilidade para a sociedade como um todo e deve contribuir para o desenvolvimento da consciência coletiva, melhorando dessa maneira a ordem social.

Dentre os simpatizantes do pensamento de Redol, encontra-se um grupo de escritores, inquietos por natureza, que se reuniam na já referida Vila Franca de Xira, para juntos acalmarem suas angústias culturais. Garcez da Silva assim explica: “Cremos que não será legítimo falar do Neo-Realismo alheando-nos à existência em Vila Franca de Xira, num período que preenche os derradeiros anos da década de 30 e os do início da de 40, de um grupo de jovens ligados entre si por uma inquietação comum”.<sup>255</sup> O grupo de escritores<sup>256</sup> começou a ser conhecido como o *Grupo Neo-Realista de Vila Franca de Xira* e teve naquela cidade o seu local de nascimento principalmente por ser a terra natal de um dos expoentes do Neo-Realismo português, Alves Redol.

---

<sup>250</sup> SACRAMENTO, Mário, op. cit. nota 19, p.21.

<sup>251</sup> Instaurava-se a discussão entre “Arte-pela-arte”, de Théophile Gautier e a “Arte útil”, de Pierre Proudhon, dominantes no princípio do século XX. A ruptura do ideário romântico positivista se deu em Portugal na década de 30 (verificar data) com a assimilação do marxismo. Fonte: Museu do Neo-Realismo.

<sup>252</sup> TORRES, Alexandre Pinheiro. *O Neo-Realismo literário português*. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

<sup>253</sup> O grupo da Presença que pretendia uma literatura e uma arte desvinculadas de qualquer carácter político, religioso. Cf. SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, op. cit. nota 14, p.1012.

<sup>254</sup> Tal parada alegorizava a posição secundária do indivíduo perante a massa.

<sup>255</sup> DA SILVA, Garcez, op. cit. nota 80, p.27.

<sup>256</sup> O grupo era formado por Alves Redol, Dias Lourenço, Garcez da Silva, Bona da Silva, Mario Rodrigues Faria, Arquimedes da Silva Santos, Carlos Rodrigues Pato. Cf. Id- *Ibidem*, p. 105.

Alfredo Margarido observa que a origem dos escritores neo-realistas esteve ligada basicamente à classe média, ou seja,

o recrutamento do pessoal do neo-realismo se realiza essencialmente na pequena e média burguesias, raramente na grande burguesia ou na aristocracia. Por vezes, o recrutamento efectua-se entre autores provindos dos meios camponeses ou proprietários, mas a própria actividade intelectual força-os a integrar-se no quadro dos valores da pequena ou da média burguesia.<sup>257</sup>

Mário Dionísio, ao analisar a sua condição de intelectual neo-realista, comenta que: “Aderimos à luta de outra classe, mas era uma adesão de tipo sentimental, intelectual, que não impedia que mantivéssemos as limitações da classe a que pertencíamos”.<sup>258</sup> A formação do Grupo data de 1937 e, segundo seu historiador, Garcez da Silva, seus integrantes eram todos escritores, autodidatas, “uns por falta de recursos ou por condições de vida profissional, ficaram no ensino técnico secundário; outros [...] encontravam um ensino que à sua inquietude e inteligência se revelava condicionado por diretrizes emolientes, entorpecedoras”.<sup>259</sup> Por sua vez, Margarido argumenta que

as tarefas teóricas couberam quase inteiramente aos universitários, alguns dos quais não são criadores (Álvaro Salema, Jofre Amaral Nogueira, Rodrigo Soares [ou seja, Fernando Pinto Loureiro], Armando Bacelar [que também assina Carlos Relvas], Álvaro Cunhal, etc.), enquanto outros também são criadores (Mario Dionísio, Joaquim Namorado, Mario Sacramento, etc.).<sup>260</sup>

O crítico observa ainda que é importante buscar a origem dos escritores neo-realistas, pois essa explica, de certa forma, a diferença e a falta de profundidade e de reflexão de algumas obras. Conforme o autor, essa questão é importante porque “ela pode ajudar-nos a compreender a enorme fragilidade tanto ideológica como simplesmente técnica de um número considerável de obras neo-realistas.”<sup>261</sup>

Todavia, nem todos os escritores neo-realistas tinham formação universitária, como enumera Joaquim Namorado: “O Redol, o Soeiro Pereira Gomes, o Manuel do Nascimento, o Afonso Ribeiro não têm formação universitária.” Tal característica fez o Neo-Realismo ser o

---

<sup>257</sup> MARGARIDO, Alfredo. A origem social dos escritores do Neo-Realismo. **Diário Popular**. 1/03/1979. *Gazeta Literária*. p. IV e V.

<sup>258</sup> Entrevista concedida a Augusto Seabra, intitulada “Mario Dionísio: Fui sempre anti-stalinista. In: **Expresso**, Sábado, 24 de Abril de 1982. p.21-R.

<sup>259</sup> DA SILVA, Garcez da, op. cit. nota 80, p.106.

<sup>260</sup> MARGARIDO, Alfredo, op. cit. nota 257, p. V

<sup>261</sup> Id- *Ibidem*, p.V

primeiro grande movimento cultural português no qual a cultura universitária não foi predominante.<sup>262</sup>

Porém, independente de sua formação, esses escritores tinham em comum a meta de fazer uma literatura que contrariasse o famoso *arte-pela-arte*. Eles queriam e valorizavam a temática social. Portanto, a produção cultural desse grupo de escritores, ansiosos por mudança, tinha como principal desejo olhar a realidade social de seu país a partir de um caráter inquisidor. O objetivo seria atingido com a tomada de consciência do público que, diante das esclarecedoras páginas das obras dos autores do grupo, sentir-se-ia motivado a abandonar sua passividade e letargia, provocando uma revolução. De acordo com Eduardo de Prado Coelho,

o próprio de toda arte, diz-nos Prado Coelho, é promover uma incursão do reino da liberdade (o pólo da plenitude) no reino da necessidade (o pólo da escassez). Ora, toda arte vive, por conseguinte, da impossibilidade do seu desejo. Ela é na prática aquilo que sabe impossível na teoria. Caso se realizasse a utopia, isto é, caso o reino da liberdade destruísse o da necessidade, a arte perderia sua função, pois que seu desejo coincidiria com a ludicidade gratuita própria da plenitude do reino da liberdade.<sup>263</sup>

Como já referido, o Neo-Realismo surgiu como repúdio estético às manifestações literárias que então vigoravam, principalmente a revista literária *Presença*, que se caracterizava pela total exclusão da questão social e do posicionamento crítico do escritor diante da realidade que o cercava. Segundo Carlos Reis, a renovação de ideários proposta pelo Neo-Realismo não poderia evitar o confronto com a *Presença*, uma vez que essa se proclamava “herdeira do modernismo e simultaneamente divulgadora de correntes e escritores e correntes de pensamento, disciplinas científicas e formas de expressão artística pouco valorizadas entre nós (Proust, Valéry e Gide, entre outros; o intuicionismo, a psicanálise e o cinema)[...].”<sup>264</sup>

O panorama mundial, no momento do surgimento do Neo-Realismo, caracterizava-se por crises de ordem política, econômica, social, tendo em sua origem acontecimentos sociais e econômicos que foram responsáveis pela desestabilização da sociedade mundial, tais como a crise capitalista, a queda da bolsa de Nova Iorque, a Guerra Civil Espanhola, o *New Deal*, que acabou por se tornar o estopim para a Segunda Grande Guerra. O Neo-Realismo surgiu em meio a esse caos social, tendo se desenvolvido principalmente no Romance. Seus autores

---

<sup>262</sup> NAMORADO, Joaquim, op. cit. nota 233, p.22-R

<sup>263</sup> COELHO, Eduardo Prado. *O reino flutuante: exercícios sobre a razão e o discurso*. Lisboa: Edições 70, 1972. p.45

<sup>264</sup> REIS, Carlos, op. cit. nota 236, p.19

foram diretamente influenciados pela literatura norte-americana da época e pelos escritores regionalistas do Nordeste Brasileiro (Jorge Amado, Raquel de Queirós, José Lins do Rego, Graciliano Ramos etc.), que igualmente elevaram à condição de personagens principais de suas tramas os trabalhadores pobres, os camponeses e os operários. Alexandre Pinheiro Torres comenta, inclusive, que sem o Romance de 30 dificilmente teria havido o Neo-Realismo português. Tal escritor ratifica essa influência quando afirma que “as primeiras obras neo-realistas nacionais, especialmente as de Alves Redol e as de Soeiro Pereira Gomes, vêm já, de algum modo, impregnadas da patética dramaticidade que caracteriza o autor de *Mar Morto*. Quem é que, ao ler *Esteiros*, de Pereira Gomes, não se lembrou dos *Capitães de Areia* [...]”.<sup>265</sup>

Os autores neo-realistas demonstravam preocupação com os rumos que a sociedade portuguesa estava tomando e isso acontecia porque eram indivíduos cômicos do mundo a sua volta. Carlos Reis explica que os escritores neo-realistas são

muito sensíveis a fenómenos de três naturezas distintas, embora interligados: crise económica do final dos anos 20, sobretudo impressiva pelas seqüelas sociais que se lhe seguiram nos anos 30 (desemprego, fome e alargamentos políticos-ideológicos como a difusão e implantação de regimes totalitários (nazismo na Alemanha, fascismo na Itália, franquismo na Espanha e salazarismo em Portugal)); deflagração da Segunda Guerra Mundial, em grande parte explicada pelas tendências hegemónicas e imperialistas das potências do Eixo.<sup>266</sup>

A interpretação marxista do mundo encontra eco na abordagem literária do Neo-Realismo, uma vez que a discussão sobre a consciência e a luta de classes é abordada pelo narrador das obras. A separação entre classes, como patrão x empregado, por exemplo, é facilmente percebida nesse tipo de abordagem. A preocupação dos escritores portugueses era colocar como personagens de seus romances figuras reais encontradas na realidade portuguesa. Eles queriam fazer literatura com heróis não-fabricados, com os humildes, os injustiçados, os marginais. O que difere, portanto, do forte apelo ideológico que os romances neo-realistas da primeira fase, principalmente, encerram.

No seu texto *Do problema de atribuir fases ao Neo-Realismo*<sup>267</sup>, o autor ratifica que a primeira fase do Neo-Realismo compreende os anos de 1930 a 1950; a segunda fase caracteriza-se como o período no qual os autores estavam livres do furor ideológico que motivou seus antecessores. Essa fase se caracterizava pela preocupação com a valorização da

---

<sup>265</sup> TORRES, Alexandre Pinheiro, op. cit. nota 54, p.200

<sup>266</sup> REIS, Carlos, op. cit. nota 238, p.24-25

<sup>267</sup> TORRES, Alexandre Pinheiro. *O movimento neo-realista em Portugal na sua primeira fase*. Lisboa: Bertrand, 1977. p.10-20

sua obra de arte, o “primado do estético”. Seria a fase adulta da produção neo-realista. Apesar da incontestável maturidade, o tom ideológico não perdeu lugar na segunda fase.<sup>268</sup>

Para Vilson Brunel Meller, os primeiros romances neo-realistas eram profundamente ideológicos, então é “oportuno lembrar que a maioria das obras neo-realistas (principalmente as da 1ª fase) eram concebidas, via de regra, dentro de um rançoso maniqueísmo onde o servo era sempre um homem perfeito, quase um santo e o patrão sempre um mau caráter, o vilão da história”.<sup>269</sup> Nesses romances, fica bem clara a separação entre patrões e empregados, evidenciando a intenção dos escritores em colocar dramas reais como personagens de seus romances, ou seja, os próprios trabalhadores, aqueles que, de fato, sofriam com o que lhes era imposto.

Pinheiro Torres demonstra certo receio em estabelecer uma divisão didática da produção neo-realista em fases, uma vez que tal procedimento requer uma conduta disciplinadora e estanque, pois colocaria o ponto final em determinada fase.

Devemos dizer que o nosso acordo quanto à possibilidade de lhe atribuir *fases* (ou a data de 1950 para limite da “primeira”) é menos que absoluto. Podemos aceitá-las apenas de um ponto de vista estritamente escolar, mas, como adiante se verá, nada há na tal *evolução* do Neo-Realismo que já não estivesse contido na teorização e prática neo-realistas da Primeira Fase. Afirmamos, pois, que a natural evolução do Neo-Realismo, a sua fase adulta (digamos assim), não se fez à custa de quaisquer novos pressupostos ideológicos – hipótese impensável e de rejeitar por não resistir a qualquer análise séria – nem se fez sequer à custa de uma atitude *estética* totalmente *nova*, nem até de menor *intenção* polémica ou doutrinária.<sup>270</sup>

Num primeiro olhar, é possível constatar que os críticos procuram estabelecer uma distinção entre as duas primeiras fases, atribuindo para isso um critério estético. Porém, Mário Dionísio não concorda com os ditos detratores do Neo-Realismo que afirmam haver um lacuna de criatividade entre os escritores da primeira e da segunda fase. Esse autor afirma sim que há um afastamento por parte dos romancistas de 2ª fase do Neo-Realismo, como se os segundos, ao serem comparados com os primeiros, estivessem fazendo um outro tipo de literatura.

Quem entende um afastamento entende que só se poderia considerar obra neo-realista “aquela que fosse exemplo inequívoco e insofismável de exibição bem explícita dos tais ‘dogmas’ ou ‘receitas’ e que sobretudo enfermasse bem claramente de ‘primarismo de visão’

---

<sup>268</sup> TORRES, Alexandre Pinheiro, op. cit. nota 267, p. 10-11.

<sup>269</sup> MELLER, Vilson Brunel. *O Neo-realismo literário português: Barranco dos cegos*, de Alves Redol. Coimbra, 1991, p.136.

<sup>270</sup> TORRES, Alexandre Pinheiro, op. cit. nota 267, p.10-11

[...] Logo que o escritor, por virtude do seu talento, ultrapassasse estas limitações, afastava-se do Neo-Realismo”.<sup>271</sup> Já Alexandre Pinheiro Torres entende que há uma primeira fase

e podemos aceitar apenas provisoriamente que a há – ela só pode ser definida em função de uma certa ênfase dada ao assunto e à brutalidade de o transmitir na sua nudez e imediatismo, por um certo número de figuras eminentes do Movimento, como o fez polémica e doutrinariamente Alves Redol.<sup>272</sup>

A importância do escritor, ainda de acordo com o autor Mário Braga, é indiscutível, pois ele “[...] deve colaborar, graças ao poder da arte e da verdade, na libertação económica e cultural das classes mais alienadas, contribuindo assim para que o homem se transforme simultaneamente em sujeito e objecto do devir histórico, se unifique”.<sup>273</sup>

Dentre os vários escritores da história do Neo-Realismo, Alves Redol merece destaque. Escreveu em 1939 o romance *Gaibéus*, buscando retratar a vida de seus conterrâneos do Ribatejo. Esse romance foi o primeiro a enquadrar-se numa tendência de orientação marxista, que tinha como meta fazer uso da ficção para promover denúncia social, além de representar uma profunda reflexão do autor sobre o real papel da arte dentro de uma sociedade. Para Armando Bacelar, o romance redoliano “marca na literatura de ficção do nosso país um ponto de viragem: é o primeiro romance de massas”.<sup>274</sup>

Com o intuito de situar o movimento neo-realista dentro de seu próprio tempo e entendê-lo a partir disso, optou-se por realizar uma breve recuperação dos acontecimentos literários que o antecederam. Ao se discorrer sobre tal percurso não pretende, no entanto, empreender um painel histórico e sim dimensionar alguns elementos que certamente contribuíram para o nascimento do movimento tal como foi conhecido.

## 2.1 PERCURSO LITERÁRIO

Estabelecer uma data limítrofe para início ou fim de qualquer movimento ou escola literária é uma postura arbitrária tanto quanto apontar obras ou escritores como precursores

---

<sup>271</sup> TORRES, Alexandre Pinheiro, op. cit. nota 267, p.10-11

<sup>272</sup> Id- *Ibidem*, p.12.

<sup>273</sup> BRAGA, Mário. O Neo-Realismo não é uma corrente literária. **Jornal de Letras e Artes**, Lisboa, 27 de dezembro de 1961. p.6

<sup>274</sup> BACELAR, Armando. *Gaibéus*. **Revista de Cultura e Arte Vértice**, Lisboa, vol. 4, n.52, p.538-9, nov.\dez. 1947.

deste ou daquele movimento. O início e término de qualquer evento literário só pode ser definido a partir do conhecimento dos critérios de análise que serão elencados para empreender tal comparação. Se por um lado é problemático nomear precursores, deixar de fazê-lo também o é; por isso pensa-se em organizar, nessa parte do trabalho, uma recuperação de obras, escritores e movimentos literários que contribuíram para o surgimento do Neo-Realismo em Portugal.

Considera-se geralmente que as primeiras manifestações da produção neo-realista datam de 1938, com os poemas de *Sinal de Alarme*, de António Ramos de Almeida e os contos de *Ilusão na Morte*, de Afonso Ribeiro. As criações estéticas inaugurais do Neo-Realismo, tanto na poesia como na prosa de ficção, surgiram em periódicos que veicularam o aparecimento do novo movimento cultural: *Sol Nascente* (Porto), *O Diabo* (Lisboa) e *Altitude* (Coimbra).<sup>275</sup>

Para o crítico Alexandre Pinheiro Torres<sup>276</sup>, Aquilino Ribeiro, escritor português cuja produção iniciou em 1913, com *Jardim das Tormentas*, é um dos precursores do Neo-Realismo, cuja obra caracteriza-se por apresentar um traço de união entre o Realismo-Naturalismo e o Neo-Realismo. Para Saraiva e Lopes, este escritor tem uma carreira literária que “mobiliza uma rica experiência em meios humanos nacionais”.<sup>277</sup> Além disso, a obra de Aquilino é marcada por temas dominantes, dos quais se destaca: “a luta da ladinice pícara, por parte de camponeses, almocreves, e outros tipos esmagados pela pirâmide social, contra todas as opressões que lhes tolhem os impulsos vitais”.<sup>278</sup>

Alexandre Pinheiro Torres argumenta que, tendo chegado a Paris em meio a controvérsias, ou seja, em meio a disputas entre idealismo x materialismo, Aquilino não se apegou à Bergson, ou seja, à linha ideológica do anti-racionalismo, da intuição, já que a vanguarda literária determinava o que deveria ser considerado romance.

Entendia-se que os livros de Aquilino talvez não viessem lastrados ou enchumados de exaustivas análises psicológicas das personagens, que não pagavam tributo suficiente ao estudo do *mundo interior*, limitando-se a um belo descritivo exterior sem profundidade. Os livros de Aquilino não seriam então *romances*. Ele não seria romancista, mas prosador.<sup>279</sup>

---

<sup>275</sup> Informação obtida na exposição *Entre a Realidade e a Utopia – O Movimento Neo-Realista*, Museu do Neo-Realismo, situado em Vila Franca de Xira, Portugal, visitado em Novembro de 2006.

<sup>276</sup> TORRES, Alexandre Pinheiro. Aquilino Ribeiro como traço de união entre o realismo-naturalismo e o neo-realismo: a sua reação contra o Bergsonismo. In: \_\_\_\_\_. op. cit. nota 267, p.193

<sup>277</sup> SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, op. cit. nota 14, p.972.

<sup>278</sup> Id-Ibidem, p.973.

<sup>279</sup> TORRES, Alexandre Pinheiro, op. cit. nota 267, p.191.

O elo que une o autor de *Terras do Demo* ao Neo-Realismo é essa similaridade com o Realismo-Naturalismo do século XX. Para Pinheiro Torres, o objetivo ao qual as obras de Aquilino se destinam é: “o neo-realismo das gerações de 1940 e gerações seguintes. Aquilino é, na verdade, quem assegura, nas primeiras décadas deste século, da forma mais inequívoca e viril, a continuidade da tradição da literatura realista em Portugal”.<sup>280</sup>

Ainda na esteira dos precursores do Neo-Realismo, Alexandre Pinheiro Torres cita uma série de revistas e periódicos. Um dos veículos que se destacou, e se sobressai, na vida literária portuguesa, é a revista *Vértice*.<sup>281</sup> Sua fundação data dos anos 40, inaugurada por Raúl Gomes com a colaboração de Eduardo Lourenço. De acordo com Pinheiro Torres, tais publicações prepararam o terreno ideológico para o surto do Neo-Realismo, sendo elas

órgãos que, não por acaso, surgiram logo a seguir ao Congresso do Partido Comunista realizado em Moscovo em 1934 (Gleba, Lisboa, Outro Ritmo, Porto, Agora, Coimbra, etc.) há a destacar, da revista *Gládio*, cujo primeiro número se publicou em 31/01/35, um artigo de Álvaro Salema, “O anti-burguesismo da Cultura Nova”, em que se censura toda a revolta que seja “uma singela atitude intelectual de espírito inconformado perante uma sociedade diferente.”<sup>282</sup>

Antes disso, é preciso lembrar os autores que privilegiaram o aspecto social em suas obras. Dentre eles, está Ferreira de Castro, o qual escreveu *A Selva*, romance que retrata sua vida no Brasil. Segundo Garcez da Silva,

na obra de Ferreira de Castro já preponderava o interesse por valores da natureza humana e também se esboçava uma abordagem franca aos mais dolorosos desconcertos sociais. Este fato levava, até, precipitadamente, a considerá-lo incurso no movimento neo-realista, quando não era mais que um precursor deste movimento.<sup>283</sup>

Além de Ferreira de Castro, o nome de Assis Esperança, com *O Dilúvio*, também deve ser citado. Suas obras foram publicadas em 1932. Conforme José Rodrigues de Paiva, ele

---

<sup>280</sup> TORRES, Alexandre Pinheiro, op. cit. nota 267, p.193.

<sup>281</sup> Raúl Gomes fundou a revista em 1940, contando com a colaboração de Eduardo Lourenço. Juntos publicaram um número com apenas três páginas para garantir o título, pois os autores sabiam que naqueles anos de efervescência cultural era muito importante ter um veículo de divulgação de idéias. *Vértice* foi passada às mãos do grupo neo-realista coimbrão porque houve uma necessidade de recuperar o capital inicialmente investido em sua publicação. Cf: LOURENÇO, Eduardo. Como vivi a (pequena) história do neo-realismo. **Expresso**, Lisboa, 22 de maio de 1982. Ideias Actual. p.27-R.

<sup>282</sup> TORRES, Alexandre Pinheiro, op. cit. nota 54, p.33.

<sup>283</sup> DA SILVA, Garcez da, op. cit. nota 80, p.107.

já descrevia os dramas e o sofrimento dos trabalhadores temporários das semeaduras de trigo do Alentejo. Este seria o tema e o cenário típicos do Neo-Realismo, definitivamente inaugurado como movimento de características delineadas em 1940, com a publicação de primeiro romance neo-realista, *Gaibéus* de Alves Redol.<sup>284</sup>

O Romantismo - primeira estética literária a colocar o coletivo em suas páginas – privilegiava a questão subjetiva do indivíduo. Entretanto, um de seus maiores vultos, Camilo Castelo Branco, discutiu em sua obra, particularmente *Novelas do Minho*<sup>285</sup> a sociedade portuguesa do século XIX, uma clara adesão ao Realismo. Em função disso, para o crítico Mario Dionísio esse romancista é o precursor do Neo-Realismo em Portugal. Em seu texto, *Novelas do Minho*, Camilo faz a “apresentação de uma realidade rural, enquadrada num período histórico específico e povoado de tipos característicos cujas falas, crenças e relações interpessoais se revelam determinadas em grande parte pela classe socioeconômica a que estão ligadas”<sup>286</sup>. Percebe-se, na obra do romancista, uma simpatia pelo povo que é a parcela menos favorecida da população, simpatia essa que resultou numa obra marcada por pormenores de preconceito de classe. Acrescenta-se que a produção desse romancista não deve ser desvinculada de sua própria realidade como ser humano, uma vez que o escritor trazia em sua genética uma disputa de classes. Seus pais pertenciam a segmentos sociais distintos: o pai tinha posses, afinal era um Castelo Branco, e sua mãe era de origem humilde. Tal distinção representou na certidão de nascimento do escritor o item “filho de mãe desconhecida”. Isso ocorreu porque tanto seu pai quanto sua avó não queriam que seu sobrenome estivesse ligado ao de uma pessoa de classe social inferior. Ana Paula Ferreira analisa essa questão como um aspecto positivo, uma vez que a realidade familiar do escritor possibilitou uma criação literária ímpar.

A identificação direta do escritor com os problemas e com as aspirações das grandes massas trabalhadoras determina, em cada uma das épocas em que entra em vigor o conceito utilitário da arte, a maneira como a realidade é representada literariamente. Se a obra pretende ser grito de revolta, deve evocar a expressão concreta com a qual se insurge. A tendência para “tudo dizer” (vinda de Rousseau e de Sade) leva o escritor a intensificar o mal que quer combater, recorrendo para esse fim, ao esquematismo, ao maniqueísmo e ao exagero sentimental.<sup>287</sup>

---

<sup>284</sup> PAIVA, José Rodrigues de. *As surpresas do mágico & outros ensaios*. Recife: Encontro, 1985, p. 71.

<sup>285</sup> *As Novelas do Minho*, pequenas novelas ou contos, foram publicadas em folhetim durante 1875 e 1877, “assinalam uma acentuada transformação na maneira camiliana de construir a ficção novelesca”. Cf: SARAIVA, António e LOPES, Óscar, op. cit. nota 14, p. 786.

<sup>286</sup> FERREIRA, Ana Paula, op. cit. nota 234, p.31.

<sup>287</sup> Id- *Ibidem*, p.66

Se para Ana Paula Ferreira a identificação do escritor com as camadas menos favorecidas é considerada como um aspecto positivo, para outros críticos é um problema. João Gaspar Simões, por exemplo, entendia que tal identificação do romancista se tornou prejudicial ao resultado final da obra, pois Camilo não privilegiou uma temática universal, fato esse exemplarmente realizado por Eça de Queirós, o que acaba por colocar o romancista num patamar menor dentro do panorama literário mundial.<sup>288</sup> Sabe-se que a temática abordada por Camilo tem no povo o seu principal foco e, conseqüentemente, tem como centro a miséria humana, o que é universal portanto.

Para Ana Paula Ferreira, ele trouxe o povo rural às páginas literárias, “identificando-se totalmente com o material focado [...]. Até os conflitos sociais, factor supostamente “revolucionário” do Neo-Realismo, se encontram presentes na obra do Mestre do romance português: “[...] o romance, antes de pintar almas, pinta homens e conflitos.”<sup>289</sup> Enfim, é possível relacionar Camilo Castelo Branco com o ideário neo-realista porque o romancista abordou questões e homens sociais em sua obra.

A *Revista Literária Presença* surgiu em 1927 e sobreviveu até 1947. Conforme se sabe, o ideário dessa revista era a busca por uma literatura subjetiva e o incentivo à produção da arte voltada à arte, ou seja, arte-pela-arte. Apesar dessa preocupação, notadamente diferente a do Neo-Realismo, Fernando Guimarães afirma ser um equívoco colocar em pólos opostos o movimento da *Presença* e o Neo-Realismo, uma vez que ambos coadunam em alguns pontos. Para Fernando Guimarães, há, na teoria do Neo-Realismo

como em todas as teorias dos movimentos artísticos emergentes, uma defesa e apologia do que surge e um ataque ao que se pretende ultrapassar – para o caso, a *Presença*. Como é também de regra, os pontos justos e os injustos enredam-se à defesa, como ao ataque. Muito do que o Neo-Realismo quis fazer, a *Presença* jamais o excluiu das possibilidades do seu próprio programa.<sup>290</sup>

Adolfo Casais Monteiro, um dos diretores da revista *Presença*, em seu livro *O que foi e o que não foi o movimento da Presença*, contesta o caráter parasitário que alguns pensadores queriam creditar ao ideário da revista. Nessa obra póstuma, o crítico manifesta o seu

---

<sup>288</sup> Ana Paula Ferreira analisa que, para alguns, “como João Gaspar Simões, o erro de Camilo Castelo Branco radica na identificação total que o escritor mantém com a matéria narrada, com o povo de que se ocupa. Por esse motivo, nunca chega a criar obras de interesse universal, como os romances de Eça. Mas o seu erro é também a sua glória enquanto romancista nacional, precursor do romance moderno português”. FERREIRA, Ana Paula, op. cit. nota 234, p.29

<sup>289</sup> Id- *Ibidem*, p.29.

<sup>290</sup> GUIMARÃES, Fernando. Um arsenal de esperança. In: *Poesia portuguesa: do “Orpheu” ao Neo-Realismo*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1986, p.91-2.

desagrado com os equívocos que estavam surgindo em função do pensamento que norteava a revista. Esse pensamento teve a aprovação de J. B. Martinho, para quem a “*Presença* se encontrava empenhada na novidade e um anseio de mudança caracteristicamente a move, afirmando-se contra a literatura oficial, a literatura livresca.”<sup>291</sup>

Casais Monteiro - cuja discordância com João Gaspar Simões motivou o final da publicação da *Presença* – viu a revista ser acusada por Ramos de Almeida de que a revista representava uma ‘desumanização da figura humana’. A crítica de Ramos de Almeida fundamentava-se na observação de que sua produção não salientava as questões humanas propriamente ditas. Para o crítico a revista tratava de arte e de literatura, e não lhes cabia provar que ela combatia sim a desumanização da arte em suas páginas. Ele entendia que

o que nunca fizemos foi ‘vender’ o homem a determinadas e lamentáveis fraquezas da humanidade, como seja o hábito de só se achar humanas aquelas obras de arte que servem directamente determinados aspectos da evolução das sociedades. Ora aqui não se servem causas: faz-se e trata-se de literatura e de arte. E achamo-nos no direito de pensar que, tal como somos, estamos afinal de contas muito mais nesse “momento” e nessa “angústia” de que fala R. de A., do que todos aqueles que de tão humanos nem lhes chega o tempo para se darem conta de que eles julgam.<sup>292</sup>

Em verdade, o que o crítico Fernando Guimarães demonstra é que a literatura realizada pela *Presença* procurava valorizar o aspecto estético da obra de arte, sem desconsiderar a condição humana. Guimarães ainda argumenta que José Régio se repetia quando dizia que “a literatura de intervenção social não era incompatível com os ideários da *Presença*, desde que a literatura se não transformasse em *mero pretexto* para outros fins.”<sup>293</sup> Enquanto, para os presencistas, “o artista era livre de tudo, menos de desobedecer à sua ‘voz profunda’”<sup>294</sup>, para certos neo-realistas, “a vocação interna podia ser sacrificada à ideologia do momento e aos problemas do ‘homem mais geral’.”<sup>295</sup>

Como se vê, a disputa entre presencistas e neo-realistas se deu em função do tipo diferente de literatura que os dois grupos queriam fazer. Enquanto os presencistas optaram por uma criação artística desprovida de apelo social, valorizaram-na e defendiam a livre expressão artística do homem, os neo-realistas objetivavam uma literatura de cunho social. A *Presença* defendia a livre expressão artística do homem, “nos anos 30. No fim deles, o movimento neo-

---

<sup>291</sup> MONTEIRO, Adolfo Casais. *O que foi e o que não foi o movimento da Presença*. Prefácio de J. B. Martinho, p. 11.

<sup>292</sup> Id- *Ibidem*, p. 31

<sup>293</sup> GUIMARÃES, Fernando, op. cit. nota 290, p.99.

<sup>294</sup> LISBOA, Eugénio. *Poesia Portuguesa: do “Orpheu” ao Neo-Realismo*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1986, p. 99.

<sup>295</sup> Id- *Ibidem*, p. 99

realista atacou a presença, em nome do comprometimento político-social que a presença aliás não renegara, uma vez que o comprometimento é parte da liberdade do homem.”<sup>296</sup>

Porém, para Jorge de Sena tal discordância é questionável, uma vez que os neo-realistas formavam um grupo de escritores que havia se alimentado do Presencismo, assim como do Orphismo, uma vez que eram ávidos da leitura de Pessoa, Sá Carneiro e Almada Negreiros. A dificuldade em encontrar esses autores e suas publicações fazia-os empreenderem grande busca por essas obras.

É que, na verdade, para as gerações seguintes à Presença o que a Presença não nos revelara tinha de ser dificilmente buscado: e Sá-Carneiro só apareceu (editado pela Presença) no fim dos anos 30, como Pessoa na antologia de Casais Monteiro em 1942, quando muito neo-realismo punha em causa não só a presença mas, por suspeição contra a Vanguarda e contra o reacionarismo (suspeição de raiz puramente *jdánovista*, segundo a definição recente do “realismo socialista”), o próprio Orpheu. Por isso, se nos anos 40, todos pudemos redescobrir Orpheu, opormo-nos a um conceito estrito de comprometimento político (sendo que este interessava a quase todos nós), e mesmo ampliar os horizontes internacionais que Orpheu propusera nas suas próprias individualidades da proa, cumpre-nos reconhecer que o devemos àquela liberdade algo esteticista proclamada e defendida pela presença.<sup>297</sup>

Jorge de Sena questiona ainda a unidade do grupo neo-realista, visto que, conforme para ele, os escritores estavam unidos apenas em função do desejo de mudança.

De um ponto de vista de estética literária, o denominador comum de todo esse grupo – se verdadeiramente podemos falar em grupo, sem conotações específicas que adiante faremos – era bastante estreito, já que muitos dos elementos que tinham em comum eram laços afetivos, um vago desejo de renovação, a admiração por diversos setores (nem sempre os mesmos) do vanguardismo europeu, um gosto pelas liberdades formais do modernismo sobretudo francês (já que as literaturas anglo-saxônicas, ou a italiana, ou a alemã, eram deficientemente conhecidas ou ignoradas, salvo o pouco através da França), e certo humanismo literário, em que Bérqson, Freud, Guide, etc..., se davam as mãos para a justificação de um interesse pelo “Homem” genérico e pela personalidade, em detrimento de uma consciencialização artística, ou de uma aprofundada base cultural que transcendesse a literatura.<sup>298</sup>

A discussão foi longa e pautada por injúrias e ofensas múltiplas e recíprocas. Mas, como sentencia Eugénio Lisboa, a disputa entre presencistas e neo-realistas teve muito de “um desperdício que um pouco mais de serenidade e um pouco menos de ideologia teriam

---

<sup>296</sup> SENA, Jorge de. *Régio, Casais, a “presença” e outros afins*. Lisboa: Brasília Editora, 1977, p.31.

<sup>297</sup> Id- *Ibidem*, p. 31.

<sup>298</sup> Id- *Ibidem*, p.60.

evitado.<sup>299</sup> O fato é que o panorama literário anterior a essa mudança de postura artística era caracterizado pela literatura especificamente de cunho artístico.

A geração de 70, cujas maiores figuras foram Eça de Queiroz, Camilo Castelo Branco e Antero de Quental, recebeu grandes críticas por parte dos defensores de uma literatura com objetivos sociais mais definidos, uma vez que foi contra a revolução do proletariado e concorda com a geração de 70 antimarxista e anticomunista.<sup>300</sup> A geração de 70, cujo pensador que norteava seu ideário foi o filósofo francês Proudhon, entendia que a revolução era um aspecto natural para o qual se encaminhava a grande massa. Ela acreditava sobretudo no transformismo e no evolucionismo, abusando de preceitos biológicos que tencionavam provar que a sociedade era um organismo vivo, sendo, portanto, suscetível à mudança, não carecendo da interferência do homem.

Como todo movimento bastante marcado ideologicamente, o Neo-Realismo recebeu muitas críticas. Para uns, representava apenas um prolongamento do Realismo; para outros, era uma continuação do Naturalismo, segundo Alexandre Pinheiro Torres, o Neo-Realismo “continuará a revolução copernicana do Naturalismo. Mas não irá limitar-se à objectividade ou ao objectivismo, ou à impessoalidade desarmada de uma interpretação científica do Homem ou da Sociedade.”<sup>301</sup> Enquanto o Naturalismo considerava o homem como um produto biofisiológico do ambiente no qual está inserido, o Neo-Realismo tomará para si a tarefa de explicá-lo como “um produto das forças sociais, políticas e econômicas no contexto de uma Sociedade em permanente evolução.”<sup>302</sup>

## 2.2 POLÊMICA NEO-REALISTA

Após toda a renovação literária que com seu ‘nascimento’ sugeriu, nos meados dos anos 50, as discussões em torno do Neo-Realismo passaram a ter o tom de uma crise. Se, para alguns, os novos rumos que o movimento tomava apontavam para o seu esgotamento, para outros era sinal de uma adequação às novas realidades e necessidades. De acordo com Fernando Namora, Vergílio Ferreira e José Cardoso Pires – escritores então da 2ª fase do movimento - a possibilidade de uma estagnação não ocorria. O que estava acontecendo era

---

<sup>299</sup> LISBOA, Eugénio, op. cit nota 294, p.92.

<sup>300</sup> TORRES, Alexandre Pinheiro. *Repensar (em 1976) o Neo-Realismo*. In: \_\_\_\_\_, op. cit. nota 252, p.11.

<sup>301</sup> Id- *Ibidem*, p.30

<sup>302</sup> Id- *Ibidem*, p.30

um amadurecimento, uma vez que tais mudanças indicavam somente uma maior adequação ou mesmo sofisticação de suas proposições diante das novas configurações estético-filosóficas que as décadas posteriores impunham.<sup>303</sup>

Em 1961, Fernando Namora assim se pronunciou a respeito do Neo-Realismo:

O problema dominante, ao falar-se do neo-realismo entre nós, depois de assistirmos à sua jornada de mais de vinte anos, assenta, quanto a mim, na escolha entre duas atitudes: ou considerar aquele movimento confinado à sua primeira fase (e ainda às obras que lhe permanecem fiéis), convencionalmente personificada por uma arte comprometida e reivindicadora, [...] – ou situar-se esse período, literariamente linear, como etapa num movimento que exigia como ponto de partida, e pelo atalho mais curto, a intervenção intelectual nas aspirações gregárias, à qual se seguiria um previsto e inevitável aprofundamento de perspectivas.<sup>304</sup>

Para o autor, optando-se pela segunda interpretação, aceita-se a evolução “verificada nos escritores neo-realistas não como infidelidade ao movimento”, porém como uma evidência de que esse era demasiado estreito no sentido de nele não caberem as mentes mais inquietas e, por que não, as mais talentosas, “mas como sintoma de amadurecimento, pelo qual, aliás, o escritor cumpriria com mais eficácia as suas responsabilidades, ao mesmo tempo que se realizaria plenamente como artista.”<sup>305</sup>

Na opinião de Mario Braga, ganhador do prêmio Ricardo Malheiros com a obra *O Livro das Sombras*, não é correto falar em superação. O autor argumenta que o Neo-Realismo não é uma escola nem tão pouco uma corrente literária, e sim corresponde, “no plano da arte, a uma interpretação dialética do mundo e da vida, a qual se radica na permanente atualização, no progresso do homem e da realidade onde este se integra.” O escritor observa igualmente que:

Por má fé ou ignorância, tal evolução tem sido confundida algumas vezes com uma pseudo-superação do movimento, idéia que lhe contradiz os alicerces. Como poderia, na verdade, deixar-se superar, ultrapassar portanto, aquilo que assenta afinal no próprio dinamismo do pensamento humano? Admitir tal princípio equivaleria, o que é inconcebível, a aceitar-se a paragem do Mundo, a suspensão da própria vida.<sup>306</sup>

Eduardo Lourenço, com um olhar recente a respeito do movimento, estabelece a divisão do Neo-Realismo em três fases. A primeira delas refere-se ao Neo-Realismo Clássico, mais documental; a segunda seria a geração de 50 e 60, caracterizada por

---

<sup>303</sup> RODRIGUES, Inara, op.cit. nota 48, p.46

<sup>304</sup> NAMORA, Fernando. *Esboço histórico do neo-realismo*. Lisboa: Academia da Ciências de Lisboa. Separata das “Memórias” – Classe das Letras – Tomo VII, 1061, p.3.

<sup>305</sup> Id- *Ibidem*, p.3

<sup>306</sup> BRAGA, Mario, op. cit. nota 273, p.6.

empreender um apuramento literário às suas obras; e, por fim, a geração de 70, que compreenderia os herdeiros do neo-realismo.

A característica principal da primeira fase neo-realista – cujo expoente máximo foi o escritor Alves Redol - é a apresentação da realidade social tal como é, privilegiando a visão cinematográfica da sociedade, sendo por isso muitas vezes rotulada como uma literatura panfletária. De fato, a produção neo-realista tencionava o desmascaramento da realidade, das mazelas sociais, de tal forma procedendo que o público não poderia permanecer indiferente ao que estava sendo revelado. Já a segunda fase, geração de 50 e 60, cujos expoentes máximos foram Augusto Abelaira, José Cardoso Pires e Vergílio Ferreira, manteve a preocupação social, todavia saiu do estigma panfletário, privilegiando o aspecto literário da obra.

A questão estética é o grande diferencial entre essas duas fases. A preocupação basicamente social da primeira distancia-se da literatura produzida pelos autores da segunda fase, os quais também queriam a tomada de consciência por meio da apresentação da realidade, porém dedicavam mais atenção ao aspecto estético. O desejo expresso por Redol, na abertura de *Gaibéus*<sup>307</sup>, de que estava escrevendo um documento e não uma obra literária seria impensável na produção da dita segunda fase neo-realista.

A terceira geração, que para Eduardo Lourenço corresponde aos herdeiros do Neo-Realismo, compreende a década de 70 até os dias atuais. Nessa fase, a preocupação consiste em repensar a História contemporânea de Portugal, pois “há muito que a onda Neo-Realista dos anos 40 e 50 se esgotara ou sofrera uma mudança profunda”<sup>308</sup>.

Essa divisão didática do Neo-Realismo é importante para o entendimento do possível esgotamento do movimento ou de sua permanência. Sendo assim, caso se pense num esgotamento do Neo-Realismo, então a classificação de Eduardo Lourenço é inócua porque não se poderia mais caracterizar a literatura pós-40 e 50 como produções neo-realistas. Por outro lado, se a discussão privilegiar o aspecto da continuidade, o Neo-Realismo passa a ser entendido como um dos pilares da Literatura Portuguesa atual, porque serviu de base à produção hoje conhecida.

Em seu texto mais conhecido *Há uma estética neo-realista?*, Mário Sacramento afirma que

---

<sup>307</sup> Nesta pesquisa será utilizada a seguinte edição: Redol, Alves. *Gaibéus*. 20.ed. Lisboa: Caminho, 1989.

<sup>308</sup> LOURENÇO, Eduardo. Op. cit nota 281, p.10

os que recusam a legitimidade com que se tem distinguido um primeiro dum segundo neo-realismo só têm que ponderar o caso, adiante alforado, do *Hóspede de Job*, de José Cardoso Pires, obra em que o primeiro neo-realismo é retomado por um escritor do segundo, em dimensão já plena de especificidade literária.<sup>309</sup>

Já Eduardo Prado Coelho criticava essa continuidade, uma vez que, conforme ele, “não é possível nele integrar o que pretende a problemáticas que lhe são radicalmente estranhas”.<sup>310</sup> Na interpretação de Inara Rodrigues, a afirmação de Prado Coelho era “feita por conta de sua compreensão frente à tentativa de parte da crítica de absorver nas questões neo-realistas as proposições do existencialismo, então a ganharem espaço de reflexão na ficção literária portuguesa[...]”.<sup>311</sup>

Reafirmando Prado Coelho, Carlos Reis, em sua tese *Discurso Ideológico do Neo-Realismo*, questiona a permanência do movimento pois, segundo o autor, “o difuso processo de constituição das estratégias literárias e ideológicas”.<sup>312</sup> Nesse outro olhar sobre o Neo-Realismo, Carlos Reis, analisando a argumentação de Prado Coelho de que o Neo-Realismo precisava de uma nova interpretação uma vez que havia deixado de apontar qualquer “tendência estética coerente”, “qualquer processo teórico actuante” ou “qualquer prática minimamente estruturada”, argumenta que “não se tratará propriamente da certidão de óbito do Neo-Realismo (os movimentos literários resistem sempre à rigidez de balizas cronológicas), mas o que é facto é que estas palavras não deixam de ser significativas”.<sup>313</sup> Carlos Reis defende ainda que seria necessário realizar um estudo global do que *foi* o Neo-Realismo.<sup>314</sup>

Anterior a Carlos Reis, Egídio Namorado, em 1962, na *Revista Vértice*, avaliou que a importância e a atualidade do Neo-Realismo residia no fato de que as obras desse movimento literário trouxeram à consciência nacional um problema que desaparecerá à medida que for resolvido.<sup>315</sup> José Manuel Mendes, ao comentar a morte de Alves Redol, ratifica o comprometimento do autor com o seu povo e vai além afirmando que o escritor era um “companheiro que serviu ao seu povo, escrevendo livros, ajudando os homens do seu país a

---

<sup>309</sup> SACRAMENTO, Mário, op. cit. nota 19, p.20

<sup>310</sup> LOURENÇO, Eduardo, op. cit. nota 263, p.126

<sup>311</sup> RODRIGUES, Inara, op. cit. nota 48, p.48

<sup>312</sup> REIS, Carlos. *O discurso ideológico do Neo-Realismo Português*. Coimbra: Almedina, 1993. p.15

<sup>313</sup> Id- *Ibidem*, p.52.

<sup>314</sup> RODRIGUES, Inara, op. cit. nota 48, p.47-52

<sup>315</sup> NAMORADO, Egídio. Situação do Neo-Realismo. *Vértice*, Vol. XXII, n.221, Coimbra, 1962, p.92. apud RODRIGUES, Inara, op.cit. nota 48, p.47.

acreditarem que nem sempre os dias hão-de ser tristes e cinzentos e que nem sempre a nossa vida será resignada e sem esperança.”<sup>316</sup>

Armando Bacelar<sup>317</sup>, em 1963, compreendeu que o movimento sofreu uma evolução qualitativa, o que não alterou suas diretrizes ideológicas no que tange à capacidade de entender a relação entre a literatura e o mundo. Para ele, o movimento buscou dar respostas mais adequadas para cada momento e lugar, no tempo e no espaço. Bacelar adverte que “não se diga, por isso, graças a uma confusão entre o que é permanente e o que é efêmero, que hoje o conceito genérico passado de neo-realismo já não serve e que é necessário formular um novo conceito, uma nova definição dele”.<sup>318</sup> De acordo com Fernando Namora, o que não se perdeu na evolução neo-realista foi justamente a sua principal característica: a posição do artista em face dos problemas humanos.<sup>319</sup>

Um estudo imediatamente posterior ao de Carlos Reis é o de Ana Paula Ferreira, a qual, ao se debruçar sobre a obra de Alves Redol, constata e defende uma continuidade do Neo-Realismo.

Embora ao longo de quase três décadas a produção literária se vá transformando em vários registros, permanece inalterável como subtexto fundamental e englobante de uma “narrativa” utópica, apenas visível como efeito artístico, referente à visão do mundo marxista. É esta narrativa que, em última instância, assegura a continuidade do neo-realismo muito para além do momento histórico que lhe dá voz.<sup>320</sup>

Ana Paula Ferreira, para quem o Neo-Realismo abre novamente as portas para o romance em Portugal, observa que

desdobrando-se no que se pode descrever como um subtexto do seu próprio passado textual, o romance neo-realista abre-se a várias inovações filosóficas e formais, assimilando-as crítica e dialogicamente. É este fenómeno que parece assegurar a sua continuidade, a sua possibilidade de constante abertura a manifestações estéticas futuras.<sup>321</sup>

A autora entende que há uma sucessão de equívocos em relação ao movimento modernista. A primeira discordância refere-se a uma falta de compreensão histórica no que diz respeito ao passado literário.

---

<sup>316</sup> MENDES, José Manuel. *Charrua em campo de pedras*. Lisboa: Seara Nova, 1975. p.15

<sup>317</sup> BACELAR, Armando. Sobre o Neo-Realismo. *Vértice*, Vol.XXII, n.238, Coimbra, 1962, p.350-366

<sup>318</sup> Id- *Ibidem*, p.356

<sup>319</sup> NAMORA, Fernando, op. cit. nota 304, p.6

<sup>320</sup> FERREIRA, Ana Paula, op. cit. nota 234, p.18

<sup>321</sup> Id- *Ibidem*, p.15

Em segundo, devem-se a uma ausência de leituras diacrônicas da sua produção romanesca fora de imposições cronológicas de índole classificatória. Importa atender ao fato de que nem o discurso neo-realista ‘nasce’ pela primeira vez nos anos 40 nem tampouco ele se dilui entre os subseqüentes apelos à invasão filosófica e artística ao longo das décadas seguintes.<sup>322</sup>

No entender da autora, os críticos se preocupam em analisar o Neo-Realismo a partir de um fixismo que está longe de ser a prerrogativa do grupo.

Preocupadas por explicar – ou divulgar – uma série de preceitos teóricos que supostamente o romance virtualiza, estas críticas acabam por apoiar, no fundo, a principal denúncia que pretendem desmentir: que a arte neo-realista se cifra simplesmente num “programa” político anterior e exterior ao próprio fazer literário. É que ao pretender que a obra neo-realista seja reflexo exclusivo do seu tempo, ao ignorar a tradição a partir da qual se constituiu o seu discurso, exclui-se de antemão a importância de o situar como parte integrante da evolução das letras e, especificamente, do romance nacional (entendido este, é bem de ver, num quadro internacional).<sup>323</sup>

Sobre o fixismo do Neo-Realismo, Armando Bacelar argumentou que:

teorizadores do neo-realismo, de certos neo-realistas ou ex-neo-realistas repesos ou amansados [...]. Para eles não há senão crise no neo-realismo, em tudo vêm impasses, frustrações; consideram o neo-realismo morto ou moribundo, ou ainda, quando não, embaraçante e que é preciso deitar pela borda fora, para se partir de novo, de bases mais “compreensivas” e “humanas”, etc. Servem-se de factos, por vezes, verdadeiros para exagerarem tais factos [...] ou os desvirtuarem. [...] Ora a verdade é que o neo-realismo nem é uma doutrina e corrente estética que só tem crises nem que nunca as teve. Teve-as com maior ou menor gravidade e generalidade, em vários países, o que só é natural, porque às crises do neo-realismo correspondem as crises nas consciências e na vida.<sup>324</sup>

Na leitura de Ana Paula Ferreira, o Neo-Realismo evoluiu tanto estética quanto ideologicamente, e Alves Redol é o autor que revela tal evolução em sua obra. Há uma continuidade do movimento literário que, na prática, significa a evolução de uma literatura que se limitava ao protesto e à propaganda para uma abordagem psicanalítica e existencialista. Todavia, Ana Paula Ferreira comenta que, “integrado na chamada ‘literatura comprometida’ dos anos 30, o neo-realismo leva mais longe, contudo, o apelo histórico do seu tempo por se constituir como continuação do apelo à função utilitária da arte inerente à origem e evolução do romance nacional”.<sup>325</sup> Na esteira do pensamento de Bakhtin, a obra literária dialoga com o seu tempo, e as respostas extrapolam o limite do tempo histórico, fazendo o Neo-Realismo ser

---

<sup>322</sup> FERREIRA, Ana Paula, op. cit. nota 234, p.15-16

<sup>323</sup> Id- *Ibidem*, p.14

<sup>324</sup> BACELAR, Armando, op. cit. nota 317, p.361

<sup>325</sup> FERREIRA, Ana Paula, op. cit. nota 234, p. 284

uma arte-para-a-História.<sup>326</sup> O que permanece do Neo-Realismo, no romance moderno português, é a preocupação com a transformação social. A visão do mundo marxista mantém vivo o Neo-Realismo ainda hoje.

### 2.3. ALVES REDOL E *GAIBÉUS*: PRECURSORES DO NEO-REALISMO

“Este romance não pretende ficar na literatura como obra de arte. Quer ser, antes de tudo, um documentário humano fixado no Ribatejo. Depois disso, será o que os outros entenderem”. Com esse testemunho, Redol inicia a narrativa dos trabalhadores migradores, os gaibéus. É o compromisso de quem inaugura o movimento neo-realista em Portugal e de quem se coloca disposto a lutar contra as injustiças sociais. Entretanto, segundo Teresa Cristina Cerdeiro, Redol foi um transgressor porque não cumpriu seu compromisso firmado na referida epígrafe, ou seja, *Gaibéus* ficou na literatura como obra de arte. Para a autora, a “ele voltamos, não apenas como a um marco, a um monumento do qual nos servíssemos escolarmente para inaugurar uma lição sobre o Neo-Realismo. A ele retornamos como a um romance, como ficção que é, e que atinge, apesar do estigma inicial, um espaço na literatura”.<sup>327</sup> No prefácio da sexta edição de *Gaibéus*, Redol explica que a epígrafe do livro não era um testemunho contra a literatura, e sim uma confissão de incapacidade, pois ele não se julgava preparado para produzir uma obra de arte.

A questão estética sempre esteve presente nas grandes discussões sobre o Neo-Realismo e neo-realistas e, conforme Carlos Reis, é a partir do prefácio intitulado *Breve Memória*, escrito para a publicação da 6. ed. de *Gaibéus*, que Alves Redol acentua o aspecto estético da obra. Como o próprio título anuncia, o autor procede a uma recuperação dos elementos que contribuíram para tecitura daquele romance. Reis comenta que Redol tinha a seu favor os distanciamentos cronológico, estético e ideológico, possibilitando assim uma recuperação do aspecto documental e, principalmente, literário da obra. Em função disso, não

surpreende a freqüência com que surgem, ao longo de um texto com profundas ressonâncias autobiográficas, termos directamente ligados à criação literária: “personagens”, “estilo”, “conteúdo”, “conto”, “tema”, “romance”, etc. são, em última análise, afloramentos visíveis dum estatuto criativo que aceitara, por força de condicionamentos ideológicos conscientemente assumidos, desvanecer a

<sup>326</sup> RODRIGUES, Inara, op. cit. nota 48, p. 57

<sup>327</sup> CERDEIRO, Teresa Cristina. *O avesso do bordado*. 2.ed. Lisboa: Caminho, 2000. p.92

componente estética em benefício da faceta de empenhamento social que era a motivação fulcral do movimento neo-realista.<sup>328</sup>

Com relação a essa observação, Alves Redol faz alguns apontamentos, argumentando que

Gaibéus tem a sua história.

Banal talvez, às vezes ingénua, noutras sábia ou astuta, dramática também, mais do que tudo dramática, mas que enfeixa nas suas múltiplas faces desiguais a marca de um tempo exacto, vivido e sonhado em plena juventude, na companhia de muitos homens que tiveram a coragem de optar pelo caminho mais árduo.<sup>329</sup>

Dessa maneira, para dar vazão a sua angústia e cumprir seu compromisso, o autor trouxe à cena romanesca os trabalhadores explorados da região da Lezíria Ribatejana. E com o objetivo de ser o mais fiel possível, foi até a Lezíria buscar elementos que contribuíssem para tornar seu relato o mais fidedigno possível, utilizando para isso sua história pessoal. Em suas recordações, estava a humilhação que sofrera em função da condição social de seu pai: “O desprezo dos rabezanos por essa gente sentira-o eu próprio, muitas vezes, em menino na hostilidade por meu pai, considerado também gaibéu pelos homens da Borda-d’água.”<sup>330</sup>

Para Joaquim Namorado, Redol conseguiu manter-se fiel, pois

*Gaibéus* é um romance social construído com verdade e segurança. (...) O romance necessita de ser convincente, isto é, que a sua acção se realize de maneira a poder crer-se como real. Isto só consegue o autor que consiga integrar-se perfeitamente no ambiente da sua obra e viver dos seus personagens.<sup>331</sup>

Segundo Garcez da Silva, Redol conhecia o “inimigo e estava do lado do povo que sofria, pondo os seus dons literários ao serviço da resistência na denúncia revolucionária de uma situação cuja realidade ele conhecia em toda a sua dimensão e crueza”.<sup>332</sup> A narrativa sobre os trabalhadores gaibéus tem um objetivo explícito, quase um compromisso firmado na epígrafe do romance, conforme já referido. O compromisso de Redol deixava o aspecto estético da obra literária em segundo plano, já que, naquele momento, diante daquela realidade social, isso não era uma necessidade primeira. Afinal, o Neo-Realismo nascia no seio de uma ditadura, marcada, como todas, pela forte repressão, pela censura e pelo sufrágio populacional.

---

<sup>328</sup> REIS, Carlos. Da literariedade em Gaibéus. In: *Construção da leitura: Ensaio de metodologia e de crítica literária*. Instituto Nacional de Investigação Científica. Coimbra, 1982. p.173

<sup>329</sup> REDOL, Alves. Breve Memória. In: \_\_\_\_\_. *Gaibéus*. 20.ed. Lisboa: Caminho, 2005. p. 37

<sup>330</sup> Id- *Ibidem*, p. 47

<sup>331</sup> NAMORADO, Joaquim. *A primeira crítica neo-realista a “Gaibéus”*. Revista de Cultura e Arte Vértice. Número 257. Vol. XXV. Fevereiro 1965. p.171

<sup>332</sup> DA SILVA, Garcez da, op. cit nota 80, p.166

Com efeito, o nosso primeiro romance neo-realista aparecia num tempo significativo e crucial, sem sabermos ainda que destino lhe estava reservado – nem propriamente a nós... O ambiente reflectia as dolorosas conseqüências da marcha impune dos exércitos nazis que, numa guerra-relâmpago, flagelando cidades e campos, deixavam, por entre escombros e cinzas, os vivos em delírio de fuga e os mortos por enterrar... E nós, aqui, nesta fímbria ocidental, de neutralidade duvidosa, resistíamos à onda de repressão das forças empenhadas em abafar todo o anseio de liberdade, em calar todo o protesto contra o regime autoritário, inquisitorial, que oprimia o País.<sup>333</sup>

A obra exemplifica esse profundo conhecimento do autor da cena trabalhista numa apresentação quase cinematográfica da realidade do povo trabalhador. Essa realidade era pautada pelo “trabalho produtivo, a exploração descarnada do homem pelo homem, tomados nos seus aspectos mais crus, na lâmina viva do dia a dia, dominam o livro.”<sup>334</sup> Essa obra retratava um drama pessoal também, já que o autor teve que partir para a África em função de problemas financeiros que sua família estava enfrentando. Alves Redol era filho de António Redol da Cruz, proprietário de comércio que de padaria e mercearia havia crescido para um estabelecimento que se ocupava com a venda de “cereais, legumes, sêneas, etc. Adicionando-lhe logo a torrefação e moagem de café, por sistema electromecânico”.<sup>335</sup> Isso posto não se estranha que o pai Redol desejasse para o filho uma vida de conforto, com direito a bons colégios e ambientes culturais. Entretanto, a família Redol não ficou imune aos problemas financeiros que o país luso enfrentara durante a década de 30, fato esse comentado por Redol, em Breve Memória, prefácio à 6.ed. de *Gaibéus*. De acordo com o romancista, a crise atingira igualmente o comércio de seu pai.<sup>336</sup>

Os primeiros sintomas do craque americano começaram a varrer a Europa, fazendo desabar alguns banqueiros, pequenos industriais e comerciantes, estes atônitos e soterrados com letras protestadas, freguesia de mau pago e labéus de cima e de baixo para a falta de pulso na pequena barca. A do meu pai começou a meter água.<sup>337</sup>

A situação econômica do país não havia melhorado com o golpe de 1926.

Portugal encontrava-se na emergência da bancarrota e a situação político-social tornava-se cada vez mais tensa. Não abrandava a agitação operária, guiada por ideologias que afrotnavam a classe burguesa. E esta, que tinha procurado firmar-se

---

<sup>333</sup> DA SILVA, Garcez da, op. cit nota 80, p.166

<sup>334</sup> REDOL, Alves, op. cit. nota 329,p.48

<sup>335</sup> DA SILVA, Garcez, op. cit. nota 80, p.16

<sup>336</sup> Garcez da Silva comenta que Alexandre Pinheiro Torres qualificava o pai de Redol como homem bastante generoso, a ponto de usar metade de suas comissões em anúncios feitos por seu intermédio e publicados no Diário de Notícias para ajudar uma senhora tuberculosa. O pai de Redol era preocupado com a situação dos pobres de Portugal e fazia de tudo para ajudá-los. Cf.: DA SILVA, Garcez da, op. cit. nota 80, p.41-2

<sup>337</sup> REDOL, Alves, op. cit. nota 329, p.41

no esteio da ditadura, esforçava-se agora por consolidar a sua posição através de métodos de coacção, opressão e repressão militar.<sup>338</sup>

Em função dos problemas financeiros que atingiam Portugal e também a família do escritor, seu pai, sobrecarregado com as despesas da casa, administrando a crise em seu comércio de olho na crise do país, não conseguiu mais arcar com as despesas do colégio do filho. Alves Redol, com a promessa de retribuir a ajuda do pai, foi para África aos dezesseis anos em busca de uma vida melhor. Não atingiu seu objetivo e, para piorar a situação, contraiu malária, doença da qual foi vítima aos 55 anos.

Objetivando fazer crítica social, Redol fez literatura. Colocou em evidência os trabalhadores gaibéus, contando sua história de trabalho perpassada pelos seus dramas característicos. O autor buscou representar a sociedade na obra literária, uma sociedade capitalista, de economia agrária baseada na cultura de arroz. Para empreender tal crítica, fez uso da entidade do narrador que se manteve distante dos fatos, apresentando-os de forma a intensificar o mundo que queria denunciar. Lançou os gaibéus como heróis empenhados numa saga de sobrevivência, uma epopéia nos tempos modernos.

#### 2.4 O TRABALHO NARRATIVO EM *GAIBÉUS*

*Era o vinho, meu Deus era o vinho...*

Um grupo de trabalhadores chega à Lezíria Ribatejana para fazer a colheita de arroz. O sentimento que os move é a esperança. São pequenos proprietários de leiras que deixaram sua terra e foram trabalhar na colheita do arroz. Durante essa sua atividade, vivem e presenciam alguns dramas dos trabalhadores gaibéus, vendo sua história de trabalho acabar simultaneamente à chegada ao fim da colheita e “todos os anos esperanças novas e a resposta matava-as” (p.61). Esse é o enredo de *Gaibéus*, obra organizada por um narrador em terceira pessoa, onisciente, profundo conhecedor dos personagens e da sociedade na qual estão inseridos que, dentro do ideário neo-realista, buscou apresentar as mazelas sociais dos ceifeiros, trabalhadores migradores. Eles realizam uma viagem em duas etapas, a chegada e o retorno. A chegada é carregada de esperança de poderem receber o dinheiro suficiente para

---

<sup>338</sup> DA SILVA, Garcez, op. cit. nota 80, p.39

saldarem suas dívidas e recuperarem suas propriedades, podendo assim retornarem à terra natal dignamente.

A narrativa de Redol está organizada em torno de nove capítulos: “Rancho”, “Arroz à Foice”, “Trégua”, “Sete Estrelas na Praia”, “Mensagem da Nuvem Negra”, “Porto de Todo o Mundo”, “Malária”, “*Vou-me Embora Deixo o Campo*” e “O Inverno Vem Aí”. No primeiro capítulo, é o momento da chegada dos trabalhadores à Lezíria e de sua apresentação ao trabalho. Nesse momento os trabalhadores são apresentados às reais condições de vida que estarão sujeitos ao longo do período da colheita do arroz. A conscientização de que serão tratados de forma desumana já se estabelece. No segundo capítulo, “Arroz à Foice”, dá-se o início da colheita, a qual é acompanhada pelas cantigas e pelos gritos do capataz, ritmo que dita a cadência da ceifa. “Trégua” é o capítulo que apresenta realmente uma trégua no trabalho e no sofrimento, com a recordação de uma gaibéua e de seu romance, realidade vivida no passado pincelada por momentos felizes. No quarto capítulo, “Sete Estrelas na Praia”, ocorre o encontro entre gaibéus e rabezanos, que representa o momento de amadurecimento dos jovens que ganham identidade por intermédio dos apelidos dados pelos novos amigos. O capítulo “Mensagem da Nuvem Negra” coloca os trabalhadores à mercê do tempo, pois chove e, portanto, não há ceifa. “Malária” é o capítulo sobre o “tributo sagrado a pagar todos os anos à Lezíria” (p.129), representado pela agonia de Ti Maria do Rosário. O penúltimo capítulo, “*Vou-me embora, deixo o campo*”, encaminha os gaibéus ao seu destino final, que, na verdade, pressupõe um recomeço. Os gaibéus são obrigados a colocar suas esperanças de melhorar de vida no horizonte do outro ano. E a narrativa finda com “O Inverno vem aí”, capítulo que anuncia o fim de um ciclo de trabalho e o início de outro.

Na análise de Maria Aparecida Santilli, a forma como a trama narrativa foi construída atendia ao objetivo de intensificar a atividade do trabalho, ou seja, os trabalhadores eram representados trabalhando exaustivamente. E esse tom da narrativa dava ao “trabalho braçal um colorido épico”.<sup>339</sup> Então, nessa epopéia, os trabalhadores representam os heróis que se sacrificam para realizar sua atividade.

Esses fatores, relativos ao primeiro dos ingredientes básicos da ficção – a história -, podem já mostrar o quanto estão tais elementos sujeitos, em *Gaibéus*, a um fim que os transcende. A moderna “epopéia”, nos termos em que Redol a concebe, reveste-se do caráter ativista do Neo-Realismo. O processó estético não é aí o fim em si mesmo e sim o “meio” de veiculação de uma mensagem que extrapola os limites artísticos”.<sup>340</sup>

---

<sup>339</sup> SANTILLI, Maria Aparecida. *Entre Linhas: Desvendando textos portugueses*. São Paulo: Ática, 1984. p.64

<sup>340</sup> Id-*Ibidem*, p.64

Os personagens que gravitam o espaço da Lezíria representam uma coletividade, são figuras representativas da classe social a que pertencem. O narrador retira certos personagens do plano coletivo para intensificar a apresentação das problemáticas que protagonizam. Carlos Reis, ao analisar a obra de Redol, entende que cabe à questão do tempo e dos personagens o estatuto literário de *Gaibéus*. Sobre o destaque no anonimato de alguns personagens, Reis comenta que “essa individualização passa por tratamentos discursivos vincadamente literários: utilização de pontos de vista, representação do passado na corrente de consciência, alusões de caráter simbólico, etc...”<sup>341</sup> Segundo Joaquim Namorado, os personagens de Redol são perfeitamente críveis bem como o drama que vivenciam, já que “são convincentes, cujas histórias são narradas de forma segura pelo narrador redoliano, os diálogos vivos e naturais. A história se desenrola harmonicamente sem saltos bruscos, sem altos e baixos”.<sup>342</sup>

A escolha de personagens coletivos coaduna com o pensamento neo-realista que buscou sempre fazer crítica social, por meio da atitude reflexiva dos leitores. De acordo com Margarida Losa, “os heróis positivos e causas coletivas são elementos temáticos e modais que a teoria literária tem freqüentemente identificado com a epopéia e, por analogia, com certas propensões ditas épicas de alguns romances modernos”.<sup>343</sup> A autora discorda da classificação dessas narrativas. Segundo ela, *Gaibéus*, por exemplo, não podem ser consideradas “epopéias do campesinato” por não possuírem elementos importantes e característicos às epopéias. Dentre os elementos necessários para a caracterização de um texto como epopéia está o estatuto do herói, que para a autora, é “o protagonista que se torna representativo da comunidade em luta” mas que “não chega a atingir a verdadeira estatura do herói épico”.<sup>344</sup>

No caso de *Gaibéus*, a referência da autora diz respeito ao estatuto de herói que é dado ao trabalhador ceifeiro rebelde. Entretanto, partindo-se do pressuposto de que os heróis são personagens dotados de grandes qualidades e superiores ao grupo no qual estão inseridos, entender os gaibéus, não apenas o ceifeiro rebelde, como heróis, relaciona-se com tarefa heróica a que se dedicam, o árduo trabalho rural, não como uma categorização literária. Nessa linha de raciocínio, o anti-herói desse grupo seria o patrão Agostinho Serra, subordinado à Senhora Companhia, a quem devia os frutos da colheita e assim se explica: “traz a terra de renda à Senhora Companhia e um punhado de arroz faz-lhe falta nas contas” (p.83). Tem

---

<sup>341</sup> REIS, Carlos, op. cit. nota 328, p.174

<sup>342</sup> NAMORADO, Joaquim, op. cit. nota 331, p.172

<sup>343</sup> LOSA, Margarida. *O herói coletivo*: um aspecto da estratégia romântica do romance neo-realista. Vértice número 21, Dezembro de 1989. p.33.

<sup>344</sup> Id- *Ibidem*, p.36

como seu capataz Francisco Descalço, ex-trabalhador que se transformou no responsável pelo trabalho e pela obediência dos ceifeiros.

Os gaibéus, como são trabalhadores migradores, enfrentam a hostilidade dos rabezanos, os quais são os moradores locais, que, com a vinda dos gaibéus, são preteridos e obrigados a procurar trabalho fora do eixo rural. Eles dizem sempre que “gaibéu é menos que rabezano” (p.241). Outros trabalhadores presentes nessa disputa são os caramelos ou carmelos, também migradores, porém oriundos da região de Coimbra. O povo que trabalha na região da Lezíria vive em constante conflito porque os gaibéus são os preferidos para ceifa, já que são menos valorizados financeiramente e reclamam menos, cabendo aos rabezanos literalmente as sobras do trabalho. Os caramelos são os menos nominados na narrativa, mas estão em situação similar aos gaibéus.

O tempo da narrativa é cronológico e dura exatamente o período da colheita de arroz. Os trabalhadores migradores chegam à Lezíria, realizam seu trabalho e retornam ao seu lugar de origem. O sofrimento dos personagens fica, então, situado dentro desse tempo específico, o da ceifa, e aponta para uma constância que não terminará. O fim do sofrimento do povo trabalhador só aconteceu quando a sociedade estiver focada única e exclusivamente na obtenção do lucro. “A Lezíria será o seu futuro – o futuro deles não difere do passado” (p.293).

Aliado ao tempo, está o espaço, bastante cruel e hostil para os trabalhadores. Na análise de Maria Graciete Besse, a narrativa de Redol não foca outros espaços, apenas a região onde ocorre a ceifa.

Em *Gaibéus*, encontramos poucas referências à cidade ou à vila. Só a Rua Pedro Dias, frequentada pelas prostitutas, evoca o espaço urbano, de forma eminentemente negativa. Da mesma forma, o “algures” do “ceifeiro rebelde” aparece como um lugar de incertezas e de sofrimento. Conhecendo a África e o Brasil, o sonho dos dois gaibéus parece-lhe absurdo. Na cidade como no campo, as condições de exploração dos homens revelam-se sensivelmente idênticas.<sup>345</sup>

A casa do patrão e a rua das prostitutas são espaços negativos, porque no primeiro mora aquele é o responsável pelo sofrimento do povo gaibéu, seja ele executado na ceifa ou em seu quarto para onde leva as gaibéuas sem força para resistir, como será abordado a seguir. O segundo espaço, o da rua das rameiras, representa o local do abandono, espaço derradeiro das mulheres trabalhadoras, que foram vencidas pelo destino. Independente do espaço apresentado, o objetivo é sempre de intensificar o sofrimento dos personagens, sendo que o

---

<sup>345</sup> BESSE, Maria Graciete. *Alves Redol: o espaço e o discurso*. Lisboa: Ulmeiro, 1997. p.34

próprio grupo de trabalhadores efetua um deslocamento geográfico, pois desloca-se do norte para o sul, buscando uma melhoria de vida num espaço que lhe é absolutamente hostil.

Em *Gaibéus*, o espaço do trabalho está relacionado ao esforço e à violência física, ou, como resume Besse: “o espaço de trabalho, no primeiro romance de Alves Redol, é aprendido como um lugar de condenação, onde os homens são assimilados e forçados, tanto pelo vestuário, como pela cadência dos seus movimentos”. Os trabalhadores migradores deslocam-se da sua terra natal, onde não têm condições financeiras para manterem sua propriedade, e vêm a Lezíria como o espaço onde seu sonho de trabalhador seria realizado. Esse argumento é ratificado por Besse, o qual defende que a apresentação da viagem na narrativa representa um deslocamento do espaço da miséria para o espaço da promessa e da melhora de vida.<sup>346</sup> Em relação ainda ao espaço, Besse analisa que a agressividade do espaço físico se encontra na

a água onde mergulham as pernas todo dia, até deixar de as sentir, a erva “unha-gata” que os pica, os mosquitos e as moscas que poisam nas bocas inchadas pelas feridas, o sol que transfigura a paisagem e se torna elemento obsessivo, as diferentes vozes que atravessam a atmosfera pesada dos campos, traduzindo uma violência omnipresente, tudo converge para tornar mais difícil a tarefa que os gaibéus executam, até perderem a sua dimensão de humanidade.<sup>347</sup>

No próximo subcapítulo, será realizada uma análise da trajetória de alguns personagens individualizados pelo narrador a fim de entender a forma como a sociedade do trabalho em *Gaibéus* está organizada e torna-se representativa da sociedade da época em que essa obra foi escrita.

## 2.5 PERSONAGENS QUE SE INDIVIDUALIZAM NO TRABALHO

O narrador opta por destacar no coletivo personagens em algumas passagens da narrativa, fato esse que não descaracteriza a obra redoliana como um romance cujo protagonista é o coletivo, já que os protagonistas da cena romanesca continuam sendo os próprios gaibéus. Conforme já referido, o deslocamento de personagens do coletivo para o primeiro plano da narrativa cumpre o objetivo do autor de tornar evidente o drama dos trabalhadores a partir da apresentação de tragédias pessoais. As ações que se individualizam são as da gaibéua Rosa, de Francisco Descalço, da gaibéua tísica, dos três gaibéus, de Ti

---

<sup>346</sup> BESSE, Maria Graciete, op. cit. nota 345, p.55

<sup>347</sup> Id- *Ibidem*, p.48

Maria do Rosário e do ceifeiro rebelde. Esses personagens protagonizam situações problemáticas, que preenchem o universo de todos eles.

O peso do trabalho atinge de forma mais intensa as mulheres, pois sobre elas recai o preconceito moral, e as mulheres gaibéuas estão presas a duas formas de exploração. Duas trabalhadoras, uma identificada apenas pelo adjetivo da doença, tísica, e outra chamada Rosa, protagonizam dramas, que apesar de serem particulares, relacionam-se com a problemática que atinge o coletivo. As personagens de Redol certamente vivenciam a exploração que o trabalho provoca, bem como sofrem com a exploração sexual. Ratifica-se a máxima de que a atividade do trabalho liga-se diretamente ao campo semântico do sofrimento e, conseqüentemente, ser mulher significa sofrer de forma duplicada na terra da dominação do trabalhador.

A personagem Rosa vive o drama de ter sido escolhida pelo patrão para trabalhar em sua casa e, dessa forma, em sua cama. Noiva de Tóino, um trabalhador que ficara em sua cidade natal, a gaibéua reconhece na sua a sina de outras mulheres que o povo maldizia:

Algumas delas conheciam o aposento e a cama do patrão.  
E alçaram a cabeça para que ele as visse.  
Lá embaixo não havia sol nem foice. A jorna era mais larga, a comida a mesma do Agostinho Serra e o Inverno corria em casa sem fome. Não havia que pedir de fiado nas lojas; a lareira teria sempre lume. Nisso, ao menos o Agostinho Serra abria bem as mãos.  
O olhar delas queria lembrar ao patrão os momentos de entrega, mas ele não tinha boa memória. Os olhos em súplica nada lhe diziam já. (p.178)

Inicialmente, ser retirada do árduo trabalho na ceifa poderia representar um alívio, porém a personagem não se sente nem um pouco valorizada por isso. Sua intenção era continuar ao lado de seu grupo, sofrendo todos os tipos de incertezas a correr o risco de ser jogada, como tantas outras, na Rua Pedro Dias, que era a rua onde as mulheres iam morar após serem empurradas para a vida de rameiras.

Deu-lhe ganas de atirar a foice e abalar. Se fosse junto dele, não seria mais a Rosa do rancho do Francisco Descalço. Seria a Balbina da Rua Pedro Dias – noiva de todos que mercassem afagos. (...)  
Ela lembrou-se de que chamava o dono do seu destino. Dali lhe vinha o pão. Na terra não havia trabalho e o Inverno não tardava. Depois lá estaria o João da Loja a espreitá-la. (p.182)

Ao aceitar a escolha do patrão Agostinho Serra, Rosa entre em conflito porque passa a considerar-se uma traidora de sua gente e também de si mesma. “passou pelas outras e não as viu. Já não era a sua companheira de trabalho”(p.182). Dificilmente seria a mesma mulher de

antes, pois agora carregava consigo a marca de ter servido ao patrão e ao seu povo não interessaria que tipo de trabalho a gaibéua havia realizado na casa grande, sempre a veriam como uma serva sexual do patrão. O código moral dos trabalhadores, apesar de entenderem que as mulheres eram presas fáceis era bastante rígido: ao sucumbir, a mulher ficaria marcada, não sendo mais depositária do respeito das outras pessoas, passando a ser tratada como prostituta e sofrendo todo o tipo de maledicência. Independente de a relação sexual entre a gaibéua e o patrão ter acontecido, no imaginário dos outros gaibéus houve uma invasão de classe. Por isso, era importante que Rosa tivesse resistido, porque, se assim o fizesse, sua negativa para o patrão representaria a de todos seus colegas de trabalho. Socialmente, os trabalhadores teriam sido vingados.

Durante sua estada na casa de Agostinho Serra, Rosa encontra na personagem Maria Gadanha a sua conselheira, “a levá-la pela estrada do seu destino, com promessas de entontecer quem pelo Inverno não tinha pão nem lume na lareira” (p.273). Ela era a empregada *mirrada e seca* do patrão, a responsável por instruir as ceifeiras quando essas eram as escolhidas de Agostinho. Mas como classificar tal personagem? Igualmente fora escolhida e acabara por ficar para sempre na casa? A narrativa não responde a essa questão. Acredita-se que, no passado, Gadanha também fora a escolhida e ficara em função da necessidade de Agostinho ter alguém para realizar as lidas domésticas.

Em função de seu passado como gaibéua, é possível compreender o porquê dos conselhos que ela dava. Na verdade, Gadanha realmente acreditava que a casa do patrão era a melhor opção para uma gaibéua e por isso aconselhava as mulheres que ficassem com ele e não duvidassem de suas promessas. Para Gadanha, Rosa “parecia uma tola em pensar naquilo. O Agostinho Serra era um homem de palavra e ainda havia de lhe pôr casa” (p.273). Porém o pensamento do patrão era sempre o mesmo: “Apeteceu-lhe tratá-la por amor e acarinhá-la longamente. Prometer-lhe tudo que ela quisesse, embora lhe faltasse depois. Parecia outra mulher que estava ali – era sempre uma nova mulher em cada hora” (p.272).

Maria Gadanha tinha conhecimento da falsidade dos sentimentos do patrão? Acredita-se que sim porque a escolha dos adjetivos *mirrada e seca*, pelo narrador, para caracterizar a empregada, demonstra uma analogia com os outros empregados. Os termos podem ser associados tanto ao aspecto físico da personagem, ou seja, uma pessoa com aparência débil; como também relacionar-se ao estado psicológico, uma pessoa sem sentimentos. Por outro lado, o narrador nos coloca, em apenas uma frase, o desejo de Gadanha: “Tomara ela um futuro assim” (273). O desejo expresso pela personagem reflete a concordância com a exploração sexual empreendida pelo patrão e uma reflexão sobre a sua própria sorte.

Por tudo isso, a aproximação da hora da partida assusta Rosa, pois ela “não era mais a Rosa do rancho do Francisco Descalço, mas a Balbina<sup>348</sup> da Rua Pedro Dias que vendia afagos a quantos por lá passavam e a desejassem” (p.269). Diante de seu temor expresso em lágrimas, Agostinho Serra questiona-a: “\_ Que ficavas cá a fazer!?!...Toda a gente falava e nunca te livravas da fama. Vais até lá acima e quando for preciso rancho, cá estás. E eu não me esqueço de ti, Rosa...”(p.271). A promessa do patrão não a acalma de todo, visto que tem a certeza de que o comentário do povo a acompanhará. Sem outro destino a seguir, Rosa retorna junto com a sua gente, porém ela

sabia que se perdera para o mundo e não era a mesma mulher vinda à emposta para ganhar o sustento. Tinha no saco mais dinheiro que as companheiras e não o juntara no sol a sol da ceifa. O Inverno não a atemorizava pela penúria. Teria pão esse ano e a mãe não andaria pelas portas a receber restos. Mas via-a abatida a um canto da casa, sem alentos para ir à água, porque ela estivera no aposento do Agostinho Serra e traíra o Tóino - um pedaço de rapaz mais lavado que os ares do monte. (p.272)

Irmã na vitimização dessa mulher está a outra gaibéua, a tísica, que, além de ter de prover o seu sustento, tem também um filho para alimentar. Sua história não difere das muitas moças do lugar, onde tudo começava com a leveza dos sonhos ingênuos: “As moças galhofam, derriçando com os rapazes, em prelúdio de momentos febris, no fundo de algum palheiro ou por detrás de valado” (p.101). E ela se lembra “da noite em que se dera àquele homem que nunca mais voltou” (p.103). Para o homem, “um moço galhofeiro e desempenado (...)”, “as cachopas do rancho da monda o desejavam com febre de virgens” (p.103), a gaibéua fora mais uma que protagonizara uma história sexual. Claro está que esse drama da gaibéua poderia estar contextualizado em qualquer situação de ficção, independente do contexto histórico e social no qual estivesse inserido, entretanto o desfecho aumenta de proporção em função da questão do trabalho que vivenciam os personagens que protagonizam esse drama. É possível entender que a apresentação dessa problemática pelo narrador serve como um alerta da fragilidade emocional a que estão sujeitas as trabalhadoras gaibéuas, que têm sonhos como tantas outras, mas que a dificuldade em realizá-los os torna utópicos.

O divertimento do rapaz, talvez o único, era acumular essas histórias e, na reunião com os outros empregados, poder contar em forma de grandes feitos. Sabe-se pelo narrador que o jogo de sedução era prática do eguariço, que usava as suas experiências como forma de instruir e divertir os outros trabalhadores, os quais teriam um momento de diversão depois de

---

<sup>348</sup> Balbina é figura quase lendária da região, que representa a mulher que se perdeu na vida, cujo destino as gaibéuas têm medo de seguir.

um árduo dia de ceifa, “o eguariço pensou que talvez amanhã pudesse contar na mota aos outros criados, aquela nova aventura. Bem ajeitada, com roupa da casa, era coisa que dava uma boa meia hora” (p.117). E os trabalhadores com isso se divertiam. Sem saber, ironicamente, riam do sofrimento do outro sem perceber que riam de si próprios.

O eguariço, para a gaibéua, representava a desgraça anunciada pelas outras trabalhadoras e da qual ela não conseguiu fugir. Todavia, o trabalho na ceifa a desumanizaria e a colocaria numa condição de sobrevida, por isso o envolvimento com o rapaz a faria reviver. Logo, sua entrega ao romance, com destino já anunciado, também era uma forma de ela retornar à condição de humana. Estava de novo na vida, sentindo desejo, cometendo erros e tendo sonhos depois de um dia de ceifa, durante o qual, recorde-se, ela era mais uma alugada. Não conseguia e não queria fugir, pois era de novo gente:

Queria falar-lhe, pedir-lhe que a deixasse. Como, porém, não lhe pôde suplicar, o eguariço levava-a a caminho da mota da palha.  
Não devia ir, mas não podia contrariá-lo. Porque se a não levasse, talvez ela lhe pedisse. Já não era a ceifeira que viera por aí abaixo à cata de trabalho.  
O maioral contaria, nas noites de invernia, mais aquela aventura aos camaradas.  
(p.121)

Ao olhar para o passado e reviver toda a história, a gaibéua lembra de uma canção, “uma canção do passado – do passado que tinha entre os braços a dormir” (p.107). Da história de amor, restara um filho à gaibéua tísica que olhava os trabalhadores cantando, apreensivos com o tempo, as moças dançando e via seu passado em sua frente. Ela igualmente fora como eles, no entanto, no momento, não tinha mais que um filho nos braços, até a esperança já se esgotara. O filho já era um pequeno sofredor porque pouco alimento tinha, afinal a mãe estava tísica, não estava sendo tratada e por isso não podia oferecer melhores condições para o menino. Um último olhar da gaibéua parece lhe antever um futuro, ela “julgou ver ali, a descansar, o maioral das éguas – o moço galhofeiro que as cachopas do rancho da monda desejavam com febre de virgens” p.123). Se tivesse parido uma mulher, a trabalhadora talvez avistasse a si própria deitada a descansar coberta por um casaco gasto.

Sobre as personagens femininas em *Gaibéus*, Óscar Lopes entende que Rosa e Ti Maria do Rosário têm dramas expostos de forma mais longa porque exemplificam a fase inicial e a fase final da sina feminina. Em meio a essas duas narrativas está a apresentação da tragédia pessoal da gaibéua apaixonada, que, segundo o crítico, “está, como Rosa, psicologicamente bem dimensionada entre a retrospectão de um passado e a perspectiva de

um futuro”.<sup>349</sup> A análise do crítico comprova que o mundo do trabalho, tal qual apresentado no romance de Redol, coloca o drama da questão de gênero em primeiro plano. Os trabalhadores sofrem ao longo de toda a narrativa, entretanto as mulheres que trabalham têm seu sofrimento ampliado.

Ao conhecer a história de Rosa, conhece-se também a do capataz Francisco Descalço, o qual, ao ser individualizado pelo narrador redoliano, enfatiza mais uma questão problemática para os gaibéus, já que ele representa a duplicação da figura do patrão. Em seu passado, o capataz igualmente havia sido trabalhador de ceifa, mas, no presente da narrativa, havia assumido o lado do poder, exercendo atividades que só beneficiariam Agostinho, logo não era considerado pelos outros gaibéus como se fosse um trabalhador. O papel assumido por Francisco Descalço era ser os olhos e a voz do patrão na ceifa, cumprindo à risca a função de manter os gaibéus produzindo e, justamente por isso, era o depositário de toda revolta interior dos trabalhadores. Quando foi transformado no braço direito do patrão, Descalço teve valorizada sua atividade, prestígio esse explicado porque será um dos únicos trabalhadores que terá trabalho garantido na próxima colheita. A revolta de todos os gaibéus encontra expressão na reflexão de um ceifeiro rebelde. Ele pensava que, se “pudesse ceifar todos os Franciscos Descalços que andam neste mundo...” (p.92), seria uma forma de anular a opressão de que os trabalhadores eram vítimas.

Entretanto, Francisco Descalço também teve seus momentos de rebeldia, pois ele quase entrou em enfrentamento com o patrão. No episódio da escolha de Rosa para trabalhar em sua casa, Agostinho Serra invadiu o território do capataz, uma vez que este já havia ‘escolhido’ a gaibéua para si.

O capataz debatia-e na incerteza do caminho a tomar. Trouxera-a consigo, entregue aos seus desejos. Conhecia-lhe a indiferença, mas saberia vencê-la, nunca outra mulher lhe tomara tanto os pensamentos. Construíra todo um plano, revolvendo-se à noite na esteira a mirá-la de longe. E agora tudo caíra por terra. Quase se perdia no doirado da seara a imagem dela, e Francisco pensava que aquela cachopa não voltaria mais ao seu rancho. (p.183)

Como demonstra o excerto da narrativa, Rosa era indiferente às investidas de Descalço. Apesar disso, ele acreditava num sucesso futuro. Nesse momento da narrativa, observa-se que Agostinho Serra e Francisco Descalço protagonizam um diálogo absolutamente hipócrita, no qual o patrão manifesta seu descontentamento com a desconfiança do capataz.

---

<sup>349</sup> LOPES, Óscar. *Gaibéus – uma leitura (uma lição) cinquentenária*. Prefácio à 17.ed. Edição comemorativa dos cinquenta anos da 1ª edição. p.19

\_ Não, senhor!...É que tinha de lhe dizer...  
 \_ O quê?!...[...]  
 \_ A cachopa vem ao meu cuidado...[...]  
 \_ Aquilo lá embaixo não é uma casa qualquer seu Francisco. E em coisas dessas ninguém me leva a mão, nem ninguém me dá lições.  
 \_ O patrão sabe...\_ interrompeu outro, arrependido de ter falado naquilo.  
 \_ O que eu sei é que se não fosses tu a falar nisso, a coisa ia séria. Outro qualquer não tornaria a pôr aqui mão em trabalho meu. Mas eu sou teu amigo, Francisco tu sabes.  
 \_ Eu sei patrão. Mas um homem é um homem...  
 \_ Pois sim, não há dúvida. Cá no Campo eu não sou homem: sou o patrão. As mulheres aqui não me servem. Pago-lhes e ceifam. Mais nada!...Era o que faltava!  
 \_ Eu não quis ofendê-lo \_ respondeu-lhe o capataz, já brando. \_ O patrão sabe...  
 A ira do Agostinho Serra foi se dissolvendo.  
 \_ É claro que, vendo bem as coisas, tu tens razões...[...] \_ É claro!...Agora aqui...Todo o respeito não basta. Fica descansado, Francisco! Está lá a Maria Gadanha...  
 \_ O senhor desculpe...  
 \_ Ó homem! Tu estavas no direito. Sim...tu estavas no direito. Agora eu é que me escamo todo quando me falam em coisas de moralidade. Nisso...ó Francisco! Pode Deus cobrir homem mais zeloso do que eu em coisas dessas?  
 \_ [...]A rapariga é uma pêra doce e eu...compreende...A mãe entregou-a ao meu cuidado.  
 \_ Estás no direito, homem. Sim...tu estás no direito. Não se fala mais nisso. E se a rapariga é, como dizes, uma pêra doce, ainda bem que a mandei lá para baixo. Ali há respeito! A Maria Gadanha é mulher de honra e guarda-a como se fosse sua filha. E por aqui, com esta malta, ninguém pode garantir o que acontece. (p.185)

Após a leitura do referido diálogo, é possível afirmar que o patrão personifica a imagem de senhor respeitoso e preocupado com o bem-estar das trabalhadoras, já que Rosa, dotada de qualidades, seria uma presa fácil para os malandros do lugar. Então, no intuito de protegê-la, o patrão havia optado por levá-la para o lugar mais seguro do lugar, sua casa. Além disso, nota-se que o diálogo representa uma tentativa de reação de Francisco Descalço, mas, ao tentar esboçá-la, o capataz reavalía suas idéias e opta pela retirada, afinal estava em jogo o seu trabalho.

O capataz pensava que bem podia ter perdido o lugar com aquela mania de rapariga. “Que aquilo era um pedacinho...Mas valia lá as boas graças dum patrão como Agostinho Serra!”.  
 \_ O senhor desculpe...  
 \_ Ó homem! Tu estavas no direito. Sim...tu estavas no direito. Agora eu é que me escamo todo quando me falam em coisas de moralidade. Nisso...ó Francisco! Pode Deus cobrir homem mais zeloso do que eu em coisas dessas. (p.185)

Conclui-se que, naquela sociedade, a sobrevivência deveria estar em primeiro plano. Por isso a possibilidade de um romance passageiro foi logo descartada por Francisco. O capataz resolveu esquecer seu interesse, seguir as ordens do patrão e continuar seguindo sua sina.

Indiferente à incerteza que o fim do trabalho na Lezíria representaria para os seus subordinados, o capataz, personificando a figura do patrão, exerce o poder sobre os trabalhadores, por meio da seleção de ceifeiros para a próxima colheita. Em razão disso, estabelece-se entre ambos uma relação de dependência, em que a simpatia do capataz é um bem almejado e por isso agradá-lo representaria o inverno do outro ano garantido com trabalho. Tal afirmação pode ser comprovada com a reflexão do próprio capataz: “não lhe bateria à porta. Mas logo daria volta pelas tabernas, onde os homens lhe pagariam vinho por graças de os haver alugado naquela ceifa. (...) Mas hoje o dinheiro aquecia-lhe a simpatia para outros trabalhos, oferecendo-lhe vinho e até alguma cerveja.” (p.302)

Outra personagem que destaca-se no coletivo é Ti Maria do Rosário, velha ceifeira que luta em agonia para continuar sua ceifa, porém é vencida pela doença. A malária é uma doença que só poderia ser tratada com quinino, no entanto a ceifeira não pode ser medicada com o remédio porque era uma trabalhadora e, como tal, não possuía condições financeiras para adquiri-lo. Então o povo, investido no seu próprio poder de cura, descobria novas formas de tratamento: “(...) com aguardente e canela aquilo passa. É bom como quinino” (p.244). Outros remédios receitados eram rabo de bacalhau em aguardente, aguardente de canela e chá de jaribão, os quais não curavam, mas quase sempre melhoravam. Todavia, o estado de melhora durava o tempo suficiente para que os trabalhadores retornassem ao trabalho. Diante da possibilidade do agravamento da doença, a personagem entra em luta desesperada para continuar ativa, pois sem ceifa não poderia continuar vivendo, “a Ti Maria do Rosário parece a morte feita gente, vestindo trajas negros” (p.243). O sofrimento e a conseqüente morte da velha ceifeira tornam-se fatos emblemáticos para os outros gaibéus, que enxergam o seu futuro igual ao destino da velha. A passagem anterior comprova o descaso que o mundo do trabalho destina a seus empregados. O sofrimento da gaibéua poderia ter sido evitado se houvesse uma assistência médica do patrão, com direito a idas a um hospital ou à visita de algum um médico.

Somando-se ao descaso do patrão, está a ignorância dos trabalhadores pobres que se sentiam intimidados e desconfiados com todo o aparato hospitalar. Por isso, recorriam às bruxarias, às mandigas e às crendices passadas de boca em boca em busca da cura, visto que “quinino é luxo para o alugado e o Agostinho Serra não os contratou com médicos e remédios, como alguns patrões já fazem.”(p.257). Quando se mencionava a ida ao médico a resposta era sempre a mesma:

\_ Ah, mulher, credo, Nosso Senhor!  
E benze-se, num movimento rápido.  
\_ Ainda não há como as bruxas para estas coisas. Se aqui houvesse alguma, já a desgraçadinha não estava assim.  
\_ Ora!  
\_ Digo-te eu, cachopa. Isto de hospital é coisa ruim. (p.245)

O sofrimento da personagem Ti Maria do Rosário se mostra emblemático para a análise da condição de exploração do trabalhador gaibéu. No delírio de sua agonia, a personagem se vê como peça da engrenagem do trabalho, sendo ceifada e colocada junto aos trigais colhidos. Não podia gritar, pois ficara coberta pela colheita e, sem ar nos pulmões, clama em pensamento pela ajuda de Deus ou por alguém, mas nada a salva.

No meio do seu delírio, a Ti Maria do Rosário vira o feixeiro aproximar-se-lhe, de forçado em riste, carregar rolheiros na carreta, e forquilhara-a também, arremessando-a para cima dos molhos. Clamara e o carreiro não a ouvira. Consertara-a entre os rolheiros, como se ela fosse um rolheiro também. (...) Gritava sempre em desespero mas ninguém a ouvia. (...) De novo o forçado lhe pegou, atirando-a à meda. Vieram molhos e molhos para cima dela. Não podia falar, nem abrir a boca para encher os pulmões. Clamou em pensamento. (p.259)

Ao final de seu delírio, é possível depreender que a personagem se vê destruída pelo seu próprio trabalho. Enxerga e sente seu corpo sendo triturado pelas ferramentas que antes lhe mantinham viva e lhe davam um pouco de esperança.

O desatador tirou-lhe o baraço e o seu corpo esparralhou-se nas mãos. Também aquele não a ouvia. E passou-a para os braços do aumentador, que a esfarripou com os dedos e foi atafulhando a caixa do batedor com o seu corpo. Despenhou-se, por fim, no abismo donde via as costelas passarem sempre de freio tomado. (...) Quis gritar mais e já não soube. As costelas ripavam-lhe o corpo, desfazendo-o. O cérebro ficara a um lado, com os seus pensamentos em clamor, mas a garganta estava triturada e não podia levar os gritos que o desespero lhe dizia. Os olhos, como dois bagos grandes, viam ainda, embora saltassem para a ciranda. (p.263)

Por fim, reconhece que os homens não podem ouvi-la, talvez as máquinas pudessem – e nesse momento aparece mais uma vez a analogia homem X objeto - ela gritou “ainda numa última súplica. Os companheiros não a escutaram e talvez as máquinas a compreendessem” (p.263). Nessa passagem, pode-se visualizar a personagem Carlitos, no filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin, que trabalha de forma autônoma e de repente se vê *engolido* pela máquina, tornando-se uma peça daquela engrenagem. O delírio da personagem de Redol é justamente se tornar uma peça daquele processo de trabalho. No entanto, quando imagina que somente as máquinas poderiam entendê-la, sua agonia se cumpre, porque já se sente peça,

perdendo o estatuto humano. Terminou sendo engolida pelo seu opressor, o trabalho. E tudo ao seu redor foi destruído. O trabalhador está sempre numa condição de alienação.<sup>350</sup>

A atividade exercida pelo trabalhador gaibéu era mecânica e, de acordo com a leitura de Besse, eles preferiam guardar seu estatuto de máquinas mesmo depois de o trabalho findo, “o homem máquina devora as espigas e por sua vez é devorado pela violência de sua própria condição”.<sup>351</sup> Por conseguinte, nesse texto de Redol, o trabalho é apresentado com duas faces, visto que enquanto para uma personagem ele serve como fator de opressão, para outra ele significa a libertação. A personagem Rosa, ao observar as colegas trabalhando, experimenta um sentimento de insatisfação porque na verdade queria estar em meio a elas. Porém, estava usufruindo das regalias da casa-grande, e a personagem reflete que talvez suas colegas a estivessem invejando, pois elas estavam na seara, “rendidas pelas pontadas e sôfregas de água. Invejam-na, talvez. Ela preferia estar junto das outras, a sentir as mesmas dores e a mesma sede. O contato dos caules e da foice, ferindo as mãos, seria para ela uma libertação” (p.91). A atividade sofrida e cansativa na ceifa a libertaria do aposento do patrão, e isso lhe restituiria o respeito da mãe e a dignidade que havia perdido.

O personagem mais importante nessa narrativa é o ceifeiro rebelde, que está junto aos gaibéus, entretanto não é um deles e também não é um rabezano. Esse personagem figura, em algumas análises, como o alter ego do escritor, e, segundo Redol, “ceifeiro rebelde, personagem sem rosto e sem nome, um tanto eu próprio com a minha experiência africana.”<sup>352</sup> Comparações à parte, o que se sabe é que o personagem é a consciência do grupo. No transcorrer da narrativa, toma-se conhecimento de que um dos objetos que pertencem ao ceifeiro é uma bússola, instrumento fundamental para orientação. Metaforicamente, o narrador coloca esse personagem como o indicador do caminho, já que possui um objeto que o conduziria, ou seja, ele é um trabalhador que possui uma bússola, portanto, sabe a direção. Ideologicamente, mostrar o norte aos seus companheiros seria estabelecer, naquele grupo, uma consciência de classe, cabendo ao ceifeiro a tarefa de alertá-los para a exploração que os vitimava.

Todavia, apesar de ser o único personagem que tem uma consciência da exploração que sofre, o personagem de Redol não apresenta uma relação estreita com seu grupo, pois seu sentimento não significa uma consciência de classe. Entretanto, é possível notar que o

---

<sup>350</sup> Etimologicamente, alienar significa ‘tornar outro’. Para Marx, o “conceito de alienação designa situações em que o homem se perdeu a si próprio, em que se tornou ‘estranho’ a si próprio. Em Marx, a alienação é, portanto, queda, decadência, e designa a situação em que o homem se tornou seu próprio inimigo. Cf. MASSET, Pierre. Pequeno Dicionário do Marxismo. Trad. Jorge Costa. Editorial Inova:Porto, 1974. p.8

<sup>351</sup> BESSE, Maria Graciete, op. cit. nota 345, p.47

<sup>352</sup> REDOL, Alves, op. cit. nota 329, p.48

personagem gostaria de conscientizar os trabalhadores a respeito de sua condição, entretanto não acredita no poder de reação dos gaibéus. O agora gaibéu deseja, mas não se propõe a mobilizar o povo para o esclarecimento de sua condição, mantém-se no papel de espectador.

Para o ceifeiro rebelde os brados dos aguadeiros assemelham-se a gritos de socorro no meio do incêndio. Sente-se mais abatido do que os outros, porque compreende as causas da angústia do rancho e sabe que os outros sofrem mais. Ele tem um norte. E os camaradas ainda não encontraram bússola.

Se todos a tivesse...

O ceifeiro rebelde pende mais a cabeça para a seara, como se as torturas e as esperanças lhe pesassem. (p.161)

Inicialmente associa-se ceifeiro rebelde como o nome do gaibéu, porém logo o engano se esclarece, uma vez que, se nome próprio fosse, deveria ser escrito em letra maiúscula, o que de fato não ocorre. A questão, entretanto, sai do campo lingüístico e vai para a questão social, uma vez que, ao optar por não nominá-lo, o narrador não lhe concede uma identidade, a qual seria adquirida por meio do nome próprio. No entanto, o personagem, cuja alcunha anuncia, adota uma postura diferenciada dos outros trabalhadores. O ceifeiro é o personagem de Redol que anda pelo mundo, de fato esteve no Brasil e África, ocupando o espaço do trabalhador. Sem profissão definida, realiza o trabalho que lhe solicitam e, em função disso, considera-se esse personagem como representante de todos os trabalhadores.

O saco do ceifeiro rebelde não vai na carreta. Leva-o enfiado no pau da enxada que deitou sobre o ombro. Ele não é gaibéu como os companheiros de jornada. Mas não pensa em terra sua; traz sempre a fortuna consigo dentro do saco.  
Hoje ceifeiro, amanhã cavador, depois vagabundo. (p.294)

Outro aspecto relevante, para a análise desse personagem, é a rebeldia que se espera por intermédio de sua alcunha. Acredita-se que o ceifeiro rebelde realmente assumiria uma postura de rebeldia e conduziria o seu grupo a uma busca por mudanças. Em verdade, esperava-se que a bússola tivesse sido colocada a serviço dos trabalhadores. No entanto, o personagem adota uma certa passividade diante dos conflitos externos, talvez motivada por seus próprios conflitos interiores. O questionar-se do personagem, ao longo da narrativa, estaria relacionado com sua condição de trabalhador consciente da exploração. O narrador coloca o ceifeiro rebelde como um personagem em constante conflito com o mundo, um mundo de conformismo e convenção. A estudiosa Maria Luiza Ritzel Remédios ratifica que o ceifeiro rebelde de Redol “deseja ser a consciência do grupo de alugados, revoltando-se, por isso, contra a submissão dos gaibéus e a ordem estabelecida, como se tivesse identificando-se

com a tragédia de cada um”.<sup>353</sup> Entretanto, seu desejo não se realiza, visto que não consegue estabelecer um diálogo com o grupo.

O símbolo da heroicidade dos gaibéus, ou seja, a personagem símbolo do heroísmo deveria ser encontrada na figura do ceifeiro rebelde já que ele é a consciência da exploração dos trabalhadores. Todavia, a personagem não adota tal postura, pois não fala aos outros trabalhadores, não os chama para a luta. Ele, portanto, nada faz para reverter o quadro de opressão. A consciência passiva do ceifeiro rebelde é determinante para compreender a saga dos trabalhadores como perdida. Não há uma esperança para eles. Os trabalhadores estão fadados a continuarem alugados, numa analogia que iguala trabalhador e objeto. O ceifeiro é o herói reificado porque a realidade econômica interfere de tal forma na conduta do indivíduo que ele próprio se torna reificado. Desse modo, a reificação divide o âmbito econômico com o espaço da vida privada dos indivíduos.<sup>354</sup>

A passividade desse trabalhador estava no agir, e não no ouvir, porque ele era o único que podia ouvir o desejo daquele povo, suas angústias “tornam-se maiores do que as dos camaradas - ele sente os pesares de toda a malta que ali moireja.” Os gaibéus não o ouviriam se falasse, mas também, quando se cala, cala também a possibilidade da mudança, e é ele quem tem a bússola.

No jogo da superfície o ceifeiro rebelde é o porta-voz do narrador que conhece a lição de transmitir, quando fala não o ouvem; entretanto, quando emudece, porque sabe que o tempo não é chegado, assume a falência de sua missão; porta-voz sem voz, emudecido por uma engrenagem que também a ele, o devora.<sup>355</sup>

Ceifeiro rebelde conhece o drama dos trabalhadores e entende que, com o trabalho, da forma como ele está organizado, os trabalhadores sempre voltarão para sua terra mais pobres. Então, o drama do gaibéu, que chega ao final da narrativa apreensivo com a impossibilidade de saldar as dívidas que ficaram na terra natal, é o drama de todos. Esse trabalhador apalpa o dinheiro no bolso da camisa, sabe que é pouco e antevê o futuro: “Tudo para o seu Emílio.”<sup>356</sup> O Agostinho Serra ficara com uma parte e a outra seria para aquele”(p.289). Percebe-se que esse personagem se vê como um animal acuado diante de um milhano enfurecido, o “outro abriu-se em gestos largos de mãos – parecia um milhano a abrir as asas. De homem ficara-lhe a cabeça. O seu Emílio era um milhano completo” (p.287).

---

<sup>353</sup> REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel, op. cit. nota 247, p.98

<sup>354</sup> LAFETÁ, João Luiz, op. cit. nota 230, p.207

<sup>355</sup> CERDEIRO, Teresa Cristina, op. cit. nota 327, p.96

<sup>356</sup> Seu Emílio era um credor que ficara na terra de origem do gaibéu e este devia-lhe dinheiro. A narrativa não oferece maiores esclarecimentos sobre a personagem.

O gaibéu assume a postura da humilhação porque não conseguiu cumprir seu objetivo primeiro que era pagar a dívida. Ou seria o segundo, sendo, portanto, o primeiro a sua sobrevivência? Habilmente o narrador redoliano utiliza a metáfora do milhano para exemplificar a condição inferiorizada e oprimida em que o trabalhador está, pois a ave de rapina, personificada na figura do S. Emílio, avança e se afasta em direção ao trabalhador. E esse vôo coloca o gaibéu numa situação indefesa, já que fica à mercê do predador, o qual cobra o pagamento da dívida.

Ciente está o ceifeiro rebelde de que o sistema econômico daquela sociedade tem, na figura do trabalhador gaibéu, a sua principal vítima. Então, percebe-se que os heróis de Redol são incapazes de realizar essa epopéia do trabalho, não obtém nem a glória nem a consagração merecida.

## 2.6 A LEITURA DO TRABALHO EM *GAIBÉUS*

O tema de *Gaibéus* é o trabalho, “trabalho produtivo, a exploração descarnada do homem pelo homem, tomados nos seus aspectos mais crus, na lâmina viva do dia a dia, dominam o livro.”<sup>357</sup> E Redol não foge da dicotomia entre opressor X oprimido. Nesse *duo*, os papéis são facilmente identificáveis, pois o opressor é o dono dos meios de produção, no caso a plantação de arroz, e o oprimido é o trabalhador, quem executa a atividade produtiva. A narrativa organiza-se de forma a intensificar essa opressão, já que o trabalho dos gaibéus está sempre em ritmo acelerado e desumano. Para Maria Graciete Besse, o trabalho realizado pelos trabalhadores é “esgotante, embrutecedor e despersonalizante, caracteriza-se pela separação entre o pensamento e a execução”.<sup>358</sup> Também há uma linearidade do tempo cronológico que contribui para o entendimento do grupo de trabalhadores como seres explorados.

Gaibéus e rabezeros dividem o mesmo espaço da Lezíria, mas estão em lados opostos na disputa pelo poder. Entretanto, com um encontro na praia, esse clima de hostilidade é momentaneamente desfeito: “O Fomecas propôs aos outros que os três gaibéus fizessem parte do grupo. Aquilo não estava nos hábitos, mas os rapazes pareciam de boa marca.”(p.142) A

---

<sup>357</sup> REDOL, Alves, op. cit. nota 329, p.48

<sup>358</sup> BESSE, Maria Graciete, op. cit. nota 345, p.47

rivalidade entre os grupos de trabalho é justificada pelos rabezanos, que vêm nos gaibéus a perda de seus empregos:

Se não fossem eles, mais braços da Borda-d-Água encontrariam trabalho na Lezíria. Os patrões querem pessoal que não tenha domingos e se alimente de jornas baixas. Por isso as mondas são feitas por gaibéus e por caramelos. E os rabezanos procuram nas fábricas e nas desacargas dos cais o que o campo não lhes dá agora. Ainda bem pensam muitos. Eles não podem olhar como camaradas os gaibéus e caramelos.  
\_ Eh, gente!...Eh, gente!...(p.130)

A forma como a sociedade do trabalho, na região da Lezíria, estava organizada possibilitava tal pensamento porque cada grupo, ao se preocupar apenas com a sua sobrevivência, não percebia que todos os trabalhadores estavam na mesma situação. Constatase, então, que o mundo do trabalho provoca esse olhar obscuro. Sobre isso, Alexandre Pinheiro Torres argumenta que “seria possível o casamento entre uns e outros quando descobrissem que a mesma fome os une”.<sup>359</sup> A narrativa de Redol ratifica o pensamento do crítico quando apresenta o encontro entre os dois grupos, que se percebem não como

Naquilo é que todos eram iguais. (...) Mas na fome os rabezanos não diferiam dos gaibéus e caramelos.  
Caramelos, gaibéus e rabezanos estavam todos marcados com o número nove.  
“Nove!...Quem padece é o pobre!”  
Todos ferrados com um nove. (p.144)

O mencionado encontro se dá no capítulo intitulado “Sete estrelas na praia”. O crítico Óscar Lopes entende que o título do capítulo relaciona-se com as pontas dos pés de trigo que apontam para o céu e, numa figuração poética, poderia ser analisado também como se as próprias personagens fossem as estrelas perdidas na imensidão do céu. Esse capítulo é interessante porque, além do intercuro social que anula o distanciamento entre os grupos, há uma restituição da identidade das personagens por meio de um novo batismo, que faz eles deixarem de ser mais um no grupo dos trabalhadores para se tornarem o *Mal-Pronto*, o *Caraça* e o *Nove*.

Os três gaibéus perdiam naquele momento todo o passado. Não pertenciam agora ao rancho do Francisco Descalço, nem a sua poisada se fechara por ordem do capataz. Já eram outros, nados e crescidos ali naquela língua de areia., onde o Tejo vinha adormecer as marés brandas ou encabritar-se ao toque do vento e das cheias. Numa só noite aprendiam mais do até ali. Camaradas duma vez, aqueles rabezanos. Ficavam sem sentido os conselhos dos pais:

---

<sup>359</sup> TORRES, Alexandre Pinheiro. Apresentação. In: REDOL, Alves. *Gaibéus*. 20. ed. Prefácio de Óscar Lopes. Lisboa: Caminho, 1989.

“\_ Cuidado com essa gente lá de baixo...”(p.143)

*Nove quem padece é o pobre* é um refrão que iguala personagens, pois o número nove marcava a todos: “Todos ferrados com um nove. Os gaibéus sentiam o número marcado a fogo no seu peito e adivinhavam-no também no dos quatro rabezanos”(p.144-5). A narrativa criada por Redol é pautada pelo uso quase constante de provérbios e igualmente de cantigas, formas que o povo trabalhador encontrou para fazer passar o tempo. Maria Graciete Besse, interpretando essa questão musical na obra de Redol, observa que o tema global das cantigas era sempre caracterizado pelo tom da lamentação.

Mais freqüentes nos primeiros capítulos da obra, coincidindo como os momentos mais dinâmicos (...). Antes de tudo o canto exprime alegria, mas a sua função é a de encorajar o grupo. Os capatazes sabem-no e por vezes incitam as raparigas a cantar, para assim acelerar o ritmo do trabalho. Contudo, nos momentos de maior cansaço ou de tristeza profunda, todos os camponeses se calam.<sup>360</sup>

Observa-se que, na opinião da autora, a cantiga assume um tom de reflexão, um despertar das consciências. Entretanto, acredita-se que outra leitura também seja possível. Pode-se relacionar o cantar dos personagens como uma forma de se alienarem, uma vez que ao cantarem, desviaram sua atenção do trabalho, adotando um ritmo que os automatiza. Cantavam e trabalhavam e, conseqüentemente, não pensavam mais no que estavam fazendo, pois tinham a sua atenção voltada para a canção. Portanto, alienavam-se porque trabalhavam mais quando cantavam, fazendo suas atividades no tom ritmado da canção.

Numa sociedade capitalista, o objetivo é o lucro. Dessa forma, para a classe dominante era bom que os gaibéus cantassem, assim aumentavam a produção, não pensavam no que estavam fazendo e diminuiam o seu sofrimento porque estavam se distraindo: “Uma cachopa canta. Outra junta-se-lhe e outra ainda. Entre lábios, todo o rancho acompanha as cachopas que cantam. Adormecem angústias e a ceifa ameniza” (p.88). Mulheres e homens cantavam. O canto das mulheres relaciona-se com o universo sempre caracterizado como feminino: casamento, namoros, homens. Já os homens, que raramente cantam, quando o fazem, cantam o vinho, a virilidade, os fandangos, os barcos. Outro símbolo determinante para a alienação é o vinho. O caráter inebriante da bebida entorpece corpos e também toda e qualquer possibilidade de os gaibéus de reagirem contra aquele sistema opressor. É uma amarra do poder que imobiliza o trabalhador. “Era o vinho, meu Deus, era o vinho...”(p.61).

---

<sup>360</sup> BESSE, Maria Graciete, op. cit. nota 345, p.50

O vinho fazia os trabalhadores cantarem, e a foice fazia cantarem as rãs, porque, no mundo de *Gaibéus*, além dos trabalhadores, as rãs também cantam, e seu canto é o coaxar que obedece ao ritmo das foices. Estabelece-se um ciclo ritmado de trabalho no qual quem agoniza é o trabalhador. Cantigas e coaxares, tanto barulho na ceifa, cumprem o papel de representar a agitação caótica que aquele mundo do trabalho compreendia. O “coaxar irônico das rãs nos charcos” (p.89) reproduz o canto do capataz que chama os gaibéus para a lida: “As rãs aprenderam o bramar dos capatazes. É por isso que os rapazes lhes atiram pedras, quando as vêm refasteladas ao sol ou a esgueirarem-se no seu saltitar pesado” (p.174). Coaxam para ritmar os trabalhadores que obtêm descanso, mas, quando chove, cessam seu canto e, momentaneamente, o seu coaxar. “Os ceifeiros ignoram se são os capatazes que falam ou as rãs que coaxam. As vozes confundem-se. Os capatazes também coaxam e as rãs falam” (p.174).

Quando a narrativa chega ao seu final, na estação de trem, ocorre um choque social, já que é o momento do encontro da sociedade ribatejana com o povo trabalhador. O atraso do comboio, o olhar superior do funcionário e as pessoas bem vestidas na estação ilustram situações que demonstram ao leitor a dimensão do desprezo que a classe dominante nutria por aqueles trabalhadores. Exemplar de tal pensamento se torna a passagem na qual um menino afasta-se do seu grupo social e aproxima-se do povo gaibéu, sendo duramente repreendido por sua mãe. É contrastante a imagem que se forma da cena entre as gaibéuas, que vestiam ainda as roupas das jornas, e a mãe do menino, finamente vestida e perfumada.

\_ Sentado no chão com os gaibéus; é pior que um rapaz de rua. Parece impossível, Mårinho!...Quando chegar a casa, tenho de o lavar todo. Metido com a gente porca...

\_ E pulgas, quantas trará?!...

\_ Que coisa, Mårinho, que coisa!...Assim faz-se feio. Não acha, Sr. Ferreira?

\_ É claro!...É claro! Não queira ser rapaz da rua. (p.306)

A conseqüente atitude do menino igualmente é emblemática para comprovar que o preconceito de classe está incutido na classe superior, independente da idade que o integrante tenha. O menino, tomado pelo inesperado da repreensão, tem sua ingenuidade desfeita, pois logo se dá conta que não poderia descontentar seu pai com esse tipo de amizade, “nunca mais cairia noutra. Se o papá soubesse, “não lhe daria mais brinquedos bonitos” (p.306). Essa constatação redime o menino, já que não queria perder os privilégios que seu pai lhe concedera. Então ele “aquietou-se junto à mãe, mais triste ainda. “Ser rapaz da rua era coisa

feia”, dissera o papá...Já fugia de brincar com eles, mas com as mulheres não lhe tinham dito” (p.306).

Aliado ao preconceito entre grupos sociais, constata-se ainda a ausência da solidariedade entre as classes, o que aumenta e mantém a distância entre os grupos. A divisão social não é obviamente questionada pela classe que acredita ser superior, ainda que almejada. Os ricos, entendidos aqui como os patrões, não se compadecem com a sina dos trabalhadores e preferem o distanciamento como uma forma de preservação: “Uma delas (gaibéua), solícita, apontou-lho, sorrindo-se. A senhora não sorriu”(p.305).

Esse sentimento de preservação e a prática do distanciamento como se sabe são produtos de uma sociedade capitalista, conforme já observado por Karl Marx, para quem a existência de classes sociais sempre resulta na opressão de uma sobre a outra. E a estrutura social agrária da Lezíria reflete essa divisão. Na percepção do garoto, “os meninos de cabeça de renda só devem brincar com meninos iguais e falar com mulheres vestidas como a mamã” (p.306). Portanto, às gaibéuas, restava ficar admirando aquelas mulheres que exalavam perfume, usavam roupas finas e recebiam cumprimentos de forma honrosa dos homens presentes no lugar. Redol apresenta a distância social entre as classes, contrastando mulheres ricas com as gaibéuas – a partir da caracterização de seu vestuário, o narrador intensifica a marca identitária de sua classe social - firmando seu compromisso de provocar uma reflexão e, conseqüentemente, a constatação de que a realidade precisava ser modificada.

A dignidade dos trabalhadores não é uma questão que preocupa uma sociedade que objetiva ao lucro, o que se depreende “por toda a Lezíria se agigantam os alugados que se curvam a brandir as foices. Tudo se amesquinha ali, junto deles, que vivem necessidades de mendigos” (p.79). Um bom exemplo desse quadro é a cena inicial dos gaibéus no momento de sua chegada, que intensifica a imagem de explorados. O seu aspecto físico refletia a imagem de trabalhadores maltrapilhos, cuja esperança de melhorarem de vida era quase melancólica.

Caminhavam aos grupos, aturdidos. De fatos assolapados por remendos, de barretes e chapéus puxados para os olhos, ficava-lhes mais sombrio o parecer dos rostos tisonados pelas soalheiras das vindimas.

Enrolavam-se alguns em gabões desbotados, trazendo ao ombro sacos e foices, paus e caldeiras.

E as mulheres, embrulhadas em xailes desfiados ou saias de casteleta pelos ombros, marchavam silenciosas, de pés descalços.

Sentiam saudades da terra que lhes negava o pão. Saudades bem fundas, catano! Vir de tão longe...(p.60)

O ar desamparado e aparvalhado como o grupo de ceifeiros é descrito não os qualifica para uma vitória naquele ambiente hostil. Na verdade, são objetos que serão usados para a obtenção do lucro, ratificando assim o objetivo da sociedade capitalista. Como forma de intensificar a sua condição de reificados, o narrador faz uso de uma nomenclatura pejorativa, alugado: “Um a um, os alugados vão-se erguendo, para lavar as caldeiras e dispor o jantar, com outros ímpetus ganhos pelo descanso. Conversam e riem”. (p.103) Essa alcunha não é algo que pertença apenas ao universo do narratário, visto que os próprios personagens se identificam com ela e passam a se assumir como tal. Chocante constatar que os personagens de Redol não manifestam estranhamento ao sentirem-se relacionados com objetos que podem ser manipulados de acordo com a intenção de quem está no poder, no caso o patrão e o capataz.

Há alugados que nem caldo fizeram para o almoço. Pão e duas petingas chegam para enganar o estômago. E o pão enrola-se sem saliva, com um naco de sola que os obrigassem a comer.  
Vão mastigando, de olhares vagos, embrenhados nas teias dos pensamentos, com canivetes a cortar pedaços de pão que engolem depois. (p.100)

Na obra a sociedade ribatejana está dividida entre os gaibéus, os alugados e o Agostinho Serra, o patrão que os aluga. A escolha do termo *alugado* pelo narrador tem o objetivo de apresentar a reificação do trabalhador gaibéu. Os trabalhadores não têm sua condição de seres humanos respeitada, vivendo em constante estado de alienação. Sabe-se que o trabalho na sociedade capitalista os faz perder sua condição de humanos e, por isso encontram-se com frequência, na obra de Redol, passagens que comprovam essa desumanização dos indivíduos. Os gaibéus, quando chegam, não falam, o que se ouve é a “gralhada do rancho” (p.59). São comparados a grupos de animais e não a grupos de pessoas.

Conforme já foi referido, o canto das cachopas, que serve como motivação e incentivo ao trabalho, é confundido com o coaxar das rãs, uma vez que “parece que às vezes que as rãs cantam e as mulheres coxam”(p.89). Os sons das rãs ditam o ritmo da colheita, mas também colocam as pessoas que cantam em igualdade com elas. Mas até nesse aspecto as rãs saem vencedoras, pois seu canto é irônico porque “as rãs coxam a sua liberdade”(p.99), e as cachopas não.

Cantam como animais e dormem também como eles. Os trabalhadores dormem em qualquer lugar, cansados depois de um dia de ceifa, “homens e mulheres, enrolados nas mantas listradas, dormem pelo chão, em ressonares profundos, sobre esteiras ou em palha, como o gado que está na mota a remoer”(p.67). Suas salivas representam a “baba de boi que

deitam fora e fica a balouçar entre lábios gretados e sem cor” (p.83). Para Maria Luiza Ritzel Remédios, o narrador “evidencia o processo através da linguagem metaforizada a que recorre.” Essa cultura complementa que o “trabalho escravo torna o homem máquina ou transforma-o em animal, mas o processo se classifica aos olhos do narrador, o qual consciente de que seus poderes são ilimitados, usa o procedimento oposto, humanizando a máquina ou os animais”.<sup>361</sup>

Dignidade, respeito e justiça são palavras desconhecidas no universo do trabalho nos campos da Lezíria ribatejana.

As roupas estão empapadas, a feder a sujidade e cansaço.  
Morre no ar o odor das espigas loiras cortadas e das flores crescidas à babugem.  
Fica o cheiro acre dos corpos molhados pela rudeza da labuta. Como por toda a lezíria se agigantam os alugados que se curvam a brandir as foices. Tudo se amesquinha ali junto deles, que vivem necessidades de mendigos. (p.79)

O romance retrata o trabalhador produzindo mecanicamente, sem reflexão, porque a ceifa precisa ir “sempre adiante que lá em baixo, no aposento, o patrão está a fazer contas à colheita, que correu de boa maré” (p.80). A imagem do patrão em sua casa, contando a ceifa, aparece repetida novamente nas páginas seguintes: “não pode parar, porque lá em baixo, no aposento, o patrão está a fazer contas à colheita, que correu em boa maré” (p.83). A tosse é uma manifestação que coloca os trabalhadores num patamar de humanidade, diferenciando-os das máquinas. O narrador observa que a “malta trabalha em silêncio e só as foices e as espigas falam. As tosses, de quando em quando, dizem que ali vai gente – isso a distingue das máquinas que não têm pulmões” (p.83).

Como forma a dimensionar o sofrimento dos trabalhadores, coloca-se a questão climática que interferia na produção dos gaibéus, pois a colheita só acontecia com tempo bom. Logo, nessa relação de dependência, percebe-se que os trabalhadores viviam numa constante disputa com a natureza. Ao descrevê-los com suas cabeças voltadas para o céu, observando a formação das nuvens, rezando para que a chuva não viesse, já que, se chovesse eles não comeriam, o narrador os torna impotentes diante da natureza: “ (...) eles não queriam pensar na chuva. A chuva tornava-se mais dolorosa do que a canícula sem sol. As foices iriam parar e a ceifa era o pão”(p.176). O trabalho os fazia sofrer, entretanto a sua falta os vitimaria sumariamente.

Tal afirmação se comprova com o episódio da chuva que cessa a ceifa, a qual coloca a falta de consciência dos trabalhadores num nível inaceitável para o ceifeiro rebelde. Os

---

<sup>361</sup> REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel, op. cit. nota 247, p.100

gaibéus aceitam a proposta, do patrão e do capataz, de debulharem espigas em troca de algum dinheiro. Na lógica do patrão: fariam um serviço para ele a custo quase zero, dois tostões. Na lógica dos gaibéus: não perderiam totalmente o dia. Na lógica do ceifeiro rebelde: trabalhariam dobrado para ganharem menos, pois os cestos eram muito grandes e demorariam a serem cheios. Mas, contrariando as expectativas do ceifeiro, a proposta causa uma agitação geral e todos se empenham na realização da tarefa. O ceifeiro rebelde sente-se mais uma vez impotente diante do fato, o que o fez refletir que a ignorância dos trabalhadores:

estava a tirar o pão a eles próprios; se todos percebessem, nunca ninguém pegaria numa maçaroca. E o trabalho seria pago ao dia, porque ceifar ou na descamisada as barrigas não achavam diferença. Aquilo tornava-o mais sombrio que o temporal e a falta de jorna. Parecia-lhe que os outros estavam tomados de loucura, de que aquele turbilhão de vozes e correrias, gargalhadas era o sintoma. (p.201)

A lucidez do ceifeiro, diante da loucura dos outros, dava-lhe ciência do nível de ignorância a que os trabalhadores estavam submetidos, uma vez que eles não se viam como explorados. Por isso, entende-se que a narrativa de Redol cumpre o seu objetivo de mostrar as reais condições de vida dos trabalhadores porque coloca o único personagem com capacidade de interpretar a realidade numa situação de impotência. Redol, desse modo, analisa a trama que criou a partir de seus personagens

a rapariga que vai para o aposento do Agostinho Serra e se lembra da Balbina, a prostituta da Rua Pedro Dias, de Tomar, as velhas, o ceifeiro que vem ao Ribatejo para juntar dinheiro para a renda da terra na sua aldeia, é mostrar outros tantos caminhos da alienação numa sociedade degradada, em que o valor de troca arreata o homem à degradação.<sup>362</sup>

A opção do autor de apresentar o herói gaibéu impotente, sem condições de reverter o quadro de exploração, pode ser analisada como uma forma de cumprir o ideário neo-realista. Sabe-se que o público neo-realista não era o povo explorado que tinha sua história exposta na literatura e sim a sociedade letrada da época. Logo, a essa sociedade caberia fazer sua parte e tentar mudar a situação dos trabalhadores. Essa era a meta de Redol: fazer da literatura uma narrativa da verdade, cumprindo, assim, o seu papel social. Os gaibéus saem de uma realidade que não lhes permite a sobrevivência, acreditando que o “primeiro dia de trabalho é sempre uma trégua na angústia dos dias parados”(p.71). Porém, segundo já observado, as economias conseguidas não seriam suficientes para saldar as dívidas deixadas para trás.

---

<sup>362</sup> REDOL, Alves, op. cit. nota 329, p.49

O desfecho esperado para a narrativa, caso não estivesse a narrativa contextualizada numa sociedade capitalista, seria a realização financeira e a consagração que o trabalho deveria compreender. Porém, o que acontece é exatamente o contrário, porque o personagem que trabalha na ceifa é humilhado por trabalhar. Novamente percebe-se a alienação a qual o trabalhador fica exposto, trabalha mas não encontra a realização. É indiferente aos anseios dos gaibéus, a ceifa deve continuar. Dessa maneira, o ciclo do trabalho em *Gaibéus* se fecha para mais adiante reiniciar, pois a sina dos trabalhadores não termina, reinicia.

*Era o vinho, meu Deus, era o vinho...*

### 3 O NEO-REALISMO DE CASTRO SOROMENHO

*Conheci hoje o negro que há em mim  
E que vive no meu peito ignorado  
Sob uma pele branca de europeu.  
Aquele negro que se dá ao Jorge Amado  
E que hoje se me deu.  
Manuel Coutinho*

Um intelectual de destaque em Angola foi o escritor Fernando Monteiro de Castro Soromenho<sup>363</sup>, que optou por desenvolver, em sua obra, a problemática do negro colonizado, mas também do negro anterior à presença do branco no território africano. Para o crítico Cândido Beirante<sup>364</sup>, o romancista resume bem o que é hoje a tarefa de todos os escritores angolanos, ou seja, buscar compreender Angola por intermédio do entendimento dos seus próprios homens. Tal postura de Soromenho buscou desenhar o perfil real do povo angolano, isto é, conhecê-lo de fato, focado no objetivo de apresentar ao português o negro e ao negro, o português.

Castro Soromenho é cidadão moçambicano, porém angolano de sentimento, que representa o que houve de melhor na ficção colonial de Angola, “ou melhor da situação colonial criada pelos portugueses. Mais precisamente das relações branco-negro nas terras interiores de Angola. Técnica e orquestração da obra situam-no dentro do neo-realismo.”<sup>365</sup> Escritor que produziu afastado de Angola, respeitando seu desejo de relatar a vida na África ao povo metropolitano, vida marcada por uma experiência de cativo. Tal experiência deixou marcas profundas no povo africano e é possível verificar, na obra de Soromenho, o retrato desse amadurecimento forçado. Maria Aparecida Santilli entende, que ao longo da obra do autor, o público se depara com “a imagem de inocência do mundo africano que se vai

---

<sup>363</sup> Soromenho foi o primeiro romancista neo-realista tendo trabalhado nos anos 20 e 30. Trabalhou para a Companhia de Diamantes de Angola, a Diamang. Depois, desempenhou funções administrativas na região da Lunda. A Diamang era a única sociedade que explorava diamantes. “Foi criada em Angola em 1917, precisamente no ano em que o Banco Morgan penetrava na África do Sul por intermédio da Anglo-American Corporation.” Cf: CASTRO, Armando. *As colônias portuguesas em África*. In: \_\_\_\_\_. *O sistema colonial português em África. (Meados do século XX)*. 2.ed. Lisboa: Caminho, 1980. p.48

<sup>364</sup> BEIRANTE, Cândido. *Castro Soromenho: um escritor intervalar*. 1989. 770 fl. Doutorado (Tese de Doutoramento)- Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>365</sup> SOARES, Antonio Filipe. *Literatura angolana de expressão portuguesa*. Porto Alegre: Instituto cultural português, 1983. p.63

desfigurando, no quadro de uma experiência de cativo, como um inferno existencial do homem negro”.<sup>366</sup>

Com a Trilogia do Camaxilo, o autor iniciou sua fase anticolonialista, focando sua denúncia na então cidade mais importante da Lunda à época da borracha. Iniciou-se também sua veiculação ao movimento neo-realista, transformando sua literatura numa bandeira de denúncia. A preocupação do autor era com o povo africano que teve sua vida modificada, suas crenças questionadas e, por vezes, ridicularizadas a partir da colonização e, conseqüentemente, da entrada do povo branco no mundo dos negros. A sociedade africana, antes da invasão portuguesa, era comandada por um chefe tribal, o Soba, um espécie de mentor espiritual que detinha a sabedoria e era a autoridade máxima dentro da tribo. Com a chegada dos portugueses, o administrador do posto colonial passou a ser a autoridade, modificando, com isso, toda a estrutura social angolana.

Tendo como pano de fundo o período colonial, a importância do romancista, para o desenvolvimento da literatura angolana, é inquestionável. Tal argumento ratifica-se quando alguns críticos enfatizam que o caráter nacional da literatura angolana pode ser apreendido a partir da leitura das obras soromenhianas. Francisco Salinas Portugal é um desses críticos e assim se referiu ao autor:

explica-se a aparição de obras de um autor, cujo caráter intervalar é paradigmático da evolução de toda geração, Castro Soromenho, quem, com a sua *Trilogia do Camaxilo* abandona a literatura colonial em que estava inserido e, na estética do neo-realismo português, recria um mundo próximo e dramático que, tendo o colono como protagonista, abre uma literatura plenamente nacional no sentido que hoje é dado ao termo.<sup>367</sup>

Sem dúvida, o grande mérito de Castro Soromenho foi o de ter exposto a sociedade africana sem o véu paternalista, penetrando, para isso, na questão social, focando temas como as misérias humanas, os explorados e os marginalizados. Em função de tal representação, Soromenho não caiu na simpatia de alguns angolanos, uma vez que os negros foram colocados na obra de forma caricatural, servindo como motivo de riso para os brancos. Então, a antipatia se explica pela falta de identificação dos negros da atualidade com a obra de Soromenho. Soares argumenta que “também a história colonial portuguesa de Angola se vê prejudicada na obra (*Terra Morta*) pela distorção ideológica que, em relação aos administradores e colonos, apenas destacou os pontos negativos.”<sup>368</sup>

---

<sup>366</sup> SANTILLI, Maria Aparecida. *Estórias Africanas. História e Antologia*. São Paulo: Ática, 1985. p.15

<sup>367</sup> PORTUGAL, Fernando Salinas, op. cit. nota 64, p.61

<sup>368</sup> SOARES, Antonio Filipe, op. cit. nota 365, p.75

De fato, o romance *Terra Morta* não traz o esplendor da paisagem africana, fato que muito orgulharia um angolano, traz sim a narrativa de uma exploração social mediatizada pela sujeição do povo. Devido a tal opção, Manuel Ferreira entendeu que coube a Castro Soromenho, “angolano de vivência a partir de dois anos de idade, imprimir uma nova feição à autêntica ficção angolana”.<sup>369</sup> O romancista partiu de uma narrativa inicial focada no aspecto lendário e folclórico das sociedades tribalistas para uma análise do sofrimento do homem angolano explorado, assim como de alguns representantes coloniais, o que significou uma mudança temática importante nos romances africanos. Na leitura de Manuel Ferreira, Castro Soromenho foi figura ímpar nas letras africanas, porque a dominou desde os fins da década de 30 até a de 40, e, nas duas décadas seguintes, apesar de ter tido a companhia de outros intelectuais, ninguém lhe fez frente, pois “poucos atingiram o nível por ele alcançado, reconhecido internacionalmente através de traduções em várias línguas e alguns estudos que foram dedicados à sua obra e personalidade literária (...)”.<sup>370</sup>

Castro Soromenho transpôs, para sua obra, a repressão, a violência, a questão social, o preconceito e, principalmente, as questões do trabalho. Além disso, colocou, em suas páginas ficcionais, o negro como participante das estruturas narrativas. A literatura africana, em função da colonização, passou a ser expressa, então, na língua do colonizador – conforme já referido – e seu enfoque era a questão racial, em que o homem branco era representado de forma superior ao negro, cabendo a esse o último lugar do desprestígio e da exclusão. Por isso, a relação entre esses dois grupos, negros e brancos, tornou-se a temática principal da obra de Castro Soromenho. Para Cândido Beirante, o autor angolano, filho de governador e neto de um juiz do Supremo Tribunal de Justiça, assumiu a africanidade com uma empatia sincera, já que possuía um caráter múltiplo no que se referia a sua pátria, pois, como se sabe, seus pais eram caboverdianos, viveu muitos anos em Lisboa, exilou-se em Paris e faleceu no Brasil.<sup>371</sup>

Castro Soromenho foi transferido para Lisboa porque estava incomodando as autoridades coloniais, visto que questionava todas as ações da administração geral. A criticidade de Soromenho, intelectual conhecedor da efervescência cultural que tinha lugar na Casa dos Estudantes do Império e repercutia em Angola, foi aguçada pela derrota do nazifascismo, pela ascensão da União Soviética. Tais ocorrências fizeram-no reviver a esperança

---

<sup>369</sup> FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987. p.149

<sup>370</sup> Id-*Ibidem*, p.149

<sup>371</sup> BEIRANTE, Cândido, op. cit. nota 364, p. 49

de acabar com as ditaduras e pensar na independência dos países africanos. Aliado a isso, por essa época

a luta pela independência dos povos africanos ligava-se à idéia de libertação dos operários explorados nos países da Europa. Visto pelo prisma marxista, o imperialismo configurava um desdobramento do capitalismo, que precisava ser derrubado. Lutar contra ele era, portanto, lutar a favor dos oprimidos de todos os lugares.<sup>372</sup>

Então jornalista formado em terra africana, Soromenho iniciou uma série de publicações voltadas ao mundo africano, cuja preocupação depreendida na obra relacionava-se com a sua simpatia com idéias anarquistas que iam se desenhando em Portugal.

Soromenho não ficará indiferente (ao Neo-Realismo), embora continuasse a escrever entre 1938 e 1946 as suas obras do primeiro ciclo, a sua produção literária oscilando entre o romance, o conto e as histórias. Entretanto durante este período afluem, regularmente as influências externas. Da Rússia (Gorky), de Itália (Ignazio Realismo, Silone, Carlo Levi, Cesare Pavese, Elio Vittorini, et.) e do Brasil (Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos).<sup>373</sup>

Data dessa época a sua inserção ao modo neo-realista de entender o mundo e fazer literatura. Todavia, apenas em 1949 tornou público o romance *Terra Morta*, obra que inaugura sua participação no Neo-realismo, cuja publicação aconteceu no Brasil, talvez porque a temática abordada na obra atingiria negativamente a sociedade portuguesa.

São denominadas obras de primeiro ciclo, como refere Manuel Guedes dos Santos Lima, porque a produção literária do romancista pode ser entendida a partir da divisão em duas fases, sendo a primeira caracterizada pela total ausência do branco no território dos negros, e, posteriormente, sua aparição no mundo negro. Margarido pontua que a narrativa da primeira fase apresentava como dificuldade principal o público a quem ela se destinava, pois falava sobre o mundo negro, mas indo em direção ao mundo branco. O crítico observa que o olhar do escritor Soromenho permanecia ainda como um olhar do colonizador que via o negro e sua cultura como bárbaros, e “se havia já na obra a necessidade de esclarecer, o público a quem essa obra se destina exige, ainda mais, esclarecimentos fortemente complementares, para que toda a evolução do processo humano fique evidente”.<sup>374</sup>

Ir até a África e ficar nela foi realidade para muitos homens que estiveram a serviço do governo colonial e vivenciaram, juntamente com os autóctones, a situação de um país

---

<sup>372</sup> CHAVES, Rita, op. cit. nota 188, p.188

<sup>373</sup> LIMA, Manuel Guedes dos Santos. *O negro e o branco na obra de Castro Soromenho*. Imprimerie Gloor-Luder, Eysin S. Nyon, 1975. p.21-2

<sup>374</sup> MARGARIDO, Alfredo, op. cit. nota 257, p. 228

colonizado, porém Castro Soromenho, que já tinha consigo a alma do escritor, aproveitou sua estada no continente como um grande laboratório para sua futura profissão.<sup>375</sup> Escritor com descendência e trajetória de vida singulares, Soromenho optou por escrever sobre a Lunda, território da borracha, do mato, dos diamantes, de nativos colonizados e de colonizadores, situada a nordeste do país. A ida para Portugal e o abandono do emprego de funcionário do governo significaram uma libertação e o início do árduo trabalho de colocar a realidade africana em linguagem literária, o que se transformou numa grande tarefa para o ‘angolano Soromenho’, foi em

Portugal, que nasceu o escritor, depois de reviver a minha vida de Angola, fazendo tábua rasa de idéias feitas e dando-me conta dos erros de interpretação originados pelo clima social vivido desde a infância numa sociedade em formação, heterogênea pela sua própria natureza, sem outras raízes que não fossem os seus interesses circunstanciais, e sempre marginal.<sup>376</sup>

Após sua saída da África, buscou, em sua memória, os elementos para a produção artística - data de 1937 a última ida de Soromenho a Angola – que “era (e é) uma mancha negra, uma saudade da cor e da forma dos trópicos”<sup>377</sup>, a melhor forma de escrever sobre aquele mundo que conhecera, onde lundas e quiocos, bangalas e luenas poderiam viver. Nesse percurso criativo, o distanciamento físico proporcionou uma aproximação sentimental com o povo angolano e possibilitou “novas perspectivas, o homem e a sua vida, a terra e o meio social, revelaram-se na sua forte autenticidade. E nunca mais deixei de estar em Angola, embora habitando em Lisboa ou no Rio de Janeiro, em Paris ou Buenos Aires”.<sup>378</sup>

Como funcionário administrativo, Castro Soromenho circulava entre os negros e conseguia, com isso, perceber o isolamento que também os brancos viviam, uma vez que não entendiam a cultura dos negros e tão pouco eram entendidos por eles. O comportamento do autor chamava a atenção em Angola, porque, enquanto os outros funcionários percorriam o sertão atrás dos negros com armas e eram escoltados por soldados, Soromenho fazia seu trabalho acompanhado de um intérprete, perguntando sobre a vida dos africanos. E, entre desconfiança e encantamento, os africanos profetizavam que havia “nascido o coração dos

---

<sup>375</sup> De acordo com Augusto Costa Dias, Castro Soromenho, assim como Soeiro Pereira Gomes, “fizeram estudos técnicos médios que os veiculavam para um emprego e não para uma ação cultural no domínio das letras. A ela chegaram num esforço de autodidatas e se vieram à literatura, partiram de uma posição de empregados, de trabalhadores, que aliás continuaram a ser. [...] De resto, o neo-realista foi um escritor dos domingos ou de ‘horas extraordinárias’, para além do emprego”. Cf: DIAS, Augusto Costa. Proletariado revolucionário luta de classes e nova intelectualidade. **Revista Seara Nova**, Lisboa, n.1551, 12-15, jan. 1975.

<sup>376</sup> *Id-Ibidem*, p.152

<sup>377</sup> MARGARIDO, Alfredo, op. cit. nota 257, p. 238

<sup>378</sup> MOURÃO, Fernando Albuquerque. **A sociedade angolana através da literatura**. São Paulo: Editora Ática, 1978.p.152

brancos”.<sup>379</sup> Entretanto, chamar a atenção do povo português sobre Angola era um difícil trabalho, visto que no imaginário luso, a África ainda estava no campo da excentricidade, e com Angola não era diferente.

O comportamento de Soromenho causava especulações no meio intelectual, pois, para alguns críticos, causava estranhamento sua preocupação em retratar a África Colonial. Já para outros, tal interesse foi interpretado como uma expiação do homem Castro Soromenho, que certamente tinha o sentimento de remorso consigo. Sentia isso em função de seu trabalho como funcionário do governo colonial, tendo que cumprir, como todos os outros, deveres que prejudicavam os africanos. Seu trabalho realizado na colônia sustentava, de certa forma, o governo colonial e, ao se tornar porta voz do povo africano, buscou se redimir. A forma como representou a África, em seus romances, foi uma clara tentativa de fazer justiça ao povo africano, uma vez que, dentro da sua compreensão, os homens eram iguais, independente da civilização a que pertenciam.

Libertado de todos os preconceitos e prejuízos, sempre considerei os homens humanamente iguais, embora de civilizações diferentes. Nenhum homem de cultura progressiva aceita a superioridade desta ou daquela civilização e sabe que os seus valores morais essenciais têm uma base comum. Daí a universalidade do homem para além das coordenadas definidas pelos padrões culturais que caracterizam as várias civilizações. Fora, ou à margem desta verdade, o homem toma posição racista, seja ele branco, amarelo ou negro. Uma posição anticultra.<sup>380</sup>

A redenção do autor consistiu na apresentação da sua verdade africana, recuperada por meio de sua memória, e que buscou corrigir erros de interpretação. Conforme já referido, em sua tese de doutoramento, Cândido Beirante analisou o escritor Castro Soromenho a partir do conceito de intervalar.<sup>381</sup>

Numa perspectiva de angolidade, a obra ficcional soromenha é intervalar porque alterna entre a africanidade incipiente, na primeira fase, e a angolidade dolorosa, conscientemente assumida, na humilhação e castigos negros, na segunda. A denúncia e a ruptura do sistema axiológico do colonialismo está a cargo do narrador e de personagens europeias “*problemáticas*” (Américo, Serra e Lourenço).<sup>382</sup>

O caráter mediático também se aplica ao plano do estético porque, na obra do romancista, nota-se uma diferença entre as características tradicionais afinadas com o Romantismo Social e o Realismo Exótico Colonial da primeira fase à aproximação com o

---

<sup>379</sup> LIMA, Manuel Guedes dos Santos, op. cit. nota 373, p.14-15

<sup>380</sup> MOURÃO, Fernando Albuquerque, op. cit. nota 378, p.152

<sup>381</sup> O crítico Cândido Beirante recupera a etimologia do termo intervalar e o interpreta como o caráter da medianidade, ou seja, meio-termo, sendo para a Sociologia um sinônimo de mudança.

<sup>382</sup> BEIRANTE, Cândido, op. cit. nota 364, p. 713

Realismo Crítico e o Neo-Realismo da segunda. Sendo assim, Beirante entende que outro aspecto intervalar, na obra do romancista, refere-se à oposição entre diegese e mímesis. A primeira fase artística do autor relacionar-se-ia, portanto, a um tom diegético, pois tem um caráter dinâmico, ligado ao tempo e concentrado na história. Já na segunda fase, a narrativa torna-se menos dinâmica, com valorização do espaço e da cena, ligando-se, assim, às características neo-realistas; enfim, assemelhando-se a um retrato social angolano.

A realidade angolana apresentada pelo autor possuiu categorização discordante segundo alguns críticos, ou seja, para uns é realista e para outros é neo-realista. Os teóricos da literatura, como Alexandre Pinheiro Torres, Gaspar Simões, Óscar Lopes e Roger Bastide não questionam o caráter neo-realista de suas obras; para outros, no entanto, caracterizá-lo como realista se torna mais de acordo. É o caso de Maria Perpétua Morgado Gonçalves, cujo título de sua dissertação de Mestrado é *O Negro na obra de Castro Soromenho*.<sup>383</sup> Essa defende que a produção do romancista não deve ser colocada apenas no âmbito do Neo-Realismo, uma vez que ela possui forte tendência ao Realismo Crítico. A autora assim se pronuncia:

Cronologicamente, a sua produção literária inicia-se em 1938 com *Nhári*, mas até 1949 o escritor apenas criaria uma espécie de romance “poético”, como lhe chama Roger Bastide. É nesta data que é publicado o seu primeiro romance realista, “Terra Morta”. Surgido em 1957, “Viragem” contém igualmente elementos neo-realistas. Mesmo o último romance, publicado postumamente, está ainda muito próximo do romance realista, apesar de ter surgido já em 1970.<sup>384</sup>

Gonçalves, quando se refere ao Realismo Crítico, ao Neo-Realismo, ao Realismo Socialista, salienta que há um prolongamento de linhas, se assim é possível se referir, entre as correntes. Ao analisar os romances de Soromenho, a autora atesta que eles contêm aspectos neo-realistas, mas também possuem alguns pontos fundamentais do Realismo Crítico, o que impossibilita uma caracterização estanque. Em função disso, Gonçalves apresenta uma distinção entre os romances de Soromenho. Nas duas primeiras obras, *Terra Morta* e *Viragem*, segundo ela, é possível observar elementos do Neo-Realismo, porém seu último romance, ainda de acordo com Gonçalves, *A Chaga*, coloca-se como romance realista, apesar de ter surgido já em 1970. Nos dois primeiros romances, há um afastamento do escritor, uma vez que ele relata os fatos fundamentais da sociedade colonialista, por conseguinte seu ponto de vista não fica exposto. Todavia, é em *A Chaga*, o último romance da trilogia, “que as personagens (e conseqüentemente, o escritor) tomarão posição crítica frente aos problemas

---

<sup>383</sup> GONÇALVES, Maria Perpétua Morgado. *O negro na obra de Castro Soromenho*. 1971. Dissertação (Mestrado em Filologia Românica) Universidade de Lisboa, Lisboa, 1971. p. 5

<sup>384</sup> Id- *Ibidem*, p. 5

que enfrentam ou enfrentaram. Ratifica-se que é nessa obra que se manifesta a perspectiva do escritor e se reencontra o verdadeiro significado de *Terra Morta e Viragem*”.<sup>385</sup>

No entender de Gonçalves, os escritores, para serem considerados como realistas, deveriam, sobretudo, apresentar uma atitude crítica em relação à sociedade. Entretanto, a perspectiva de Castro Soromenho é a de um homem formado pelo materialismo dialético que considera tudo o que está a sua volta, coisas e conceitos, dentro de uma perspectiva histórica. Em razão disso, os personagens e as situações por ele abordados são escolhidas de acordo com a “atitude do escritor frente à sociedade, o Soba Xá-Mucuari, o sipaio Tipóia, o castigo dos sete quiôcos ou as palavras de Lourenço são factos que o escritor recolhe da realidade não só para analisar como para a criticar, ainda que indiretamente.”<sup>386</sup>

A leitura da autora sobre o Realismo Crítico coloca-o no limite do diagnóstico, impossibilitando, com isso, um avanço para uma apresentação de soluções para a problemática privilegiada. Gonçalves acredita que Castro Soromenho, então, privilegia o diagnóstico, apresentando a realidade colonial, ilustrada por um outro personagem, todavia, pára por aí. De acordo com a autora, em nenhum momento, na produção soromenha, as contradições sociais apontadas são superadas e vencidas definitivamente.

*Terra Morta e Viragem* focam momentos de crise, descrevem a tensão permanente entre brancos e negros, isto é, entre colonizadores e colonizados. O último romance virá completar o relato de todas essas contradições. O seu título, porém, indica desde logo que não se irão encontrar na obra soluções. Castro Soromenho limita-se a lançar o seu olhar lúcido sobre os acontecimentos, sobre “a chaga”. Não abre os caminhos para o futuro. As premissas estão dadas. O escritor abstém-se de revelar a conclusão, o que dá à obra um dinamismo muito maior.<sup>387</sup>

De fato, as personagens de *Terra Morta e Viragem* estão ligadas ao seu próprio tempo, fazendo parte do presente ou do passado, mas nunca ultrapassam para o futuro. Haja vista o título da última obra do autor, *A Chaga*, que é um momento da observação, e que pode anunciar o futuro do homem negro ou branco. Entretanto, Gonçalves reitera que nenhuma das personagens tem fôlego suficiente para superar as condições do meio em que vive, “são aspirações mais amplas que a sua própria ascensão pessoal”.<sup>388</sup> Pode-se inferir que a atitude do escritor é a busca da mobilização social do público, inexistente até então.

Independente da escolha do autor em privilegiar diagnósticos e não soluções, entende-se Castro Soromenho como um representante neo-realista, já que sua literatura busca

---

<sup>385</sup> GONÇALVES, Maria Perpétua Morgado, op. cit. nota 383, p.7

<sup>386</sup> Id-*Ibidem*, p. 5

<sup>387</sup> Id- *Ibidem*, p.7

<sup>388</sup> Id- *Ibidem*, p.8

apresentar as mazelas do povo africano, intensificando a dicotomia opressor X oprimido. Soromenho esteve envolvido com a luta por uma literatura menos subjetiva e mais comprometida com a sociedade. Inicialmente, sua produção artística não fugia do tom de reportagem e teve sua maioridade intelectual com a publicação de *Terra Morta*, romance que o colocou como porta-voz de uma população de esquecidos e desrespeitados. Candido Beirante assim resume: “Soromenho descreve-nos uma sociedade e os seus homens, uma sociedade colonial e os seus dois tipos de homens, os colonizadores e os colonizados, a um certo momento da sua história. Os romances da trilogia significam assim, explicitamente, a dimensão histórico-social dos homens negro e branco.”<sup>389</sup>

As obras *Viragem*, *A Chaga* e *Terra Morta* compõem a trilogia do Camaxilo citada por Beirante. Em linhas gerais, pode-se dizer que a trilogia do escritor angolano compreende a degradação do branco e a coisificação do negro, sendo que, para o autor Manuel Guedes dos Santos Lima, elas compõem um romance em três tempos: o tempo da miséria, o tempo da náusea e o tempo de balanço. *Viragem* (1957) corresponde ao tempo da náusea, e *A Chaga* (1970), ao tempo do balanço. O romance *Terra Morta* (1949) relaciona-se, portanto, ao tempo da miséria, no qual é apresentada a degradação de fato do homem branco, os antigos conquistadores, os quais viviam uma realidade abastada e, na atualidade do romance, gerenciam seus estabelecimentos comerciais - bem como seus filhos mulatos - de forma precária e com carências de ordem financeira e de prestígio social.

No romance *Viragem*, nota-se a destruição do homem branco, cujas alternativas são a morte ou a fuga, e colocam-se os funcionários administrativos, que são os mantenedores da engrenagem colonial, como os algozes dos negros. Entretanto, a representação que é feita desses personagens os apresenta como seres também angustiados, os quais ficam sozinhos e sofrem com as sensações de dor e náusea, “apodrecendo por dentro”.<sup>390</sup> *A Chaga* é o romance do balanço porque apresenta três atitudes políticas essenciais: o ultracolonialismo, o anticolonialismo e o fascismo. E o balanço que se faz é o da colonização, da violência e do fato de os colonizadores terem negado aos negros o direito de serem o que eram: negros.

A trilogia soromenha apresenta uma crítica ao sistema colonial, desnudando a realidade de tal acontecimento. A velha dicotomia neo-realista fracos X fortes, pobres X ricos, em Soromenho, percebe-se pelos duos colonizado X colonizador, negro X branco e mestiço X branco. Todavia, o escritor não se limita a contrapor apenas um grupo a outro, ele vai além e apresenta os males que perturbam o interior de cada um deles. A originalidade do autor não

---

<sup>389</sup> BEIRANTE, Cândido, op. cit. nota 367, p. 25

<sup>390</sup> LIMA, Manuel Guedes dos Santos, op. cit. nota 376, p. 58-9

está, portanto, em representar os sacrifícios sofridos apenas pelo universo negro, visto que se detém, igualmente no mundo branco em decadência, por meio do infortúnio dos colonos que ficaram em África e daqueles que voltaram derrotados para a metrópole.

A obra do angolano apresenta os trabalhadores temporários, a miséria social, o abandono do indivíduo em função da realidade social. O tom de análise privilegia o aspecto da exploração racial, todavia não ignora a questão social, que é altamente espoliativa, tanto para brancos quanto para negros e mestiços naquela sociedade. Na denúncia do autor, o lugar dos negros é pintado com cores preconceituosas, escolhidas obviamente pelo autor para intensificar o forte racismo que os vitimava. O negro não tem nome, não se individualiza, é tão ‘coisa’ que o batizam de acordo com o papel que desempenha naquela sociedade. Essa é a denúncia feita por Soromenho em a *Viragem*, no momento que coloca o negro Gunza em cena sendo rebatizado com o nome de Tipóia, já que o negro era um bom carregador de tipóia. Na verdade, o negro, para os portugueses na África, nunca deixa de ser negro, é sempre desumanizado, podendo perder a marca identitária por excelência, seu nome próprio. Sobre isso, Alfredo Margarido reitera que

o negro não tem nome. Esse muda de padrão para padrão, pois estamos perante um ente infinitamente inferior aos objetos que mantêm a sua designação própria, sem os quais o caos recomeçaria, povoado de coisas monstruosas das quais desconheceríamos o nome a função. Mas o negro, esse pode ser indiferentemente Sabonete ou Comboio, porquanto a sua condição essencial é a de ser negro e, por acréscimo, por comodidade tendente a definir um volume entre elementos iguais um ao outro, será, por exemplo, Sapato ou Panela.<sup>391</sup>

A colonização e a exploração empreendidas em território africano, minimizando os pontos positivos, deixaram vítimas físicas e morais, ocorrendo, de acordo com a interpretação de Santilli, uma perda da inocência do africano, uma desfiguração que se processou numa experiência de cativo.<sup>392</sup> Sabe-se que os brancos que aportaram em África eram indivíduos sem uma representação social elogiável, o que leva ao questionamento da população a respeito do sucesso da colonização. Enquanto uns relacionam o insucesso a uma incapacidade individual, outros encontram explicações na própria organização do sistema colonial. De acordo com Fernando Barciela Santos, a população que aportou o novo território muito contribuiu para o insucesso, já que a escolha desse grupo de portugueses não poderia ter trazido outro resultado senão a contabilidade do fracasso.

---

<sup>391</sup> MARGARIDO, Alfredo, op. cit. nota 257, p. 231-2

<sup>392</sup> SANTILLI, Maria Aparecida, op. cit. nota 366, p. 15

Se a “missão civilizadora”(grifo do autor) do império colonial português falhou em muitos aspectos, aqui (Angola) o malogro foi notório. Enviar com “objetivos civilizadores” (grifo do autor) multidões de indivíduos incultos, incivilizados e, o que é mais grave, dotados de uma primitiva falta de princípios, não poderia dar bom resultado. Que se poderia esperar, no fim de contas, de homens situados toda a sua vida no fundo da escala social, verdadeiros párias, habituados a descarregar as suas frustrações sobre mulheres e filhos? Após a passagem do Equador, foi com júbilo que descobriram que afinal não eram os últimos, pois havia seres mais baixos, a quem a prática das leis e dos costumes permitia utilizar como alvo da sua baixa moral.<sup>393</sup>

Por outro lado, culpar os portugueses que chegaram em África pelo fracasso não parece justo para Laura Cavalcante Padilha, o qual entende que a derrota do empreendimento colonial se relaciona ao sistema colonial. Ao analisar *Terra Morta*, Padilha observa que na obra está presente “a ruína da casa colonial portuguesa da qual o sonho se despede por completo. É proibido sonhar [...]”.<sup>394</sup> Independente dos aspectos sorte ou destino, que influenciaram na tomada de decisões e na vida dos colonos portugueses, é preciso que se ressalte a grande frustração que os acometia, pois se consideravam incapazes de produzir riqueza por intermédio de seu trabalho e constataram a perda da oportunidade de voltarem vitoriosos para sua pátria europeia.

Certamente, a trilogia criada por Soromenho critica de forma aguda o sistema colonial português, e *Terra Morta*, por sua vez, “vai além dos limites ideológicos da chamada ficção colonial, representando um estágio de consciência crítica que desembocará na ação revolucionária das obras produzidas por angolanos [...]”.<sup>395</sup> Cândido Beirante entende que “é uma metáfora que, pela repetição, assume o estatuto de símbolo na trilogia final de soromenha”.<sup>396</sup> E de fato a terra estava morta.

### 3.1 O ASPECTO DIEGÉTICO DE *TERRA MORTA*

O enredo central de *Terra Morta*<sup>397</sup> consiste na representação do drama do trabalhador africano e português, contextualizado no presente do colonialismo, ou seja, a busca pela adequação da população negra ao regime de vida do homem branco. Num certo sentido, também a população de colonos portugueses passava por uma fase de adaptação, não ao

---

<sup>393</sup> SANTOS, Fernando Barciela, op. cit. nota 173, p. 31

<sup>394</sup> PADILHA, Laura Cavalcante. *Novos pactos outras ficções*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2002. p.92

<sup>395</sup> Id- *Ibidem*, p.92

<sup>396</sup> BEIRANTE, Cândido, op. cit. nota 367, p.254

<sup>397</sup> SOROMENHO, Castro. *Terra Morta*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

sistema de vida do negro, porque isso não lhes interessava, mas à realidade africana. Portanto, na narrativa de Soromenho, nota-se a busca da transformação do homem africano, oriundo de uma sociedade entendida como primitiva à condição de indivíduo assimilado e trabalhador da metrópole.

Maria Aparecida Santilli explica que em “*Terra Morta* se faz a imagem da Angola sujeita ao programa do indigenato, convertendo o homem angolano de membro de uma comunidade entendida como primitiva à condição de assimilado pela cultura do colonizador, proposta pela civilizada.”<sup>398</sup> Nessa transformação, processa-se a desvinculação dos angolanos de sua cultura, ocasionando a perda de seu sistema de organização para readaptá-la à sociedade civilizada, ou seja, o africano estava sendo obrigado a remodelar seu modo de vida, correndo o risco de deixar de cultivar e valorizar suas tradições para assumir a forma de viver imposta pela metrópole.

Dentro desse panorama social, estão os personagens criados por Soromenho, que formam um grupo que trabalha, o qual é composto pelo colono português, que foi para África e lá criou raízes; pela população negra, os seres autóctones; pelo mestiço, filho de branco com negra; pelo imigrante de outras terras, como o português\brasileiro Joaquim Américo. Enfim, é um grupo heterogêneo, apresentado por Castro Soromenho de forma moribunda, porque estavam todos prestes a desfalecer diante da realidade de serem trabalhadores naquela terra. E de fato alguns sucumbiram.

Rita Chaves acrescenta a apatia quando busca caracterizar os personagens dessa obra de Soromenho. De acordo com a autora, ele produz uma narrativa seca, voltada a Lunda para denunciar que o projeto colonial não havia dado certo naquele espaço. Em decorrência disso, seus personagens são quase inertes.

Inviável por natureza, o colonialismo não teria deixado saída para atitudes capazes de construir a resistência e gerar transformações. Sob o calor e a poeira asfixiante de Camaxilo e arredores, reina a quase total paralisia, impondo a colonizadores e colonizados a comunhão do pessimismo e das interdições. Português ou africano, o homem corroído pela alienação é só uma sombra errante nessa atmosfera narrativa que se mostra embebida pela excepcional monotonia de um universo esvaziado de sentido e esperança.<sup>399</sup>

Além da apatia, soma-se o aspecto dramático, pois tal característica acomete todos os personagens do romance, sejam eles negros, mulatos ou brancos, em suma, a todos que habitavam aquela terra que outrora representara a utopia da riqueza e, no presente da

---

<sup>398</sup> SANTILLI, Maria Aparecida, op. cit. nota 366, p.14

<sup>399</sup> CHAVES, Rita, op. cit. nota 188, p.209

narrativa, a realidade da tristeza e do fracasso. A convivência nada pacífica entre os grupos étnicos em Angola foi diagnosticada por Alexandre Pinheiro Torres como uma crise de identidade coletiva, uma vez que nem negros nem brancos não se sentiam identificados com a terra angolana.

Tanto Branco como Negro sofreriam crises de identidade quando se encontram. Nem o Branco se identificava com a terra e as gentes novas achadas (havia um Outro e um Espaço muito grandes a transpor) nem o negro via no Branco o figurino de uma identidade que sempre houvesse procurado, pela razão óbvia de que o Negro não podia ver-se espelhado numa etnia a que era realmente alheio. Nem andava a procura de identidade. A que tinha (se tinha) lhe dava muito que fazer pra defendê-la e aguentá-la no seu discorrer histórico.<sup>400</sup>

O olhar heterodiegético do narrador criado por Soromenho tem como finalidade denunciar o drama do sistema colonial que atingia tanto africanos quanto colonos e por isso se torna a figura central da diegese. Sua narrativa é conduzida em dezessete capítulos, não nominados, nos quais é apresentado o cotidiano dos angolanos e dos funcionários da administração, as relações de comércio e de trabalho que ditam as regras daquela sociedade dividida entre explorados e exploradores.

A trama está situada no presente da narrativa, em que os personagens, cada um a seu modo, elaboram as ocorrências provocadas pela realidade da organização colonial. Há alguns retrocessos na ordem cronológica, analepses, principalmente quando os colonos se perdem nas lembranças do passado de glória da borracha. O tempo está ligado ao espaço nessa narrativa como forte intensificador do enredo apresentado.

O espaço ficcional é a Lunda, o que de fato permanece inalterado durante toda a sua obra. A trama situa-se na vila Camaxilo, uma região social, econômica e moralmente decadente, habitada por personagens do mesmo modo decadentes. O crítico Alfredo Margarido caracteriza a sociedade de *Terra Morta* como

sociedade mais complexa, carregada de nuances, saídas do contato entre o conjunto de elementos brancos (funcionários, comerciantes e outros elementos adventícios), os mestiços, todos filhos dos funcionários fixados desde há longos anos em Camaxilo, mesmo antes de ter surgido a borracha, e que se mantêm na povoação mesmo depois de ultrapassado esse período áureo, e os negros, que caminham para o contrato, pagam o imposto ou simplesmente negociam em casa de qualquer dos negociantes.<sup>401</sup>

---

<sup>400</sup> TORRES, Alexandre Pinheiro. *O problema da privação biográfica ou um seu correlativo (indeterminação da identidade individual e nacional) em "Mulatos – Tipo" de Castro Soromenho*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1985. p.170

<sup>401</sup> MARGARIDO, Alfredo, op. cit. nota 257, p. 240-41

A sociedade do trabalho, nesse romance, geograficamente se dividia entre a população-de-alto e a população-de-baixo. No alto, estavam a casa dos funcionários, a administração, a cadeia, o cemitério. A vila era formada por pequenas moradias, distantes entre si, onde se abrigavam os “negros que andavam nos trabalhos públicos e outros recrutados para os serviços das minas de diamantes” (p.30). As casas dos funcionários eram “brancas de cal e cobertas de zinco, sombreadas por varandas corridas” (p.29). Já na população-de-baixo, estava concentrado o centro comercial da vila de Camaxilo, que se distanciava um quilômetro do local habitado pelos funcionários. Independente de onde estavam localizadas as casas dos personagens, o lugar era árido, sombrio, “a noite enegrecia no vale e as provocações ficavam cheias de sombra” (p.60), descrito sempre como sendo castigado pelo sol e que flagelava ainda mais seus habitantes. Era um lugar de horror, governado por interesses basicamente econômicos, onde não havia a preocupação com questões sociais e culturais.

As senzalas eram habitadas pelos negros que sobreviviam com a venda de cera para os comerciantes, “negros das senzalas que marchavam, a caminho da vila, com cargas de cera às costas, a cantar suas velhas canções de mercadores errantes” (p.43). Esse espaço representa a degradação econômica que afeta o povo, quando comparada com o apogeu da borracha. Para eles, também a “terra estava morta. Os negros das senzalas vinham uma vez por outra à vila vender cera e produtos pobres e levavam sal e um pedaço de pano para as mulheres taparem o sexo. Os homens voltavam a usar peles e panos feitos de cascas de árvore” (p.46).

Outro aspecto que intensifica a hostilidade em Camaxilo, refere-se ao espaço onírico que Portugal, Brasil e Angola ocupam nessa narrativa, visto que, para alguns personagens, o espaço do estrangeiro pode representar fracasso, vitória ou realização. Portugal estava no âmbito do do estranhamento e do fracasso. Estranhamento porque eles ficavam perturbados com as notícias que vinham da metrópole, com os problemas com o governo. Então, na concepção dos colonos que estavam em Camaxilo a miséria era o drama vivido pelos conterrâneos.

\_ Eu vi em Lisboa um homem, até era velhote, agachado no passeio da rua a comer de uma lata. O gajo tinha uma destas fomes que nem vocês queiram saber! Era de meter medo. O raio do velho comia com as mãos e olhava à volta com rancor e medo que lhe tirassem a lata. (p.16)

O espaço do sucesso era o Brasil, que enchia de esperança os funcionários. Para os referidos portugueses, esse país representava a colônia que dera certo, local onde os portugueses tinham obtido sucesso e as esperanças poderiam ser renovadas.

- \_ A gente que eu vi lá no Brasil – disse Américo – não tinha raiva de nada, só tinha fome, uma fome que vinha lá de trás, lá dos seus avós.
- \_ Era para essas terras que eu gostava de ir, Joaquim – disse Vasconcelos.
- \_ Julgas que aquilo é algum paraíso...
- \_ Será sempre melhor do que isto. (p.17)

Já Angola era apontada por alguns como o lugar da realização. “\_Está a sonhar com o Brasil...\_ disse Valadas, a sorrir. E voltando-se para Joaquim Américo: \_ Deixa-te estar por cá, isto é terra de futuro. Aqui é que há-de ser o nosso Brasil. Quem fez aquilo ainda tem alma para fazer isto.” (p.17)

Esse romance de Castro Soromenho encerra, em seu título, uma metáfora para o drama social e pessoal vivido pelos africanos e portugueses em Luanda. Casais Monteiro assim se referiu à obra

Terra Morta é sem dúvida o melhor romance de Castro Soromenho. A segurança, a naturalidade, a verdade humana das cenas e das figuras, a nitidez e a transparência do estilo, que são apanágio do romancista em pleno domínio da matéria que trabalha, põem esta obra num plano que raras vezes temos visto alcançado pelos nossos romancistas contemporâneos.<sup>402</sup>

Do apogeu e declínio da borracha à exploração contumaz do diamante, portugueses, negros e mestiços foram protagonistas da história real da ocupação lusa do território africano. No próximo item, procurar-se-á fazer uma leitura dessa sociedade que trabalhava em Camaxilo, na qual os personagens são marionetes dos interesses econômicos da metrópole.

### 3.2 A REPRESENTAÇÃO DO TRABALHO EM *TERRA MORTA*

A exploração da terra angolana, de suas riquezas, fez a Lunda, que alimentava o comércio da Europa e da América, enfrentar quase dois séculos e meio de sujeição ao comércio externo. Durante esse tempo, os angolanos viram seus filhos serem dizimados e terem suas grandes nações em constante conflito. *Terra Morta* apresenta a transição do ciclo

---

<sup>402</sup> MONTEIRO, Adolfo Casais. *O romance*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1964. p394

econômico da borracha, que havia deixado de ser rentável, para o dos diamantes, cujos trabalhadores eram recrutados nas tribos africanas e eram obrigados a trabalhar para o governo português, pagando altos impostos.

O clima, as guerras, o comércio, inicialmente rentoso, que atraiu aventureiros e trabalhadores, retomando Sérgio Buarque de Holanda, foram os responsáveis pela derrocada de muitos portugueses e pelo desfacelamento do angolano. O texto de Soromenho perturba desde sua primeira página já que coloca, inicialmente, em lados opostos, brancos e negros, lutando por causas diferentes, para depois juntá-los na similaridade de seus destinos. Movidos pelo seu espírito aventureiro, os portugueses buscaram fazer fortuna na África, porém a maioria deles não conseguiram e tiveram que voltar para suas terras mais pobres do que foram para esse país.

\_ Não acredite que alguém venha das Áfricas, como eles dizem, sem trazer fortuna. Não fazem idéia nenhuma de que sejam estas terras. Eles dizem que das Áfricas só não vêm ricos os soldados e os degradados...Mas não é só na Província, mesmo em Lisboa, e até doutores, não fazem idéia do que isto é. A gente ouve cada uma que é de arrebrantar de rir. Se a gente leva dinheiro até nos recebem com foguetes, mas se vamos tesos olham-nos com raiva. (p.16)

A África, por meio do comércio de escravos, do marfim e da borracha, possibilitou um crescimento econômico para muitas pessoas, sendo que os portugueses que usufruísem de tal realidade eram respeitados, tinham lugar de destaque na sociedade. Enfim, protagonizavam toda a sorte de facilidades e regalias que o poder do dinheiro representava. A narrativa de Castro Soromenho apresenta justamente essa faceta: o declínio dos outrora abastados colonos portugueses. No passado, administravam bens e, no presente, vivenciavam a ruína.

Tempos de fortuna, em que os negros das senzalas tinham todos os panos que queriam, montes de fios de missangas, pipos de aguardente e latinhas de pólvora. [...] Os sobas faziam batuques que duravam quinze dias e quinze noites, embebedando-se com vinho misturado com água açucarada e aguardente de batata-doce. Esse foi o tempo em que a borracha valia ouro de lei e os brancos corriam para o Leste com as suas pacotilhas, pagando impostos aos sobas para poderem negociar com seus *filhos* e transitarem por suas terras cruzadas de trilhos. (p.44)

O texto de Soromenho apresenta o fim do sonho colonial por meio de dois conquistadores destruídos física e moralmente pelo seu ideal – que, à época da borracha, tinha em Camaxilo um grande centro comercial, com muitas lojas e também com muitos comerciantes brancos - os personagens Alfredo Anacleto e José Calado. Os dois comerciantes tiveram relativo sucesso, no entanto, no momento, estavam empobrecidos, tendo que conviver

com a realidade de um sonho abreviado. José Calado, por exemplo, morreu em cima de uma cama, com uma imagem descomposta, ficando ao longe a figura do aventureiro português que fora fazer fortuna na África.

Na cama, sobre o cobertor de papa, José Calado, dentro de um velho fato de cotim sal-e-pimenta, sem gravata nem colarinho, o botão de metal amarelo da camisa a brilhar, barba por fazer, de peúgas verdes e sem botas, porque os pés incharam tanto que nem os chinelos serviam, tinha as mãos cruzadas no peito e os lábios em chaga arrepanhados num sorriso de consolação.(p.209)

Já Anacleto, doente, sofria com a fragilidade de um corpo paralisado e acabou por se transformar numa figura disforme, tal qual se tornara disforme todo o sonho colonial: “O velho esteve entre a vida e a morte durante uma semana. Nunca mais lhe ouviram palavras, nem dava sentido ao que lhe diziam. Estava parálítico do lado direito. A baba escorria-lhe pela boca torcida e uma névoa toldava-lhe os olhos. \_ Nunca mais volta a ser o homem que foi \_ dizia Francisco Bernardo.”(p.236)

O apogeu do ciclo da borracha aparece na lembrança dos personagens de forma saudosista. Tempos áureos de opulência e felicidade, onde as mulheres usavam seus vestidos coloridos adornados com miçangas<sup>403</sup> e os homens recebiam o olhar do respeito e da dignidade. Percebe-se, ao longo do romance, um ar de tristeza que se refere ao passado.

\_ Sorte, compadre. Para tudo é preciso sorte. A gente também se podia ter agarrado bem com a borracha. Bons tempos!

\_ Foram, foram...Mas o que é que ficou? Os filhos \_ e Anacleto fez um gesto vago.

\_ Os filhos e um pedaço de terra com batatas. Terra que nem é nossa. Ando cá com a idéia de não tirar mais licença de comércio. Para quê? Não temos fazenda. Em Malanje é tudo gente nova. Se a gente lhes pede crédito, queixam-se com a crise...e nada. (p.51)

As lembranças alegres conviviam com a realidade do abandono que sentiam. Joaquim Américo, funcionário do governo colonial que ocupava o cargo de aspirante, entendia a situação dos colonos e sabia que eles não confiavam mais numa atitude intervencionista da metrópole. Muitas vezes, reunidos em botequins, reclamavam da colonização portuguesa, imaginando que, se a colônia estivesse em mãos britânicas, por exemplo, o progresso faria parte de suas vidas.

---

<sup>403</sup> Miçangas são pequenos enfeites que servem de adorno. Na narrativa a palavra aparece escrita com dois S, porém a norma culta da Língua Portuguesa recomenda com Ç. Optou-se, então, por deixar nas citações a forma utilizada pelo autor e, no corpo do trabalho, a grafia de acordo com a norma culta.

Américo ouvia-os e sentia que nada se podia esperar dessa gente amargurada, sem esperanças, impotente na sua revolta. Os colonos andavam temerosos e descrentes do critério político-administrativo que a Metrópole impunha às colónias de se governarem com os seus próprios recursos, mas negava-lhes ao mesmo tempo melhores possibilidades de desenvolvimento. (p.24)

Os colonos portugueses aparentemente gozavam de um lugar de destaque naquela sociedade. Aparentemente. Sua situação não era tão superior a dos africanos como alguns podiam ser levados a crer. Com o início da exploração do diamante, os colonos iniciaram um processo de declínio social e econômico, assim como os africanos viram seu destino modificado para sempre. Soromenho privilegia em específico esse período econômico em *Terra Morta*, sendo, no romance, a exploração do trabalhador colocada de forma indiscutível, aliada a um preconceito de raça, de cor e também de cultura. Os negros eram obrigados a abandonar suas tribos e suas crenças para viverem sob o rigor da lei dos brancos e, caso fugissem de suas obrigações, suas mulheres e filhos eram punidos em seu lugar.

O largo estava cheio de negros, debaixo de forma, e ouvia-se o vozeirão de um sipaio a chamá-los, apartando logo os identificados, que os capitas conduziram, sob a ameaça dos chicotes, para os serviços públicos. Eram homens e mulheres a contas com impostos, eles por relapsos ao seu pagamento, elas por os seus companheiros terem fugido a essa obrigação, andando a monte. Logo que se apresentassem à autoridade, com o dinheiro do imposto ou a dar os braços para os trabalhos do Estado, elas regressariam aos lares. (p.36-7)

Diante de uma realidade tão desfavorável, restava ao negros duas opções: obedecer ou resistir. Os sipaios e capitas eram negros angolanos, agentes da transformação de uma sociedade primitiva em civilizada, os quais representavam simultaneamente a autoridade do branco e o negro que traiu sua raça. Os sipaios se assemelharam aos indivíduos da Guarda Nacional, que eram responsáveis pela ordem no país luso. Calius recebeu o posto de sipaio porque “teve baixa na tropa, por saber falar português e ter prestado bons serviços aos brancos do Governo (grifo do autor)” (p.47). O paradoxo disso tudo é constatar que, numa região habitada por várias nações com línguas próprias, e em princípio desconhecidas ao português colonizador, as ordens eram traduzidas por um representante do povo africano, sendo assim, o agente que conduzia a justiça ordenada pelo branco na verdade era um negro. Logo, o povo sofria diretamente nas mãos de um representante de sua própria raça, um cipaio ou um calcinha.

Foi nesse tempo que os sipaios apareceram nas senzalas, de farda e espingarda, a falarem sempre em nome das autoridades. “É branco do Governo que manda”, diziam eles, invadindo as cubatas, prendendo quem quer que fosse para ir trabalhar

para os brancos, e fazendo mão baixa do que mais lhes agradava. E para os filhos dos sobas não irem capinar as estradas, tinham de se fazer amigos dos sipaios e presenteá-los a cada passo. (p.59)

Concorda-se, dessa forma, com Maria Perpétua M. Gonçalves quando essa entende que “o presente de *Terra Morta* é o tempo dos negros traidores (sipaios e capitas) e o tempo dos negros vítimas (presos e contratados)”.<sup>404</sup> Calius, por exemplo, entregou seu pai, o soba de sua tribo, para os funcionários do governo. Revoltados, os negros de várias senzalas fizeram uma música para lembrar a todos da traição do negro: “Calius, que matou o soba e entregou as mulheres da sua terra aos soldados brancos e negros estrangeiros”(p.48). Tem-se claro, todavia, que o negro que se rendia ao branco, na verdade, havia encontrado uma forma de lutar pela sua própria sobrevivência; um exemplo disso eram os sobas, chefes tribais, que eram coagidos a participar do processo em troca de favores, de riquezas e de proteção.

Paralelo a isso, há, também, por parte do negro, a perda de seu referencial africano e a busca de uma identificação com o homem branco. O personagem Calcinha representa essa busca pela identidade, não a perda e sim uma outra. Ele usou toda a renda obtida com a venda da cera para comprar uma casaca igual à usada pelos brancos, pois, no imaginário do personagem, vestir-se igual aos brancos seria uma forma de abreviar o caminho até o branco. Entretanto, para o português, tal atitude só poderia representar uma perda da identidade do negro que, por conseguinte, representaria uma necessidade de se humanizar. Ao vestir-se como homem branco, o negro ganhava caráter humano, tornando-se de fato ‘gente’, todavia, apesar de bem vestido, o negro não havia deixado de ser primitivo, selvagem.

O casaco igual ao branco é o caminho que se inicia para chegar ao homem branco. E, se a esse casaco vier somar um outro qualquer elemento do vestuário branco, outro passo se terá dado dentro desse mundo. Esta é a visão de um dos lados, porquanto, do outro, lá está a terrível designação de “calcinhas” para definir a sua posição de negro que pretende ser gente, ou seja do negro que pretende, pela utilização de elementos tipicamente brancos, reconquistar a sua inteira e alienada humanidade. O que não está ao seu alcance.<sup>405</sup>

Nessa disputa entre os grupos étnicos do lugar, é necessário se ressaltar a presença de uma certa cumplicidade entre a classe trabalhadora, nessa obra representada pelo traidor Calius com os negros do lugar. O sipaio Calius era o tradutor do secretário quando este queria se dirigir diretamente aos negros das tribos. Talvez, numa tentativa de evitar o enfrentamento, optou por ignorar a revolta dos negros e traduziu à sua maneira a resposta para o secretário.

---

<sup>404</sup> GONÇALVES, Maria Perpétua Morgado, op. cit. nota 383, p.70

<sup>405</sup> MARGARIDO, Alfredo, op. cit. nota 257, p. 243-4

O sipaio Calius traduziu para a língua da terra a informação do secretário. Ninguém disse palavra. Depois, o secretário encarregou o intérprete de lhes dizer que se não esquecessem de mandar dinheiro aos parentes pobres e doentes, que não podiam ir trabalhar para as minas para poderem pagar os impostos. Os negros riram-se disseram que esses seus parentes andavam com sorte por serem doentes e não irem para o Nordeste, e que havia muita cera na região, não faltavam colmeias nas árvores das florestas, que dava para toda a gente arranjar o dinheiro do imposto sem ter de ir ganhá-lo fora de sua terra. Enquanto os mais velhos falavam, afirmando que se ia perder muita cera por falta de braços, desviados para os trabalhos das minas, o pessoal trocava, uns encobertos pelos outros, as peles pelos panos, vestiam a camisola, dobravam o cobertor e punham-no a tiracolo, como viram fazer os soldados.

Calius ouviu tudo quanto eles quiseram dizer e informou o secretário, desinteressado da algaraviada dos negros:

\_ Tudo tá contente, nosso secretário. Vai no trabalho com força. Vai mandá dinheiro do imposto. (p.86)

Nesse processo de busca por uma identidade, de luta contra a aculturação, destaca-se um grupo que produziu resistência, o qual era encabeçado pela figura do soba Xá-Macuari. Conforme já referido, os sobas eram indivíduos que simbolizavam um tempo glorioso no passado africano, detinham o poder e eram respeitados por todos. Portanto, a sujeição dos sobas representaria a morte de uma tradição, abrindo, com isso, espaço para a construção de um novo tempo, deixando no passado o que não tinha mais lugar no presente. Novamente, percebe-se, na narrativa, que a adesão de alguns sobas ao governo colonial objetivava a sobrevivência, pois se encontravam numa situação de impotência diante da supremacia dos brancos, protagonizando uma vivência de vergonha e desonra. Porém, mesmo assim, procuravam resistir.

O destino dos negros tinha mudado. O branco passou a ser dono da terra. Os comerciantes nunca mais pagaram aos sobas impostos para comerciarem com os seus *filhos* e andavam por toda a parte como se a terra lhes pertencesse, como se tivessem ali nascido e os negros fossem estrangeiros. E estavam sempre a ameaçá-los com queixas aos brancos do Governo. Eles eram os donos de tudo. Um soba antigo valia, agora, tanto como um dos seus escravos.(p.58-9)

O soba Xá-Macuari criou formas de evitar o contato com os brancos. Quando esses o procuravam para fazer o censo, permanecia escondido na mata e enviava um negro que se apresentava como sendo ele próprio, disposto inclusive a tomar o castigo pela falta de pagamento ao governo colonial. Ao chorar suas tristezas diante dos túmulos de outros sobas, Xá-Macuari os imaginava mais felizes, uma vez que eles não haviam conhecido o povo branco.

E Xá-Mucuari foi chorar o seu povo perdido junto aos túmulos dos velhos sobas, mais felizes do que ele, porque morreram sem conhecer os brancos e os negros que vieram de longe fazer a guerra dos brancos contra seus irmãos de raça. Desde esse dia, o velho só saía da aldeia uma vez por ano, quando lá se dirigia o funcionário que ia recensear a sua gente para efeitos do pagamento do imposto. Ele não queria enxergar nem a sombra do estrangeiro. Escondia-se na floresta e só regressava à senzala depois do branco estar longe das suas terras.(p.58)

O ápice de sua resistência dá-se quando ele se decide pelo suicídio. Após uma disputa com o sipaio Caluis, na qual esse acabou sendo assassinado pelo soba, Xá-Mucuari embrenha-se na mata, onde é encontrado pendurado numa árvore, morto por enforcamento. Tal atitude é emblemática porque ratifica a sua discordância com a presença dos brancos e com a perda de elementos próprios da cultura dos negros. A ele não restou nada além do suicídio, já que apoiar e juntar-se aos brancos seria o mesmo que admitir a vitória do homem colonizador sobre toda a tradição do africano.

Alexandre Pinheiro Torres argumenta ser óbvio que

a necessidade premente de explorar o negro, de o forçar ao contrato, de o arrancar e alienar em relação às suas raízes histórico-lingüístico-culturais, postula todo um plano de usurpação de *identidade* do colonizado à força. Não se trata de uma cosmética temporária: é a máquina, antiga como o mundo, de produção de aculturados e assimilados, um mecanismo operatório da dinâmica histórica, assumindo proporções de constante mecânica, quando não se volve em genocídio. A intransigência do soba Xá-Macuari, a sua recusa de ser “suprimido” forçá-lo-á ao suicídio. Ora não há forma mais eloquente de privação biográfica. Eloquência que é também preciso entender na metonímia que o suicídio instaura.<sup>406</sup>

Por conseguinte, sua morte e seu sepultamento provocaram uma divisão entre os negros, velhos e novos, porque os mais antigos queriam ritualizar a morte do soba como estavam acostumados, com a deferência que o morto merecia, já que ele ocupava um lugar de destaque naquela sociedade. Entretanto, o grupo jovem, mais ligado aos brancos, não tencionava realizar nenhum tipo de homenagem.

Estabeleceu-se grande confusão na aldeia. Gritos e insultos partiam de todos os lados. Uns queriam que se tocasse o tambor, em aviso aos povos para virem chorar a morte do soba e dançar o batuque no seu chão; outros teimavam para se não tocar, porque ninguém devia vir àquela senzala onde estava um sipaio morto, e os brancos iam julgar que se fazia um batuque de festa por terem assassinado um homem do seu serviço. E ainda por cima tratando-se do Calius, que ajudou os brancos a ganhar a guerra contra eles.(p. 149)

O narrador aponta com esse fato um choque entre gerações africanas que aprofunda a ruptura causada pelo sistema colonial. De um lado, estavam aqueles que buscavam a

---

<sup>406</sup>TORRES, Alexandre Pinheiro, op. cit. nota 400, p. 171-2

manutenção da tradição e, de outro, os que desejavam a inovação. Sobre essa passagem da narrativa, Maria Aparecida Santilli analisa a posição do negro e entende que ele luta sozinho pela manutenção da suas terras, “em seu reduto final, o Xá-Macuari suicida-se para escapar à caçada dos brancos, e seus poucos fiéis liderados o sepultam, incendeiam as palhoças da aldeia, para depois passarem a vau o rio Luita e seguirem o destino de nômades.”<sup>407</sup> Torna-se, então, significativa a passagem na qual um representante do soba morto analisa que o desejo da falta de culto do soba morto remete à submissão declarada dos negros aos brancos.

Pôs-se a chamar à razão os homens novos, transviados da vida da tribo por maus exemplos, sem respeito pelo soba morto, pai do povo, e pelos velhos que o ajudaram a governar. Levantando a voz, os braços no ar, implorou aos espíritos dos grandes mortos da tribo, que velam pela vida do povo, que castigassem todos aqueles que não quisessem chorar o passamento do seu chefe e dançar o batuque dos mortos, porque tinham medo dos brancos e queriam ser seus escravos. (p.149-50)

Se o fim do soba significava a morte da tradição, paralelamente representava a libertação do povo para um novo destino, diferente, porém desconhecido. Com certeza, um futuro pautado pelo forte caráter de assimilação, pois, como ratificava o grupo jovem, ao insultar os adversários: “\_ Já não há terra sem brancos” (p.151). Dentro desse perfil assimilado, está Comboio, que é o representante da nova geração, o qual culpa os sobas pelos infortúnios dos negros, uma vez que eles privilegiavam apenas seus filhos e faziam os outros elementos da tribo trabalharem para o governo branco.

Comboio volta a acusá-los de serem a causa de todas as desgraças do povo, desde o tempo das guerras, vivendo à custa do trabalho dos homens novos, que tratavam como moleques, entregando-os aos brancos para irem trabalhar nas minas e nas estradas, enquanto escondiam no mato os seus filhos, vadios e ladrões que passavam a vida em bebedeiras e desordens. (p.152)

A revolta de Comboio repercutiu por toda a tribo, que encontrou, nas palavras do jovem africano, a verdade. Ao morrer, Xá-Macuari “libertara seu povo de um passado que ele próprio não pudera manter em prestígio”(p.154). No entendimento do povo, o soba queria prolongar o sofrimento de toda tribo. Desse modo, optaram por repudiar o passado e ir ao encontro do futuro que seria proporcionado pelos brancos. Enquanto uns seguiram o futuro, outros resolveram partir para a mata numa busca por um passado que se perdera.

---

<sup>407</sup> SANTILLI, Maria Aparecida, op. cit. nota 366, p. 15

Os velhos e as mulheres levaram o corpo do soba para a floresta e sepultaram-no sob uma árvore, colocando na campa os objetos do seu uso e a um extremo um pau, com uma cabeça esculpida a negro, enterrado ao alto. Era a imagem de Camuari, o deus dos mortos, que ali ficava a velar pelo último grande soba de Camaxilo.

Nesse momento, apareceram os cinco homens que tinham fugido das minas e as suas mulheres [...] Lançaram fogo às palhotas e arrasaram os celeiros. Gritando como doidos, os enfermos vieram de rastos para o terreiro, à volta do qual subiam alto as labaredas das cubatas.

Quando a aldeia era um clarão, com nuvens de fumo negro no céu baixo onde se perdiam os gritos dos estropiados, eles, os velhos e as mulheres entraram no matagal, passaram o rio a vau e ganharam destino de nómades. (p.156)

O ato derradeiro organizado pelos negros fujões, mas com a concordância dos velhos da aldeia, representou, na narrativa, o fim da tradição, uma época em que os sobas detinham o poder de mando sobre os negros de sua aldeia. A morte de Xá-Mucuari representava a morte do passado.

Entre passado e futuro, o que todos queriam era encontrar o seu lugar e, de forma reducionista, pode-se afirmar que negros e brancos em Angola disputavam um o lugar do outro. Nessa disputa, entretanto, uma parcela da população ficava esquecida ou sem lugar. Tratavam-se dos mestiços<sup>408</sup>, filhos de colonos portugueses com as negras do lugar. Muitos eram frutos de união familiar, tendo o direito de serem, portanto, reconhecidos como filhos de brancos e herdeiros dos bens dos pais brancos. É o caso de João Calado, filho de José Calado com a negra Francisca. Após a morte do pai – que morreu de biliosa – os funcionários da administração realizaram o inventário e alegaram que tudo pertencia ao estado, pois José Calado não havia casado judicialmente com a negra Francisca e tão pouco registrado João como filho, logo era solteiro e não tinha herdeiros. Ao questionar a decisão, o mestiço investe contra o secretário Silva, agredindo-o e sendo por ele agredido. Silva mandou prender e açoitar João Calado até que o limite da resistência física fosse alcançado, ou seja, o mulato quase morreu.

\_ Amarem-no! Fechem as portas!

Sampaio apressou-se a fechar as portas, enquanto os sipaios amarravam as mãos do mulato atrás das costas.

\_ Larga, negro! Me larga, cachorro!

E o mulato atirava pontapés às cegas, sem atingir ninguém.

---

<sup>408</sup> “Escala sócio-epidérmica em Angola apresentada na trilogia de Soromenho: 1. Português metropolitano ou branco de primeira classe. 2. Português nascido em Angola ou branco de segunda classe. 3. Negro. 4. Cabrito ou mestiço bastante claro, proveniente do cruzamento de branco com mestiço. É um cruzamento “enriquecedor”. 5. mestiço ou elemento proveniente do cruzamento de branco e negro. 6. Cafuso ou preto fulo, isto é, resultante do cruzamento de negro e mestiço. É um encontro “empobrecedor;” para a promoção social. 7. Negro assimilado, o negro letrado e mais ou menos integrado na cultura portuguesa. 8. Negros indígenas, a) Primitivos - os regidos segundo os usos e costumes tribais; b) Em evolução- os que já beneficiaram de algum contato com o branco; c) Destribalizados - os que adotaram parcialmente o modelo de vida do europeu.” Cf. LIMA, Manuel Guedes dos Santos, op. cit. nota 373, p. 67-8

Quando o viu de mãos amarradas, Silva tirou o chicote da gaveta da sua mesa de trabalho e mandou que o largassem. Mal os sipaios se afastaram, atirou-lhe uma chicotada. O mulato desviou a cabeça e o chicote apanhou-o num braço, desequilibrando-o. Encostou-se à parede e arrancou num salto, a cabeça para frente. Sampaio puxou o secretário por um braço, evitando o choque. João Calado bateu a cabeça na parede e caiu atordoado. (p.215)

A agressão do secretário encontra justificativa na questão racial, uma vez que eram os direitos dos brancos que estavam sendo colocados em disputa por negros e mestiços.<sup>409</sup> Se, por um lado, a posição do mestiço o coloca numa situação de não pertencimento, por outro, dá-lhe certo prestígio. Para Cândido Beirante, eles são “personagens mais ‘problemáticas’(grifo do autor) ou de intervalaridade máxima [...]”.<sup>410</sup> De fato, eles não são considerados negros porque têm sangue branco, mas também não são brancos porque possuem sangue negro. Alfredo Margarido entende que o mestiço\mulato carrega consigo o sintagma da marginalidade, tanto em relação ao branco quanto em relação ao negro.

[...] incapazes de um equilíbrio psicológico que lhes não pode ser dado, já que a sua pele é, também uma condenação: nem branco ao lado dos brancos, nem negro ao lado dos negros, é ele um elemento que distorce as relações em vez de as favorecer, pela sua bizarra situação de insulado, já que o seu número muito reduzido o impede de contar no jogo cruel que se processa) é antes de mais o branco surpreendido pela complexidade dos elementos econômicos e humanos com que entra em contato.<sup>411</sup>

Fala-se em prestígio devido ao mestiço, por ter sangue branco, ocupar um lugar de destaque, quando comparado com os negros, na pirâmide social africana. A conversa entre a negra Francisca e o filho João Calado comprova tal análise: “Quando o mulato se aproximou da varanda, ela disse-lhe, metendo-lhe os dedos no cabelo: \_Tu é fio de branco. Eu pariu você na casa dele. Não é um calquer, não”(p.73).

Todavia, o destino de seus filhos mulatos se alterna entre a vadiagem e a prostituição. As filhas não raro caíam na prostituição, abandonando a terra para irem trabalhar em algum prostíbulo de Luanda. Os filhos homens eram tidos como vadios. José Calado via, em seu filho João, o protótipo da vadiagem, pois não conseguia fazer ele trabalhar. O mulato, por sua vez, ganhava o aval de sua mãe.

José Calado descompunha o filho:  
\_ Vadio! Eu todo o dia aqui na loja e você na vadiagem. Mas espera, espera! \_ e pôs-se a saltar numa perna, gemendo quando a outra, trôpega e chagada, tocava o solo, em direção ao filho.

<sup>409</sup> MARGARIDO, Alfredo, op. cit. nota 257, p. 236

<sup>410</sup> BEIRANTE, Cândido, op. cit. nota 364, p. 50

<sup>411</sup> MARGARIDO, Alfredo, op. cit. nota 257, p. 232-3

\_ Não pega ele \_ gritou a negra Francisca, que veio a correr, rebolando-se toda, do fundo da varanda.  
Calado encostou-se a arfar à ombreira da porta da loja.  
\_ És de má raça! Seu sangue de negro! \_ gritou para o filho, que se pusera ao largo, a olhar para longe, como se alguma coisa o interessasse para as bandas da planície.  
\_ É seu sangue retrucou-lhe a companheira, pondo as mãos nas ancas. \_ Igualinho mêmoo. Você é que fez ele.  
\_ Cala-te!  
\_ Cala nada. Não deixo pegar ele, não. É meu fio.  
\_ O que ele é sei eu...Um vadiola. (p.72-3)

O mulato está acima do negro, e essa é uma das grandes heranças deixadas pelos colonos portugueses: filhos mulatos que reivindicavam um lugar de respeito naquela sociedade. Apesar do então falso prestígio que usufruem perante os negros, para os brancos, o lugar do mestiço não revela prestígio algum, já que representa força de trabalho da mesma forma que os outros e os mulatos devem, como todos, pagar seus impostos e trabalhar para o governo colonial.

A hierarquia do trabalho da população branca, em *Terra Morta*, está organizada na figura do administrador, dos secretários, dos chefes de posto e do cargo de aspirante. Dentro dessa pirâmide, o administrador é o funcionário branco que ocupa o mais alto lugar, representando ainda o protótipo do colonialista autoritário que faz uso da força para ter cumpridas suas ordens. Guedes Lima defende que “ele é a encarnação viva da autoridade metropolitana e simboliza o prestígio do branco.”<sup>412</sup> Segundo ele, os negros são como crianças e como tal devem ser educadas para melhor servirem. Numa passagem do romance, o narrador apresenta a conversa do personagem Joaquim Américo com o administrador, na qual esse revelou o que pensava sobre a comunidade negra.

Gregório Antunes torcia o nariz, meneava a cabeça, punha-lhe uma mão no ombro e afirmava: “\_ Não, meu amigo. O senhor não conhece negros. Agora é que os vai conhecer e verá que raça que não presta. Nem para cavar tem jeito.” E punha-se a contar, horas a fio, histórias de negros, dessas “crianças grandes” que só deviam ser tratadas dando-lhes “pão com uma mão e chicote com a outras.”(p.25)

O trabalho do administrador era obrigar o pagamento dos impostos para que a colônia progredisse. Aos outros funcionários, os secretários e os chefes do posto, cabia a cobrança da contribuição por parte dos negros. Um dos secretários era o Jaime Silva, que na disputa com João Calado – o mestiço que cobrava seus direitos enquanto filho de português – coloca a violência física a serviço de seus interesses como forma de sufocar as revoltas. Então, o secretário o destituiu de seu privilégio, fazendo-o voltar à condição de negro naquela

---

<sup>412</sup> LIMA, Manuel Guedes, op. cit. nota 373, p.71

sociedade. Além disso, Silva usava sua posição para abusar sexualmente das mulheres negras que encontrava pelas senzalas e pela vila do Camaxilo. Silva esmerava-se igualmente na violência moral. Num episódio entre um negro e um cão esse aspecto se evidencia.

\_ Ratão! Eh, Ratão!

O cachorro não se mexeu, pondo-se a lamber a perna ferida. Mas uma voz fraca veio de longe.

\_ Pronto! \_ E um negrito saiu de casa do secretário, estremunhando, com os braços cruzados sobre o peito.

\_ Não é tu, é cão \_ disse-lhe Cebola, sem se voltar. E tornou: \_ Eh Ratão!

O cão uivou para o negro e o negro riu-se para o cão. E o rapazito foi-se embora, a resmungar. E naquele momento odiou mais que nunca o secretário que lhe trocara o nome que sempre usara na sua senzala pelo do cão, só para se divertir à sua custa. E os sipaios e criados dos brancos imitavam o secretário, na sua chacota permanente, chamando ora pelo cão, ora pelo moleque. Quando ele vinha, era certo eles perguntarem se era cão, quando não atendia, gritavam-lhe insultos e inquiriam se era surdo.(p.33)

O personagem Joaquim Américo poderia ser analisado como o personagem principal, o próprio herói do romance de Castro Soromenho caso sua ação na narrativa tivesse correspondido a tal categorização. É um personagem com histórico de vida singular, português de nascimento, o qual foi levado ainda bebê para o Brasil, onde crescera numa fazenda de café. Seu pai de trabalhador passara a capataz e, em função disso, era odiado pelos outros trabalhadores, já que o trabalhador que vira chefe perde o respeito dos seus antigos colegas, que passam a ser seus subordinados.

Alexandre Pinheiro Torres argumenta que o sucesso de apenas um trabalhador não representa o sucesso de seu grupo social de trabalho. Por isso que para os outros trabalhadores, a promoção não tem significado nenhum.

Não é por um tecelão se destacar entre seus iguais, ser distinguido pelos patrões, passar a mestre ou capataz, ou atingir um maior nível, que fica resolvido, no plano sócio-econômico, o problema da classe dos tecelões. Exaltar a ascensão do filho do povo é mascarar a injustiça que paralisa a promoção do maior número. Não é por um trabalhador da terra conseguir à custa de imenso esforço adquirir uma pequena leira e julgar-se proprietário ou pequeno-burguês que se resolve ou se *altera* (grifo do autor) um testamento secular de relações de exploração que afecta a esmagadora maioria dos camponeses. Supor que o resgate destes, como classe, está nos mirabolantes e isolados esforços individuais de cada qual para emergir da massa anônima onde está mergulhado é supor que salva uma folha se salva também a árvore condenada de que se separa.<sup>413</sup>

No imaginário do trabalhador, seu colega representante deveria ser o porta-voz da classe, o que não ocorre porque o capataz representava o patrão, lutando contra os

---

<sup>413</sup> TORRES, Alexandre Pinheiro, op. cit. nota 252, p.31

trabalhadores. E a infância e adolescência de Joaquim Américo foi pontuada por esse problema de classe.

Com a morte do fazendeiro, Joaquim Américo mudou-se para a cidade e ficou trabalhando com a viúva, que tomara para si a missão de cuidar do filho do capataz. Descontente com a forma como estava sendo tratado – garoto de recados da viúva – Joaquim Américo abandona-a e segue sua vida brasileira. Foi nesse momento que o personagem tomou consciência da sua condição de estrangeiro no Brasil, pois, como o país estava vivendo um estado de guerra<sup>414</sup>, com a revolta contra a ditadura, ele não tinha relação alguma com aquela disputa, já que não se encaixava com nenhum dos grupos que brigavam.

Foram os camaradas que lhe lembraram que era estrangeiro, porque ele, menino feito homem sob o sol brasileiro, nem pensava que o fosse, que sua pátria não era aquela terra onde aprendera a falar e a viver, mas outra, desconhecida, que ficava no continente, a que nenhum laço o prendia, de onde seus pais tiveram de sair à procura de pão. Seu nome estava fichado na polícia e a sua origem de estrangeiro enchia de raiva os policiais fascistas. (p.23)

Tendo que fugir da polícia brasileira, porque para os policiais “todos os estrangeiros antifascistas eram considerados revolucionários perigosos” (p.23), Joaquim foi para Angola. Em Camaxilo, deparou-se com uma realidade que o chocava e com a qual não concordava, no entanto, apesar de ter vivenciado um enfrentamento de classes, não apresentava uma preocupação em organizar um levante de resistência frente àquela realidade de opressão. Longe disso, limitava-se a ser um espectador do sofrimento dos outros personagens. Logo, o suposto herói não tomou para si a solução dos problemas daquela sociedade e de seus companheiros de infortúnio.

O personagem tinha uma postura democrática e procurava manter uma relação amistosa com os não-brancos. Isso fazia que os negros vissem nele um branco capaz de entender suas angústias, o qual, numa situação de enfrentamento, poderia ser um aliado. Concorda-se então com Maria Perpétua Morgado Gonçalves para quem Joaquim Américo poderia ser o personagem que representaria a ideologia do autor. Todavia isso não acontece porque ele se mantém sempre fora dos conflitos e das desavenças entre os trabalhadores e os empregados da administração. De acordo com a autora, “não há um único herói em toda a sua

---

<sup>414</sup> Revolução que aconteceu em São Paulo, em 1936, na qual o governo de Getúlio Vargas queria impedir o crescimento do comunismo no país. Cf. FAUSTO, Boris. História do Brasil. 8.ed. Editora da Universidade de São Paulo. Fundação para o desenvolvimento da educação. São Paulo, 2000. p.361-2.

obra. Joaquim Américo, única personagem de *Terra Morta* que não está comprometida na corrupção dos outros brancos, não tem nunca a dimensão do herói.”<sup>415</sup>

Durante a narrativa, um comentário aqui, outro ali manifestam o descontentamento de Américo com a situação em Luanda. Tal fato o coloca contra seus colegas funcionários, a ponto de entrar em disputa física com o secretário Silva em prol do mulato João Calado. Essa briga foi o estopim para que o personagem tomasse a decisão de partir. Numa atitude de revolta, parte para um lugar não elucidado pelo narrador, uma espécie de fuga de um sistema com o qual ele não concordava e que, em sua concepção, não conseguiria mudar, pois sua solidariedade com a realidade dos negros não ultrapassa a linha do lamento, do sentimento de inadaptação. Na verdade o prestígio que tinha dos negros de pouco valia a ambos: “Só siô Américo gostava de negros a cantarem, mas ele era aspirante e quem mandava em todos os negros e brancos era o administrador” (p.48-9).

Fato similar acontece com o mestiço João Calado, o qual coloca fogo à Administração, porém não faz isso em nome de um grupo social, os trabalhadores, ou de um grupo étnico, negros ou mestiços, e sim em busca de seu próprio benefício, uma vez que o ato é uma vingança pessoal. A questão coletiva, na narrativa de *Terra Morta*, a luta pelos direitos dos trabalhadores, não é colocada em prática, visto que João Calado e Joaquim Américo não assumem a vingança do coletivo.

A trajetória de Joaquim Américo na narrativa por vezes o aproxima de D. Jovita, a mulher do administrador. A trama soromenhiana a apresenta como uma mulher insatisfeita, frustrada com a sua vida em África, e a possibilidade de um relacionamento com o aspirante Joaquim Américo representa uma forma de driblar sua solidão.

Um pensamento rápido e cru como relâmpago, assaltou D. Jovita, que se viu (grifo do autor) nos braços de Joaquim Américo. Mas de pronto despertou. O sangue subiu-lhe à cara, latejaram-lhe as fontes, e o peito começou a arfar-lhe. “Que asneira!”, pensou, tapando o rosto com as mãos, envergonhada de si mesma, e desviou-se da janela. Mas, logo a mesma idéia, mas não tão crua, a tomou; porém desta vez não lhe trouxe vergonha. Na sombra da noite que caía, ficou-se a olhar sem ver, perdida em pensamentos vagos e suaves. E só despertou ao ouvir a voz que o marido, que estava na casa de jantar, a pedir-lhe que lhe levasse os ciagros, esquecidos sobre a banquinha do quarto de dormir. (p.61)

Nessa passagem, comprova-se que os pensamentos de D. Jovita lhe colocam num mundo mais agradável que o de sua realidade, a qual se arrastava de forma rotineira. Para as

---

<sup>415</sup> GONÇALVES, Maria Perpétua Morgado, op. cit. nota 383, p. 8

peessoas do lugar, D. Jovita era uma mulher estranha e infeliz, que dedicava mais tempo às suas flores do que a seu marido, fato esse observado por outros personagens.

Quando os colonos se juntavam para regressar a casa, na povoação-de-cima a mulher do administrador da Circunscrição já estava no seu jardim, a cuidar das flores, o que fazia todos os dias, há dois anos. Era o seu único e agradável passatempo, desde que chegara a Camaxilo. (p.31-2)

Na concepção de Lima, D. Jovita é uma representante típica da mulher de um funcionário do mato, modelo de mulher presente em toda a trilogia. Essas mulheres, em função do tédio, tornavam-se “vulneráveis ao adultério e a toda espécie de males físicos indetermináveis. D. Jovita só não trai o marido porque Joaquim Américo se revela um indivíduo íntegro apesar de todos os seus encorajamentos”.<sup>416</sup> A possibilidade de um envolvimento com Joaquim Américo seria uma forma de dar sentido e disposição para seus dias monótonos.

As mulheres de *Terra Morta*, de uma forma geral, não saem de sua condição secundária perante os homens da narrativa. A única mulher branca, D. Jovita, fica isolada no espaço hostil e ocupa o pensamento do negro, alternando-se entre o desejo e a repulsa que lhe destinavam. Já as negras, tornam-se objeto sexual na mão dos brancos e, quando passam a ocupar o posto de suas companheiras, comportam-se – e esse comportamento é exigido abertamente – como se suas empregadas fossem. Francisca é uma representante típica dessa situação. Tornou-se companheira de José Calado e com ele viveu os rentosos tempos da borracha, mas seu “homem não gostava que ela se referia a esse tempo, em que foi abastado e viveu feliz”(p.225). Trabalhou junto com ele para que a loja prosperasse e lhe deu muitos filhos. Todavia, quando o comerciante morreu, foi deixada sem lar e sem panos, tendo que retornar a Malanje, sua terra natal. Seu trabalho não foi reconhecido e seu abandono pelas autoridades brancas reflete a condição de inferioridade que vivenciava naquela sociedade.

O romance de Castro Soromenho apresenta, dessa forma, o drama da colonização portuguesa, com personagens trabalhadores na região de Luanda, divididos em dois grandes grupos principais: brancos e negros. Nessa divisão, quem é branco é amo e quem é negro é servo.<sup>417</sup> O autor optou por um tema universal, fugindo ao pitoresco, o que fez Adolfo Casais Monteiro entender que sua temática não se escondeu no “manto diáfano de demagogia, e apenas uma profunda compreensão dos dramas de todos os homens, seja qual for a sua

---

<sup>416</sup> LIMA, Manuel Guedes dos Santos, op. cit. nota 373, p. 95

<sup>417</sup> Id- *Ibidem*, p.60

condição e a sua cor”.<sup>418</sup> Para esse crítico, a grande virtude de *Terra Morta* foi apresentar os problemas humanos, individuais ou coletivos, mas pautados pelo amor pela terra.<sup>419</sup> Soromenho apresentou uma região vitimada por uma exploração feita às cegas - expressão de Casais Monteiro - cujo drama dos personagens é entendido como o drama real daquele povo, já que foram fatos que realmente existiram. A exigência da exploração do comércio, que objetivava o lucro, era a grande justificativa. Vítimas também foram os portugueses que lá ficaram, que tiveram seus sonhos abortados e ficaram paralisados diante de um destino de glória que não se cumpriu.

Entende-se que, nessa narrativa de Soromenho, o trabalho ocupa o lugar da vilanidade, tão sua conhecida, pois está aliado a uma sujeição dos personagens pela cor, pela raça, pela cultura. E o personagem principal da narrativa de Soromenho é o grupo de trabalhadores que explora aquela terra, seja na figura de brancos, negros ou mestiços. Nessa hierarquia do trabalho, a sociedade do Camaxilo obedece às ordens do branco, as quais são executadas pelos sipaios, cujas principais vítimas são os negros. E o destino do trabalho se cumpre: a minoria enriquece, e o trabalhador, força do trabalho, acaba aniquilado.

---

<sup>418</sup> MONTEIRO, Adolfo Casais, op. cit. nota 405, p. 395

<sup>419</sup> Id- *Ibidem*, p. 394

## 4 CONCLUSÃO

O presente trabalho, ao examinar obras dessas três nações e seus contextos históricos e sociais, evidenciou o fato de que a sociedade capitalista determina uma realidade de exclusão de classe. O trabalhador então é visto como a grande vítima dessa sociedade, vítima de um sistema econômico e político pautado pelo objetivo do lucro, que faz com que o trabalhador seja escravizado, estabelecendo uma relação de dependência entre o trabalho e o seu patrão. Portanto, analisar como se dava a representação do trabalho em ambientes com singularidades e similaridades econômicas, sociais, culturais, foi o objetivo primeiro deste trabalho.

A exploração do trabalhador se dá por meio trabalho. E os romancistas, Jorge Amado, Alves Redol e Castro Soromenho, preocupados com a questão social da literatura, voltaram-se contra a classe social dominante, que, investida do discurso ideológico que coadunava com as leis do mercado, determinava a forma de pensar dos indivíduos e legitimava seu sofrimento. Ao ingressarem na luta, os romancistas utilizaram como arma as suas produções ficcionais focadas na realidade da classe oprimida. A discussão sobre o real papel da arte acalorava os debates. Muitas vezes tiveram suas obras taxadas de mecanicistas, panfletárias e documentais, entretanto jamais foram acusadas de indiferentes.

A camada dos excluídos sociais, nos romances analisados, é composta sempre pelos trabalhadores, que, apesar de serem peças-chave na produção da riqueza, nunca passaram de meros instrumentos de trabalho. Formaram uma classe desprovida de recursos financeiros que, caso os romances fossem ilustrados, teriam uma postura de obediência, cabisbaixos diante da força que a posse dos meios de produção confere a seus senhores. Suas atitudes de rebeldia, quando aconteciam, eram pequenos e isolados eventos que não representaram perigo para os donos do poder. A África apresentou uma luta mais contumaz, que foi a guerra colonial, na qual o povo se armou e buscou a mudança do *status quo*. Fato esse evidentemente posterior, uma década depois da obra de Castro Soromenho. Por conseguinte, a forma como os personagens moviam-se pelo espaço ficcional, nas décadas de 40/50, poderia ser caracterizada como uma profunda apatia, fomentada pela submissão ao poder da classe dominante, detentora da riqueza.

Tal apatia se deve em muito à realidade da colonização imposta por Portugal. No Brasil, o paternalismo nas instituições e a apatia do povo brasileiro são os mais significativos. Já em Angola, a preocupação constante em recuperar sua identidade, reafirmar-se como nação e recuperar sua cultura são traços característicos.

Sem dúvida, a administração portuguesa deixou marcas profundas porque o colonialismo por ela imposto foi basicamente comercial e exploratório. O objetivo não era fixar-se em solo estrangeiro e sim utilizar suas riquezas como matéria-prima para saciar o ávido mercado inglês. Portugal não manifestava uma preocupação com o choque cultural que se estabelecera entre o português e a população autóctone. Nesse sentido, a escravização dos africanos tanto em Angola quanto no Brasil, aconteceu porque representou uma forma de destruir seus sistemas de referência para que assumissem o português como governante. Os angolanos, por exemplo, viram a autoridade de seus líderes legítimos, os sobas, ser negociada, desmistificada numa rede de troca de favores. Em função disso, ratifica-se que, a colonização portuguesa, na verdade, foi um grande negócio, no qual a cultura do povo autóctone, fosse ele brasileiro ou angolano, não foi em momento algum valorizada.

É importante que se ressalte que o papel do artista tornou-se fundamental frente a uma sociedade capitalista, visto que os escritores se assumiram como porta-vozes do povo sofrido sendo, muitas vezes, eram os únicos que poderiam falar. Logo, um elemento importante a ser destacado é o caráter absolutamente solidário dos romancistas, os quais se viram diante da dualidade da sociedade motivada pelo lucro e optaram por se colocar ao lado dos trabalhadores. Então, o narrador desses romances passou a ser o mediador entre a sociedade e o mundo narrado. Os romancistas pertencem à outra classe social e, ao simpatizarem com o grupo inferiorizado, procedem, de certa forma, a uma negação de sua própria classe social.

Nos romances em estudo, *Terras do Sem Fim*, *Gaibéus* e *Terra Morta*, a relação que se estabelece entre trabalhadores e trabalho enfatiza a dependência de um ao outro. A violência e a desqualificação profissional são meios que mantêm o *status quo*, fazendo ocorrer sempre a exploração de um grupo social sobre o outro. Segundo Karl Marx, os problemas são formulados apenas quando é possível ter uma resposta para eles. Sendo assim, pode-se afirmar que o problema do trabalhador é o próprio trabalho, tal como ele é utilizado pela sociedade capitalista. E, portanto, a solução para esse problema consiste na ideologia do trabalhador, que é a busca pela liberdade do trabalho, com igualdade perante a lei.

Desse modo, os trabalhadores lutam calados por sua ideologia. Todavia, o capitalismo, de acordo com a análise de Marx, transforma essa ideologia em utopia. O transformar ideologia em utopia parte do realizável para o plano do irrealizável, justamente em função da dependência que o trabalho está submetido ao trabalho, aos patrões, enfim a todo o sistema que gerencia os meios de produção. Examinando a sociedade que viveu a época do *boom* da revolução industrial e a que foi berço das obras analisadas, constata-se que é impossível imaginar uma sociedade em que o trabalho seja livre e igualitário.

Se há uma relação de interdependência de classes, ou seja, os trabalhadores dependem dos patrões, assim como estes dependem daqueles, parece óbvio afirmar que as obras literárias, em especial as que foram foco dessa pesquisa, apresentam idéias que fazem essa máxima ser comprovada. Os trabalhadores ficcionais passivos diante de uma realidade de exploração, assim permanecem durante toda a narrativa. Tal comportamento vem ao encontro e reitera o comportamento dos seres reais, pois sabe-se que os trabalhadores, contrariando o título do manifesto comunista de Marx e Engel, *Trabalhadores do mundo unidos*, não se uniram e não se unem para lutar por melhores condições de vida.

O romancista, em conformidade com o pensamento de Lukács, apresenta homens que vivenciam situações individuais, mas que traduzem situações que são da ordem do coletivo. Então, ciente de seu papel social passa a ajudar o trabalhador e para tanto coloca-o como personagem principal de suas produções. Cria narradores generosos, solidários e comprometidos com a defesa de seus personagens. Essa solidariedade pode ser percebida nas narrativas por vezes apaixonadas, cinematográficas, mas sempre comprometidas de Jorge Amado, Alves Redol e Castro Soromenho, romancistas que se engajaram na luta por uma sociedade mais justa para todos.

Os mediadores e então porta-vozes da classe sofridora são os narradores das três obras analisadas, os quais assumem a categoria da onisciência porque conhecem os fatos e buscam elucidá-los ao público leitor. Eles manipulam a informação, ora informando, ora retardando, porém sempre apresentando a situação de modo a colocar o leitor ciente do que estava sendo narrado: a opressão de uma classe sobre a outra. As intenções dos narradores de Amado, Redol e Soromenho eram explícitas, visto que objetivaram desmascarar a realidade e assim o fizeram. O narrador então coloca os personagens que trabalham como excluídos do discurso histórico oficial.

O narrador amadiano inicia a narrativa descrevendo uma viagem de navio e situando alguns personagens da narrativa. Entre eles, estão a prostituta Margô, o aventureiro Vasconcelos, alguns trabalhadores sem nome e o coronel Juca Badaró. O narrador antecipa ao leitor as tramas e os atores sociais que permearão a narrativa de *Terras do Sem Fim*, a história da luta pela posse da terra, que não poupou vidas, dinheiro e encontrou certa resistência apenas na natureza, pois era preciso desbravar antes de plantar.

A figura dos coronéis aparece em destaque na narrativa. Esses são seres ambiciosos e indiferentes ao apelo social, representantes do grande capitalismo agrário que caracterizava a região brasileira do cacau. As terras do sul da Bahia alimentavam o imaginário de todos, uma vez que ser um coronel do cacau pressupunha prestígio e poder. Em verdade, as terras se

transformaram em grandes feudos, cujos coronéis proprietários eram os senhores, os quais tinham o controle sobre todas as ações da região, justificando a disputa sangrenta que mobilizou todos. Por isso que o capataz causa mais desprezo que o patrão, que o coronel, pois é ele quem faz os trabalhadores trabalharem e obriga-os a condições de extrema servidão. Na verdade esse tipo de trabalhador se torna uma duplicação do patrão, apesar de ser trabalhador, e para tanto nega a sua classe. Nas narrativas ele aparece sempre com os piores tons.

Na obra de Redol, o narrador introduz o povo gaibéu na narrativa estabelecendo uma analogia com o som produzido pelas gralhas, pois chegaram à Lezíria agitados, falantes e assustados. A comparação entre a voz humana e o galhar de animais é um indício de que os trabalhadores, que abandonaram suas pequenas propriedades em busca de dinheiro para saldar suas dívidas e com isso melhorar de vida, serão tratados como se animais fossem. Interessante constatar que os animais fazem parte de uma sociedade organizada, e os trabalhadores estão preocupados com a sobrevivência individual e não do grupo. Os trabalhadores gaibéus chegaram à Lezíria estranhando aquele espaço que seria o lugar do sonho realizado. Suas vestes comprovam o empobrecimento do qual estavam sendo vítimas. Em função disso, buscavam na colheita a possibilidade da mudança.

Caminhavam aos grupos, aturdidos. De fatos assolapados por remendos, de barretes e chapéus puxados para os olhos, ficava-lhes mais sombrio o parecer dos rostos tisonados pelas soalheiras da vindima.

Enrolavam-se alguns em gabões desbotados, trazendo ao ombro sacos e foices, paus e caldeiras.

E as mulheres, embrulhadas em xales desfiados ou saias de casteleta pelos ombros, marchavam silenciosamente, de pés descalços. (G. 60)

O narrador de Castro Soromenho dá início à narrativa apresentando alguns personagens enfrentando-se num jogo, aparentemente inocente, de cartas entre determinados personagens, funcionários da administração do governo colonial. Diz-se inocente porque o momento da diversão mascara a relação de subordinação entre os funcionários. Nesse jogo, já está em cena o personagem Joaquim Américo, francamente descontente com o responsável pela administração, o secretário, que mantinha uma conduta de subserviência com os seus superiores e, como desforra para sua subordinação imposta, abusava de seu poder com os que estavam sobre o seu comando. A partir disso, tem-se uma noção de como o narrador conduzirá a narrativa, igualmente uma história pautada pela opressão de uma classe sobre a outra, dimensionada na questão racial.

A questão racial se coloca no momento em que o narrador de *Terra Morta* aborda o processo de aculturação que acabou flagelando muito os africanos, comprovando, portanto,

que não foi uma colonização inocente. O negro nunca é colocado em questão, e sim o lucro que terá a relação branco x negro. É a coisificação do negro, pois no imaginário do homem branco o negro assemelha-se a um objeto. Do mesmo modo, a mulher negra não foge ao paradigma de objeto sexual, servindo para a cama, mas não para a sala. Cípiãos e capitas traem os negros para serem admitidos no espaço dos brancos. Uns porque participaram da chacina de seu próprio povo, outros porque denunciaram outros negros.

A resistência do soba Xá-Macuari, por exemplo, é emblemática para o entendimento da colonização em solo angolano. O trabalho imposto foi um elemento de forte aculturação do africano, tornando-o vítima de uma economia de mercado que almejava o lucro. Os angolanos ficaram presos ao trabalho, alguns sem entender o porquê e outros cientes do seu flagelo, mas ambos impotentes diante da realidade.

As narrativas estudadas estão ligadas a movimentos literários que trouxeram na bagagem a análise do social e cujos autores viam na obra literária uma forma de mudança do *status quo*. A ficção de 30 brasileira representou um encontro de intelectuais que, após o momento de ruptura orquestrado pela geração de 22, buscou aprofundar a pesquisa social, colocando o povo letrado ciente da realidade que flagelava o povo brasileiro, principalmente da região nordeste do país. O caráter regionalista das obras buscava tencionar as relações do indivíduo com o meio social e natural, questionar as oligarquias tradicionais.

O Romance de 30 foi um grande incentivador para os intelectuais modernistas portugueses, que perceberam, nas obras brasileiras, traços sociais muito similares com a realidade portuguesa. Redol inspirou-se no drama baiano para descrever a problemática dos ribatejanos, e tal conduta colocou o autor como um defensor da arte preocupada com o meio social. Ao introduzir com *Gaibéus* a escrita neo-realista em Portugal, Redol objetivou um momento de reflexão das elites sobre a classe menos favorecida. Reflexão essa que sairia do plano ficcional e se tornaria linha de ação para melhora nas condições de vida da população.

O Neo-Realismo buscava incentivar a transformação social. Para que tal transformação ocorresse, era preciso mostrar a verdadeira realidade. Sendo assim, “bastava ao indivíduo desvelar as contradições do seu tempo, em um progressivo processo coletivo de solidariedade para sua superação”.<sup>420</sup> O então angolano Castro Soromenho também não ficou indiferente e produziu obras que se relacionavam ao ideário neo-realista. Esse romancista abordou a questão social aliada à questão racial, recheando *Terra Morta* com a problemática que a colonização provocara no mundo africano, bem como a desconstrução do modelo

---

<sup>420</sup> Rodrigues, Inara. Op. cit nota 48, p.215

produtivo, ou seja, a passagem de uma economia rural para uma economia baseada na mineração. Questões como aculturação e exploração do negro, abuso de poder dos brancos, exploração do trabalho, tanto de brancos quanto de negros, foram ficcionalizadas pelo autor.

Nas narrativas analisadas, nota-se a dependência do personagem trabalhador ao trabalho e ao seu dono, há entre eles uma relação de propriedade. O personagem que trabalha pertence ao personagem que representa o proprietário ou o representante dos meios de produção. Uma passagem exemplar de tal realidade é o caso da escolha dos gaibéus que trabalhariam na colheita do próximo inverno. A escolha dos trabalhadores seria feita pelo capataz da fazenda. Então, para ser escolhido, o gaibéu inicia um processo de bajulamento do capataz, estabelecendo uma rede de favores que, de fato, repudia, entretanto que seria a única forma de garantir mais trabalho. Óscar Lopes entende que o recrutamento do rancho pelo capataz “é sentido como um favor, que exige ofertas de reconhecimento (fora as secretas retribuições que ele recebe do patrão, por exemplo a propiciar a empreitada de descamisamento do milho, e fora as percentagens que ele obtém na aquisição local de mantimentos e outros indispensáveis, através de fateiras)”.<sup>421</sup>

Aliado a isso, percebe-se que as elites, que são as proprietárias, não estão comprometidas com os interesses da classe trabalhadora. O secretário Silva, de *Terra Morta*, atende aos interesses da Senhora Companhia, assim como os coronéis querem um bom produto, dos melhores campos, para competir no mercado estrangeiro. E a Agostinho Serra não interessa o sofrimento da velha gaibéua, o que importa é ceifar o arroz para receber o pagamento. Tanto numa narrativa quanto noutra, o sofrimento é o mesmo e nota-se que as elites que estão no poder obedecem a uma longa tradição de traição dos interesses do povo. Dessa forma, legitimam situações de violência causadas pela má distribuição de renda e pelo paternalismo nas relações de trabalho.

De acordo com o pensamento marxista, a forma como o trabalho está organizado sustenta a sociedade capitalista e, conseqüentemente, provoca a alienação do trabalhador face ao bem produzido. E é preciso que se ressalte que a separação do trabalho é física e mental, já que uma sociedade capitalista focada no lucro torna-se também desumana porque os valores individuais não estão sendo discutidos. Por isso, os movimentos literários tentam uma aproximação do leitor como uma forma de humanizar a sociedade.

A grande utopia do trabalho é que a exploração dos trabalhadores, a opressão das mulheres, a alienação, a reificação, a opressão do Estado e o domínio do capital sejam

---

<sup>421</sup> LOPES, Óscar. *Gaibéus: uma leitura (uma lição) cinquentenária*. Vértice 21, dezembro de 1989. p.18

abolidos. Enquanto a utopia continuar sendo utopia é preciso reforçar a esperança de que o impossível se torne realizável.

## BIBLIOGRAFIA

ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Terra morta e outras terras: sistemas literários nacionais e o macrossistema literário da língua portuguesa*.

\_\_\_\_\_. *A escrita neo-realista*. São Paulo: Ática, 1981.

ABRANCHES, Henrique. *Reflexões sobre cultura nacional*. Lisboa: Edições 70, 1980.

ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

AMADO, Jorge. *Cacau*. 46. ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

\_\_\_\_\_. *Terras dos Sem Fim*. 64.ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Roberto Leal Pereira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. Poética. In: *Aristóteles, Horácio, Longino: A poética clássica*. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1981.

AZEVEDO, Manuel. *O cinema italiano: Do após-guerra e o neo-realismo*. Porto: Contraponto, 1955.

BACELAR, Armando. Gaibéus. **Revista de Cultura e Arte Vértice**, Lisboa, vol. 4, n.52, p.538-9, nov.\dez. 1947.

\_\_\_\_\_. *Sobre o Neo-Realismo*. In: *Vértice*, Vol.XXII, n.238, Coimbra, 1962.

BASTIDE, Roger. *L'Afrique dans l'oeuvre de Castro Soromenho*. In: **Histórias da terra negra** (de Castro Soromenho), Lisboa: Editorial Gleba, 1960, pp. XV-XXVI.

BEIRANTE, Cândido. *Castro Soromenho: um escritor intervalar*. 1989. 770 fl. Doutorado (Tese de Doutoramento)- Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BENDER, Gerald J. *Angola sob o domínio português*. Mito e realidade. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: *Textos escolhidos: Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno e Jürgen Habermas*. Trad. José L. Grünnewald [et al.]. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Col. Os Pensadores.

BERGEZ, Daniel et al. *Métodos críticos para análise literária*. Trad. Olinda Maria Rodrigues Prata. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BESSE, Maria Graciete. *Alves Redol*. O espaço e o discurso. Lisboa: Ulmeiro, 1997.

BINS, Milton. *Introdução à sociologia geral*. 5.ed. Porto Alegre: Edições Mundo Jovem, 1989.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 39.ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

BRAGA, Mário. O Neo-Realismo não é uma corrente literária. **Jornal de Letras e Artes**, Lisboa, 27 de dezembro de 1961.

BRÜCKNER, Heidrun. Os fundamentos materiais e intelectuais do neo-realismo-III. **Revista de Cultura e Arte Vértice**, vol. XXXVIII, n.398-399, p.474, jul.\ago. 1977.

BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 17.ed. Porto Alegre: Vozes, 1997.

CAMILO, João. *Breves reflexões sobre o neo-realismo de Carlos de Oliveira: A influência da Antiguidade Grega e a Herança de Ibsen*. Lisboa-Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. (Arquivos do Centro Cultural Português XXII Separata).

CAMPOS, Marilúcia Mendes. Do Salazarismo à Revolução dos Cravos: a História na literatura angolana. **Revista do Centro de Estudos Portugueses**. V.1.n-1 (jun. 1979). Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1979.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: CANDIDO, Antonio, ROSENFELD, Anatol, PRADO, Decio Almeida e GOMES, Paulo Emilio Sales. *A personagem de ficção*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.

CASTRO, Armando. As colônias portuguesas em África. In: \_\_\_\_\_. *O sistema colonial português em África. (Meados do século XX)*. 2.ed. Lisboa: Caminho, 1980.

CERDEIRO, Teresa Cristina. *O avesso do bordado*. 2.ed. Lisboa: Caminho, 2000.

CHAVES, Rita. Angola e Moçambique: O lugar das diferenças nas identidades de processo. In: *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. *A formação do romance angolano: entre intenções e gestos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 34.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COELHO, Eduardo Prado. *O reino flutuante: exercícios sobre razão e razão e o discurso*. Lisboa: Edições 70, 1972.

COSTA, Lígia Militz da. *O condicionamento telúrico-ideológico do desejo em Terras do Sem Fim de Jorge Amado*. Porto Alegre: Movimento, Instituto Estadual do Livro: 1076, p.23

COUTINHO, Carlos Nelson. O povo na obra de Jorge Amado. In: *Um grapiúna no país do carnaval*. Salvador: EDUFBA, 2000.

CRISTÓVÃO, Fernando, FERRAZ, Maria de Lourdes & CARVALHO, Alberto. *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas*. Lisboa: Cosmos, 1997

CUNHA, Tito Cardoso. Ciência e História - No Marxismo de Louis Althusser I. **Revista Vértice**, Coimbra, vol. XXXVI, n. 386 – 387, mar.\abr., 1976.

DA SILVA, Garcez. *A experiência africana de Alves Redol*. Lisboa: Caminho, 1993.

\_\_\_\_\_, Agostinho. Entrevista a Antónia de Sousa. **Diário de Notícias**, Lisboa, 06 out. 1994.

DE PAIVA, José Rodrigues. *As surpresas do mágico & outros ensaios*. Recife: Encontro, 1985.

DIAS, Maria Amélia Lozano. *A recepção crítica da obra de Lima Barreto: 1907-1987*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.

DIAS, Augusto Costa. Proletariado revolucionário luta de classes e nova intelectualidade. **Revista Seara Nova**, Lisboa, n.1551, p.12-15, jan. 1975.

DIONÍSIO, Mario. Fui sempre anti-stalinista. **Expresso**, Lisboa, 24 de abr. 1982. p.21-R.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro\São Paulo: Record, 1996.

\_\_\_\_\_. Jorge Amado e o Bildungsroman proletário. In: *Um grapiúna no país do carnaval*. Salvador: EDUFBA, 2000.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Trad. Luís Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Editora Boitempo, 1997.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e Crítica Literária*. Afrontamento: Porto, 1978.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. In: *Marx e Engels, obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1963. Vol.3.

ERVEDOSA, Carlos. *Breve resenha histórica da literatura angolana*. Luanda: Universidade de Luanda, 1973.

ETGES, Norberto. *Conceito de Trabalho, construção do conceito e Trabalho do conceito*. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, n. 17, p.79-96, 1992.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8.ed. Editora da Universidade de São Paulo. Fundação para o desenvolvimento da educação. São Paulo, 2000.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1974.

FERREIRA, Ana Paula. *Alves Redol e o Neo-Realismo Português*. Lisboa: Caminho, 1992.

FERREIRA, Eduardo de Sousa. *O fim de uma era*. O colonialismo português em África. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1974.

FERREIRA, Eugénio. *Espiral literária*. Porto: Edições Asa (União dos escritores angolanos), 1989.

FERREIRA, Manuel. *O discurso no percurso africano I* (contribuição para uma estética africana). Lisboa: Plátano Editora, 1989.

\_\_\_\_\_. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987.

FONTANA, Josep. *Introdução ao Estudo da História Geral*. Trad. Heloísa Reichel. Bauru, SP:EDUSC, 2000.

FRANTZ, Fanon. *Os condenados da Terra*. Lisboa: Ulisseia, 1961.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal*. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

GOLDMAN, Lucien. *Sociologia do romance*. Trad: Álvaro Cabral Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GONÇALVES, Maria Perpétua Morgado. *O negro na obra de Castro Soromenho*. 1971. Dissertação (Mestrado em Filologia Românica). Universidade de Lisboa, Lisboa, 1971.

GUIMARÃES, Fernando. *Linguagem e ideologia*. Uma abordagem desde Almeida Garrett a Jorge de Sena. Porto: Lello Editores, 1996.

\_\_\_\_\_. Um arsenal de esperança. In: *Poesia portuguesa: do “Orpheu” ao Neo-Realismo*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1986.

HAYDARA, Abou. *O caráter social da ficção Neo-Realista portuguesa*. Dacar: Presses Universitaires de Dakar, s/d.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. Trad. Álvaro Cabral. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 18.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 21.ed.rev. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

JACCARD, Pierre. *História social do trabalho das origens aos nossos dias*. Lisboa: Editorial Gleba, 1960

JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil contemporâneo colônia*. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

KANDJIMBO, Luis. *Agostinho Neto e a geração literária de 40*.  
[http://www.nexus.ao/kandjimbo\\_net](http://www.nexus.ao/kandjimbo_net)

LAFETÁ, João Luiz. O mundo à revelia. In: RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 68. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.

LIMA, Manuel Campos. *Maria – Escada de Serviço*, Romance de Afonso Ribeiro. In: REIS, Carlos. *Textos teóricos do Neo-Realismo Português*. Lisboa: Seara Nova, 1981.

LIMA, Manuel Guedes dos Santos. *O negro e o branco na obra de Castro Soromenho*. Imprimerie Gloor-Luder, Eysin S. Nyon, 1975.

LIMA, Francisco Ferreira de. *Do inventário à invenção: Redol e o Neo-Realismo*. Feira de Santana: UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2002.

LISBOA, Eugénio. *Poesia Portuguesa: do “Orpheu” ao Neo-Realismo*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1986.

LOSA, Margarida. O herói coletivo: um aspecto da estratégia romântica do romance neo-realista. **Revista Vértice**, Lisboa, n.21, dez. 1989.

LOURENÇO, Eduardo. Como vivi a (pequena) história do neo-realismo, **Expresso**, Lisboa, 22 mai.1982. Ideias Actual.

\_\_\_\_\_. *O labirinto da saudade: Psicanálise mítica do destino português*. 4.ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

\_\_\_\_\_. *Sentido e Forma da poesia neo-realista*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1968.

\_\_\_\_\_. Mário Sacramento e a evolução do Neo-Realismo. In: *O reino flutuante – exercícios sobre a razão e o discurso*. Lisboa. Edições 70, 1972

LUCAS, Fábio. Estética do riso e do sonho em Jorge Amado. In: *Um grapiúna no país do carnaval*. Atas do I Simpósio Internacional de Estudos sobre Jorge Amado. FCJA\EDUFBA, 2000.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: Um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Tradução, posfácio e notas José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2000.

MARGARIDO, Alfredo. *A origem social dos escritores do Neo-Realismo*. **Diário Popular**, Lisboa, 1 mar. 1979. Gazeta Literária.

MASSET, Pierre. *Pequeno Dicionário do Marxismo*. Trad. Jorge Costa. Porto: Editorial Inova, 1974.

MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A regra do jogo, 1980.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. 6.ed. Lisboa: Presença, 2006.

MARX, Karl. *O capital*. Trad: Reginaldo Sant'Anna. 12.ed. vol. I. cap. V. Rio de Janeiro, 1988.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: Ensaio de Sociologia da Justiça Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MATA, Inocência. *Literatura angolana: silêncios e falas de uma voz inquieta*. Lisboa: Mar Além, 2001.

MELLER, Vilson Brunel. *O Neo-realismo literário português: Barranco dos cegos*, de Alves Redol. Coimbra, 1991.

MENDES, José Manuel. *Charrua em campo de pedras*. Lisboa: Seara Nova, 1975.

MONTEIRO, Adolfo Casais. *O romance*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

\_\_\_\_\_. *O que foi e o que não foi o movimento da Presença*. Prefácio de J. B. Martinho. Lisboa: IN-CN, 1995.

MOURÃO, Fernando Albuquerque. *A sociedade angolana através da literatura*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

NAMORADO, Joaquim. Staline só é problema para os anticomunistas. **Expresso**, 24 de abril de 1982.

\_\_\_\_\_. *A primeira crítica neo-realista a "Gaibéus"*. Revista de Cultura e Arte Vértice. Número 257. Vol. XXV. Fevereiro 1965.

\_\_\_\_\_. *Lê neo-réalisme portugais: résistance et combat au salazarisme*. Philologica Pragensia, 23, Número 2. 1980.

\_\_\_\_\_, Egídio. Situação do Neo-Realismo em Portugal. **Revista de Cultura e Arte Vértice**, Lisboa, vol. XIX, n. 189, p.340, jun.1959.

NAMORA, Fernando. *Esboço histórico do neo-realismo*. Lisboa: Academia da Ciências de Lisboa. Separata das "Memórias" – Classe das Letras – Tomo VII, 1061.

NETO, Agostinho. *Alguns aspectos da luta de libertação nacional na fase atual*. Lisboa: União dos escritores angolanos, 1974.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. *História do trabalho*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995

\_\_\_\_\_, Mário António Fernandes de. *A formação da Literatura Angolana: 1851-1950*. 1985. Tese de Doutorado - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1985.

PADILHA, Laura Cavalcante. *Novos pactos outras ficções*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2002.

PAIVA, José Rodrigues de. *As surpresas do mágico & outros ensaios*. Recife: Encontro, 1985.

PELLEGRINI, Tania. O povo como adereço: o carnaval de Jorge Amado. In: Segatto, José Antonio & Baldan, Ude (orgs.). *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

PLATÃO. *A república*. São Paulo: Martin Claret, 2000.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Autoritarismo e transição*. Revista da USP, São Paulo, 1991.

PORTELLA, Eduardo. Sessão de abertura que deu origem ao livro *Um grapiúna no país do carnaval*. Salvador: EDUFBA, 2000.

PORTUGAL, Fernando Salinas. *Entre próspero e caliban. Literaturas africanas de língua portuguesa*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 1999.

RAILLARD, Alice. *Conversando com Jorge Amado*. Trad. Annie Dymetman. Rio de Janeiro: Record, 1990.

REDOL, Alves. *Gaibéus*. 20.ed. Lisboa: Caminho, 1989.

\_\_\_\_\_. *O espaço e do discurso*. Lisboa: Ulmeiro, 1997.

REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. *O romance português contemporâneo*. Santa Maria: Edições UFSM, 1986.

REIS, Carlos. *Textos teóricos do Neo-Realismo Português*. Lisboa: Seara Nova, 1981.

\_\_\_\_\_. Da literariedade em Gaibéus. In: *Construção da leitura: Ensaio de metodologia e de crítica literária*. Instituto Nacional de Investigação Científica. Coimbra, 1982.

\_\_\_\_\_. *O discurso ideológico do Neo-Realismo Português*. Coimbra: Almedina, 1993.

ROCHE, Jean. *Jorge bem/mal Amado*. Trad. Liliane Barthod. Editora Cultrix. São Paulo, 1987.

RODRIGUES, Urbano Tavares. *Um ovo olhar sobre o Neo-Realismo*. Lisboa: Moraes Editores, 1981.

RODRIGUES, Inara de Oliveira. *Entre a história e a ficção: diálogo de várias vozes no resgate da utopia*. 2000. Tese (Doutorado em Teoria Literária). Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, Porto Alegre, 2000.

RUBY, Christian. *Introdução à filosofia política*. Trad. Maria Leonor F. R. Loureiro. São Paulo: UNESP, 1998.

SACRAMENTO, Mário. *Há uma estética neo-realista?* 2.ed. Lisboa: Vega, 1985.

SANTILLI, Maria Aparecida. *Entre Linhas: Desvendando textos portugueses*. São Paulo: Ática, 1984.

\_\_\_\_\_. *Estórias Africanas. História e Antologia*. São Paulo: Ática, 1985.

SANTOS, Fernando Barciela. O africano e o trabalho na sociedade colonial. In: *Angola. Na hora dramática da descolonização*. Prelo: Lisboa, 1975.

SANTOS, Lisiane Pinto dos. *Isaías Caminha e Sergipano: trabalhadores explorados no contexto ficcional*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria, 2002.

SARAIVA, António José & LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 17.ed. Corrigida e Actualizada. Porto: Porto Editora, 2001.

SAVIMBI, Jonas. *Angola: a resistência em busca de uma nova nação*. Lisboa: Edição da Agência Portuguesa de Revistas, 1979.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SENA, Jorge de. *Régio, Casais, a "presença" e outros afins*. Lisboa: Brasília Editora, 1977.

SILVA, Garcez da. *Alves Redol e o Grupo Neo-Realista de Vila Franca de Xira*. Caminho: Lisboa, 1990.

\_\_\_\_\_. *A experiência africana de Alves Redol*. Lisboa: Caminho, 1993.

SIMÕES, João Gaspar. *A geração de 70*. Editorial Inquérito Limitada: Lisboa, s/d.

SOARES, Antonio Filipe. Temática colonial. Contexto sócio-cultural. In: *Literatura angolana de expressão portuguesa*. Poa: Instituto Cultural Português, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

\_\_\_\_\_. *Literatura e História no Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. *Evolução social e econômica do Brasil*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Da Universidade\UFRGS, 1996.

SOROMENHO, Castro. *A expedição ao país do oiro branco*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1944.

\_\_\_\_\_. *Terra Morta*. 4. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

SOUSA, Antônio Pereira. *Tensões do tempo: a saga do cacau na ficção de Jorge Amado*. Ilhéus: Editus, 2001.

TAVARES, Ana Paula. *Cinqüenta anos de literatura angolana*. In: [http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via03\\_10.pdf](http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via03_10.pdf)

TORRES, Alexandre Pinheiro. Da compatibilidade de (ou não) do Neo-Realismo com a Arte. In: \_\_\_\_\_. *O Neo-Realismo literário português*. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

\_\_\_\_\_. *O problema da privação biográfica ou um seu correlativo (indeterminação da identidade individual e nacional) em "Mulatos – Tipo" de Castro Soromenho*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1985.

\_\_\_\_\_. *O Neo-Realismo literário português*. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

\_\_\_\_\_. *Teses Neo-Realistas*. In: \_\_\_\_\_. *Romance: O mundo em equação*. Lisboa: Portugal, s/d.

\_\_\_\_\_. *O movimento neo-realista em Portugal na sua primeira fase*. Lisboa: Bertrand, 1977.

\_\_\_\_\_. *Repensar (em 1976) o Neo-Realismo*. In: *O Neo-Realismo literário português*. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

\_\_\_\_\_. *Propedêutica à trilogia de Camaxilo de Castro Soromenho*. In: **Ensaio**s escolhidos I. **Estudos sobre as literaturas de Língua Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989.

\_\_\_\_\_. Luandino Vieira: dez anos depois (1964-1974). In: *O Neo-Realismo literário português*. Lisboa: Morães Editores, 1977.

TRIGO, Salvato. Escola e prisão na escrita africana lusófona. In: *Ensaio*s de literatura comparada afro-luso-brasileira. Lisboa: Vega [D.L.1986].

VENÂNCIO, José Carlos. *Literatura versus Sociedade. Uma visão antropológica do destino angolano*. Lisboa: Veja, 1992.

\_\_\_\_\_. *Literatura e poder na África Lusófona*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação. Lisboa: 1992.

\_\_\_\_\_. *Uma perspectiva etnológica da literatura angolana*. Lisboa: Ulmeiro, 1987.

VENTURA, Roberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Publifolha, 2000.

VENTURA, Zuenir. *A cultura da violência*. In: SOBRAL, Marisa e AGUIAR, Luiz Antonio (orgs.). *Para entender o Brasil*. 2.ed. São Paulo: Alegro, 2001.

ZILBERMAN, Regina. *Aspectos da interpretação literária*. ZILBERMANN, Regina. *Aspectos da interpretação literária*. Rio Grande do Sul. **Letras de Hoje**, vol.16, nº 51.